

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

IGOR DE MATTIA BUOGO

**HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA NA LITERATURA PÓS-
APOCALÍPTICA: VISÕES DO FIM/RECOMEÇO DO MUNDO EM JACK LONDON
E GEORGE R. STEWART**

**CRICIÚMA
2024**

**UNIVERSIDADE DO EXTREMO SUL CATARINENSE – UNESC
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO
MESTRADO EM EDUCAÇÃO**

IGOR DE MATTIA BUOGO

**HISTÓRIA, EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA NA LITERATURA PÓS-
APOCALÍPTICA: VISÕES DO FIM/RECOMEÇO DO MUNDO EM JACK LONDON
E GEORGE R. STEWART**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade do Extremo Sul Catarinense - UNESC, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Renato Carola

**CRICIÚMA
2024**

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

B943h Buogo, Igor de Mattia.

História, educação e formação humana na literatura pós-apocalíptica : visões do fim/recomeço do mundo em Jack London e George R. Stewart / Igor de Mattia Buogo. - 2024.

174 p. : il.

Dissertação (Mestrado) - Universidade do Extremo Sul Catarinense, Programa de Pós-Graduação em Educação, Criciúma, 2024.

Orientação: Carlos Renato Carola.

1. Literatura - História e crítica. 2. Ficção científica. 3. Ficção pós-apocalíptica. 4. London, Jack, 1876-1916 - Crítica e interpretação. 5. Stewart, George Rippey, 1895-1980 - Crítica e interpretação. 6. Formação humana. I. Título.

CDD. 22. ed. 809

Bibliotecária Eliziane de Lucca Alosilla - CRB 14/1101
Biblioteca Central Prof. Eurico Back - UNESC

Dedico esse trabalho a meu avó, Nério.

AGRADECIMENTOS

Agradeço a minha mãe e padrasto, Fabiana e Cleber, a meu pai e madrastra, Jean e Thaize, minha avó, Nair, e meu avó, Nério (in memoriam).

Agradeço a meu orientador, prof. Dr. Carlos Renato Carola, pela confiança em meu trabalho, entusiasmo com o tema, e por toda a orientação concedida.

Agradeço aos professores membros de minha banca de qualificação e defesa, prof. Dr. Gladir Cabral e prof.^a Dr.^a Samira Peruchi Moretto, cuja leitura e apontamentos foram de suma importância para o desenvolvimento desse trabalho. Meu muito obrigado.

Agradeço à Universidade do Extremo Sul Catarinense, ao Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) e seus professores, e ao Estado de Santa Catarina, que por meio do Fundo Estadual de Apoio à Manutenção e ao Desenvolvimento da Educação Superior (FUMDES), através do programa UNIEDU, permitiu o desenvolvimento integral dessa pesquisa.

Talvez estejamos muito condicionados a uma ideia de ser humano e a um tipo de existência. Se a gente desestabilizar esse padrão, talvez a nossa mente sofra uma espécie de ruptura, como se caíssemos num abismo.

Ailton Krenak.
Ideias para adiar o fim do mundo (2019).

O livro que procuro [...] é aquele que transmite a sensação do mundo tal como ele será após o fim do mundo, a sensação de que o mundo é o fim de tudo que existe no mundo, de que a única coisa que existe no mundo é o fim do mundo.

Italo Calvino.
Se um viajante numa noite de inverno (1979).

RESUMO

O presente trabalho é fruto de uma pesquisa de dissertação do Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação – PPGE, da Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, dentro da linha de pesquisa Educação, Linguagem e Memória. A literatura pós-apocalíptica, um dos muitos subgêneros da ficção científica, aborda em suas narrativas contextos de crises da civilização, fim dos recursos do planeta, retorno da humanidade a um estágio "primitivo" e necessidades de adaptação para sobrevivência nesse novo mundo selvagem. De fato, essa literatura trabalha com o fim do mundo moderno, suas tecnologias e seus valores, tendo como consequência um retorno da humanidade para uma espécie de estado de natureza edênica, tanto utópico como distópico. Nesse sentido, a presente dissertação busca analisar, dentro dessas narrativas, de que modo conceitos próprios da formação humana, como a educação, a identidade e a linguagem, sofrem alterações com a passagem do mundo moderno para o mundo pós-apocalíptico, assim como perceber de que modo o mundo natural é representado e qual a relação estabelecida entre ele e os seres humanos sobreviventes, de modo que a dissertação também caracteriza-se como um trabalho de História Ambiental. Para isso, realizamos, num primeiro momento, uma discussão historiográfica que busca conceituar termos-chave de nossa pesquisa: ficção científica, ficções futuristas, utopias, distopias e ficções pós-apocalípticas. Após, realizamos uma discussão sobre o significado da palavra educação e dos usos da literatura, amparado em autores como Krenak (2020), Steiner (1989), Cechinel (2017) e Candido (1980, 1989, 1999). Para analisarmos como conceitos envolvidos na formação humana estão presentes e são moldados nos contextos pós-apocalípticos, utilizamos como principal fonte as obras *A Morte Escarlata*, de Jack London, e *Só a Terra Permanece*, de George R. Stewart, analisadas nos dois últimos capítulos. No horizonte teórico protagonizado pela discussão, trabalhamos com autores como Brandão (2001), Woodward (2007) e Benjamin (1994). Desse modo, demonstraremos como diversos conceitos de formação humana não deixam de existir nos mundos pós-apocalípticos, mas passam por transformações e mutações, similar à própria humanidade que, apesar de continuar a existir em escala menor, deixa de ser a espécie dominante para se tornar mais uma dentre tantas outras que buscam a própria adaptação e sobrevivência.

Palavras-chave: Pós-apocalipse; literatura; identidade; educação, formação humana.

ABSTRACT

The present work is the result of a dissertation research from the Programa de Pós-Graduação do Mestrado em Educação – PPGE, from the Universidade do Extremo Sul Catarinense – UNESC, within the research line Education, Language and Memory. Post-apocalyptic literature, one of the many subgenres of science fiction, addresses in its narratives contexts of civilization crises, depletion of the planet's resources, humanity's return to a 'primitive' stage, and the need for adaptation to survive in this new wild world. Indeed, this literature deals with the end of the modern world, its technologies and values, resulting in humanity's return to a kind of Edenic state of nature. Thus, this dissertation seeks to analyze how concepts inherent to human formation, such as education, identity and language, undergo changes with the transition from the modern world to the post-apocalyptic world, as well as to understand how the natural world is represented and what is the relationship between it and the surviving human beings, so that the dissertation is also characterized as a work of Environmental History. To do this, we first engage in a historiographical discussion that aims to conceptualize key terms of our research: science fiction, futuristic fictions, utopias, dystopias, and post-apocalyptic fictions. Subsequently, we discuss the meaning of the word 'education' and the uses of literature, supported by authors such as Krenak (2020), Steiner (1989), Cechinel (2017), and Candido (1980, 1989, 1999). To analyze how concepts involved in human formation are present and shaped in post-apocalyptic contexts, we primarily use the works 'The Scarlet Plague' by Jack London and 'Earth Abides' by George R. Stewart, analyzed in the last two chapters. In the theoretical horizon, we work with authors such as Brandão (2001), Woodward (2007), and Benjamin (1994). Thus, we will demonstrate how various concepts of human formation do not cease to exist in post-apocalyptic worlds, but undergo transformations and mutations, similar to humanity itself, which, although continuing to exist on a smaller scale, ceases to be the dominant species and becomes just one among many others seeking their own adaptation and survival.

Key-words: Post-apocalyptic; literature; identity; education; human formation.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - capa da edição de 1915 de <i>The Scarlet Plague</i> , ilustrada por Gordon Grant.....	98
Figura 2 - capa da primeira edição de <i>Earth Abides</i> , de 1949.....	132

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	12
2 FICÇÃO CIENTÍFICA E SUAS VISÕES DO FUTURO.....	23
2.1 FICÇÃO CIENTÍFICA.....	27
2.2 FICÇÕES FUTURISTAS, UTOPIAS E DISTOPIAS.....	33
2.3 PÓS-APOCALIPSE.....	43
2.4 MODERNIDADE E PROGRESSO.....	60
3 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA ATRAVÉS DA LITERATURA.....	65
3.1 SOBRE OS POTENCIAIS PEDAGÓGICOS DA LITERATURA.....	71
4 CIVILIZAÇÃO, BARBÁRIE E IDENTIDADES NO MUNDO PÓS-APOCALÍPTICO DE JACK LONDON.....	88
4.1 “A MORTE ESCARLATE”	97
4.2 AS NOVAS IDENTIDADES NO MUNDO PÓS-APOCALÍPTICO.....	103
4.3 LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E O FUTURO DA HUMANIDADE.....	116
5 EXPERIÊNCIAS E EDUCAÇÃO NO NOVO MUNDO DE GEORGE R. STEWART.....	126
5.1 “SÓ A TERRA PERMANECE”	131
5.2 UM RECOMEÇO PARA A HUMANIDADE.....	136
5.3 EXPERIÊNCIA E EDUCAÇÃO APÓS O FIM DO MUNDO.....	147
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	160
REFERÊNCIAS.....	165

1 INTRODUÇÃO

Durante a década de 1990, em visita à região de Chernobyl junto a uma equipe técnica, o jornalista norte-americano Alan Weisman, há poucos quilômetros do maior depósito de lixo nuclear do mundo – a Zona de Alienação em torno do reator 4, que explodiu em 1986 –, observou atônito o gradual retorno da vida selvagem nos espaços outrora urbanos, nos subúrbios de Pripyat, Ucrânia. Na cidade, anteriormente mantida pela empresa que gerava a usina, mais de 50 mil pessoas foram evacuadas nos dias e semanas seguintes ao famigerado 27 de abril de 1986. Uma das primeiras impressões de Weisman se relacionou à abundância da vegetação: “quando nós dirigimos pelas ruas silenciosas de Chernobyl, ramos de castanheiras não podadas roçavam nas laterais do nosso ônibus” (WEISMAN, 1994, p. 47, tradução nossa)¹. Conforme colocado na reportagem, publicada pela *Harper's* em 1994, não se sabe ainda quais mutações a vegetação de Chernobyl tenha sofrido, somente que a radiação estimulou seu crescimento.

Weisman (2007) observou uma peculiaridade presente nas máquinas de limpeza do reator, impossibilitadas de saírem da zona por conta de sua alta radiação: “as cotovias se empoleiram em seus braços radioativos de metal, cantando” (p. 269). Ainda,

Ao norte do reator destruído, pinheiros que refloresceram estendem galhos longos e irregulares, com folhagens de diversos comprimentos. Eles ainda estão vivos e verdes. Além deles, no começo dos anos 90, florestas que sobreviveram se encheram de cervos e javalis radioativos. Chegaram então os alces e se seguiram lince e lobos. (WEISMAN, 2007, p. 269).

A usina nuclear Vladimir Ilyich Lenin, nome oficial do complexo, representava um baluarte do desenvolvimento industrial soviético, um modelo da modernização e do investimento em energia nuclear promovido pela União Soviética após o fim da Segunda Guerra. O desastre de Chernobyl, tal como as mais de 100 mil vítimas póstumas das bombas de Hiroshima e Nagasaki, demonstrou facetas trágicas da conquista da energia nuclear. A despeito da radiação, já responsável por acréscimos gravíssimos em casos de doenças na Ucrânia e países vizinhos, a região de Chernobyl e Pripyat floresce com vida animal e vegetal, inclusive com famílias de antigos moradores que se recusaram a sair da casa de seus pais e avós, vivendo por conta e risco com base na agricultura de subsistência, envenenada.

¹ “[...] when we drove through Chernobyl's silent streets, branches of unpruned chestnut trees grazed the sides of our bus.” (WEISMAN, 1994, p. 47)

A tragédia de Chernobyl e a retomada da natureza neste complexo industrial soviético representa a derrocada de um símbolo moderno, por meio da própria falha humana. A emergência do mundo animal e vegetal nas paisagens quase vazias de humanos em Chernobyl, Pripyat, e nas florestas que circundam a região, é uma realidade atual que já se fez presente logo nos primeiros meses após a evacuação massiva.

Quando, neste século XXI, acostumamo-nos aos alertas e preocupações referentes às crises climáticas, aquecimento global, desastres socioambientais causados por mudanças climáticas, incêndios florestais, pandemias virais, ondas de calor e enchentes que causam destruições e mortes², surge a ideia de uma natureza independente do elemento humano retomando espaços seus por direito, harmonizando o ambiente para expiar os crimes da humanidade. Fatos que ocorreram há não muito tempo, como a volta de uma cor cristalina e alguns peixes às águas poluídas de Veneza, Itália, devido à diminuição da circulação dos barcos por conta da pandemia da Covid-19³, veiculadas na mídia com grande alarde, demonstram que, mesmo em situações catastróficas, há uma busca por significados para interpretar e dar sentido a um mundo humano em colapso, seja através de prismas religiosos, com a noção de uma punição divina devido às corrupções humanas, seja por meio da crítica ambiental.

De fato, alguns cientistas, como o químico holandês Paul Crutzen, cunharam um termo próprio para definir o período geológico em que a humanidade teria adentrado com a iminência da Revolução Industrial, o “Antropoceno”. Apesar de não ser adotado oficialmente pela comunidade científica⁴, o conceito marca o período histórico e geológico com a mais significativa influência da atividade humana e alterações desta no meio ambiente, acarretando diversos desastres socioambientais e climáticos causados pela influência do elemento humano. Nas considerações de John McNeill e Peter Engelke,

² Como demonstram os incêndios ambientais que ocorreram na Europa em 2022 e as enchentes que assolaram o Estado do Rio Grande do Sul, no Brasil, em 2024. Cf. DANTAS, Carolina; GARCIA, Mariana. **Onda de calor na Europa**: entenda as causas e a relação com a crise do clima e o aquecimento dos polos. Portal G1. Notícia veiculada em 19/7/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2022/07/19/onda-de-calor-na-europa-entenda-as-causas-a-influencia-das-mudancas-do-clima-e-a-relacao-com-o-aquecimento-dos-polos.ghtml>. Acesso em 21 de jul. 2022 e PEIXOTO, Roberto. **Mudança climática tornou chuvas no RS mais intensas, aponta estudo**. G1. Notícia veiculada em 10/5/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/05/10/mudanca-climatica-tornou-chuvas-no-rs-mais-intensas-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em 13 de mai. 2024

³ PORTAL G1. **Sem turistas e barcos, coloração da água dos canais de Veneza fica mais clara e nítida**. G1. Notícia veiculada em 18/3/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2020/03/18/sem-turistas-e-barcos-coloracao-da-agua-dos-canais-de-veneza-fica-mais-clara-e-nitida.ghtml>. Acesso em 21 de jul. 2022.

⁴ ANDRADE, Gabriel. **Cientistas batem o martelo**: Terra não entrou em nova era geológica. UOL. Notícia veiculada em 07/3/2024. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/cientistas-terra-nao-entrou-era-geologica-antropoceno/>. Acesso em 14 de mai. 2024.

A mudança na composição da atmosfera, especialmente o bem documentado aumento do dióxido de carbono, pareceu a Crutzen tão dramático e tão consequencial para a vida na Terra que ele concluiu que uma nova etapa havia começado na história da Terra, na qual a humanidade emergiu como a mais poderosa influência na ecologia global. (McNEILL; ENGELKE, 2014, p. 1, tradução nossa)⁵.

O período Antropoceno desvela a realidade da situação humana e seu relacionamento com o planeta a partir do século XX, provocando alterações irreversíveis na atmosfera, no clima, na exploração de recursos naturais, fósseis e minerais. É certo que tal situação configurou-se durante a própria Revolução Industrial dos séculos XVIII e XIX. No entanto, mais do que no passado, os debates que problematizam tal realidade, usando termos como “colapso”, “crise”, “fim do mundo”, “apocalipse”, têm ganhado espaço. Segundo o teólogo brasileiro Faustino Teixeira, que não isenta os pressupostos humanistas como fortes catalisadores de tal realidade problemática (“o Homem como o centro, tudo para servir ao Homem”), o Antropoceno seria “a expressão mais viva e dolorosa da ‘pegada’ humana na Terra” (TEIXEIRA, 2022, p. 22).

Imagens e discursos de um “fim do mundo” promovido pelas peripécias do Antropoceno nos surgem de diversas matrizes. Earl T. Harper e Doug Specht, na introdução de sua obra sobre a literatura e as mudanças climáticas no século XXI, conseguem sumarizar um pouco dessa chuva de dados que recebemos cotidianamente através de vários canais de mídia, congressos científicos e discursos:

A cada dia o mundo se aproxima do fim. Em todos os lugares, os prenúncios do apocalipse: nossa água, ar e solo estão poluídos e morrendo; nosso próprio corpo abriga os microplásticos que aparentemente todas as mercadorias soltam; novos vírus varrem o mundo, mudando a forma como nos relacionamos uns aos outros e nosso trabalho diário; novas minas e oleodutos são aprovados enquanto os cientistas climáticos e ambientais assistem impotentes do lado de fora; as abelhas estão se extinguindo e levando consigo a maior parte da vida floral e frutífera; a poluição acústica dos oceanos está levando baleias e golfinhos às praias; e a ascensão da política fascista e de direita em toda a Europa e América do Norte parece não trazer nenhuma promessa de alívio da crise econômica e da merda política em que nos encontramos. (HARPER; SPECHT, 2022, p. 1, tradução nossa)⁶.

⁵ “The changing composition of the atmosphere, especially the well-documented increase in carbon dioxide, seemed to Crutzen so dramatic and so potentially consequential for life on Earth that he concluded that a new stage had begun in Earth’s history, one in which humankind had emerged as the most powerful influence on global ecology.” (McNEILL, ENGELKE, 2014, p. 1).

⁶ “Everyday the world gets closer to ending. Everywhere, the harbingers of the apocalypse appear: our water, air and soil are polluted and dying; our own bodies harbour the micro-plastics that seemingly every commodity now sheds; new viruses sweep across the globe, changing the way we relate to one another and our daily work; new mines and oil pipelines are approved as climate and environmental scientists watch helplessly from the side-lines; the bees are going extinct and taking most formal and fruiting life with them; acoustic pollution of the oceans is driving whales and dolphins to beach themselves; and the rise of fascist and right-wing politics across Europe and

O mundo moderno, se por um lado permite o prolongamento da vida humana, tratamentos de doenças outrora incuráveis, uma facilidade nos meios de transporte e no acesso à tecnologia, também produz seus discursos contrários, que se destacam por profetizar ou constatar os constantes climas de “crises” que vivemos. “Afirmar que vivemos num estado de crise já pode ser tomado como lugar comum, embora ainda haja muitos que preferem a negação” (MACHADO, 2022, p. 14). Não faltam, na atualidade, pensadores que se debruçam intimamente à ideia de um colapso civilizacional iminente.

É importante declarar que a noção de colapso não é o apocalipse, conforme profetizado em textos religiosos, principalmente de matriz judaico-cristã: não há redenção final para a humanidade – talvez alguns sinais de esperança a depender do autor. Colapso, enquanto ideia e atestado historicamente em diversas civilizações, não necessariamente implica um futuro pós-apocalíptico, ausente de cidades habitadas, Estados, nações, mas dialoga com o mesmo horizonte ao atestar recessões, estagnações e decadências presentes na civilização, que podem promover um futuro incoerente com qualquer mínima noção de progresso social e econômico.

Colapso também se distingue do apocalipse – principalmente na literatura – por outra questão: enquanto o primeiro tem seu protagonismo principalmente em conferências e ensaístas contemporâneos⁷, o cenário apocalíptico/pós-apocalíptico para o futuro é fruto de uma tradição literária, remontando ao século XIX, ganhando, porém, visibilidade com a popularização da ficção científica a partir dos anos 1950. Na ideia de colapso, predomina uma decadência gradual das instituições, do desenvolvimento humano, econômico, político; no pós-apocalipse, literário e fílmico, o apelo visual/imagético precisa triunfar: meteoros, vírus mortais, guerras contra robôs (geralmente construídos por humanos e suplantando estes devido à sua *hybris*, conceito grego de desmedida), aumento do nível dos oceanos causados por aquecimentos climáticos – como na novela *The Drowned World*, de J.G. Ballard (1999), na qual o protagonista se vê numa Londres em ruínas e submersa –, entre outros fatores. Podemos considerar que as visões sobre o fim do domínio humano do mundo são frutíferas na ficção. Nas palavras do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro e da filósofa Déborah Danowski,

Tal desastre civilizacional e demográfico é às vezes imaginado como resultado de um evento “global”, a saber, uma extinção súbita da espécie humana ou mesmo de toda vida terrestre desencadeada seja por um “ato de Deus” – um supervírus letal, uma

North America seems to bring no promise of relief from the economic and political shit we find ourselves in.” (HARPER; SPECHT, 2022, p.1).

⁷ Além de um recente sucesso da série francesa *O Colapso*, de 2019, que encontrou forte aderência de público a partir da pandemia do coronavírus em 2020/2021.

explosão vulcânica gigantesca, o choque com um corpo celeste, uma megatempestade solar –, seja pelo efeito cumulativo de intervenções antrópicas sobre o planeta, como no filme *The Day After Tomorrow* (2004), de Roland Emmerich, seja, enfim, por uma boa guerra nuclear no velho estilo. (DANOWSKI; CASTRO, 2014, p. 13).

Se é verdade que, em períodos de desastres, comunidades humanas tornam-se mais empáticas e solidárias, com um senso de cuidado para com o próximo aprimorado⁸, a temática apocalíptica/pós-apocalíptica na literatura moderna lida muito mais com a noção de “reconstrução” do mundo, a partir de um marco zero, após o grande desastre já ter ocorrido. Implica recomençar a sociedade a partir das cinzas; “o que se vê é que a Humanidade vai ter que lidar com os restos e refugos de uma vida que, aparentemente, não tem mais como retornar” (NEVES, 2021, p. 10), as ruínas de metrópoles servindo como símbolos de valores que entraram em suspensão, uma vez findada a civilização.

De fato, a possibilidade imaginativa de criar cenários/mundos/situações é uma característica da própria literatura. Em particular, a ficção científica é singularmente interessante em nos mostrar outros mundos e possibilidades, que seriam consequências diretas – positivas ou não – de tendências tecnológicas e preocupações para com o futuro presentes em nosso próprio tempo. O pós-apocalipse literário, desse modo, possui muitos paralelos com a própria ficção científica, não somente o fato de ter tido Mary Shelley como uma de suas autoras pioneiras, como também em imaginar outras conjunturas de “mundo”, diferentes daquilo que nos é familiar, mas ao mesmo tempo tendo com ele semelhanças e estranhamentos que bem caracterizam o impacto que a ficção científica possui para o leitor.

Na literatura pós-apocalíptica, cujas primeiras manifestações datam de 1805, com o autor Jean-Baptiste Cousin de Grainville, depois 1816, com o poema *Darkness*, de Lord Byron, e 1826, com o romance *The Last Man*, de Mary Shelley, o elemento humano testemunha o fim da civilização, mas não é arrebatado para julgamentos celestiais: a formação e a identidade humana precisa se manter ou se renovar no próprio mundo pós-civilização. Os cenários pós-apocalípticos, conforme explorados pela imaginação literária, são ambientes profícuos em nos mostrar verdadeiros experimentos sociais nos quais vemos a humanidade reestruturar-se em moldes outros que não a civilização que conhecemos. Nesse sentido, novas concepções de educação, formação humana e identidade necessariamente surgem de forma orgânica nas novas formações sociais ocorridas após o grande colapso acabar com o mundo que conhecemos.

⁸ Tal é a conclusão de Rebecca Solnit no livro *A Paradise built in hell* (Penguin Group, 2009), na qual a autora viajou para localidades afetadas por grandes desastres, como New Orleans após o furacão Katrina, e demonstrou como um senso de altruísmo entre grupos e indivíduos prevalece frente à imagem de uma guerra de todos contra todos em momentos de crises humanitárias.

Ilustrador exemplo, nesse sentido, são as duas obras escolhidas para o aprofundamento de nossa proposta. A primeira delas, *A Morte Escarlata*, publicada em 1912 pelo autor americano Jack London (1876-1916), é uma novela significativamente bem estudada dentro da literatura pós-apocalíptica, assim como um grande exemplo da utilização de epidemias como elementos catalisadores do fim da civilização⁹. Na novela de London, modos de subsistência baseados na caça e coleta, assim como uma organização social pautada numa hierarquia guerreira, gradualmente tornam-se a nova normalidade de uma humanidade em colapso, devido à famigerada praga que a atingiu no [futuro] ano de 2013. Com efeito, o tema do retorno a uma sociedade paleolítica ou medieval após um eventual colapso não fora raro nas ficções escritas entre 1900-1920, período em que as tensões criadas ou extrapoladas pela Primeira Guerra Mundial exerceram grande influência na literatura.

A primeira metade do século XX, por si mesma, foi marcada também pelo “desenvolvimento da ficção distópica, à medida que eventos e movimentos horríveis tornaram o ideal utópico cada vez mais absurdo e possibilitaram que as distopias postulassem terríveis sociedades fictícias” (SISK, 2005, p. 608, tradução nossa)¹⁰. Diferentemente das distopias literárias – as mais famosas sendo as escritas por Yevgeny Zamyatin, Aldous Huxley, George Orwell e Ray Bradbury –, os “pós-apocalipses” que surgiram no mesmo período descartaram governos totalitários e controle integral dos cidadãos como tônica de suas narrativas, redirecionando os fatores de medo para os elementos da natureza e a um retorno a um estado selvagem, sem leis, ordem e governo.

A obra de Jack London também se caracteriza pela presença de atributos que nos fazem questionar a identidade e a condição humana no mundo pós-civilização. As crianças presentes na novela são consideradas “selvagens”, descritas com termos similares aos impostos pelos colonizadores aos povos indígenas americanos; a organização social, agora tribal e hierárquica, representa uma inversão do mundo antes do colapso: se outrora a elite política e intelectual governava, no novo mundo selvagem os membros da classe trabalhadora tornam-se os líderes, capazes de subjugar e escravizar as classes que outrora detinham os meios de produção. A influência direta que o marxismo teve na vida de Jack London, nesse sentido, também é um ponto relevante na interpretação de *A Morte Escarlata*.

⁹ A novela de London foi divulgada com o nome *The Scarlet Plague*, que de forma mais direta traduz-se *A peste escarlate*. Porém, o primeiro título dado pelo autor, quando apresentou sua primeira versão em 1910, foi *The Scarlet Death – A Morte Escarlata* –, nome que foi utilizado pela tradução brasileira de 2019 da editora Escotilha, utilizada na presente dissertação.

¹⁰ “[...] the development of dystopian fiction, as horrific events and movements rendered the utopian ideal increasingly absurd and made it possible for dystopias to posit terrible fictive societies.” (SISK, 2005, p. 608).

Quase 40 anos após a publicação de *London*, o professor de Literatura Inglesa da Universidade da Califórnia em Berkeley, George R. Stewart, publicou uma das obras mais relevantes a tratar a ecologia e o ser humano no mundo pós-apocalíptico. *Só a Terra Permanece*, de 1949, ganhou especial atenção durante o período de sua publicação, sendo condecorada com o extinto prêmio International Fantasy Award em 1951. Sendo a única ficção do gênero escrita por um autor mais proeminente no campo da não-ficção, o livro de Stewart raramente é considerado uma grande ficção científica, mas antes um romance realista, um “experimento mental em ecologia humana que tenta avaliar a escala e a natureza do impacto da humanidade no planeta removendo repentinamente a espécie humana quase inteiramente” (POLEFRONE, 2018, p. 256, tradução nossa)¹¹. A obra segue a trajetória do acadêmico Isherwood Williams (um alter-ego do próprio Stewart, mudando o campo de formação da Literatura para a Geologia), um dos poucos sobreviventes de uma América arrasada por um vírus desconhecido.

Como a obra de Jack London, a trama de George R. Stewart não se incumbe em tratar aventuras num mundo selvagem, mas se preocupa com questões existenciais e ecológicas referentes ao papel do elemento humano na natureza. Acompanhamos, assim, o “renascer” da história humana, um retorno à alvorada dos tempos, representada no livro pela formação de uma pequena comunidade de sobreviventes em São Francisco, Califórnia, denominada “A Tribo”. Há na obra de Stewart uma crítica ao pensamento antropocêntrico, principalmente quando consideramos que, em muitas passagens, o protagonismo é dado não ao “herói” humano e suas tentativas de reerguer valores da civilização que acabou, mas a elementos da natureza que a cultura moderna tanto aparta do pensamento, como os animais e as florestas, demonstrando como se proliferaram ou entraram em extinção, a depender do grau de influência do homem perante eles. As duas obras escolhidas para a presente dissertação foram publicadas durante a primeira metade do século XX – 1912 e 1949, respectivamente –, recorte temporal que abarca do período anterior à Grande Guerra (1914-1918) ao início da Guerra Fria. Nesse sentido, na esteira dos estudos históricos e no campo da educação que se voltam à análise de narrativas literárias, compreendemos que a literatura “possibilita um melhor entendimento relativo às representações construídas numa dada sociedade” (GRECCO, 2014, p. 45-46).

Em relação à literatura pós-apocalíptica, podemos dizer que o momento atual está sendo, finalmente, frutífero para o desenvolvimento de estudos brasileiros que abordam, criticam e interpretam o gênero. A partir de 2020, publicações sobre a temática começaram a

¹¹ “[...] it is a thought experiment in human ecology that tries to evaluate the scale and nature of humanity’s impact on the planet by suddenly removing the human species almost entirely.” (POLEFRONE, 2018, p. 256).

surgir com maior ênfase no cenário brasileiro, a exemplo da compilação de David Roas, Flavio García e Marisa Martins Gama-Khalil, *Ficções pós-apocalíptica nas vertentes do fantástico* (2021), fruto de parceria entre autores brasileiros e espanhóis. Similar ao que ocorreu no exterior com a ficção científica, em que somente a partir dos anos 1970 ela se tornou objeto de estudos acadêmicos, as narrativas pós-apocalípticas no Brasil ganham destaque pelo público acadêmico após sua inicial popularização através de outras mídias, principalmente o cinema e os serviços de *streaming*. A própria pandemia da Covid-19 contribuiu para uma guinada às narrativas sobre colapsos, doenças, superações, recomeços e “novas normalidades”, como mostram os artigos de Ida Lucia Machado (2021) e D’Agord, Lang e Triska (2020). Segundo coloca Neves, “trabalhos de conclusão de cursos de graduação, dissertações e teses abordando a temática começaram a se tornar mais visíveis, e compêndios, antologias e coletâneas de contos ou de artigos [...] passaram a ter um maior destaque dentro do mundo literário” (2021, p. 9).

Desse modo, a presente dissertação se inclui neste rol de trabalhos acadêmicos voltados para as narrativas de ficção científica, de modo geral, e a ficção pós-apocalíptica, de modo particular. Tendo como foco principal a análise qualitativa da obra de Jack London e George R. Stewart, nosso objetivo é perceber e compreender como conceitos envolvendo a formação humana aparecem dentro das narrativas dos autores, considerando, assim, a forma como a educação, a linguagem, a experiência e a identidade cultural se destacam em contextos pós-apocalípticos, após o fim da civilização. Ainda, certas representações da natureza e do “mundo selvagem” pós-apocalíptico estão presentes nestas narrativas, sendo este por excelência o novo mundo em que conceitos de formação humana são ressignificados, aprimorados, negados ou transformados completamente. Na consideração do autor José Augusto Pádua, em seu artigo “História ambiental e literatura”,

[...] a imagem do ser humano e da história humana se construiu em grande parte por oposição à natureza: arte versus natureza; ordem social versus natureza; técnica versus natureza; espírito versus natureza etc. em outras palavras, um conjunto de oposições que procuram demarcar, por diferenciação ou por identificação, a especificidade do fenômeno humano em relação à natureza [...] (PÁDUA, 2010, p. 87).

Como veremos, a literatura pós-apocalíptica reconduz o ser humano a um “estado de natureza”, sem leis e sem governos, muitas vezes representado como um novo mundo selvagem e distópico, embora com exceções (a exemplo de George R. Stewart). Os conceitos de educação, identidade, linguagem e experiência, por sua vez, permanecem nestes novos mundos após o fim da civilização, porém com modificações importantes, muitas vezes ganhando significados mais próximos daqueles dados por sociedades tradicionais de povos originários do que aqueles que

a civilização moderna impingiu. Para atingirmos o objetivo dessa análise, realizaremos uma discussão bibliográfica com o campo da história, da literatura e da educação, a fim de compreendermos como podemos conceituar a literatura pós-apocalíptica, seu surgimento e suas características, dentro do gênero maior, a ficção científica. Nossa hipótese é a de que a literatura pós-apocalíptica realiza uma contravenção da sociedade moderna e suas prédicas, de modo que elaboramos um capítulo sobre a ideia de “modernidade” e um dos valores associados a ela, o “progresso”. Antes da análise das obras selecionadas, discutiremos diferentes compreensões de educação e literatura, buscando tentativas de definições dos dois termos, além de fomentar o debate com a seguinte questão: existe um potencial pedagógico intrínseco à literatura?

No primeiro capítulo desta dissertação, a discussão recai principalmente em definições sobre o significado de ficção científica, a partir de autores como Allen (1974), Tavares (1986) e Roberts (2018); ficções futuristas, utopias e distopias, em que utilizamos Alkon (1987), Wilson (2002), Vieira (2010) e Claeys (2010); e, por fim, ficções pós-apocalípticas, onde trabalhamos com autores como Stableford (1983), Lomax (1987), Prucher (2007), Shelley (2007), Hicks (2016), Harper e Speeth (2022). Do modo como a compreendemos, a literatura pós-apocalíptica realiza, por meio do texto fictício, uma contranarrativa da modernidade – exploraremos esse último conceito através de autores como Berman (1986), Rousseau (1992), Harvey (2008), Gaonkar (2001) e Hall (2007).

Ora, tratando-se de um trabalho que lida com a literatura de forma particular, o campo da educação, da formação humana, e a contribuição da História Ambiental, em particular, é o eixo fundamental para a discussão teórica que será realizada nas duas fontes principais escolhidas. Nesse sentido, o terceiro capítulo trabalhará concepções de educação e formação humana, direcionando a discussão para demonstrar quais concepções de educação entendemos ser fundamentais para o mundo “pós-fim do mundo” que é retratado na literatura cotejada. Dessa forma, a discussão sobre educação e formação humana abarcará autores como Rousseau (1995), Saviani (2000), Brandão (2001), Pessoa (2013, 2016) e Krenak (2020). Com o autor indígena, demonstraremos como a educação é compreendida a partir de outros modelos e visões que não em sua forma institucionalizada, analisando quais perspectivas ambientais perpassam a visão da educação indígena em Ailton Krenak, e de que modo ela se relaciona com as experiências educativas nos mundos pós-apocalípticos.

Por fim, antes de adentrar as fontes escolhidas, compreendemos como inestimável a realização de uma breve discussão sobre as diferentes definições de literatura. Mais do que isso, pelo fato de trabalharmos com literatura pós-apocalíptica, temos como objetivo levantar um debate: pode a literatura nos ensinar algo? Quais suas possíveis funções pedagógicas para

nossas vidas? E no gênero pós-apocalíptico, será que ele de fato nos torna leitores mais conscientes sobre as crises ambientais e climáticas com potenciais destrutivos que de há muito já se abatem sobre nosso planeta e se fazem sentir em nosso cotidiano?

Traremos, portanto, diferentes visões sobre o que é a literatura, reconhecendo a impossibilidade de esgotar a temática, e também nos preocupamos em trazer à tona as diferentes funções e potenciais pedagógicos/utilitários que ela pode (ou não) prover à nossa vida. Para não cairmos no senso comum de que o contato com a literatura necessariamente nos torna pessoas mais humanizadas, melhores cidadãos/seres humanos, abordaremos visões diferentes baseadas em autores como Danziger e Johnson (1974), Antonio Candido (1980, 1989, 1999), George Steiner (1988), Gonçalves Filho (2000), Michèle Pétit (2008), Prigol (2010), Gabriel Perissé (2014) e André Cechinel (2017). Na conclusão do capítulo, exploramos as possibilidades de entender a literatura como uma experiência, no sentido atribuído pelo pedagogo Jorge Larrosa (2002). Com essa discussão findada – reconhecendo que deixará mais pontas abertas à interpretação do que respostas conclusivas e definitivas sobre o tema –, os capítulos seguintes recairão na análise de duas obras literárias.

Com *A Morte Escarlata*, novela de Jack London, e *Só a Terra Permanece*, romance de George R. Stewart, demonstraremos como ideias envolvendo educação, formação humana, identidade cultural, linguagem e experiência podem se reformular dentro dos contextos pós-apocalípticos descritos nas duas obras. Aquilo que entendemos como identidade (WOODWARD, 2007) e experiência (BENJAMIN, 1994), por exemplo, assim como a própria definição moderna que temos de “educação”, são conceitos passíveis de serem remodelados e transmutados a depender das situações limítrofes em que os seres humanos são colocados. Nos mundos pós-apocalípticos apresentados nas duas fontes, encontramos a humanidade apartada da civilização moderna que conhecemos – não mais como espécie dominante, produtora de tecnologia e recursos para controlar a natureza, mas sim como *mais uma* dentre tantas outras espécies de animais que tentam sobreviver com base na coleta de alimentos e busca de abrigos, possuindo a característica peculiar de buscar novas formas de organização social e crenças míticas/religiosas para dar um “reinício” à sociedade humana, dotando o mundo de novos sentidos que não foram construídos durante a modernidade. Novas relações entre os seres humanos, a natureza e os animais não-humanos são estabelecidas no mundo “após o fim do mundo”, e a história e a crítica ambiental nos influenciam em demonstrar, na dissertação, as representações desse mundo “selvagem” que surgem dentro das narrativas pós-apocalípticas.

Uma das principais justificativas para a existência do presente trabalho é justamente reconhecer que o presente século XXI, se é o período do avanço tecnológico desenfreado, da

inteligência artificial, da busca pela cura de velhas doenças, também é um período que vem sendo marcado por crises intensas, seja de natureza social e política (acirramento das desigualdades, retorno do fundamentalismo político e religioso, crises de refugiados e os recentes medos bélicos envolvendo a guerra entre Rússia e Ucrânia), seja de natureza socioambiental (mudanças climáticas, desastres naturais que destroem cidades e deixam milhares de mortos, incêndios florestais, entre outros). Empresas de alta tecnologia prometem um futuro utópico, paradoxalmente baseado na ideia de deixar a Terra para trás e colonizar Marte¹². Ao mesmo tempo, cenários que imaginam o fim de nosso mundo como destino certo são cada vez mais comuns dentro da ficção e mesmo nas perspectivas científicas¹³, restando somente a busca desenfreada por novos mundos como única solução à humanidade¹⁴. Se a literatura pós-apocalíptica nos ajuda ou não a tomar uma consciência mais empática frente a essas questões que assolam nosso tempo, não é possível responder de modo definitivo. Fato é que ela, sim, nos provoca e instiga a reflexão sobre futuros possíveis e sobre o papel da humanidade perante o mundo natural, mostrando cenários em que ela já não é mais a senhora da criação, mas uma dentre tantas outras espécies em busca da própria sobrevivência em ambientes hostis.

Voltemo-nos à perspectiva indígena. Ailton Krenak, escritor indígena brasileiro, na famosa obra *Ideias para adiar o fim do mundo*, se debruçou sobre esse tema – o fim e a exaustão do mundo moderno –, realizando a seguinte justificativa para suas palestras, e que também adotamos para esta dissertação: “minha provocação sobre adiar o fim do mundo é sempre poder contar mais uma história. Se pudermos fazer isso, estaremos adiando o fim” (2020a, p. 27).

¹² CORREIA, Flavia. **Elon Musk pretende colonizar Marte: o que sabemos até agora**. Olhar Digital. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2022/11/11/ciencia-e-espaco/elon-musk-pretende-colonizar-marte-o-que-sabemos-ate-agora/>. Notícia veiculada em 11/11/2022. Acesso em 15 de jun. 2023;

¹³ REDAÇÃO Galileu. **Stephen Hawking avisa que temos apenas 100 anos para deixar a Terra**. Galileu. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/05/stephen-hawking-avisa-que-temos-apenas-100-anos-para-deixar-terra.html>. Notícia veiculada em 04/5/2017. Acesso em 12 de dez. 2022.

¹⁴ Para melhor compreendermos a popularidade com que o gênero vem ganhando o mundo nesses tempos de crises e mudanças climáticas, basta lembrarmos que duas produções recentes que colocam os seres humanos em contextos pós-apocalípticos, as séries *The Last of Us* (2023) e *Fallout* (2024), bateram recordes de telespectadores durante suas exibições. Cf. ALMEIDA, Saori. **Episódio final de *The Last of Us* bate recordes de audiência e do HBO Max**. Jovem Nerd. Disponível em: <https://jovemnerd.com.br/noticias/series-e-tv/the-last-of-us-finale-audiencia-recordes>. Notícia veiculada em 14/3/2023. Acesso em 11 de mai. 2024. e TERRA. ***Fallout* foi assistida por mais de 65 milhões de pessoas**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/gameon/geek/fallout-foi-assistida-por-mais-de-65-milhoes-de-pessoas,b77b5141c58c117676b9dd0db5b5a7d02i8rmoy9.html>. Notícia veiculada no dia 30/4/2024. Acesso em 11 de mai. 2024.

2 FICÇÃO CIENTÍFICA E SUAS VISÕES DO FUTURO

No campo cinematográfico, a ficção científica “tem sido considerada, há muito tempo, como um gênero menor” (LEVIN, 2014, p. 1), cuja conceituação ainda popular é aquela “que se origina quando associamos ‘ficção científica’ a ‘máquinas’, ‘robôs’ ou ‘extraterrestres’” (2014, p. 1). Trata-se, portanto, de uma perspectiva restrita sobre o significado da palavra. Na literatura, devido à sua ligação, nos Estados Unidos do início do século XX, com magazines populares, de papel barato, essa mesma forma de ficção já foi vista como “pueril e limitada em termos estéticos, voltada para o denominador mais baixo, com frequência reacionária no âmbito ideológico, raramente mais que um passatempo, uma literatura de distração” (ROBERTS, 2018, p. 353). Apesar de educadores diversos já compreenderem os potenciais pedagógicos da ficção científica para o ensino de ciências¹⁵, ela ainda é

[...] rejeitada por alguns alguns cientistas por se tratar de uma narração marcada pelo caráter fantástico, e pela capacidade de envolver o leitor em um mundo inverossímil. Em meio a esse dilema, a ficção científica encontra-se em um não-lugar tanto no âmbito da literatura, quanto ao da ciência. (CONCEIÇÃO; PORTO; COUTO, 2020, p. 2).

De fato, falar em ficção científica e ficções futuristas automaticamente implica trazer à mente imagens contendo exércitos de robôs marchando sobre metrópoles pontilhadas de arranha-céus, espaçonaves alienígenas sombreando capitais do mundo, batalhas espaciais, efeitos especiais duvidosos, entre outros pontos. Na famosa obra de Italo Calvino, “Por que ler os Clássicos”, na qual o autor procura conceituar as definições de um livro “clássico” com um exemplo amplo de obras, há certa ausência de nomes intrinsecamente ligados à ficção científica, como Jules Verne. No entanto, num dos capítulos a análise de Calvino recai sobre uma obra de Cyrano de Bergerac (1619-1655), chamada *Histoire comique des états et empires de la Lune*, considerada pelo autor italiano uma precursora da ficção científica.

Cyrano nutre suas fantasias com os conhecimentos científicos da época e com as tradições mágicas renascentistas e, assim fazendo, produz antecipações que somente nós, mais de três séculos depois, podemos apreciar como tais: os movimentos do astronauta que se livrou da força da gravidade (ele chega a isso mediante gotas de orvalho que são atraídas pelo Sol), os foguetes em vários estágios, os “livros sonoros”

¹⁵ Cf. ROCQUE, Lucia. R. Literatura e Imagens de Ficção Científica: perspectivas entre as ciências e as artes, relações possíveis para a formação de professores no ensino de ciências. In: HARRIS, Leila Assumpção. (Org.). **A Voz e o Olhar do Outro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. v. 4, p. 72-83 e PIASSI, Luís Paulo de Carvalho. A ficção científica como elemento de problematização na educação em ciências. **Ciência & Educação** (Bauru), vol. 21, n. 3, jul-set, 2015, p. 783-798.

(carrega-se o mecanismo, coloca-se uma agulha sobre o capítulo desejado, ouvem-se os sons que saem de uma espécie de boca). (CALVINO, 1993, p. 97).

Apesar de muitas obras e autores já terem, com efeito, transcendido tal simplicidade que caracteriza a ficção científica no imaginário popular e lidado com temáticas importantes, como Philip K. Dick e suas discussões sobre o uso de drogas e a alteração do estado mental, Ray Bradbury e o papel da censura no acesso à informação, ou Arthur C. Clarke e sua contribuição para os programas de exploração espacial durante a segunda metade do século XX, ainda assim sentimos a necessidade premente de discuti-la academicamente, reconhecendo, em primeiro lugar, que desde os anos 1970, a ficção científica tornou-se objeto de discussões literárias no âmbito acadêmico.

O crítico literário Lawrence Buell esclarece bem a condição na qual a ficção científica, com o tempo, começou a se tornar objeto de pesquisa na seara acadêmica, quando suas narrativas e suas visões do futuro, da humanidade, da natureza e da própria ciência e tecnologia passaram a ser discutidas na área principalmente dos estudos literários. Segundo o crítico americano,

A ficção científica levou muito tempo para conquistar respeito dos críticos acadêmicos [...] Muitos ainda pensam nela como coisas pop, e não sérias. Recentemente, a situação começou a mudar [...] Isso inclui o interesse crescente dos estudos literários na cultura popular, a assimilação cada vez mais crescente da ficção científica das descobertas de tecnologias de ponta, como a cibernética, a inteligência artificial, a genética e a hibridização corpo-máquina [...]. (BUELL, 2005, p. 56, tradução nossa).

¹⁶

Consideramos, por exemplo, uma obra como *As Viagens de Gulliver*, publicada em 1726 por Jonathan Swift (2010). Reconhecida como um clássico da literatura, a obra possui inúmeras características presentes na própria ficção científica que se desenvolveu posteriormente, inclusive a mais paradoxal e interessante delas – a própria crítica à ciência e ao papel dos cientistas em suas tentativas de “dominar” a natureza. A viagem do personagem Gulliver para diferentes ilhas habitadas por diferentes “tipos” de seres humanos possui muitos paralelos com as imagens de astronaves tripuladas pousando em novos mundos e descobrindo novas espécies e civilizações, como o Ocidente se acostumou com a popularização do seriado norte-americano “Star Trek – Jornada nas Estrelas” (1966-1969). Outro famoso autor, o francês

¹⁶ “Science fiction has taken a long time to win much respect from academic critics [...] Many still think of it as pop stuff, not serious stuff. Recently, the situation has started to change [...] These include literary studies’ increasing interest in popular culture, science fiction’s increasingly brainy assimilation of the findings of leading-edge technologies like cybernetics, artificial intelligence, genetics, and body-machine hybridization.” (BUELL, 2005, p. 56).

Jules Verne (1828-1905), ainda que seus romances tenham lidado com ideias hoje consideradas absurdas e ousadas (como um canhão que dispara um projétil tripulado até a lua, ou um planeta Terra oco com vida animal e vegetal em seu interior), tornou-se um dos grandes nomes da literatura mundial, e a ficção científica se popularizou graças a tais nomes.

A ficção científica, assim, expressa ansiedades, perspectivas otimistas ou pessimistas, sobre nosso próprio futuro como espécie humana. No dizer da historiadora cultural Sandra Pesavento, esse gênero “escapa do domínio do fantasioso ou do improvável para situar-se na temporalidade da escrita, esclarecendo sobre as angústias e temores, os sonhos e desejos que animavam as expectativas dos homens de uma certa época” (2003, p. 40). Nisso reside seu principal valor: podemos utilizar a ficção científica e seus subgêneros para entender como o futuro (ou o passado) pode ser concebido com base nas conturbações e turbulências do tempo presente, permitindo-nos utilizar dela para realizar uma leitura das aflições, inquietações e esperanças que a humanidade deposita para o porvir. Dessa forma, é um gênero fundamental para compreender algumas representações que a humanidade faz sobre ela própria e seus anseios.

Nas discussões propriamente voltadas para as relações entre a história e a literatura, compreendemos que os textos literários “constroem uma representação acerca da realidade” (BORGES, 2010, p. 95), de uma forma que lhe é própria, a depender das circunstâncias socioculturais em que foi escrito, das intenções do autor e – nosso principal ponto – das interpretações por parte do leitor. De forma mais detalhada,

A literatura registra e expressa aspectos múltiplos do complexo, diversificado e conflituoso campo social no qual se insere e sobre o qual se refere. Ela é constituída a partir do mundo social e cultural e, também, constituinte deste; é testemunha efetuada pelo filtro de um olhar, de uma percepção e leitura da realidade, sendo inscrição, instrumento e proposição de caminhos, de projetos, de valores, de regras, de atitudes, de formas de sentir... (BORGES, 2010, p. 98).

Assim, o contato com textos literários de outras temporalidades de fato pode nos prover meios privilegiados de acessarmos as sensibilidades e visões de mundo presentes em outras épocas e contextos histórico-sociais. No entanto, para os objetivos da presente dissertação, não limitamos o potencial da literatura futurista e pós-apocalíptica somente como instrumento para percebermos representações acerca do mundo futuro, feitas no passado. Realizaremos, sobretudo, a análise de nossas fontes literárias com base em conceitos que talvez não estivessem presentes nas intenções originais dos autores, tais como a ideia de identidade cultural (surgida principalmente com o advento dos Estudos Culturais), formação humana,

educação, entre outros. Isso implica empreender um olhar que “passa despercebido e só depois será descoberto pela crítica” (PESAVENTO, 2003, p. 41). Nesse sentido, as visões do futuro presentes na literatura que analisaremos não nos servem somente como exemplos das expectativas e mentalidades de todo um período – embora esse elemento esteja presente –, mas antes servem como cenários imaginativos no qual os autores selecionados para o presente trabalho puderam realizar definitivos experimentos até então impossíveis de serem alocados num outro campo que não o artístico. Nesses experimentos, imaginaram como a humanidade, após perder sua civilização e suas realizações, se reinventou em outros modos de vida completamente diferentes daqueles do homem moderno.

Ao longo da história – em particular no Ocidente –, o futuro já foi imaginado de diversas formas. Dentro da ficção científica, a visão do futuro é plural e divergente. Ele pode tanto ser dominado pela tecnologia e inteligência artificial, que se destaca por realizar a maior parte dos serviços para os humanos, como também ser um futuro no qual raças alienígenas inteligentes de diversos planetas se reúnem em metrópoles galácticas. Para o presente trabalho, os futuros pós-apocalípticos ganharão especial notoriedade: tratam-se dos futuros em que nossa civilização moderna ruíu, seja por decorrência de eventos cataclísmicos ou pandemias virais.

A literatura pós-apocalíptica faz parte da ficção científica desde o século XIX, contexto de seu surgimento. Não estranha, assim, uma de suas pioneiras ter sido Mary Shelley (1797-1851), após a publicação de *Frankenstein*, em 1818. No entanto, percebemos que algumas compreensões mais simples colocam a literatura pós-apocalíptica como análoga às distopias literárias, fato que pode gerar determinados desentendimentos sobre a diferenciação entre os dois gêneros. De fato, ficções futuristas, utopias, distopias e romances pós-apocalípticos, de modo geral, fazem parte da ficção científica, o gênero maior que permite tal “extrapolação” das fronteiras da mente e dá abertura para a imaginação ao criar novos mundos, baseados no nosso.

Para essa primeira sessão do trabalho, realizaremos uma discussão dos conceitos de ficção científica, e dos subgêneros que dela decorrem: ficções futuristas, utopias e distopias. Em seguida, entraremos na seara da literatura pós-apocalíptica, demonstrando as convergências e divergências que ela mantém com os outros temas. Com exceção da utopia, já presente no pensamento Ocidental desde a Grécia Antiga (com a *República*, de Platão), mas que se cristalizou de modo mais definitivo no século XVI com Thomas More, e somente mais tarde tornou-se associada à ficção científica, todos os outros subgêneros coligam-se à ficção científica desde seu surgimento, especialmente a partir dos séculos XIX e XX, quando o gênero ganhou popularidade dentre autores famosos (a exemplo de H.G. Wells e Júlio Verne).

2.1 FICÇÃO CIENTÍFICA

Quando se trata das tentativas de definir esse termo, o “maior consenso dos autores que se debruçaram sobre a questão da delimitação do gênero da ficção científica talvez seja justamente a enorme dificuldade de se realizar tal delimitação” (PIASSI, 2007, p. 93). Ao fim, cada autor que trabalha com o conceito tenta, a seu modo, delinear a fronteira entre o que constituiria elementos próprios da ficção científica, pois suas definições são “mutáveis e incertas, tornando diferentes recortes feitos por acadêmicos, autores e críticos quase incomunicáveis entre si” (VOLLBRECHT, 2019, p. 15). Desses autores, trabalharemos principalmente com as visões de Darko Suvin, Adam Roberts, Louis David Allen e do brasileiro Bráulio Tavares. Sobre escritores próprios de ficção científica, daremos nesta sessão especial ênfase em Mary Shelley com sua obra *Frankenstein*.

Uma das principais tentativas de conceituar a ficção científica foi estabelecida por um pioneiro no campo dos *Science Fiction Studies* ainda nos anos 1970, Darko Suvin, sendo bastante precisa em demarcar as principais características desse tipo de literatura, o que também auxilia no contraste com outras ficções. Segundo o crítico Adam Roberts (2018), a definição e os estudos de Darko Suvin sobre o tema são ainda hoje objetos de reflexão e interpretações, tamanha a influência do autor. Para Suvin, ficção científica seria um gênero “cujas condições necessárias e suficientes são a presença e interação de distanciamento e cognição, e cujo dispositivo principal é uma moldura imaginativa alternativa ao ambiente empírico do autor” (SUVIN apud ROBERTS, 2018, p. 37). Em outras palavras, Suvin trabalhou a ficção científica como aquele gênero literário em que nosso mundo (o ambiente empírico) pode ser remodelado conforme a capacidade imaginativa do autor, produzindo distanciamento/estranhamento, ainda que mantendo com o público leitor uma estranha familiaridade.

Suvin também se tornou famoso dentro da área ao propor o latinismo *novum* como elemento-chave para os textos de ficção científica. *Novum* representa o “dispositivo, artefato ou premissa ficcionais que põem em foco a diferença entre o mundo que o leitor habita e o mundo ficcional do texto de FC” (ROBERTS, 2018, p. 37). Desde já, é possível perceber uma característica comum presente nesse gênero literário: a alteridade, seja ela em relação a novos e estranhos mundos se comparados ao nosso próprio, seja em relação a objetos tecnológicos que quase não se distinguem da magia (como uma máquina do tempo), ou em relação a mundos futuros, extremamente diferentes e praticamente alienígenas em relação ao presente. São elementos como esses, presente em muitos textos de ficção científica, que a tornam um gênero extremamente subversivo e reflexivo em relação à nossa própria realidade cotidiana, pois não

é raro que autores diversos imaginem mundos em que nossas tendências contemporâneas são levadas à exaustão e tornam-se sátiras delas mesmas (como a poluição ambiental e o vício em aparelhos eletrônicos).

Ficções que imaginam o futuro da humanidade, viagens interplanetárias ou o encontro com o *Outro* (como extraterrestres ou habitantes da Terra do futuro), não são meros escapes literários de nosso cotidiano, mas expressam ansiedades, preocupações ou otimismo em relação às mudanças paradigmáticas de nosso mundo. Hoje pode-se mesmo dizer que gêneros e subgêneros da ficção científica dominam muitos meios de entretenimento, reconhecendo que filmes de super-heróis e séries de *streaming* que possuem ligações com a ficção científica fazem um grande sucesso junto ao público. A definição do próprio Adam Roberts, em diálogo com autores como Darko Suvin e Damien Broderick, nos ajuda a compreender como a ficção científica extrapola os meios literários (seu formato original) e se incrementa em nossa vida cotidiana através de produções cinematográficas e televisivas. Para o autor, ela é

[...] uma forma de discurso cultural (em essência literário, mas nos últimos tempos cada vez mais cinematográfico, televisual, de quadrinhos e relacionado a jogos, eletrônicos ou não) que envolve a concepção de um mundo, de um modo ou de outro, diferenciado do mundo real em que os leitores vivem. O grau de diferenciação – a estranheza do *novum*, para usar a terminologia de Suvin – varia de um texto para o outro, mas na maioria das vezes envolve exemplos de *hardware* tecnológico que se tornaram, até certo ponto, reificados pelo uso: a espaçonave, o alienígena, o robô, a máquina do tempo e assim por diante. (ROBERTS, 2018, p. 39).

Antes de entrarmos especificamente nos detalhes da ficção científica, é importante trabalharmos com outras definições do gênero, para entendermos como ela pode ser lida como uma crítica à realidade social contemporânea de seus autores. Ainda que pouco discutida no Brasil durante os anos 1970, foi nesse período que surgiu a tradução no país de uma obra envolvida nos *Science Fiction Studies*. Trata-se de *No mundo da ficção científica*, de Louis David Allen. Similar às posições de Darko Suvin, Allen também escreveu suas conceituações do gênero durante os anos 1970. Na visão de Allen, por se debruçar tanto sobre possíveis futuros da humanidade como com tecnologias científicas ainda inexistentes (mas muitas teoricamente possíveis), a ficção científica chega a possuir um caráter pedagógico para seus potenciais leitores. Coloca o autor que os escritores podem utilizar de suas ficções para “explorar temas que não são facilmente explorados em outras formas literárias ou para ensinar fatos e teorias científicas que são correntes na época em que a estória é escrita” (ALLEN, 1974, p. 219).

Em relação à definição de Allen sobre ficção científica e suas características, o autor mantém que ela é, sobretudo, uma literatura de mudança:

[...] esta mudança pode ser ocasionada pela pura extrapolação de conhecimento científico corrente, para seu desenvolvimento lógico no futuro próximo. Pode ser causada por fatores que estão relacionados de alguma maneira à ciência corrente, embora não possamos predizê-los coerentemente neste momento; podemos, em outras palavras, especular sobre desenvolvimentos futuros das ciências. Ou pode ser causada simplesmente postulando a introdução de um conjunto de fatores que não estão relacionados à ciência corrente, tais como as leis da magia ou uma mudança num simples detalhe do passado. Seja o que for que ocasione uma mudança nas condições da vida, do ambiente, ou da mente, a ficção científica está principalmente preocupada em examinar as consequências humanas dessa mudança. (ALLEN, 1974, p. 219-220).

De acordo com a reflexão do autor e com as discussões até então elencadas, é comum que na ficção científica se extrapolem as consequências técnico-científicas do mundo contemporâneo, formando novos “mundos” que podem se situar no futuro ou em outros planetas¹⁷. Nesses novos mundos jaz a alteridade, o encontro do leitor com o *novum* do qual fala Darko Suvin, isto é, o ambiente alternativo à sua própria realidade, mas que ao mesmo tempo suscita a leitura e reflexão dessa mesma realidade. Assim, podemos considerar que a ficção científica

[...] se ocupa de subverter aspectos concretos da realidade. Esses aspectos podem ser um detalhe de uma teoria historicamente fundamentada, uma alteração de uma constante física ou mesmo um conceito multidisciplinar. A ficção científica não só pode alterar regras biológicas, físicas, químicas e matemáticas como também pode alterar conhecimentos históricos, psicológicos ou sociais. (CONCEIÇÃO; PORTO; COUTO, 2020, p.5).

Até aqui já é possível concluir que a pretensão ao estranhamento pode ser uma boa definição da ficção científica. É certo, contudo, que tal estranhamento precisa ser amparado por características que lhe deem verossimilhança em relação a nosso mundo e seu estado de conhecimento e desenvolvimento tecnológico para que o texto não caia no gênero do fantástico. O autor brasileiro Bráulio Tavares, crítico literário e também autor de ficção, é quem concretiza tal pressuposto, afirmando que uma “boa história de FC [Ficção científica] é a que consegue nos mostrar um universo diferente do nosso, em geral mais complexo do que o nosso, e dar-lhe uma coerência satisfatória” (TAVARES, 1986, p. 24). Ou seja, atribuir coerências plausíveis a universos diferentes do nosso, mas que ao mesmo tempo sejam familiares. Nesse sentido, outros planetas, galáxias, o futuro da Terra, o passado, ou o nosso próprio mundo numa versão alternativa: as possibilidades de o leitor deparar-se com o *novum* são várias.

¹⁷ É interessante perceber como, nesta característica de formar novos mundos com base no mundo real, a ficção científica deve muito às literaturas utópicas surgidas a partir do Renascimento, como a *Utopia* de Thomas More ou a *Cidade do Sol* de Campanella.

“Sensação de estranheza diante do mundo; crise e reafirmação da própria identidade; impulso para enfrentar grandes desafios e mudar o mundo – todos esses elementos se fundem na FC” (TAVARES, 1986, p. 15), assevera o mesmo autor. Com tais características, é compreensível que a ficção científica tenha tomado forma somente na modernidade, expressando logo em suas primeiras manifestações ansiedades e preocupações em relação às mudanças ocasionadas pelo desenvolvimento científico e suas pretensões transformadoras. Segundo Peter Fitting (2010), a condição motriz da ficção científica é justamente sua “capacidade de refletir ou expressar nossas esperanças e medos sobre o futuro e, mais especificamente, vincular essas esperanças e medos à ciência e à tecnologia” (p. 138, tradução nossa)¹⁸, compondo narrativas em que “aspectos de nossa realidade familiar são transformados ou suspensos” (SEED, 2011, p. 2, tradução nossa).¹⁹

Muitos colocam na obra-prima de Mary Shelley, *Frankenstein*, publicada em 1818, o nascimento da ficção científica moderna, ainda que reconhecendo precedentes que remontam mesmo à Antiguidade²⁰. Com efeito, a obra de Shelley “teve comprovadamente uma vasta e duradoura influência sobre o desenvolvimento da ficção científica, sendo lugar-comum tratá-lo como uma fábula sobre a ciência e suas consequências” (ROBERTS, 2018, p. 195). Embora no século XVIII já houvessem muitas ficções que extrapolavam as barreiras do “cotidiano” e imaginavam viagens fantásticas e novas invenções decorrentes da Revolução Industrial, ainda assim a obra “Frankenstein” é uma das pioneiras no desenvolvimento da ficção científica, que encontrou terreno fértil durante todo o século XIX, século do desenvolvimento científico por excelência, em que a ciência e os temores relacionados à sua abrupta implementação na vida humana foram cada vez mais percebidos e expressos na literatura. Na novela de Mary Shelley, Victor Frankenstein é um estudante fascinado pelo poder potencial da unidade entre ciência e filosofia, possuindo uma “sede desenfreada de conhecimento” inspirada por mestres da alquimia e do ocultismo, visando à descoberta da pedra filosofal e do elixir da vida.

Obcecado pela ideia da criação da vida e convicto de que estava absolutamente certo em sua projeção de uma nova espécie de homem em prol da humanidade, Frankenstein imaginou uma nova sociedade (sociedade moderna) formada por “seres felizes, puros” e imunes

¹⁸ “The intersection of modern science fiction and utopia begins with what I consider the foundational characteristic of science fiction, namely its ability to reflect or express our hopes and fears about the future, and more specifically to link those hopes and fears to science and technology.” (FITTING, 2010, p. 138).

¹⁹ “It is helpful to think of an SF narrative as an embodied thought experiment whereby aspects of our familiar reality are transformed or suspended.” (SEED, 2011, p. 2).

²⁰ Como a obra do século II d.C. de Luciano de Samósata, *História Verdadeira*, que trata de forma satírica e em tom de comédia uma viagem dos homens à Lua e os conflitos estabelecidos entre os humanos e os habitantes do satélite.

às doenças. Quando o resultado de sua experiência ganha vida – uma criatura que sente a rejeição de seu criador e manifesta sua vingança assassinando seus entes mais queridos –, Victor manifesta seu martírio pelas consequências “apocalípticas” de sua experiência, inicialmente concebida como um grande projeto utópico:

Como posso descrever minhas emoções ante aquela catástrofe, como reescrever aquela ruína que eu, com esforço infinito e zelo, havia tentado formar? Seus membros eram bem-proporcionados, e eu havia escolhido e trabalhado suas feições para que fossem belas. Belas! Meu Deus! Sua pele amarela mal cobria o relevo dos músculos e das artérias que jaziam por baixo; seus cabelos eram corridos e de um negro lustroso; seus dentes, alvos como pérolas. Todas essas exuberâncias, porém, não formavam senão um contraste horrível com seus olhos desmaiados, quase da mesma cor acinzentada das órbitas onde se cravavam, e com a pele encarquilhada e os lábios negros e retos. (SHELLEY, 2013, p. 63).

O “monstro” criado por Frankenstein é uma representação das ambições frustradas do cientista em dominar a natureza da vida e da morte por meio da técnica e dos experimentos científicos. A história criada por Mary Shelley propõe uma discussão ética sobre os limites da ciência e das ambições humanas, pois, apesar do inicial sucesso do cientista em dar vida a uma criatura, ele acaba sentindo o peso de suas próprias ambições ao ser perseguido por esse mesmo ser que deu vida através da ciência. Em tese, sua experiência foi um sucesso e o jovem cientista pôde se equiparar a uma espécie de deus criador; por outro lado, ao ter adentrado tal território “sagrado” da vida e da morte por meio de seus experimentos secretos e métodos discutíveis, o resultado de seu experimento se mostrou longe da nova espécie de humanidade ideal que o cientista ambicionava criar, de modo que a própria visão da criatura lhe traz horror e repugnância.

Dentro da ficção científica, frequentemente testemunhamos temáticas religiosas vestidas em roupagens seculares, isto é, a busca de sentidos que, nos livros sagrados, procuram aliviar as ansiedades humanas com promessas de imortalidade e reinos futuros, sendo substituídas por tecnologias avançadas que levam ao mesmo resultado, mas que em muito se aproximam da própria magia, ao menos pelo limitado olhar humano. Por exemplo, na obra de Arthur C. Clarke (2013), *2001: Uma odisseia no espaço*, seres alienígenas que são para nós inconcebíveis responsabilizam-se em ajudar os hominídeos a aguçar sua curiosidade e, a longo prazo, evoluírem para o humano moderno, capaz de desenvolver tecnologia o suficiente para ir de encontro a esses mesmos seres transcendentais por meio de portais estelares. Em outra obra do mesmo autor, *O fim da infância* (2015), escrita no início da corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética, alienígenas com aparência de demônios – conforme foram

retratados pelo Cristianismo – são responsáveis por criar uma utopia na Terra, desarmando as nações bélicas e acabando com a fome no mundo, porém mantendo a humanidade inteira sob sua tutela e vigilância.

É necessário novamente frisar que a ficção científica é por excelência um gênero literário moderno, tendo surgido somente quando as estruturas religiosas associadas ao Antigo Regime passaram a sofrer contestações e negações a partir dos séculos XVIII e XIX. Nesse sentido, não só uma tendência geral para a secularização da sociedade e certo sentimento de deslocamento do homem perante sua identidade impulsionaram o surgimento da ficção científica, como também as teorias recorrentes surgidas no período, como a evolução conforme proposta em *A Origem das Espécies*, publicada por Charles Darwin (2018) em 1859.

Dentro do ideal do homem moderno, ele estaria supostamente livre das “amarras” associadas à religião, livre também para transitar no mundo e construir seu próprio ideal de realização e felicidade pessoal, assim expressando a principal face do individualismo. Ora, na obra de Mary Shelley, Victor Frankenstein é a projeção principal deste indivíduo moderno que crê na capacidade da ciência e no pensamento racionalista para tornar o mundo um lugar melhor. Ele é um cientista independente muito mais interessado em experimentos subversivos que aliam alquimia e ciência moderna do que no sentimento de pertencimento a algo maior, que seria proposto pela religião tradicional (o Cristianismo). Nesse sentido, projeta-se na obra a ideia de que a ciência, enquanto meio de entender o mundo que teria, em tese, “substituído” a religião, se usada de forma desenfreada, pode trazer consequências negativas para a humanidade.

Com base na tese central de Mary Shelley em sua obra, o próprio gênero pós-apocalíptico, desenvolvido pouco após a publicação de “Frankenstein”, que será explorado melhor em momento posterior do presente trabalho, possui uma ideia similar. Nele, veremos como a modernidade (cuja ciência racional é uma das facetas), ao chegar num estado extremo de superpopulação, façanhas tecnológicas, domínio total sobre a natureza, entre outros pontos, acaba esgotando-se e perdendo o controle, promovendo e contribuindo para fomentar eventos apocalípticos que a destroem completamente e fazem a civilização voltar a estágios primitivos. Os romances pós-apocalípticos, de modo geral, são ambientados no futuro; houve, portanto, um determinado ponto no desenvolvimento da literatura moderna em que o futuro se tornou objeto de ficção, palco central para narrativas, romances e contos.

Foi durante a passagem do século XVIII para o XIX que as ficções futuristas começaram a se fundir com a ficção científica. Similar a esta última, também as ficções sobre o futuro agem como uma espécie de subversão do discurso religioso, apropriando-se de ideias sobre o fim do mundo e ressignificando-as; até o período moderno, os acontecimentos futuros

eram por excelência parte das profecias religiosas e dos movimentos e cultos milenaristas, apoiados por interpretações bíblicas sobre o porvir. Com as mudanças paradigmáticas surgidas na modernidade – i.e., desenvolvimento científico, Reforma Protestante e quebra de hegemonia da Igreja Católica, as navegações e a descobertas de novos mundos além da Europa, mas também as ansiedades e os otimismo protagonizados pelos movimentos sociais e políticos que geraram a Revolução Industrial e a Revolução Francesa –, o futuro se tornou também ele objeto de prosa, não demorando para que as utopias e distopias – e os cenários pós-apocalípticos –, fossem direcionadas para ele.

2.2 FICÇÕES FUTURISTAS, UTOPIAS E DISTOPIAS

Os dizeres de Aristóteles na obra *Retórica*, como lembra Paul Alkon (1987), serviram particularmente bem para explicar, em parte, porque o futuro não foi objeto de contos e ficções até o período moderno. Escreveu o estagirita que “[...] ninguém elabora uma narração sobre fatos futuros. Mas se por acaso houver narração, que seja sobre acontecimentos passados de forma que, sendo recordados, se delibere melhor sobre os futuros, quer se critique quer se elogia” (ARISTÓTELES, 2005, p. 289). Junto às prédicas do mestre grego, na Europa pré-moderna o futuro já estava muito bem delineado pela profecia apocalíptica bíblica; imagens dele eram e ainda são comuns em igrejas e catedrais construídas na Idade Média, que demonstram em suas pinturas o Juízo Final e o fim último de todas as coisas. Seitas milenaristas medievais, de fato, projetavam visões próprias para o futuro, como aquela surgida a partir de Joaquim de Fiore (1135-1202) e sua concepção de tempo – a idade do Pai, do Filho e do Espírito Santo –, porém ainda eram visões integralmente marcadas pela interpretação bíblica e pelo futuro revelado no livro sagrado. Com a modernidade, novas projeções para o futuro tomaram forma, inclusive fazendo-o parte da literatura ficcional, expressando expectativas e ansiedades em relação às mudanças que já estavam dominando a cena europeia a partir dos séculos XVI e XVII.

Sentimentos antimonárquicos e anticlericais, somado ao clima revolucionário que se apossou da Europa durante o século XVIII, puderam ressignificar não somente a história passada (associada agora às trevas e ao obscurantismo, ao domínio da superstição e da hegemonia da Igreja, conforme a visão pregada pelos Iluministas), como também auxiliaram na projeção de novos elementos para a história futura. O futuro, pela primeira vez, passou a fazer parte dos temas explorados na literatura moderna. Na reflexão de Paul Alkon,

Trabalhos que quebram o tabu em relação a contos do futuro são um desenvolvimento significativo que marcam a emergência de uma forma [literária] desconhecida para a literatura clássica, medieval e renascentista. Eles também marcam o início do que é indiscutivelmente o modo de expressão literária mais revelador do mundo moderno. Nossas fantasias de futuros utópicos ou distópicos, ainda mais claras do que outros sonhos que compartilhamos, nos dizem quem somos ao nos mostrar nossos medos e desejos coletivos. (ALKON, 1987, p. 3-4, tradução nossa).²¹

Procurando compreender historicamente a empreitada de tornar o futuro como objeto da literatura, Paul Alkon (1987) aponta duas tentativas precoces do século XVII, um panfleto político publicado em 1644 por Francis Cheynell e um romance incompleto de Jacques Guttin, *Epigone, histoire du siecle futur*, de 1659. No entanto, somente após a primeira metade do século XVIII surgiu uma das primeiras e mais conceituadas ficções futuristas, cujas temáticas ainda seriam muito apropriadas pela ficção científica, principalmente nas distopias surgidas durante o século XX (em particular as de Aldous Huxley e George Orwell). Trata-se de *L'An 2440* [O ano 2440], publicada em 1771 na França, do autor republicano e crítico da monarquia Louis-Sébastien Mercier (1740-1814).

A obra de Mercier pode ser considerada parte da literatura utópica já tradicional na Europa, possuindo alguns paralelos com obras como *Nova Atlântida*, de Francis Bacon (2005), de 1628. Por “utopia”, compreendemos uma tendência literária que remonta a Thomas More com sua obra de mesmo nome publicada em 1516, porém com precedentes até mesmo na Antiguidade, em particular em *A República* de Platão (2002), na qual autores imaginam uma “organização social inexistente e melhor do que a sociedade real” (VIEIRA, 2010, p. 7, tradução nossa)²². A literatura utópica foi particularmente fértil entre os anos de 1500 e 1800; a descoberta europeia dos povos indígenas e suas organizações sociais diversas, ocorrida durante as Grandes Navegações e o início da exploração do continente americano, influenciaram a imaginação utópica em criar, por meio da literatura, novos tipos de sociedades, novos mundos e novas leis, baseadas, contudo, nas ideias racionalistas e humanistas que vigoravam no período.

A ficção de Mercier possui uma especificidade que criou um precedente para a literatura utópica posterior, localizando sua sociedade ideal não mais numa ilha (como fez Thomas More e Francis Bacon), mas na Paris do vindouro século XXV. Nesse sentido, sua

²¹ “Works that break the taboo against tales of the future are a significant development marking the emergence of a form unknown to classical, medieval, and renaissance literature. They mark too the beginning of what is arguably the modern world's most revealing mode of literary statement. Our fantasies of utopian or dystopian futures, even more clearly than other dreams that we share, tell what we are by showing our collective desires and fears.” (ALKON, 1987, p.3-4).

²² “Although the idea of utopia should not be confused with the idea of perfection, one of its most recognizable traits is its speculative discourse on a non-existent social organization which is better than the real society.” (VIEIRA, 2010, p. 7).

utopia também é considerada uma *eucronia*, um “tempo bom” localizado no futuro, em que tudo estaria em perfeita harmonia. Mercier utilizou-se de sua ficção para realizar a crítica à monarquia francesa: “no lugar das instituições superpostas, contraditórias, confusas, do *ancien régime*, a sociedade fora reorganizada pelos princípios matemáticos da lógica e da consistência” (WILSON, 2002, p. 133-134).

No futuro imaginado por Mercier, os cidadãos se tornaram mais produtivos tendo menos horas de trabalho; a religião organizada havia desaparecido em prol da vivência espiritual pessoal; e os impostos, apesar de ainda existentes, eram mínimos, garantindo que o Estado do futuro cuidasse da felicidade de seus cidadãos. Mercier também não poupou descrições dos conteúdos e sistemas educacionais em seu futuro – o ensino de história e do passado eram abolidos, uma vez que a imposição de um regime de governo completamente racional necessitava de uma literal ruptura com tudo o que representasse o passado e o sistema monárquico. O estudo do latim e do grego, igualmente, inexistiam: “os estudantes aprendiam assuntos ‘úteis’, como álgebra e física, para aumentar seus poderes de raciocínio e transformarem-se em cidadãos iluminados” (WILSON, 2002, p. 136).

Como é perceptível nas características da obra de Mercier, sua sociedade ideal do futuro foi a expressão dos desejos racionalistas e mesmo revolucionários que perpassavam a França de seu tempo, culminando com a revolução de 1789. O futuro imaginado pelo autor é o reino da ordem, do progresso e da felicidade, em contraposição às estruturas consideradas arcaicas do antigo regime, como o sistema monárquico e a predominância da Igreja Católica. Fátima Vieira comenta sobre essa mudança de foco em relação às utopias, que deixaram de ser localizadas em lugares específicos alcançados por viagens marítimas, ainda que rumadas para o desconhecido, para se situar no futuro, alcançado não através de máquinas do tempo (isso só se daria com a ficção de H.G. Wells em 1895), mas por visões hipnóticas transmitidas em sonhos ao protagonista:

A projeção dos desejos utópicos para o futuro implicou uma mudança na própria natureza da utopia – e dessa forma um neologismo derivado nasceu. De eu/utopia, o bom/não-lugar, passamos à eucronia, o bom lugar no futuro. O nascimento da eucronia deveu-se a uma mudança de mentalidade, presidida pela cosmovisão otimista que prevalecia na Europa do Iluminismo. No Renascimento, o homem descobriu que havia opções alternativas à sociedade em que vivia, tomou consciência dos poderes infinitos da razão e entendeu que a construção do futuro estava em suas mãos. No Iluminismo, o homem descobriu que a razão poderia permitir-lhe não só ter uma vida feliz, mas também alcançar a perfeição humana. (VIEIRA, 2010, p. 9, tradução nossa).²³

²³ “The projection of the utopian wishes into the future implied a change in the very nature of utopia – and thus a derivation neologism was born. From eu/utopia, the good/non-place, we move to *euchronia*, the good place in the future. The birth of *euchronia* was due to a change of mentality, presided over by the optimistic worldview that

Com efeito, a obra de Mercier, sendo tanto uma ficção futurista como uma “eucronia”, concentra em sua narrativa elementos muito bem prezados pelos iluministas do século XVIII, como a sociedade viver sob o domínio da razão e do racionalismo científico, a perda de protagonismo da religião organizada, e o uso da ciência para aprimorar a qualidade de vida dos cidadãos. No entanto, precisamos conceituar melhor a ideia de ficções futuristas, reconhecendo que a literatura pós-apocalíptica, já a partir do século XIX, foi um desdobramento de tal tradição literária. As ficções futuristas modernas são também a gênese da ficção científica que se desenvolveu a partir dos séculos XIX e XX, incluindo a distopia, muitas vezes confundida com o pós-apocalipse.

Nas palavras de Paul Alkon, entende-se ficção futurista como “narrativas em prosa explicitamente ambientadas no futuro” (ALKON, 1987, p. 3, tradução nossa)²⁴. Como visto, essas narrativas são produtos do mundo moderno, influenciadas principalmente pela percepção cada vez mais evidente dentre os defensores do projeto iluminista: a de que o futuro seria assegurado como o reino da felicidade e da razão, uma vez suplantado o poder da monarquia e da Igreja Católica, substituídas pela ciência e progresso. As primeiras ficções futuristas modernas possuíam um caráter utópico similar à obra clássica de Mercier, compartilhando algumas características comum:

[...] uma fé otimista no progresso tecnológico, científico e político; a suposição de que a natureza humana era infinitamente maleável e podia portanto ser programada para a perfeição; a crença em ordem, razão e igualdade; a expectativa de uma ordem internacional pacífica e harmoniosa; e a convicção de que as “leis” da mudança histórica poderiam ser planejadas com certeza matemática. (WILSON, 2002, p. 148).

As especulações fictícias sobre o futuro não visavam fornecer literais visões de como seria o mundo vindouro, mas realizar leituras, críticas e sátiras ao próprio mundo contemporâneo em que viviam seus autores²⁵. Frente ao que percebiam como a decadência política e moral da sociedade, protagonizada por um regime aristocrático baseado na tradição e

prevailed in Europe in the Enlightenment. In the Renaissance, man discovered that there were alternative options to the society he lived in, became aware of the infinite powers of reason and understood that the construction of the future was in his hands. In the Enlightenment, man discovered that reason could enable him not only to have a happy life, but also to reach human perfection.” (VIEIRA, 2010, p. 9).

²⁴ “By futuristic fiction I mean prose narratives explicitly set in future time.” (ALKON, 1987, p. 3).

²⁵ Nesse sentido, podemos considerar que a ficção pós-apocalíptica encontra similaridades com o Apocalipse de João, escrito em fins do século I e início do século II d.C., na medida em que o texto bíblico fornecia, por meio de símbolos e metáforas, uma leitura crítica da realidade cultural, social e política dos primeiros cristãos sob o domínio do Império Romano.

não na razão, os mundos futuros imaginados por autores do iluminismo eram grandes contravenções a tais contextos, demonstrando futuros em que a rigidez matemática era usada para melhor organizar a sociedade, tornando-a mais produtiva, mais feliz, e sobretudo mais ordenada – restrições de vários tipos sempre foram uma constante nas utopias imaginadas por autores modernos. Além disso, em meio ao clima revolucionário do século XVIII, a projeção de sociedades melhores localizadas no futuro suscitava um caráter pedagógico para leitores que se identificavam com as prédicas do Iluminismo, pois, na atmosfera mental que pairava nesse contexto histórico, “uma sociedade alternativa poderia ser projetada e planejada e não apenas sonhada: o presente poderia ser mudado” (FITTING, 2010, p. 138, tradução nossa).²⁶

Ainda no século XVIII, conforme análise de David Seed (2011), alguns autores imaginaram ficções especulativas com cenários pessimistas do futuro, como o clérigo anglicano Samuel Madden (1686-1765) em sua obra *Memoirs of the Twentieth Century* [Memórias do século vinte], publicada na Irlanda em 1733. A obra foi feita em formato de cartas escritas no século XX por escritores britânicos, descrevendo um futuro sombrio dominado pelo controle dos jesuítas e da Igreja Católica. Madden inspirou-se no sentimento anticlerical que permeava o pensamento iluminista e protestante do período, e que acabou por gerar a supressão da ordem jesuítica em alguns países da Europa a partir dos anos 1760.

Embora trabalhos de ficção científica *avant la lettre* já existissem desde a Antiguidade, a exemplo da obra de Luciano de Samósata do século II d.C., *História verdadeira*, é consenso que as mudanças paradigmáticas ocorridas com a passagem do feudalismo à modernidade geraram as primeiras ficções que expressavam ansiedades em relação à rapidez de tais mudanças. Como já colocado, não é raro que os desejos de transcendência do ser humano – transcender do tempo, do espaço, da própria identidade –, outrora expressos por meio das religiões com suas fábulas sobre a salvação, sejam explorados também na ficção científica. No entanto, diferente das narrativas religiosas, a ficção utiliza-se de meios potencialmente plausíveis para tais realizações, mesmo que constantemente flerte com a fantasia, ao imaginar, por exemplo, impérios espaciais ou guerras intergalácticas entre diferentes espécies alienígenas. Embora não seja uma grande regra do gênero, também boa parte da ficção científica se passa no futuro, por definição o horizonte em que se projetam as utopias. O avanço tecnológico, cada vez mais crescente entre fins do século XIX e início do século XX, fez com que utopias e distopias literárias surgissem de forma mais proeminente.

²⁶ “[...] an alternative society could be designed and planned and not just dreamed about: the present could be changed.” (FITTING, 2010, p. 138).

Exemplo significativo sobre a relação entre avanço tecnológico e o pensamento utópico de carácter otimista sobre o futuro pode ser vistoriado na trajetória do autor britânico Herbert George Wells (1866-1946). H.G. Wells foi um socialista membro da Sociedade Fabiana, ainda hoje mundialmente famoso por duas ficções consideradas clássicas da literatura inglesa: *A Máquina do Tempo*, de 1895 (2017), e *A Guerra dos Mundos*, publicada em 1898 (2007). Em *A Máquina do Tempo* – pioneira a tratar a viagem para o futuro através de uma máquina e não por meio de visões ou sonhos, expressão das invenções tecnológicas que efervesciam a mente dos intelectuais do final do século –, Wells narra a história do “viajante”, um cientista que consegue viajar para o ano de 802.701 d.C., observando na viagem, em um lapso de tempo, a evolução e futura destruição de Londres. No futuro, tudo o que encontra é uma natureza que parece ser novamente nativa, pontilhada por algumas construções piramidais exóticas.

O viajante de Wells se depara com uma sociedade “primitiva”, dividida em duas classes: os *Elóis*, um povo pacato e submisso, que representam o último estágio de evolução de uma burguesia outrora parasitária e habitante da superfície, incapaz de produzir algo pelas próprias mãos; e os *Morlocks*, seres selvagens que vivem no subterrâneo, expressando uma involução atávica do proletariado que fora obrigado a viver em minas e cavernas para o sustento da burguesia. No futuro de Wells, os *Morlocks* representam a principal ameaça aos pacíficos *Elóis*. O futuro a longo prazo da obra pode ser emparelhado com aquele imaginado em curto prazo em “A Guerra dos Mundos” – Wells opta por transcorrer as ações deste último nos primeiros anos do século XX, tendo sido escrito em 1898.

Em *A Guerra dos Mundos*, influenciado por ficções militares de eventual sucesso entre o público inglês do fim do século, H.G. Wells narra a invasão de marcianos ao planeta Terra, evento que pode ter sido causado pelas consequências de uma mudança climática drástica no planeta Vermelho. A busca por recursos e novas colônias são os objetivos principais dos marcianos, numa sátira às próprias políticas imperialistas inglesas que ainda vigoravam no tempo de escrita da obra. A descrição dos marcianos de Wells é particularmente rica em elementos de horror: tratam-se de seres grotescos, similares a polvos, que se abrigam no interior de máquinas altas com três tentáculos que as fazem se locomover, espelhando os próprios tentáculos orgânicos que os extraterrestres possuem pelo corpo. Para manterem-se alimentados, extraem o sangue de criaturas vivas da Terra, principalmente seres humanos, injetando-o em seus corpos tentaculares. Antes de escrever suas utopias otimistas em relação ao futuro, H.G. Wells descreveu cenários tipicamente “pós-apocalípticos” tanto em *A Máquina do Tempo*, em

que o viajante literalmente visita o futuro, como em *A Guerra dos Mundos*, nos discursos que um artilheiro mentalmente alterado dá ao protagonista e relator da narrativa.

Pregando desenfreadamente sobre as consequências futuras da invasão caso os marcianos conseguissem escravizar os humanos, o artilheiro de Wells declara que a humanidade do futuro precisaria viver nos subterrâneos, em estado de alerta constante para evitar os perigos da superfície e também para evitar a “degeneração” da raça, típico do pensamento eugenista:

Os mansos viverão como todos os animais mansos. Em poucas gerações, serão grandes, bonitos, rosados, estúpidos... Não valerão nada! O risco é que nós, rebeldes, viremos selvagens. Pois acho que teremos de viver nos subterrâneos. Tenho pensado nos esgotos. Claro, quem não conhece os esgotos pensa coisas horríveis. Mas sob Londres existem quilômetros de esgotos – centenas de quilômetros – e, com a cidade vazia e alguns dias de chuva, eles ficarão limpos e frescos [...] Formaremos um bando de homens lúcidos e fortes. (WELLS, 2007, p. 209).

É necessário destacar que as prédicas defendidas por tal personagem, embora suscitem certa atração inicial pelo narrador da história, são também contestadas por ele. O futuro imaginado pelo personagem do artilheiro precisaria de pessoas fortes, as mulheres precisariam serem boas “mães e professoras. Nada de donzelas sonhadoras, de suspiros e fricotes. Não queremos saber de gente fraca e tola. A vida voltou a ser real, e os que são inúteis, incômodos e prejudiciais precisam morrer. Devem morrer” (WELLS, 2007, p. 209). Embora tal futuro não ocorra – os marcianos são derrotados por micróbios e vírus da Terra antes de sua dominação se completar –, H.G. Wells expressou com as duas obras determinadas ansiedades para com o futuro, dominado pela extrema divisão de classes que leva à evolução darwinista trabalhar para criar seres disformes e violentos (os *Morlocks* de *A Máquina do Tempo*), ou dominado pela dominação estrangeira – mesmo alienígena –, vista como extremamente superior ao ser humano em questões bélicas e tecnológicas.

Os avanços da ciência e o clima esperançoso relacionado a seus progressos, inclusive no âmbito social, com a defesa da eugenia e o “aprimoramento” da raça humana, isolando os considerados fracos e incapazes, deram o tom para as obras de Wells após a virada do século:

Previsões sobre a influência do progresso mecânico e científico na vida e no pensamento humano (1901) foi a primeira de suas obras a formular uma visão utópica positiva. *Uma utopia moderna* (1905) descreve um modelo abrangente do mundo-estado ideal, em que Wells não apenas esboça uma forma de utopia envolvente, “cinética” – não estática –, mas também cria uma instituição fundamental, a “nobreza voluntária”, ou classe Samurai, unida por um sistema de casamento grupal, cujo senso aguçado de dever público manteria a sociedade futura e auxiliaria na promoção dos tipos “melhores” e na restrição aos “inferiores”. (CLAEYS, 2013, p. 168).

Algumas das ideias atribuídas ao artilheiro mentalmente instável de *A Guerra dos Mundos* acabam ecoando nas defesas de Wells em *Uma utopia moderna*. Nesta última obra, a morte de bebês com malformação congênita e o isolamento de pessoas bêbadas, drogadas, doentes, “inválidas”, em ilhas isoladas, é uma prática comum e bem-vinda, impedindo assim de se “poluir o conjunto de genes da humanidade e, de um modo geral, de estragar as coisas para pessoas tão iluminadas, piedosas, amáveis e inteligentes” (WILSON, 2002, p. 156). O pensamento utópico de Wells, embora muito mais detalhista em aspectos sociais do que científicos, foi influenciado pela atmosfera promissora do início do século. A ideia de catástrofes gerais produzidas pelo homem em nome da tecnologia e da ciência ainda não era um tópico tão comum nos escritores de ficções futuristas. No entanto, é certo que as descobertas mais recentes em termos científicos foram devidamente apropriadas nessa ficção; a descoberta dos raios-X em fins do século XIX, por exemplo, criaram os raios da morte tão comuns na ficção científica, inclusive utilizado pelos marcianos de Wells.

A segunda metade do século XX continuou a produzir utopias literárias, todas por excelência influenciadas pelos receios e desejos do tempo presente. Exemplar nesse sentido foi o impacto da obra *Ecotopia*, lançada em 1975 por Ernest Callenbach (1977), escrita no formato de um diário jornalístico do ano de 1999. A “ecotopia” de Callenbach representa uma utopia ecológica, o autor sendo diretamente influenciado e influente nos movimentos ambientalistas da década de 1970. No romance, a cidade de São Francisco, Califórnia, conseguiu independência em relação ao resto dos Estados Unidos, permitindo que se desenvolvesse em moldes sociais e políticos alternativos ao restante da América. Assim, o que se observa na utopia futurista de Callenbach é a visita de um jornalista a uma sociedade que pôde aliar um uso seletivo da tecnologia com valores bucólicos relacionados à vida em harmonia com a natureza (SEED, 2010). Nessa nova sociedade, a religião não-oficial é uma “espécie de misticismo Gaiano – cujos rituais ajudaram a espalhar a descrição popular de ambientalistas como abraçadores de árvores” (STABLEFORD, 2010, p. 274, tradução nossa)²⁷. A obra de Ernest Callenbach foi uma das mais significativas expressões de uma utopia literária durante a segunda metade do século XX, podendo projetar e expressar as preocupações ambientais e ecológicas que eram incrementadas às pautas sociais e políticas do período.

Por outro lado, compreendemos que a ficção científica é utilizada não tanto para propor sociedades ideais e ideias políticas transpostas para o texto escrito, como para problematizar,

²⁷ “The unofficial religion of the new state is a species of Gaian mysticism – whose rituals helped to license the popular description of environmentalists as ‘tree-huggers’.” (STABLEFORD, 2010, p. 274).

contrapor e refletir sobre tendências contemporâneas e suas eventuais consequências negativas a longo prazo. Dessa forma, não raro o futuro se torna um local pessimista e opressivo, marcado por governos totalitários, altos índices de criminalidade e controle autoritário dos cidadãos por parte de milícias policiais. Tratam-se das distopias literárias, que são também uma forma de ficção futurista e um dos gêneros responsáveis pela própria difusão da ficção científica durante o século XX, com títulos famosos como *1984*, de George Orwell (2009), *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley (2014), e *O conto da aia*, de Margaret Atwood (2017).

De modo geral, as distopias são entendidas, na literatura, como o grande contraponto das narrativas utópicas geradas pela modernidade. As promessas de felicidade assegurada, ordem, harmonia social, entre outras, passam por contravenções e se tornam justificativas para o controle da população e repressão por meio da violência física ou psicológica. Reconhecendo que o termo surgiu por volta da metade do século XIX, o período da Primeira ao final da Segunda Guerra Mundial testemunhou o grande *boom* das distopias literárias, tendência que continua neste século XXI, principalmente com o sucesso das ficções para jovens e adultos. Segundo o estudioso Gregory Claeys,

O otimismo iluminista relacionado ao progresso da razão e da ciência foi agora substituído por um sentimento de incapacidade da humanidade de conter seus recém-criados poderes destrutivos. A partir desse momento, as sociedades ideais têm sido mais comumente retratadas negativamente de forma distópica ao invés de utópica. (CLAEYS, 2010, p. 107, tradução nossa).²⁸

As distopias literárias são uma das várias formas em que a ficção científica trabalha com a ideia de futuro, ainda mais populares do que as utopias como a de Callenbach. Algumas noções gerais em futuros distópicos incluem a prevalência de governos totalitários que, por diferentes modos (através do controle físico ou através de substâncias ingeridas pela população), conseguem manter uma versão deturpada de lei e ordem a imperar na sociedade futura, baseada no medo e no comodismo (daí tantos protagonistas deste tipo de literatura descobrirem meios de rebelião contra o governo). Muitas sociedades distópicas presentes na literatura, como a Oceania descrita por George Orwell (2009) em *1984*, surgem após eventos cataclísmicos de impacto global; a reconstrução social após tais eventos ocasionou uma sociedade totalitária, baseada no controle e no medo. Orwell, em particular, narrando sobre a

²⁸ “Enlightenment optimism respecting the progress of reason and science was now displaced by a sense of the incapacity of humanity to restrain its newly created destructive powers. From that time ideal societies have accordingly been more commonly portrayed negatively in dystopian rather than utopian form.” (CLAEYS, 2010, p. 107).

história do mundo até chegar à data do título (originalmente lançado em 1949), explica ao leitor as guerras mundiais e desastres que ocasionaram o contexto totalitário em que seu protagonista, Winston Smith, vive cotidianamente.

As narrativas distópicas não são as únicas “contra-utopias” encontradas dentro da literatura moderna. De fato, cenários distópicos – i.e., “lugares ruins” – também estão presentes dentro do gênero pós-apocalíptico, hoje também devidamente apropriado pela ficção científica e popular em diversos meios de entretenimento. Da mesma forma, muitas distopias possuem elementos pós-apocalípticos na descrição de seus cenários e contextos, como paisagens desoladas ou de acesso proibido aos humanos, que precisam se aglomerar em cidades e metrópoles para melhor serem vigiados. No entanto, ainda que possa ser muitas vezes confundido ou se assimilar às distopias, compreendemos neste trabalho algumas características que particularizam o “pós-apocalipse” como um subgênero próprio, possuindo mais dissonâncias do que similaridades com as distopias.

Nos cenários pós-apocalípticos, que serão tratados de forma mais específica, o ser humano se vê novamente “livre” em um contexto similar ao “estado de natureza”. A inexistência de um governo totalitário, capaz de integrar-se em todos os aspectos na vida de seus cidadãos, dá lugar a diferentes ordens ou formações sociais menores. As obrigações cotidianas referentes ao trabalho, à escolarização, ao respeito às leis e às instituições – ainda muito presentes mesmo nas distopias, ainda que de forma coerciva – deixam de fazer sentido no cenário pós-apocalíptico, uma vez que tais atributos eram próprios da vida civilizada que chegou ao fim. Embora as sociedades distópicas imaginadas pela literatura do século XX podem surgir após eventuais catástrofes de grande alcance (como guerras mundiais), ainda assim a civilização consegue se reerguer e se reformular em moldes modernos e totalitários; no mundo pós-apocalíptico, por outro lado, é mais comum encontrarmos agrupamentos comunais menores, chefiados por uma liderança guerreira ou carismática, compostos por sobreviventes da catástrofe ou pelos nascidos após o fim do mundo. Coexistindo com tal modelo social, o mundo pós-apocalíptico na literatura também é prolífico em criar imagens do “último homem”, um tópico comum em tais ficções: com a sociedade em ruínas, existe a figura de um herói solitário que conseguiu sobreviver e, por si mesmo, visa manter algum nível de sanidade após o fim, valorizando saberes técnicos, manuais e individualistas para garantir sua sobrevivência.

Também hesitamos em considerar a literatura pós-apocalíptica como distopias, pois em determinados autores, como veremos ao longo deste trabalho, características utópicas são também muito presentes nos mundos pós-apocalípticos. O “novo mundo” que surge após a grande catástrofe, nesse sentido, bem pode ser utilizado para se recomeçar do zero, criando

novos laços sociais com o outro e com a natureza, talvez impossíveis de serem efetivados em larga escala no mundo moderno, antes do desastre. Assim, não raro se pode criar pequenas utopias nas comunidades humanas que se organizam após o fim do mundo, podendo tal utopia normalmente coexistir com os elementos que antagonizam os seres humanos (como as tempestades e os animais selvagens), mas ainda assim ser mantida, até certo ponto, dentro da comunidade sobrevivente.

2.3 PÓS-APOCALIPSE

Durante a década de 1960, a escritora norte-americana Susan Sontag (1933-2004), num de seus artigos, escreveu sobre a aparente obsessão do público americano com filmes apocalípticos de catástrofes, desde aquela época já produzidos em escala significativa pelos estúdios de Hollywood. Sontag problematizou essa obsessão pela catástrofe convencional – isto é, a catástrofe vista em filmes de ficção científica dos anos 1950 e 1960, onde o público estaria relativamente seguro em suas poltronas de cinema ou salas de estar, ainda que vivenciando o início tensionado da corrida armamentista entre Estados Unidos e União Soviética. Em suas considerações,

O fascínio desta catástrofe generalizada transformada em fantasia está em nos eximir de deveres morais. O trunfo dos filmes sobre o fim do mundo – como *Day the Earth Caught Fire* (O Dia em que a Terra incendiou, 1962) – é a grande cena em que Nova Iorque, Londres ou Tóquio aparecem totalmente desertas, toda a sua população aniquilada. Ou, como em *The World, The Flesh and the Devil* (O Diabo, a Carne e o Mundo, 1957), o filme inteiro pode tratar da imaginária ocupação da metrópole deserta para ocupar tudo de novo, Robinson Crusoe em escala mundial. (SONTAG, 1987, p. 249-250).

A escritora americana, assim, entende que a fascinação por cenários fictícios de fins de mundo, onde já não haveriam leis, ordem e civilização, apelam consideravelmente bem para uma “fantasia do ponto de vista moral em que podemos liberar sentimentos cruéis ou pelo menos amorais” (SONTAG, 1987, p. 250). No entanto, a autora não simplifica o argumento, mas antes concede uma hipótese plausível para melhor compreender tal conjuntura: falando ainda de uma geração de americanos que haviam recentemente servido na Segunda Guerra Mundial, Sontag entende que o século XX vinha sendo um período de violências e atrocidades jamais testemunhadas em períodos históricos anteriores, como o genocídio perpetrado pelos nazistas, as bombas atômicas, e a própria experiência das duas guerras mundiais.

Essas circunstâncias de traumas coletivos e violências dos mais diversos níveis, no entanto, coexistiam com a serenidade da vida cotidiana, principalmente nos lares americanos durante os anos 1950, contexto de crescimento econômico em que palavras como prosperidade e progresso – o *American way of life* – estavam na ordem. A obsessão do público por filmes de ficção científica que retratam catástrofes, assim, se explicaria, em boa parte, por essa relação tensionada entre traumas coletivos de uma geração que havia recém lutado numa das mais violentas guerras da humanidade e cada vez mais enfrentava a ameaça nuclear, e a vida cotidiana, camuflada pela fachada de normalidade e relativamente pacífica, para o cidadão comum americano. Em conclusão, diz a autora:

A nossa é em realidade uma época de extremismos. Pois vivemos sob constante ameaça de dois destinos igualmente temíveis, mas aparentemente opostos: a persistente banalidade e o terror inconcebível. É a fantasia, ministrada em grandes porções pelas artes populares, que permite à maioria das pessoas conviver com estes dois fantasmas. Pois a fantasia pode contribuir para tirar-nos da insuportável pasmaceira e distrair-nos dos terrores – reais ou antecipados – permitindo-nos fugir para situações exóticas e perigosas com finais felizes. Mas outra coisa que a fantasia pode fazer é normalizar o que é insuportável do ponto de vista psicológico, acostumando-nos a isso. No primeiro caso, a fantasia embeleza o mundo, no outro, neutraliza-o. (SONTAG, 1987, p. 261).

Os mundos pós-apocalípticos, uma vertente da ficção científica que encontrou particular sucesso principalmente a partir do século XX, representam um exemplo de fantasias que conseguem exprimir bem as ansiedades e temores para com o presente e o futuro, de um ponto de vista literário, projetando tais medos e visões por meio da escrita. Segundo o *The Oxford Dictionary of Science Fiction*, os cenários apocalípticos/pós-apocalípticos ocorrem após a civilização passar por um desastre tão intenso que a faz regressar a níveis “primitivos” (PRUCHER, 2007). Claire P. Curtis (2010) entende a ficção pós-apocalíptica como sendo “qualquer relato que aborda como os humanos recomeçam após o fim da vida na Terra como a compreendemos” (p. 5, tradução nossa)²⁹. Os mundos pós-apocalípticos na literatura foram surgindo conforme o próprio gênero que denominamos “ficção científica” se desenvolveu, ao longo do século XIX. Logo no terceiro romance escrito por Mary Shelley, intitulado *The Last Man* (O Último Homem), publicado em Londres em 1826, possuímos uma das primeiras e mais intensas visões de um mundo pós-desastre, em que a civilização moderna entra em literal colapso pelas consequências nefastas de uma praga e de mudanças climáticas abruptas que se abateram sobre o mundo. A narrativa da autora se concentra num relato encontrado na caverna

²⁹ “I define postapocalyptic fiction as any account that takes up how humans start over after the end of life on earth as we understand it.” (CURTIS, 2010, p. 5).

da Sibila, em Nápoles – trata-se de um relato escrito no futuro, durante a segunda metade do século XXI, pelo então provável último sobrevivente da raça humana, chamado Lionel Verney.

No denso romance, a praga, aparecendo primeiro nas regiões do Egito, espalhando-se por Constantinopla e por todo o Império Islâmico ainda vigente nos anos 2070, chega à Europa através das imigrações e fugas em massa das guerras que afligem o sul do continente (baseada na guerra pela independência grega, ocorrida poucos anos antes da publicação do livro). O personagem Lionel Verney, nesse sentido, representa para nós uma espécie de romântico melancólico, que ao longo da extensão do livro, percebe o declínio sem volta no qual entrava a civilização que até então lhe era familiar:

Eu espalhei toda a terra como um mapa diante de mim. Em nenhum lugar de sua superfície eu poderia colocar meu dedo e afirmar, aqui é seguro. No sul, a doença, virulenta e irremediável, havia aniquilado praticamente todas as raças dos homens; tempestade e inundação, venenosos ventos e ruínas, enchiam a medida do sofrimento. No Norte, era pior – a ínfima população gradualmente declinou e a fome e a peste mantinham-se atentas aos sobreviventes que, indefesos e débeis, estavam preparados para cair como uma presa fácil em suas mãos. (SHELLEY, 2007, p. 279).

O Último Homem é, com efeito, uma das primeiras ficções futuristas a valorizar a ideia de “natureza” numa acepção vingativa, porém ao mesmo tempo redentiva, própria da forma como os românticos do século XIX tratavam o conceito. As pragas e as tempestades, que contribuem para o cenário desolador que o personagem de Shelley encontra em suas viagens, são associadas à natureza visando alertar o ser humano sobre a infimidade de suas tentativas de controlá-la e domesticá-la. Trata-se, pois, de uma temática subversiva dentro da literatura moderna: os mundos pós-apocalípticos, muitas vezes, são criados como espelhos invertidos da modernidade; no caso da obra de Mary Shelley, quando imperava os primeiros efeitos sociais da Revolução Industrial, o crescimento comercial e a formação de uma nova dinâmica de vida para as massas trabalhadoras do capitalismo nas grandes metrópoles inglesas, seu romance representou o declínio da cobiçosa civilização humana perante as forças incontrolláveis da natureza. Nas reflexões de seu personagem,

A natureza, nossa mãe e nossa amiga, apresentara-nos um semblante de ameaça. Ela demonstrara-nos completamente que, embora permitisse atribuir-lhe leis e subjugar seus poderes aparentes, contudo, se ela movesse apenas um dedo, deveríamos estremecer. Ela poderia tomar nosso planeta, margeado por montanhas, cingido pela atmosfera, contendo a condição do nosso ser e tudo o que a mente do homem pudesse inventar ou sua força atingir; ela poderia tomar a esfera em suas mãos e lançá-la no espaço, onde a vida seria sorvida de uma só vez e o homem, com todos os seus esforços, para sempre aniquilado. (SHELLEY, 2007, p. 250).

As primeiras inspirações para Mary Shelley compor *O Último Homem* remontam à própria experiência pessoal da autora durante o ano de 1816, conhecido na Europa como o “ano sem verão”. Em decorrência da erupção do monte Tambora, na Indonésia, em 1815, alterações climáticas decorridas desse evento ambiental foram sentidas em escala global, e de modo particular na Europa, produzindo mais tempestades do que o comum, secas das safras agrícolas e fomes generalizadas, como expõe David Higgins (2015). Numa das cartas da autora enviada à irmã em 1816, quando estava em Genebra junto com os poetas Percy Shelley e Lord Byron, Mary esboçou suas percepções sobre as mudanças climáticas que estavam ocorrendo, mesmo que ela e seu círculo ainda não soubessem sobre o vulcão no arquipélago da Indonésia.

Em trechos da carta, podemos ler:

Infelizmente não desfrutamos mais daqueles céus brilhantes que nos saudaram em nossa primeira chegada a esse país. Uma chuva quase perpétua nos confina principalmente em casa; mas quando o sol irrompe, é de um esplendor e calor que são desconhecidos na Inglaterra. As tempestades que nos visitam são maiores e mais terríveis do que eu já vi antes. (HIGGINS, 2015, p. 56, tradução nossa).³⁰

Podemos perceber, assim, como não só a percepção do contexto social e político consegue influenciar as narrativas pós-apocalípticas, mas também a consciência ambiental dos autores sobre os elementos da natureza: o clima, os animais, as mudanças nas estações, entre outros. O contexto apocalíptico presente na obra de Mary Shelley, causado não pela ira das forças divinas, mas pelo desequilíbrio do ecossistema que ocasiona pestes, terremotos, tempestades, bem como à presunção bélica do próprio gênero humano, apto a destruir sua própria espécie para garantir o poder, foi replicado em obras pós-apocalípticas posteriores.

Tratam-se de narrativas que possuem algumas características em comum, sendo sua condição temática a noção de uma Terra desolada e a presença de um único indivíduo destinado a ser o último sobrevivente da história. De fato, histórias de um “sobrevivente final” em um mundo pós-catástrofe, que precisa reeducar-se para viver em harmonia com a natureza e usufruir de seus bens concedidos de forma não-utilitária, já fazem parte de nosso entretenimento, presente em filmes ou séries televisivas; essas produções, com efeito, apelam às nossas fantasias de uma vida novamente em harmonia e diálogo com a natureza, algo vistoriado em movimentos recentes de “fuga para as áreas rurais”, comum em alguns países

³⁰ “[...] ‘unfortunately we do not now enjoy those brilliant skies that hailed us on our first arrival to this country. An almost perpetual rain confines us principally to the house; but when the sun bursts forth it is of a splendour and heat unknown in England. The thunder storms that visit us are grander and more terrific than I have ever seen before.’” (HIGGINS, 2015, p. 56).

ocidentais. “Aqueles que vivem em uma cultura individualista, materialista, industrial e urbana são particularmente inclinados a romantizar o modo de vida comunitário, espiritual, agrário e rural” (WILSON, 2002, p. 68), reconhecendo nesse modo de vida supostas reminiscências de uma Idade de Ouro perdida em nosso passado.

As narrativas pós-apocalípticas, ao mesmo tempo que alimentam tais imagens idealizadas de um ser humano posto novamente em contato com a natureza, também podem tratar essa mesma natureza como um grande “Outro”, hostilizando-a, colocando seus desastres ambientais e seus animais selvagens como os principais inimigos na tentativa de formar comunidades harmoniosas de sobreviventes. Com isso, compreendemos como a contribuição da História Ambiental dos últimos anos pode nos ajudar a entender este tipo de literatura como uma leitura do “amanhã” que projeta um futuro ambiental para o planeta Terra. O historiador ambiental Donald Worster, em seu artigo “Para fazer História Ambiental”, já evidenciou que uma das principais preocupações de um pesquisador que visa captar representações da natureza ao longo da história humana deve incluir em seu rol de estudos “aspectos de estética e ética, mito e folclore, literatura e paisagismo, ciência e religião – deve ir a toda parte onde a mente humana esteve às voltas com o significado da natureza” (WORSTER, 1991, p. 210). Tal afirmação implica reconhecer como a literatura é um campo privilegiado para o estudo da História Ambiental, na medida em que nos traz representações do mundo natural que podem variar a depender do autor – seja uma natureza edênica, pacífica e paradisíaca, seja uma natureza cruel e devastadora, vingativa contra o ser humano que tanto tentou dominá-la. As duas concepções aparecem nas narrativas pós-apocalípticas.

De acordo com Heather J. Hicks (2016), ao analisar romances pós-apocalípticos publicados no século XXI, o modelo arquetípico dessas narrativas que tensionam as relações entre ser humano e mundo natural encontra-se no período do Iluminismo, quando Daniel Defoe publicou *Robinson Crusoé*, em 1719. Os desafios do personagem desse romance, declara a autora, são similares aos sobreviventes das catástrofes apocalípticas nas ficções: um cidadão moderno, civilizado, precisando retomar saberes e conhecimentos sobre a natureza outrora usuais ao homem “do campo”, mas perdidos com o advento da modernidade. Segundo a mesma autora (2016), Robinson Crusoé é o definitivo “avatar da modernidade”, colocado num espaço limítrofe – uma ilha isolada –, precisando reeducar-se para sobreviver e dominar este mundo hostil à civilização.

A narrativa do naufrago que viveu quase 30 anos numa ilha isolado demonstra como o homem moderno foi apartado de seu mundo natural (no caso de Crusoé, York, na Inglaterra) para viver no estado de natureza, tema que já ganhava apelo com os mitos modernos do bom

selvagem e da natureza edênica dos povos ameríndios, cada vez mais populares entre os círculos intelectuais europeus. “Crusoé perdeu sua vida moderna e a quer novamente” (HICKS, 2016, p. 2, tradução nossa)³¹, aprendendo a reconstruí-la passo a passo conforme entende a dinâmica do ecossistema da ilha, conseguindo desse modo um abrigo seguro, descobrindo como fabricar alimentos, aprendendo a caça e o cultivo de frutas e vegetais. Conforme o tempo que passa isolado avança, o náufrago começa a relatar certo prazer em sua solitude, encontrado por meio de sua fé e também na aquisição de saberes que lhe seriam impossíveis tivesse sua vida dado certo como comerciante:

Antes de mais nada, estava ali afastado de todas as misérias do mundo. Não me afligia a cobiça da carne, nem a cobiça das coisas, nem a tola vaidade humana. Não tinha nada para ambicionar, pois possuía tudo que podia então usufruir. Era o senhor da terra. Se quisesse, poderia chamar-me de rei ou imperador do lugar, de que tomara posse. Não tinha rivais nem competidores, ninguém para comigo disputar a soberania ou o poder. (DEFOE, 2018, p. 131).

Com o passar dos anos, Robinson Crusoé reafirma cada vez mais sua nova existência, como um “soberano solitário” sobrevivendo na ilha, deixando para trás sua cobiça de enriquecer como um mercador inglês. A natureza, para o protagonista, é revalorizada: agora é possível, novamente, aprender com ela, fazê-la servir aos propósitos do homem, sem destruí-la. Tal visão é particularmente bem exposta quando o personagem relata seu júbilo pessoal ao aprender a manufaturar sua própria alimentação:

E como a natureza, que nutre as criaturas, ensina-lhes também a maneira de usar o alimento, acabei aprendendo, eu que jamais ordenhara uma vaca, muito menos uma cabra, eu que jamais vira fazer manteiga ou queijo, acabei aprendendo a fazer ambas as coisas, embora depois de muitas tentativas e fracassos. E nunca mais o queijo e a manteiga me faltaram. (DEFOE, 2018, p. 145).

Apesar de não ser uma obra pós-apocalíptica, o contexto em que Daniel Defoe colocou Robinson Crusoé é similar ao presente nas obras próprias do tema. Mesmo que a obra do século XVIII não tenha lidado com um fim do mundo coletivo, ela fala sobre *algum tipo de mundo*, ou seja: o fim de um determinado modo de vida e de pensamento que era usual do homem moderno. Esse pensamento – a razão, a ambição, a ideia de enriquecer pelo comércio – precisa ser, por vezes, suprimido em razão de outras formas de conhecimento necessárias ao protagonista, adquiridas não por meio de livros e ideais burgueses, mas pela observação e

³¹ “Crusoe has lost his modern life and wants it back.” (HICKS, 2016, p. 2).

respeito pela natureza. É somente dessa forma que Robinson Crusoé, sozinho no contexto de uma ilha isolada do Pacífico, consegue reinventar-se e sobreviver nessas condições “apocalípticas”, longe das cidades europeias. Crusoé é um personagem deveras citado por Mary Shelley em “O Último Homem”, pois a autora reconhece, em sua própria narrativa, as similaridades que possui com o romance do naufrago inglês.

Nas reflexões melancólicas de Lionel Verney, publicado pouco mais de cem anos após a obra de Defoe, Robinson Crusoé é tratado como um tipo de solitário muito mais feliz do que o último homem da Terra, pois suas esperanças de ser encontrado e novamente fazer parte de uma comunidade humana sempre estiveram presentes; o mesmo não pode ser dito do personagem criado por Mary Shelley.

[...] ele [Robinson Crusoé] poderia esperar e não em vão – o navio destinado ao fim chegou, para trazê-lo aos seus compatriotas e familiares, onde os eventos de sua solidão tornaram-se uma história contada ao pé da lareira. A ninguém eu nunca poderia relatar a trama de minha adversidade; eu não tinha esperança. Ele sabia que, além do oceano que sitiava sua solitária ilha, milhares também viviam sob o sol que o iluminava; sob o sol do meridiano e a visitante lua, apenas eu carregava os traços humanos; apenas eu poderia articular o pensamento; e, quando eu dormia, tanto o sol quanto a lua não eram observados por ninguém. (SHELLEY, 2007, p. 473).

Em suma, em cenários pós-apocalípticos, como a literatura do século XIX e principalmente XX fartamente explorou, a condição e a formação humana são reinventadas dentro do “novo mundo” que tem início após alguma grande catástrofe (ou uma série delas) acabar com a civilização. Assim, novas noções são atribuídas a velhas ideias, como à educação, à relação entre homem e natureza, o convívio em comunidade e a necessidade de se adquirir saberes sobre o mundo natural, perdidos pela sociedade industrial que caracteriza os últimos 300 anos da história ocidental.

Entender o gênero pós-apocalíptico neste sentido – o fim de modos de vida, culturas, comportamentos e posturas –, e não necessariamente como a simples “destruição total do mundo” (como muitos *blockbusters* de catástrofes nos ensinam), implica também entendê-lo em dimensões simbólicas, tal como o apocalipse judaico-cristão. Na Revelação bíblica que teria sido dada a João, a ideia de um reinício predomina na narrativa: “E vi um novo céu, e uma nova terra. Porque já o primeiro céu e a primeira terra passaram, e o mar já não existe. Eu, João, vi a santa cidade, a nova Jerusalém, que de Deus descia do céu, adereçada como uma esposa ataviada para o seu marido” (Apocalipse 21: 2-1). Nos mundos pós-apocalípticos da literatura, do mesmo modo, lida-se com novos recomeços após a catástrofe, geralmente em paisagens e situações perigosas aos humanos sobreviventes, como ocorre na obra *A Estrada*, de Cormac

McCarthy (2007) – um dos livros responsáveis por dar maior respeitabilidade ao gênero³² –, em que um pai precisa proteger o filho em cenários dominados por gangues de canibais, que caçam e exploram humanos em fuga. Não raro esse “recomeço” pode ser um eco do passado histórico, fundamentando teorias de tempos cíclicos: em *After London, or Wild England*, ficção escrita pelo ambientalista inglês Richard Jefferies em 1885, a sociedade pós-apocalíptica se reconstrói em modelos feudais, dividindo a Inglaterra pós-apocalíptica novamente em reinos e províncias.

Em diálogo com as conclusões de Harper e Specht (2022), defendemos que o pós-apocalipse perspectiva muito mais a ideia de “recomeço” do que a de um fim terminal das coisas. A catástrofe que destrói a civilização, podendo variar de mudanças climáticas graduais (como na obra *The Last American*, de John Ames Mitchell, 1889) às guerras nucleares ou bactérias que transformam os humanos em espécies vampírescas (modelos vistos respectivamente nas obras *Um cântico para Leibowitz* e *Eu sou a Lenda*), são pontos-finais para a ideia moderna de uma história linear e progressiva, que veria a realização da utopia no futuro. Por outro lado, o contexto pós-cataclismo dá início às necessidades de se reformar a sociedade, caracterizando, portanto, o cenário pós-apocalíptico. A grande questão, nesse sentido, envolve intuir que tipo de sociedade está em formação nesse mundo pós-fim do mundo, e é nesse aspecto que encontramos as divergências imaginativas dos autores. Diferente da obra de Daniel Defoe, em que Robinson Crusoe se encontra sozinho na ilha (até encontrar um nativo), os recomeços dos mundos pós-apocalípticos geralmente se baseiam em comunidades humanas, de sobreviventes ou de nascidos após o grande desastre, que refazem seus modos de vida em acordo às necessidades impostas pelo mundo selvagem após o fim da civilização.

Assim, “após o evento cataclísmico da estória, uma forma de ‘normalidade’ começa a ser retomada e reafirmada – o equilíbrio é restaurado ao mundo e a vida pode mais uma vez seguir em frente” (HARPER; SPECHT, 2022, p. 4, tradução nossa)³³. A história humana, após a catástrofe de dimensões apocalípticas, é reinventada; no mundo agora em ruínas, mas ainda contando com a presença de esparsas comunidades de pessoas em luta pela subsistência, novas relações comunitárias e com o mundo animal e vegetal são imprescindíveis para que a sobrevivência da espécie seja garantida. De fato, como colocam os mesmos autores, o termo “apocalipse” possui raiz grega, *apokalýptein*, significando “revelação” – nesse sentido, para que a “revelação” aconteça, é necessária a “transição do velho mundo para o ‘novo’ mundo – a

³² A referida obra de Cormac McCarthy ganhou o prêmio Pulitzer de literatura em 2007.

³³ “[...] after the cataclysmic event of the story, a form of ‘normality’ begins to resume and reassert itself – balance is restored to the world and life can once again move forward”. (HARPER, SPECHT, 2022, p. 4)

destruição do velho leva ao novo em um ato de revelação” (p. 5, tradução nossa)³⁴. Na tradição judaico-cristã, as visões do Juízo Final e da redenção da Terra levam às revelações sobre os últimos dias, quando os justos serão vingados e viverão em plenitude na Nova Jerusalém; nos contextos pós-apocalípticos da ficção, por outro lado, observa-se uma distensão nos compassos éticos e morais por parte dos grupos sobreviventes, que muitas vezes precisam realizar atos infames, como assassinatos, para manterem-se vivos ou protegerem seus familiares. O “mundo revelado” no cenário pós-apocalíptico, de fato, diverge de acordo com seus respectivos autores.

Na obra *The Last American*, publicada nos Estados Unidos em 1889, John Ames Mitchell criou um futuro pós-apocalíptico para a América do Norte, devastada pelas mudanças climáticas do século XX. As ansiedades em relação ao futuro climático e ambiental já vigoravam nos debates acadêmicos desde o século XVIII; em algumas ficções, dessa forma, é possível elucidar-nos como tais apreensões foram sentidas e expressas por diferentes autores que utilizaram ansiedades em relação ao futuro para fazer a devida crítica às políticas ou modos de vida de seu próprio tempo.

Mitchell imagina um futuro em que o Império Persa havia se restaurado, seus navegadores tendo se aventurado até a região americana em que outrora existira a cidade de Nova York. Tudo o que encontram neste futuro apocalíptico da civilização americana são ruínas, similares às ruínas dos impérios babilônios encontradas pelos arqueólogos europeus do século XIX. O relato de um sábio que acompanha o almirante da expedição nos dá as principais pistas sobre o que pode ter ocasionado a queda daquela civilização: “Entre 1925 e 1940 [...] a população diminuiu de noventa milhões para menos de doze milhões. As mudanças climáticas, como nenhuma outra terra jamais experimentou, começaram naquele período” (MITCHELL, 1889, p. 33, tradução nossa)³⁵. “Ficções climáticas” como a de Mitchell, nesse sentido, são somente um dos vários cenários possíveis a partir da qual se desenvolvem as narrativas pós-apocalípticas, coexistindo com mundos devastados por um inverno nuclear; mundos em que a guerra por água desencadeia comportamentos violentos nas populações sobreviventes, dentre outros.

Com efeito, boa parte da ficção pós-apocalíptica está atrelada à ficção científica, melhor conceituada na sessão anterior, embora tais ficções sobre o “fim do mundo” (mais relacionados a novos começos, como vimos) tenham características próprias que a distinguem

³⁴ “[...] a transition from the ‘old’ world to the ‘new’ world takes places – the destruction of the old leads to the new in an act of revelation.” (HARPER, SPECHT, 2022, p. 5).

³⁵ Between 1925 and 1940, the last census of which any record remains, the population decreased from ninety millions to less than twelve millions. Climatic changes, the like of which no other land ever experienced, began at that period. (MITCHELL, 1889, p. 33).

conceitualmente das distopias. Não à toa as narrativas pós-apocalípticas dentro da ficção científica e especulativa foram utilizadas para a discussão de uma miríade de temas que envolvem história, filosofia, religião e pensamento político. Podemos considerar a década de 1980 como o definitivo início dos estudos academicamente orientados que visaram interpretar e compreender a afluência de ficções apocalípticas, ao mesmo tempo em que os estudos sobre ficção científica e suas visões do futuro ganhavam especial interesse pela crítica literária. Dos anos 1980, pode-se citar os trabalhos pioneiros de W. Warren Wagar (1982), *Terminal Visions: the Literature of Last Things*, bem como as obras coletivas *The End of the World*, organizada por Eric S. Rabkin, Martin H. Greenberg e Joseph D. Olander (1983), e *Phoenix from the Ashes: The Literature of the Remade World*, organizada por Carl B. Yoke (1987). Essas obras comportam as primeiras tentativas de analisar o fim do mundo na literatura moderna sob o prisma acadêmico, contando não só com acadêmicos, mas também com autores de ficção científica como seus principais articulistas.

É interessante realizarmos aqui um paralelo com a primeira metade do século XX, uma vez que os mundos apocalípticos na ficção foram continuidades de pensamentos e acontecimentos que marcaram tragicamente a história desse século:

[...] as novas realidades da guerra mundial, da depressão econômica, das ditaduras ideologicamente inspiradas e dos campos de concentração forçaram uma reformulação radical do pensamento utópico. Havia muitas maneiras de matar um homem, dizia um poema da época, embora a mais fácil fosse simplesmente colocá-lo no século XX e deixá-lo ali. A razão fracassara ou fora desvirtuada a serviço da tirania; a ordem tornara-se sinônimo de controle coletivo sufocante; o progresso tecnológico produzia o gás asfíxiante que afeta o sistema nervoso e a bomba atômica; a liberdade tornara-se uma palavra vazia, estéril, sem sentido. Quando Orwell escreveu *1984*, o futuro havia se tornado um lugar muito sombrio. A utopia, como gênero literário, parecia morta e enterrada. (WILSON, 2002, p. 207).

A percepção coletiva, cada vez mais acentuada, de que o ser humano moderno era definitivamente o responsável pela maior parte das catástrofes que acometeram sua própria espécie no século XX foi sentida em boa parte das produções fictícias e filosóficas produzidas após a II Guerra Mundial. Tal pessimismo, claro, não se limita à literatura; temos exemplos de pensadores diversos que bem pensaram sobre cenários em que a humanidade seria “purgada” de seus vícios e corrupções através de catástrofes de impacto global, similar à Peste Negra do século XIV. O historiador britânico Arnold Toynbee, famoso pelos seus volumes de *A Study of History*, numa de suas entrevistas com o locutor George Urban nos anos 1970, já declarara como percebia a ascensão de todo o aparato tecnológico que vinha surgindo após as duas

grandes guerras, em concomitância à noção cada vez mais difundida de que o homem seria seu próprio lobo, ou seja, destruiria a si mesmo caso não agisse com a responsabilidade esperada:

O atual traço distintivo do Ocidente é a riqueza produzida pela aplicação sistemática da ciência e tecnologia a serviço da ambição, a qual é uma característica humana universal. Mas as pessoas estão começando a notar que esta ambição cientificamente recompensada será autodestruidora. Irá produzir – se não a guerra atômica – poluição e esgotamento de recursos. Talvez a salvação do mundo Ocidental e do mundo em geral, esteja em algumas grandes catástrofes que reduziriam o padrão de vida material do mundo Ocidental como um todo. Talvez a raça humana possa sobreviver apenas através de uma atitude monástica em relação à vida – a atitude de Buda e a dos santos cristãos – ao invés de através da atitude do propagandista. (TOYNBEE, 1981, p. 41-42).

A prédica de Toynbee, é certo, não envelheceu bem, considerando que o mundo recém passou por uma pandemia com milhares de mortes. No entanto, de modo geral suas preocupações eram ansiedades correntes em muitos pensadores ocidentais como o próprio Toynbee: “o fato de termos um poderio material muito maior só nos coloca diante de um perigo muito mais grave com relação a nós mesmos” (TOYNBEE, 1981, p. 35). O autor, nesta visão, não está tão distante dos escritores de ficção científica, muito embora sua tese passe longe da ficção e chama a atenção para problemas que geravam cada vez mais ansiedades durante o século XX: a fé cega no poderio tecnológico coexistindo com medos de autodestruição que este mesmo poder poderia ocasionar na espécie humana.

Com a Guerra Fria entre Estados Unidos e União Soviética, principalmente após o evento da crise dos mísseis de Cuba em 1962, os medos coletivos sobre a iminente ameaça nuclear não tiveram influência somente na ficção e no comportamento cotidiano das famílias americanas (exercícios contra bombardeios nucleares eram comuns nas escolas primárias durante os anos 1950), mas também nas ações concretas por parte da política. Durante a gestão do presidente americano Ronald Reagan (1981-1989), por exemplo, o ex-ator de Hollywood iniciou o planejamento de uma política pública denominada Strategic Defense Initiative (SDI), popularmente conhecida como “Guerra nas Estrelas”, frisando a necessidade de instalar satélites com raios laser prontos para destruir mísseis nucleares originados da União Soviética e endereçados aos EUA, durante os anos finais da Guerra Fria. “Essa estratégia era a expressão final do excesso de confiança tecnológica, que prometia liberar os americanos da intolerável ansiedade em relação à vulnerabilidade nuclear e proporcionar-lhes total segurança e proteção” (WILSON, 2002, p. 213).

No campo da ficção, no início do mesmo século tínhamos visões utópicas sobre o futuro, o cinema nos mostrando narrativas do homem chegando à lua, criando aeronaves e

descobrimos tecnologias científicas que se confundiam com a própria magia para realizar milagres e levar os homens à Marte³⁶. A confiabilidade na tecnologia e no poder da ciência para dominar a natureza foram uma herança dos séculos XVIII e XIX, quando os projetos iluministas produziram um grande otimismo civilizatório em relação à ideia de futuro. Brian Stableford (1983), acadêmico literário e também escritor de ficção científica, conduz uma importante discussão sobre como as visões ambíguas sobre o avanço tecnológico do Ocidente influenciou a produção dos “apocalipses” modernos.

Segundo o autor, embora a industrialização do século XIX também tenha sido percebida com olhares céticos quando consideradas a imundície das cidades e a massa de famílias pobres dependentes do aparato industrial para o sustento, as invenções tecnológicas que se sucederam à máquina a vapor eram vistas como “uma maneira de liberar os homens do trabalho penoso e aumentar tanto a capacidade produtiva da sociedade que todo homem poderia se tornar rico” (STABLEFORD, 1983, p. 103, tradução nossa)³⁷. Por outro lado, uma atitude crítica e problematizadora em relação ao papel da ciência em tentar “dominar” a natureza da vida e da morte já havia sido expressa ainda no início do século XIX, quando a já citada Mary Shelley publicou *Frankenstein*, um clássico da literatura mundial.

Apesar do alerta de Mary Shelley, que demonstrou as possíveis consequências “apocalípticas” de tentar utilizar-se da ciência para que o homem se tornasse uma espécie de “deus criador”, o avanço da tecnologia entre fins do século XIX e início do XX foi visto com otimismo por boa parte dos autores de ficção, que não raro utilizaram de suas fantasias futuristas para expressarem profecias e ideologias pessoais que propagavam a ideia de “progresso” civilizacional, ético e moral para a humanidade. Tais progressos, em muitos casos, eram planejados por meio de práticas eugenistas e governos mundiais que bem caracterizaram alguns dos regimes totalitários do século XX.

Neste contexto, houve autores que imaginaram, sim, destinos trágicos para o gênero humano, como é o caso de Jack London com *A Morte Escarlata*, um pós-apocalipse publicado nos Estados Unidos em 1912, o qual veremos novamente mais tarde³⁸. A experiência trágica da

³⁶ Estes exemplos podem ser vistos em filmes mudos como *A conquista do ar* (1901), *Viagem à lua* (1902) e *A Trip to Mars* (1910), este último demonstrando um cientista com ares de alquimista que descobre a “gravidade reversa” e consegue voar sozinho até o Planeta Vermelho. No campo literário, do mesmo modo, antes da Grande Guerra (1914-1918) havia uma tradição utópica incipiente, como visto na obra *Uma utopia moderna*, publicada pelo britânico H.G. Wells em 1905, em que descreve um governo elitista ideal, concebido por intelectuais.

³⁷ [...] it represented in the eyes of most visionaries a way to free men from drudgery and to increase the productive capacity of society so much that every man might become wealthy.” (STABLEFORD, 1983, p. 103).

³⁸ Muitas obras escritas entre 1870 e 1914 de fato lidavam com catástrofes futuras muito mais absurdas do que uma pandemia, sendo notável exemplo o do sociólogo francês Gabriel de Tarde (1843-1904), *Fragmento de*

Primeira Guerra Mundial, a partir de 1914, e posteriormente da Segunda Guerra, demonstrando como todo o aparato tecnológico carregava um poder destrutivo nunca antes visto, foram definitivas para o surgimento de visões pessimistas sobre o futuro dentro da ficção, já atestadas no século XIX, agora cada vez mais popularizadas enquanto expressões de medos envolvendo a guerra, as armas químicas, os campos de extermínio. O sociólogo Zygmunt Bauman colocou que o próprio genocídio perpetrado pelos nazistas com o uso de metodologias sistemáticas e racionalistas não foi necessariamente uma “regressão à barbárie”, mas sim uma faceta cruel da própria dinâmica da modernidade dominada pela ciência, quando aplicada de forma desumana:

[...] o Holocausto não foi uma antítese da civilização moderna e de tudo o que ela representa (ou pensamos que representa). Suspeitamos (ainda que nos recusemos a admiti-lo) que o Holocausto pode ter meramente revelado um reverso da mesma sociedade moderna cujo verso, mais familiar, tanto admiramos. E que as duas faces estão presas confortavelmente e de forma perfeita ao mesmo corpo. O que a gente talvez mais tema é que as duas faces não possam mais existir uma sem a outra, como verso e reverso de uma moeda. (BAUMAN, 1998, p. 26).

O século XX, com efeito, tornou-se a era das catástrofes e da “ansiedade” em relação aos temores de que o avanço tecnológico, ao mesmo tempo que facilitou a vida cotidiana, pode ser por si próprio responsável por ocasionar novas catástrofes futuras. As ficções futuristas de aventuras científicas e fantásticas, popularizadas através de revistas e magazines americanos como a *Astounding Stories* fundada em 1930, coexistiram com ficções pós-apocalípticas que surgiram em grande quantidade após a Primeira Guerra. Pode-se mesmo dizer que os horizontes temerosos e pessimistas em relação ao futuro nunca mais saíram da visão dos escritores de ficção científica, tamanho o impacto das guerras mundiais e do poderio tecnológico usado para fins bélicos. Esse contexto de crise, com efeito, influenciou o próprio surgimento dos estudos acadêmicos dos anos 1980 que buscaram interpretar e compreender a ficção pós-apocalíptica. Segundo Brian Stableford (1983), com o avanço científico do século XX mitigando e substituindo nossos valores tradicionais outrora perpetuados pela religião, também as ideias sobre o “fim do mundo” cada vez mais se distanciaram de suas matrizes religiosas sobrenaturais para serem incluídas nos possíveis cenários futuros que o aparato tecnológico criado pelo homem poderia gerar, “incorporando novos conceitos de pecado ou talvez renovando os antigos” (1983, p. 99).

Conforme declara o mesmo autor,

história futura (2013), publicada originalmente em 1896, na qual é descrito como a “morte do Sol”, ocasionado por catástrofes climáticas, levou a humanidade a habitar o subterrâneo do planeta e ali se desenvolver.

A imaginação científica, ao fornecer uma nova mitologia de catástrofe, tem que derrubar as velhas mitologias fornecidas pela imaginação religiosa. [...] Ao fazê-lo, no entanto, está sujeita a uma curiosa restrição, pois muito do vocabulário que construímos para falar sobre possíveis catástrofes deriva diretamente de mitos religiosos específicos. (STABLEFORD, 1983, p. 101, tradução nossa)³⁹.

O autor esclarece, nesse sentido, que não nos surpreende palavras de cunho religioso, como “apocalipse” ou “Armagedom”, continuarem a dominar nossas interpretações e visões imaginárias sobre o provável fim do mundo. Mitos sobre o fim último das coisas ou seu renascimento após uma grande mudança estão presentes numa miríade de crenças concernentes aos mais diversos povos da Antiguidade e também entre os povos indígenas. Segundo Mircea Eliade (1972), entre os povos Guaranis do Brasil, a busca pela mítica “Terra Sem Males”, com início no século XIX, foi motivada pela iminente crença de que a Terra seria destruída pelo fogo e pela água – outros povos indígenas, segundo o mesmo autor, tinham crenças divergentes, uns acreditando que o fim do mundo seria seguido de uma renovação, já outros crendo no fim definitivo da Terra. No entanto, é importante considerar a literatura pós-apocalíptica não como continuidade dessas tradições milenares presente no imaginário dos povos, mas como produtos e leituras do mundo moderno e suas conturbações. No momento em que autores, como Mary Shelley, perceberam as faces mais destrutivas do progresso da modernidade, expressaram ansiedades e críticas a esses projetos por meio de suas ficções. O futuro, na primeira metade do século XX, fora dominado por imagens de medo e catástrofes, não somente na ficção literária (criando as distopias *Nós*, de Ievguêni Zamiátin, e *Admirável Mundo Novo*, de Aldous Huxley, ambas expressando a exacerbação de tendências de pensamento que vigoravam em seu contexto de produção), mas também no cinema, em obras como o filme mudo de 1927 *Metrópolis*, de Fritz Lang, demonstrando uma sociedade futura de pobres oprimidos por uma classe dominante, tornando a “revolução” inevitável ao final da obra.

Em matérias apocalípticas dentro da ficção científica, o tema da “volta às cavernas” vigorava. Tratam-se de histórias em que sobreviventes de catástrofes civilizacionais, como guerras ou eventos cósmicos, retomam modos de vida considerados “primitivos”, baseados no período paleolítico da história humana. Exemplos nesse sentido, segundo nos cita Stableford, são *People of the Ruins* [O povo das ruínas], de 1920, escrito por Edward Shank, e *The Collapse*

³⁹ “The scientific imagination, in providing a new mythology of catastrophe, has to overturn the old mythologies provided by the religious imagination. [...] In so doing, however, it is subject to a curious restraint, in that much of the vocabulary we have built up in order to talk about possible catastrophes is derived directly from particular religious myths.” (STABLEFORD, 1983, p. 101).

of Homo Sapiens [O colapso do homo sapiens], de 1923, de P. Anderson Graham, que segue “um grupo de refugiados que se escondem da próxima guerra em um *shebeen* [um bar ilegal] e descreve a cultura bárbara de medo da ciência que se desenvolve às margens do Tâmesa” (STABLEFORD, 1983, p. 122, tradução nossa)⁴⁰. Outros exemplos do mesmo período citados pelo autor, contendo medos bélicos e tecnológicos em suas narrativas, incluem *Ragnarok: a novel of the future* [Ragnarok: um romance do futuro], de 1926, de autoria de Shaw Desmond, que foca em sobreviventes de uma guerra vivendo em esgotos e cavernas, num mundo dominado por bombas e gases venenosos; *The Gas War of 1940* [A guerra de gases de 1940] e *The Poison Black* [Veneno negro], de 1931 e 1932, respectivamente escritas por Neil Bell e Ladbroke Black, nas quais o lançamento de gases venenosos é a ação responsável pela destruição do mundo; e obras como *The Black Death* [A morte negra], escrita em 1934 por M. Dalton, assim como *Day of Wrath* [Dia da ira], de 1936, de Joseph O’Neill, ambas tratando a destruição completa de cidades inglesas por meio de bombardeios aéreos em guerras futuras (STABLEFORD, 1983), tragicamente profetizando ocorridos que se concretizaram durante a Segunda Guerra.

Dentro dos estudos literários que se debruçam, desde os anos 1980, às narrativas apocalípticas, autores como Lomax (1987) classificam como “narrativas pós-holocausto” a literatura pós-apocalíptica que despontou principalmente a partir dos anos 1950, tamanha a influência desse evento que foi uma das maiores tragédias do século XX. A ficção científica como um todo vislumbrou um de seus períodos mais prolíficos entre os anos 1940 e 1960, conjuntura temporal que muitos críticos nomeiam de “Era de Ouro” de tais publicações (ROBERTS, 2018). De fato, trata-se do período em que despontaram os mais famosos nomes ligados às ficções científicas e futuristas no geral, como Isaac Asimov (1920-1992), Arthur C. Clarke (1917-2008) e Robert Heinlein (1907-1988). Além desses autores, que trataram de importantes questões existenciais e filosóficas em relação ao futuro da civilização humana por meio de suas ficções muitas vezes mirabolantes, o período seguido à Segunda Guerra Mundial fez florescer as narrativas apocalípticas relacionadas a novos medos que impregnaram o imaginário ocidental, principalmente em relação à bomba atômica – exemplo de alta tecnologia aliada ao perigo da autodestruição –, à proliferação de doenças virais (facilitada pela popularização dos transportes aéreos), e ao medo de o modo de vida consumista acabar em

⁴⁰ “*The Collapse of Homo Sapiens* (1923) by P. Anderson Graham follows the career of a group of refugees hiding from the next war in a *shebeen*, and goes on to describe the barbarian science-fearing culture that grows up along the banks of the Thames in a desolated England.” (STABLEFORD, 1983, p. 122).

decorrência de grandes catástrofes, invertendo a lógica do progresso humano e realizando uma evolução reversa, trazendo os sobreviventes novamente para condições “primitivas”.

As histórias apocalípticas “pós-holocausto”, em sua maioria, lidam com a recuperação da civilização após o grande desastre, a reinvenção dessa mesma civilização em novos moldes. É já um lugar-comum afirmar que medos nucleares dos anos 1950 foram expressos numa miríade de contos, novelas e filmes de ficção científica (muitos dos quais retratando gigantes geneticamente modificados por radiação, refletindo ameaças e destruições típicas do período da guerra, há pouco findada). Menos comum, no entanto, é reconhecer como a destrutividade do Holocausto e suas perspectivas de “fim de mundo” para uma parcela da população (judeus, ciganos, pessoas com deficiências, eslavos e dissidentes políticos do nazismo) influenciou até mesmo o tom sombrio de muitas narrativas pós-apocalípticas vinculadas à ficção científica do período. Quando nos debruçamos em algumas características comuns desse tipo de narrativa literária (e que já estava presente desde o início do século XIX, como visto), a noção de um “fim da história” linear e em progresso constante é uma das primeiras ideias exploradas. Todo o progresso tecnológico e industrial é subitamente afetado pelo cataclismo – toda a dependência humana desse mesmo aparato, portanto, reflete a “volta ao barbarismo” a que a civilização é submetida. Citando algumas das características encontradas em tais narrativas,

O conhecimento sucumbiu à ignorância [...] A vida reverteu para níveis medievais ou paleolíticos. A tecnologia é alternadamente temida, invejada ou adorada, objeto de admiração ignorante ou recuperação esperançosa [...] As megaunidades sociais e políticas da vida do século XX foram fragmentadas em cidades-estados, vilas ou clãs. A organização social, isolada do contato externo, é regressiva e monolítica. A civilização industrial retrocedeu para uma economia agrária de escambo. A caça e o forrageamento fornecem o sustento. (LOMAX, 1987, p. 66, tradução nossa).⁴¹

Esse é um sumário dos modelos de cenários que testemunhamos nas narrativas pós-apocalípticas. É de se compreender que, nessas situações, novos Robinsons Crusoes surjam, em geral representando o sobrevivente que precisa adquirir independência e respeito à dinâmica da natureza para, sozinho ou em pequeno grupo, conseguir adaptar-se e sobreviver no novo mundo. Circunstâncias assim, de fato, são vistas em romances que se tornaram clássicos do gênero,

⁴¹ “Knowledge has succumbed to ignorance, and distorted memories turn the past into golden myth of dark nightmare. Life has reverted either to medieval or paleolithic levels. Technology is alternately feared, envied, or worshiped, the object of ignorant awe or hopeful recovery. Obsolete machinery furnishes icons or salvage. The dead shells of great buildings shelter livestock, and the stumps of ruined monuments, like Ozymandias’ pedestal, give bleak testimony to shattered glory. The social and political megaunits of the twentieth-century life has been fragmented into city-states, villages, or clans. Social organization, isolated from outside contact, is regressive and monolithic. Industrial civilization has retrogressed into na agrarian, barter economy. Hunting and foraging provide sustenance.” (LOMAX, 1987, p. 66).

como *Eu sou a Lenda*, publicado por Richard Matheson (2015) em 1954. No romance, Robert Neville é um ex-militar que, sozinho nos subúrbios de Los Angeles, sobrevive há anos a uma pandemia causada por uma bactéria capaz de transformar seus hospedeiros em criaturas semelhantes a vampiros. Influenciado principalmente pelo *Drácula* de Bram Stoker e pelo filme alemão *Nosferatu*, de 1922, Richard Matheson projetou sua pandemia de “vampiros” nos anos 1970; o período inicial da Guerra Fria, no contexto de produção da obra, influenciou o panorama “paranoico” no qual vive o protagonista, constantemente temendo os ‘*ghouls* e protegendo-se com barricadas ao redor de seu terreno quando a noite chega.

As temáticas pós-apocalípticas, de modo geral, exprimem a exaustão de nossa civilização moderna. No cinema, a partir dos anos 1950 e 1960, com o *boom* de filmes de horror e suspense, igualmente surgiram ficções científicas em cenários apocalípticos, como *A Boy and His Dog*, de 1975, em que um garoto e um animal vislumbram o caos e o “primitivismo” que a sociedade adentrou após eventos catastróficos, e o famoso *Mad Max*, filme de 1979 que imagina um futuro desértico no qual a briga pela água separa a sociedade em tribos e clãs. A despeito do caráter de entretenimento visto em muitas dessas produções, a leitura que fazemos do gênero pós-apocalíptico requer uma análise sofisticada; objetivamos, portanto, entendê-lo como uma crítica da civilização moderna e sintoma dos traumas coletivamente experimentados.

Tal afirmação implica compreender que o pós-apocalipse é, assim, uma subversão do mundo moderno, seja esse mundo dominado pela Revolução Industrial que promoveu o crescimento intensivo de grandes aglomerados urbanos – como ocorreu no século XIX, período em que Mary Shelley escreveu uma das primeiras obras do gênero –, seja ele dominado pelo crescente avanço tecnológico e pelo misto de confiança/temor na tecnologia, como ocorre desde os anos 1950. Não surpreende, desse modo, que durante os anos 1980, mesmo período em que o presidente Reagan declarava seu projeto de equipar satélites com raios lasers, o cinema trouxe imagens clássicas de destruições e “fins de mundo” ocasionados justamente pela ameaça nuclear, como ocorre no filme *The Day After*, 1983, mostrando a trajetória de alguns sobreviventes após um bombardeio nuclear soviético atacar os Estados Unidos⁴².

⁴² É importante lembrar, como aponta Tavares (1986), que o lançamento na TV desse filme em 1983 provocou mais de 400 manifestações pró-desarmamento nuclear nos Estados Unidos.

2.4 MODERNIDADE E PROGRESSO

Ora, sendo uma crítica ao mundo moderno, torna-se necessário esclarecermos quais as principais características e conceitos que abrangem nossa noção de “modernidade”. Compreendemos a modernidade, principalmente, como um período histórico cujos desdobramentos ainda são sentidos e vivenciados na contemporaneidade. Iniciada por volta dos anos 1500, conforme os europeus exploravam o continente americano, o comércio naval crescia, o Renascimento ditava os rumos estéticos de boa parte da Europa e o pensamento liberal e humanista começava a se tornar comum, juntamente ao desenvolvimento científico, a modernidade por definição representou rupturas para com o pensamento medieval; representou a promoção da noção de “indivíduo”, em detrimento da sensação de pertencimento a uma coletividade que ocorria com a prevalência da Igreja durante o medievo.

O estudioso indiano Dilip Gaonkar estabelece um critério dividido por dois tipos de transformações radicais que a modernidade trouxe em relação ao mundo medieval, entendendo-as como transformações de ordem cognitiva e transformações sociais:

[...] as transformações cognitivas incluem [...] o crescimento da consciência científica, o desenvolvimento de uma perspectiva secular, a doutrina do progresso, a primazia da racionalidade instrumental [...]. As transformações sociais referem-se ao surgimento e à institucionalização das economias industriais orientadas para o mercado, Estados burocraticamente administrados [...] Estado de Direito, mídia de massa e crescente urbanização, alfabetização e mobilidade. (GAONKAR, 2001, p. 1-2, tradução nossa).⁴³

Dentre essas características, no campo do pensamento, a doutrina do progresso recebe a maior contravenção por parte da literatura pós-apocalíptica. Trata-se de uma visão de mundo exclusivamente moderna, perpetuada por uma miríade de autores, segundo a qual a humanidade estaria “naturalmente” inclinada a níveis progressivos de avanços sociais, científicos, morais, comportamentais, dentre outros. Com as grandes navegações demonstrando que os europeus poderiam agora fazer contato com todas as partes e povos do mundo; com os cientistas testando novos experimentos e elaborando teorias; com o fervilhar de ideias subversivas, como a instalação de uma República que colocaria abaixo a monarquia tradicional (conforme ocorreu

⁴³ “[...] the cognitive transformations include or imply the growth of scientific consciousness, the development of a secular outlook, the doctrine of progress, the primacy of instrumental rationality, the fact-value split, individualistic understandings of the self, contractualist understandings of society, and so on. The social transformations refer to the emergence and institutionalization of market-driven industrial economies, bureaucratically administered states, modes of popular government, rule of law, mass media, and increased mobility, literacy, and urbanization.” (GAONKAR, 2001, p. 1-2).

a partir de 1789 na França), a ideia de que a humanidade estaria em constante progresso e destinada a um futuro utópico, marcado pela felicidade e pela liberdade do homem face às “superstições” associadas à religião e ao mundo pré-moderno, vigorava na pena de diversos ensaístas e filósofos, escritores políticos e pensadores em geral, como Jean Bodin (1530-1596) e o marquês de Condorcet (1743-1794).

Dentre as várias formas de conceituar a palavra “progresso”, Gilberto Dupas (2006) nos traz a de dois autores renomados no campo. John Bagnel Bury (1861-1927), historiador do mundo antigo, elaborou uma teoria do progresso humano baseada “numa interpretação da história que enxerga a humanidade avançando lenta e indefinidamente em uma direção desejável” (DUPAS, 2006, p. 30). Já para o sociólogo Robert Nisbet (1913-1996), em suas visões, “mesmo com alguns reveses, o tempo caminha para frente, avançando sempre de uma condição inferior para outra superior. Consequentemente, o presente servirá sempre de alicerce para avanços no futuro” (DUPAS, 2006, p. 31). A noção de progresso, nesse contexto, está intrinsecamente ligada às ideologias e práticas da modernidade, como o avanço científico e o desenvolvimento da sociedade industrial, das máquinas a vapor às invenções mais usuais do século XX, como o telefone e os aviões. Nesse sentido, a contravenção do gênero pós-apocalíptico jaz justamente no fato de imaginar uma involução dos seres humanos, criando cenários em que toda noção de progresso, aprimoramento e desenvolvimento sofreram impactos irrecuperáveis, colocando a humanidade novamente em condições “primitivas”, dessa vez sem os saberes e as técnicas tradicionais necessárias para lidar com o mundo natural/selvagem que se torna a realidade no contexto pós-apocalíptico.

A modernidade, é certo, possui uma face destrutiva que coexiste com a face transformadora. Uma outra lista de características em comum deste período histórico nos é fornecida pelo crítico Marshall Berman, em obra consagrada, em que constata alguns dos pontos em comum que fundamentam nossa conceituação de “modernidade”:

[...] grandes descobertas nas ciências físicas, com a mudança da nossa imagem do universo e do lugar que ocupamos nele; a industrialização da produção, que transforma conhecimento científico em tecnologia, cria novos ambientes humanos e destrói os antigos, acelera o próprio ritmo de vida, gera novas formas de poder corporativo e de luta de classes; descomunal explosão demográfica, que penaliza milhões de pessoas arrancadas de seu habitat ancestral, empurrando-as pelos caminhos do mundo em direção a novas vidas. (BERMAN, 1986, p. 16).

Dessa forma, o período moderno exacerba os sentimentos de agitação, turbulência, perda de controle da própria vida; uma vida ativa, em detrimento à vida contemplativa, requer constantes movimentações por parte do indivíduo moderno, seja em suas criações artísticas,

negociações comerciais, viagens marítimas, novas descobertas. Essas características, também segundo a análise de Berman, foram já muito bem percebidas e expressas pelo escritor Jean-Jacques Rousseau (1712-1778). Debruçar-se sobre Rousseau é importante, na medida em que o autor nos traz uma das primeiras críticas às características do mundo moderno já concretizadas no período de sua vida, durante o século XVIII.

No romance de formação *Emílio*, de 1762, Rousseau referiu-se às cidades europeias, com seus processos industriais e aglomerações, como “báratros da espécie humana”, na qual as raças “morrem ou degeneram com o tempo” (ROUSSEAU, 1992, p. 38). Em *Júlia ou a Nova Heloísa*, de 1761, por meio de uma carta do personagem Saint-Preux, podemos perceber a experiência impactante do escritor em viver numa grande cidade, em contraposição à vida pacata de sua terra natal. O crítico Marshall Berman, com efeito, utilizou-se desse romance para demonstrar as expressões críticas de Rousseau em relação às turbulências da vida moderna, acentuando as percepções de fluidez, agitação e sensação de perda de controle da própria vida:

Ele reafirma sua intenção de manter-se fiel ao primeiro amor, não obstante receie, como ele mesmo o diz: “Eu não sei, a cada dia, o que vou amar no dia seguinte”. Sonha desesperadamente com algo sólido a que se apegar, mas “eu vejo apenas fantasmas que rondam meus olhos e desaparecem assim que os tento agarrar”. Essa atmosfera — de agitação e turbulência, aturdimento psíquico e embriaguez, expansão das possibilidades de experiência e destruição das barreiras morais e dos compromissos pessoais, auto-expansão e autodesordem, fantasmas na rua e na alma — é a atmosfera que dá origem à sensibilidade moderna. (BERMAN, 1986, p. 16).

É inegável, desse modo, que os impactos da vida moderna promovem sensações de medo e aventura, de otimismo e ceticismo em relação às mudanças abruptas, à crença no progresso e nas transformações que ele impõe às tradições e “velhos” modos de vida. Nas considerações do escritor Stuart Hall,

Muitos movimentos importantes no pensamento e na cultura ocidentais contribuíram para a emergência dessa nova concepção: a Reforma e o Protestantismo, que libertaram a consciência individual das instituições religiosas da Igreja e a expuseram diretamente aos olhos de Deus; o Humanismo Renascentista, que colocou o Homem no centro do universo; as revoluções científicas, que conferiram ao Homem a faculdade e as capacidades para inquirir, investigar e decifrar os mistérios da Natureza; e o Iluminismo, centrado na imagem do Homem racional, científico, libertado do dogma e da intolerância, e diante do qual se estendia a totalidade da história humana, para ser compreendida e dominada. (HALL, 2006, p. 25-26).

A ficção pós-apocalíptica, dentro da dinâmica da modernidade, realiza desse modo funções similares às poesias pastorais: revalorizar *outros* modos de vida que não aquele identificado com as grandes cidades e o contexto de agitação promovida por elas e pela própria

lógica da modernidade, racional e científica. Se a poesia pastoral assim o fez dando acepções positivas às paisagens rurais e seus elementos, principalmente face à civilização industrial que se desenvolvia na Europa, a ficção pós-apocalíptica realiza uma espécie de contravenção ao cotidiano moderno. Ao discorrer sobre o projeto da modernidade e suas ambições, o autor David Harvey pontua:

O domínio científico da natureza prometia liberdade da escassez, da necessidade e da arbitrariedade das calamidades naturais. O desenvolvimento de formas racionais de organização social e de modos racionais de pensamento prometia a libertação das irracionalidades do mito, da religião, da superstição, liberação do uso arbitrário do poder, bem como do lado sombrio da nossa própria natureza humana. Somente por meio de tal projeto poderiam as qualidades universais, eternas e imutáveis de toda a humanidade ser reveladas. (HARVEY, 2008, p. 23).

Os mundos pós-apocalípticos são justamente antíteses diretas do projeto da modernidade. As preocupações, no mundo pós-fim do mundo, deixam de ser as responsabilidades com empregos, escritórios, contas, ciência, e se transmutam para aquelas que acompanharam o *homo sapiens* durante milhares de anos antes da sedentarização e do desenvolvimento das cidades: a busca por alimentos através da caça e coleta; a defesa contra elementos hostis da natureza (como as tempestades e os animais selvagens); a busca de abrigos duradouros próximos a veios de água e terrenos férteis para plantio, assim como outras concernentes à organização social – a forma ideal de governabilidade numa sociedade pós-civilização; a educação e formação das crianças nascidas no “novo mundo”; o atendimento a necessidades psicológicas dos sobreviventes e nascidos após a catástrofe (incluindo necessidades espirituais, muitas vezes com a volta de pensamentos tradicionais envolvendo tabus e rituais tribais).

É nesse sentido que podemos definir o pós-apocalipse como uma crítica à modernidade, uma vez que inverte os mitos de progresso, evolução, desenvolvimento tecnológico e científico (que somos cotidianamente noticiados), levando o ser humano a um estado “selvagem”, acabando com perspectivas otimistas em relação ao futuro da humanidade e colocando na ordem do dia necessidades mais básicas envolvendo a manutenção da própria sobrevivência. No entanto, autores como os marxistas Fredric Jameson (2011) e Slavoj Žižek (1996) entendem, por exemplo, que as imagens sobre o fim do mundo em diversas ficções são uma forma de contraponto negativo ao “realismo capitalista” moderno, isto é, um espelho inverso de nossa sociedade atual: demonstrar o mundo após o fim do mundo enquanto alternativa de sociedade seria uma maneira eficiente de valorizarmos o sistema econômico vigente e mantê-lo em funcionamento, já que a outra possibilidade viável seria um mundo

arruinado. Na crítica marxista proposta, as imagens pós-apocalípticas nas mídias de entretenimento cumpririam uma capacidade de alienação junto ao público ao propor como única alternativa ao capitalismo o literal “fim do mundo”:

[...] ninguém mais considera seriamente as possíveis alternativas ao capitalismo, enquanto a imaginação popular é assombrada pelas visões do futuro “colapso da natureza”, da eliminação de toda a vida sobre a Terra. Parece mais fácil imaginar o “fim do mundo” que uma mudança muito mais modesta no modo de produção, como se o capitalismo liberal fosse o “real” que de algum modo sobreviverá, mesmo na eventualidade de uma catástrofe ecológica global... (ZIZEK, 1996, p. 7).

Em nossa interpretação exposta na presente dissertação, embora não deixemos de mencionar e considerar essas visões sobre o pós-apocalipse, mantemos nossa análise principalmente nas preocupações basilares presentes em quase toda a narrativa pós-apocalíptica: a reformulação da identidade frente ao novo mundo gerado após o cataclismo, e a formação humana dali em diante. Nesses mundos, é imposto ao ser humano a obrigatoriedade de adaptar-se a um ambiente que, se outrora fora familiar, agora lhe é hostil, não mais garantida a segurança, as leis, a presença do Estado como garantidor da ordem, a garantia de direitos, alimentação, e mesmo a vigência do sistema econômico capitalista. Como, nesse sentido, os sobreviventes (re)formulam sua identidade nesse novo contexto? A partir de quais critérios o ser humano, após o fim de *seu* mundo, busca readaptar-se para um ambiente que pode facilmente matá-lo (seja através de radiação, animais selvagens, mudanças climáticas, grupos de sobreviventes inimigos que sequestram e canibalizam seus semelhantes...)?

Outra preocupação basilar no recomeço do mundo após seu fim reside na formação das crianças nascidas após o término da civilização. Assentadas as comunidades sobreviventes, estabilizada a forma como irão se organizar e coletar alimentação o suficiente, qual é a formação dada às crianças neste “reinício” do mundo? Deverão receber uma educação moderna, a fim de manter os conhecimentos da humanidade em perspectiva, ou precisa também a educação ser reformulada, de modo a definir novos eixos formativos que as auxiliem na adaptação ao estado de natureza? Cabe alfabetizá-las em línguas clássicas, ou ao invés disso limitar-se a ensiná-las a coletar couro para enfrentar os rigorosos invernos?

São necessidades presentes no mundo pós-fim do mundo, e manejadas de modo próprio por diferentes autores de tal estilo narrativo. Cabe, nesse sentido, aprofundarmos a discussão sobre a ideia de formação humana e educação, dialogando com a literatura e seus possíveis “potenciais pedagógicos” em nossas vidas, para demonstrar como esses eixos teóricos são mobilizados e reinventados dentro das narrativas pós-apocalípticas.

3 EDUCAÇÃO E FORMAÇÃO HUMANA ATRAVÉS DA LITERATURA

Trabalhar com ideias vinculadas à educação e a formação humana do(s) indivíduo(s) dentro da literatura, e especificamente em cenários pós-apocalípticos nos quais as instituições formalmente associadas à educação já não existem, requer sobretudo um refinamento de nossa compreensão de “educação”. É necessário, em primeiro lugar, horizontalizar nosso conceito do termo, compreendendo que a prática educativa não pode ser somente limitada aos espaços formativos tradicionais, como a escola, a família e a religião. Mais do que isso, é preciso enxergar a educação como toda prática formativa que envolve experiência, experimentação, conhecimento e saber.

No mundo pós-fim do mundo, atitudes que facilmente poderíamos enquadrar como educativas pouco se assemelham às imagens usuais de crianças sentadas em cadeiras enfileiradas e centradas na figura do professor, de pé diante da lousa. Na verdade, a concepção educativa no pós-apocalipse é similar às noções de educação dentre os povos indígenas, isto é, uma educação voltada para o saber e a experimentação em relação à natureza e seus aspectos, a convivência em comunidade – não somente com seus semelhantes, mas também com elementos de alteridade: animais, mundo vegetal, *outras* paisagens e ambientes –, e certa atitude de respeito e reverência pela ancestralidade e aos antepassados. Nesse sentido, pretendemos nessa sessão trabalhar melhor com os dois conceitos-chave que irão guiar nossa análise: a educação, em um sentido informal e adaptável, própria para servir aos contextos de “fim de mundo”; e a própria ideia de literatura, buscando responder se ela possui uma função pedagógica intrínseca que nos auxiliaria a lidar melhor com as dificuldades do mundo.

Segundo as palavras de Brandão (2001), podemos compreender a educação como “uma fração do modo de vida dos grupos sociais que a criam e recriam, entre tantas outras invenções de sua cultura, em sua sociedade” (p. 10). Sobretudo, a educação é um aspecto cultural, “constituente e constituída pelo amplo espectro de práticas humanas e sociais denominado de cultura” (PESSOA, 2013, p. 186). Brandão bem relembra uma importante constatação – o fato de que a escola e sua formalização não fecham em si a definição de “educação”. Na verdade, a prática educativa carrega uma característica maleável, podendo se transmutar conforme as condições sociais encontradas. Nesse sentido, conforme reflexões do mesmo autor,

[...] quando são necessários guerreiros ou burocratas, a educação é um dos meios de que os homens lançam mão para criar guerreiros ou burocratas. Ela ajuda a pensar tipos de homens. Mais do que isso, ela ajuda a criá-los, através do passar de uns para

os outros o saber que os constitui e legitima. Mais ainda, a educação participa do processo de produção de crenças e ideias, de qualificações e especialidades que envolvem as trocas de símbolos, bens e poderes que, em conjunto, constroem tipos de sociedades. E esta é a sua força. (BRANDÃO, 2001, p. 11).

A educação também é compreendida como um trabalho não-material, segundo as reflexões de Demerval Saviani (2000). Em suma, o arcabouço de conhecimentos históricos, científicos e práticos, transmitidos e legados à posteridade por meio da cultura humana, não somente através de espaços formais, mas também através da memória, das tradições, das experiências significativas e consideradas dignas de serem mantidas para as gerações futuras. Nas palavras de Saviani, “trata-se da produção do saber, seja do saber sobre a natureza, seja do saber sobre a cultura, isto é, o conjunto da produção humana” (SAVIANI, 2000, p. 16).

É importante, assim, esclarecermos que a associação entre “educação” e “educação escolar”, como espaço específico para transmitir tal saber, é uma relação moderna, surgida a partir dos ideais iluministas de garantir um único saber para todos. O projeto iluminista, visando se contrapor ao que caracterizavam como as superstições e crenças irracionais advindas da Igreja e do período medieval, imaginava um futuro com base na ideia de progresso técnico-científico e moral da civilização Ocidental, que seria alcançado por meio da racionalidade e da aversão a qualquer superstição associada ao Antigo Regime. Nesse contexto, a educação escolar seria o espaço por excelência através do qual o saber sistemático seria inculcado nos jovens, garantidores de um futuro dominado pela felicidade advinda da razão e da ciência. Na contribuição de Julia Pinheiro Andrade,

A moderna ideia de formação que passa a ser delineada pelo projeto iluminista se reconhece, então, desde o início, como uma problemática promessa de experiência da totalidade (do eu, do outro, do mundo). Porém, a despeito desse caráter racionalista autocrítico, o projeto das Luzes guarda uma inabalável fé pedagógica no poder da educação em promover a socialização, o esclarecimento e a emancipação de crianças e jovens. Com efeito, uma marca da modernidade é a vontade de universalização: a promessa de ensinar “tudo a todos” e, assim, assegurar a autonomia e a felicidade individual necessárias para a realização do bem-estar comum. (ANDRADE, 2007, p. 167-168).

Esse sentido de “formação”, conforme queria o Iluminismo, já havia sido explicitamente criticado por pensadores também associados ao pensamento iluminista, como Rousseau. É em sua obra *Emílio*, de 1762, que o escritor clama uma nova forma de educação, baseada num contato mais próximo com a natureza e as oportunidades de observação e experimentação que ela própria poderia intuir na criança, sendo preferível este saber intuitivo ao saber dogmatizado ministrado por mestres. Na obra de Rousseau, já se percebe uma nova

valorização da natureza e suas potencialidades pedagógicas, vendo-a como uma grande mãe capaz de ensinar, porém sendo constantemente suprimida pelo saber técnico da modernidade que a despreza e a trata como objeto utilitário.

Rousseau foi uma das vozes mais críticas ao saber institucionalizado de seu tempo, baseado nos grandes centros universitários e nos colégios. Em suas próprias reflexões,

Não encaro como uma instituição pública esses estabelecimentos ridículos a que chamam colégios. Não levo em conta tampouco a educação da sociedade, porque essa educação, tendendo para dois fins contrários, erra ambos os alvos: ela só serve para fazer homens de duas caras, parecendo sempre tudo subordinar aos outros e não subordinando nada senão a si mesmos. Ora, essas demonstrações sendo comuns não iludem ninguém. São cuidados perdidos. (ROUSSEAU, 1995, p. 14).

O modelo de educação proposto por Rousseau em *Emílio* tinha por pressuposto o respeito ao desenvolvimento natural da criança e, principalmente, o incentivo à curiosidade e à observação da natureza, reconhecendo nesta um potencial pedagógico imprescindível para uma sólida formação moral dos jovens. Sem negar o conhecimento teórico e científico, Rousseau priorizou uma formação que respeitasse o desenvolvimento da criança em seu próprio ritmo, um no qual pudesse aprender com a natureza por meio da observação.

Que se destine meu aluno à carreira militar, à eclesiástica ou à advocacia pouco me importa. Antes da vocação dos pais, a natureza chama-o para a vida humana. Viver é o ofício que lhe quero ensinar, nem magistrado, nem soldado, nem padre; será primeiramente um homem. Tudo o que um homem deve ser, ele o saberá, se necessário, tão bem quanto quem quer que seja; e por mais que o destino o faça mudar de situação, ele estará sempre em seu lugar. (ROUSSEAU, 1995, p. 15).

Com efeito, as prédicas de Rousseau sobre a educação nos mostram que os sentidos atribuídos a tal palavra perpassam diferentes conceituações, o saber escolar sendo somente um deles. Possuímos, ainda, outras definições e reflexões sobre educação e o ato de “educar”, como a proposta por Saviani: “o trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida histórica e coletivamente pelo conjunto dos homens” (2000, p. 17). Quê fazer, no entanto, quando a humanidade sofre um grande cataclismo em seu percurso civilizacional, dispersando-se em pedaços e voltando a modos de vida “primitivos”? Qual saber histórica e coletivamente produzido consegue se manter nestas novas conjunturas?

Ora, se Rousseau, no século XVIII, já havia sugerido uma formação que acompanhasse o desenvolvimento e a curiosidade natural da criança, mantendo-a em constante contato e observação da natureza, a perspectiva educacional indígena, neste século XXI, é a que melhor

nos auxilia a expandir nossas perspectivas sobre a ideia de educação e natureza, demonstrando que aquilo que o mundo Ocidental considera como “primitivo”, “selvagem”, “incivilizado”, possui em si as qualidades necessárias para, se não evitar, ao menos sobreviver *após* o fim do mundo e à queda do céu, termo usado por Davi Kopenawa e Bruce Albert (2015). Assim, é o autor indígena brasileiro Ailton Krenak (2020a), com seu ciclo de palestras intitulado *Ideias para adiar o fim do mundo*, quem traz importantes considerações sobre concepções pedagógicas que poderiam, em suma, ajudar a humanidade nos cenários pós-apocalípticos.

É necessário lembrar que Krenak fala do ponto de vista indígena, isto é, dos povos que desde o século XVI passaram por constantes processos de “fins do mundo”, seja por meio de conquistas militares, doenças, catequização ou aniquilamento da cultura originária. Quando fala sobre histórias, mitos e narrativas presentes na oralidade de povos da África, Ásia e América, Krenak entende que “há contos sobre eventos trágicos que resultaram no final de alguns mundos. Aconteceram muitos eventos que já deram origem a muitos mundos, e diferentes humanidades foram extintas e, depois, recriados outros mundos”⁴⁴.

No presente trabalho, é certo, o fim do mundo não é adiado. Ele de fato ocorre, como veremos a partir das próximas sessões, ainda que não seja o fim literal do mundo. Ao compreender as narrativas pós-apocalípticas, o escritor de ficção científica e crítico literário Gary K. Wolfe muito bem demonstrou o que encontra seu fim definitivo e o que permanece – ou se reinventa – nos contextos pós-apocalípticos, demonstrando, afinal, que são determinados modos de vida, crenças, hábitos, que encontram seu fim, mas não necessariamente a humanidade como um todo:

[...] o “fim do mundo” significa o fim de um modo de vida, uma configuração de atitudes, talvez um sistema de crenças, mas não a destruição real do planeta ou de sua população (embora essa população possa ser severamente reduzida). Por esta razão, talvez seja mais esclarecedor considerar tais histórias como contos de deslocamento cosmológico: o antigo conceito de “mundo” é destruído e um novo deve ser construído em seu lugar. O mundo no sentido de sistemas econômicos e políticos, crenças e padrões de comportamento, pode ser destruído; na maioria das vezes, porém, a Terra permanece e, ao menos em parte, a humanidade também. (WOLFE, 1983, p. 1-2, tradução nossa)⁴⁵.

⁴⁴ Disponível em KRENAK, Ailton. **Ailton Krenak**: o fim de um mundo desastro. [Entrevista concedida a Nathalia Cariatti]. Revisa Trip. Reportagem veiculada em 06/5/2020. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip-tv/ailton-krenak-o-fim-de-um-mundo-desastro>. Acesso em 27 de mai. 2024.

⁴⁵ “[...] the ‘end of the world’ means the end of a way of life, a configuration of attitudes, perhaps a system of beliefs but not the actual destruction of the planet or its population (though this population may be severely reduced). For this reason, it is perhaps most enlightening to regard such stories as tales of cosmological displacement: the old concept of “world” is destroyed and a new one must be built in its place. The world in the sense of economic and political [vira] systems, beliefs and behavior patterns may be destroyed; but more often than not the earth abides and so, at least in part, does humanity.” (WOLFE, 1983, p. 1-2).

Em muitas ficções pós-apocalípticas, o modo de vida retomado pelas comunidades humanas sobreviventes após o fim da civilização encontra ecos naqueles ainda hoje vivenciados por sociedades tradicionais, como os povos indígenas americanos. Nesse processo, ideias de educação e concepções de uma nova formação humana são necessárias. Em particular, o mundo pós-apocalíptico requer, por parte dos sobreviventes, o reconhecimento de que o ser humano é parte da natureza, a ela estando sujeito. Se as ideologias modernas, principalmente as envolvidas com as noções de progresso, tratam a natureza como recurso/objeto para fins utilitários, o ponto de vista indígena, aqui elencado por Ailton Krenak, realiza a crítica a essa perspectiva, expondo a visão indígena sobre como a relação entre ser humano e natureza é percebida:

Fomos, durante muito tempo, embalados com a história de que somos a humanidade. Enquanto isso – enquanto seu lobo não vem –, fomos nos alienando desse organismo de que somos parte, a Terra, e passamos a pensar que ele é uma coisa e nós, outra: a Terra e a humanidade. Eu não percebo onde tem alguma coisa que não seja natureza. Tudo é natureza. O cosmos é natureza. Tudo em que eu consigo pensar é natureza. (KRENAK, 2020a, 16-17).

No entendimento indígena, o que impera é uma atitude de respeito para com a natureza, de compreensão para com seus elementos. No mundo pós-fim do mundo da literatura pós-apocalíptica, a vida é reorganizada em modelos “tribais”, comunitários, e a natureza precisa ser novamente compreendida em seu ritmo para que seus elementos adversos – como tempestades, secas e animais selvagens – não sejam tão hostis ao ser humano. Essa reformulação dos modos de vida, capaz de ocorrer somente com uma catástrofe de escala global, constitui o perfeito exemplo do homem moderno necessitando dos saberes e conhecimentos tradicionais para garantir sua própria subsistência; isto é, a civilização Ocidental, perdendo sua hegemonia, precisa recorrer a conhecimentos básicos e aprofundados sobre a natureza, de há muito já mantidos e transmitidos pelos povos que essa própria civilização marginalizou como selvagens e primitivos. Com o fim do mundo e os novos recomeços, a fala do antropólogo Eduardo Viveiros de Castro muito bem condensa a realidade do homem moderno no mundo pós-apocalíptico, ao declarar que aqueles “povos que fomos ensinados a ver como sobrevivências de nosso passado humano – povos forçados a ‘subviver’ no presente em meio às ruínas de seus mundos originários – se mostram inesperadamente como imagens de nosso próprio futuro” (CASTRO, 2020, p. 81).

Ailton Krenak, expressando o ponto de vista indígena, demonstra uma particular preocupação perante a tendência do mundo moderno em despersonalizar completamente

quaisquer elementos associados às ideias feitas sobre a natureza. Na visão indígena dos povos yanomami, por exemplo, quando se referem aos brancos, eles seriam

[...] representantes quaisquer desse povo bárbaro e exótico, proveniente de além-mar, que espanta por sua absurda incapacidade de compreender a floresta, de perceber que ‘a máquina do mundo’ é um ser vivo composto de incontáveis seres vivos, um superorganismo constantemente renovado pela atividade vigilante de seus guardiões invisíveis, os *xapiri*, imagens ‘espirituais’ do mundo que são a razão suficiente e a causa eficiente daquilo que chamamos Natureza – em yanomami, *hutukara* –, na qual os humanos estamos [sic] imersos por natureza (o pleonasma se justifica). (CASTRO, 2015, p. 13).

Krenak, desse modo, traz à tona sua preocupação enquanto autor e educador indígena brasileiro, referente à própria educação que recebemos, uma vez que, ao despersonalizar a natureza, contribuimos para a separação entre mundo humano e mundo natural, dicotomia tradicionalmente aprendida desde a infância nas instituições formativas que pode contribuir para perpetuar ciclos de devastações e poluições ambientais, sendo uma concepção educativa nociva para todos os seres vivos:

Quando despersonalizamos o rio, a montanha, quando tiramos deles os seus sentidos, considerando que isso é atributo exclusivo dos humanos, nós liberamos esses lugares para que se tornem resíduos da atividade industrial e extrativista. Do nosso divórcio das integrações e interações com a nossa mãe, a Terra, resulta que ela está nos deixando órfãos, não só aos que em diferente graduação são chamados índios, indígenas ou povos indígenas, mas a todos. (KRENAK, 2020a, p. 49-50).

O texto de Ailton Krenak, ainda, traz contribuições e notas introdutórias importantes sobre o que seria uma forma ideal de educação voltada para o respeito à natureza e seus elementos. Como referenciado, uma das principais preocupações do escritor indígena é o não-reconhecimento de que nós, também, somos parte da natureza, e não seus algozes dominadores. Quando o “fim do mundo” ocorre, essa constatação se torna cada vez mais clara para os humanos sobreviventes – nisso jaz o ponto nodal entre os alertas realizados por autores indígenas como Krenak e os mundos pós-apocalípticos encontrados na literatura. Ainda nas palavras do autor,

Quando, por vezes, me falam em imaginar outro mundo possível, é no sentido de reordenamento das relações e dos espaços, de novos entendimentos sobre como podemos nos relacionar com aquilo que se admite ser a natureza, como se a gente não fosse natureza. Na verdade, estão invocando novas formas de os velhos manjados humanos coexistirem com aquela metáfora da natureza que eles mesmos criaram para consumo próprio. (KRENAK, 2020a, p. 67).

A proliferação dos mundos pós-apocalípticos nas diversas mídias que hoje testemunhamos, seja em séries televisivas, filmes, ou na própria literatura, nos permite vislumbrar nuances de outros mundos possíveis, que contam com características distópicas e utópicas ao mesmo tempo. Em suma, são mundos que se projetam como uma contra-imagem de nosso contemporâneo. Segundo Krenak, “nosso tempo é especialista em criar ausências: do sentido de viver em sociedade, do próprio sentido da experiência da vida” (2020a, p. 26). Ora, os novos mundos criados após o “apocalipse” preenchem as sensações de ausências da vida moderna e dão novos sentidos e rumos para as comunidades humanas, impondo como necessária uma nova forma de relação com seus semelhantes e com a natureza.

3.1 SOBRE OS POTENCIAIS PEDAGÓGICOS DA LITERATURA

Os mundos pós-apocalípticos na literatura podem nos servir de alerta. Em sua grande maioria, eles representam espelhos de medos e ansiedades para com o futuro, exacerbados ainda mais neste século XXI, dominado não só pelo impacto das mudanças climáticas e catástrofes naturais que podem ser suas consequências, mas também por ondas de *fake news*, reavivamento de tendências autoritárias na política, discriminações de todos os tipos e crises energéticas. Nos cenários pós-apocalípticos, elementos vitais de nosso cotidiano se tornam preciosos devido sua ausência. Em muitas produções, como em filmes sobre catástrofes (a exemplo de *O Dia depois de Amanhã*, de 2004, que não deixam de agregar elementos apocalípticos), possuímos como subtexto os medos das mudanças climáticas abruptas que, de fato, podem causar transtornos atmosféricos e climáticos de impacto global.

Os alertas e as advertências que tais produções nos trazem são claros: cuidem do mundo. Preocupem-se; o futuro pode ser aterrador. Por outro lado, como mantém a crítica de Slavoj Žižek (1996), também pode significar: mantenham o sistema capitalista em vigor, pois não há alternativas que não o fim de tudo. As reflexões que as produções fílmicas nos induzem podem muito bem ser transpostas para a literatura, primeiro formato no qual tal gênero apocalíptico surgiu. Antes, contudo, cabe-nos discutir: pode a literatura nos instruir algo?

Em vista dessa questão, uma miríade de autores, muitos dos quais grandes referências nos estudos literários, se debruçaram sobre o tema da literatura e seus potenciais pedagógicos para a vida. Porém, antes de adentrarmos a seara dos potenciais pedagógicos (ou ausência de) da literatura, procuraremos compreendê-la conceitualmente, procurando não trazer uma definição final, mas antes uma elaboração reflexiva sobre os meandros da palavra “literatura” e seus significados.

Compreendemos, de antemão, a amplitude do termo “literatura”. A palavra “vem do latim *litteratura* (‘escrita’, ‘gramática’, ‘ciência’), forjado a partir de *littera* (‘letra’)” (JOUVE, 2012, p. 29), se referindo primordialmente à palavra escrita ou impressa. Desse modo, uma das tentativas de defini-la é a que absorve tal característica e a compreende como uma “arte da palavra escrita”. Nessa visão, “a literatura pertence [...] ao domínio das artes, em contraste com as ciências ou o conhecimento prático, e o seu meio de expressão é a palavra, em contraste com os sinais visuais da pintura e cultura ou os sons musicais” (DANZIGER; JOHNSON, 1974, p. 9). O crítico literário brasileiro Antonio Candido, numa de suas definições mais concisas, opta por um entendimento amplo do termo:

Chamarei de literatura, da maneira mais ampla possível, todas as criações de toque poético, ficcional ou dramático em todos os níveis de uma sociedade, em todos os tipos de cultura, desde o que chamamos folclore, lenda, chiste, até as formas mais complexas e difíceis da produção escrita das grandes civilizações. (CANDIDO, 1989, p. 112).

Uma das mais tradicionais tentativas de conceituar a literatura é a que a descreve em relação à realidade, isto é, sua definição seria uma ‘tentativa de imitação da realidade por meio da arte’. A abordagem que a considera dessa forma remonta às considerações de Platão; em particular, essa abordagem “sugere que a literatura imita ou reflete a vida; por outras palavras, a temática da literatura consiste nas múltiplas experiências dos seres humanos, em suas vivências” (DANZIGER; JOHNSON, 1974, p. 20). Embora, por um lado, a literatura bem pode apropriar-se dos elementos da realidade e suas experiências – e de fato o faz –, defini-la somente como uma imitação da realidade limita seu valor à sua capacidade de ser fidedigna ou não a essa mesma realidade. Mais proveitoso, nesse sentido, é entendê-la como um meio que remodela e transforma a realidade por meio da palavra.

Esse viés é particularmente endossado por Antonio Candido, que entende a literatura como uma “reorganização do mundo em termos de arte” (CANDIDO, 1980, p. 179). Isso implica reconhecer que a literatura não é uma mera imitação da realidade, tampouco somente o trabalho criativo e imaginativo do autor, mas é antes um meio de expressão que recria significados da experiência humana e os transporta para a palavra escrita, interpretando, questionando e transformando a realidade por meio da palavra escrita ou impressa. Igualmente importante é considerá-la como parte de um todo, isto é: toda literatura é expressão da cultura e dependente de uma tradição, de camadas e mais camadas construídas culturalmente ao longo do processo histórico, que dotam as obras literárias de sentidos e significados aptos a serem apreendidos pelo público de seu tempo e posterior. Nessa consideração, a literatura é “um

sistema vivo de obras, agindo umas sobre as outras e sobre os leitores; e só vive na medida em que estes a vivem, decifrando-a, aceitando-a, deformando-a” (1980, p. 174).

Numa conceituação particularmente bem refinada, Gonçalves Filho trabalha com a ideia da literatura como uma manifestação da civilização e cultura humana, produtora sobretudo de conhecimentos:

[...] a literatura [...] continua a provocar certo orgulho em nossa espécie, na medida em que a literatura permanece como a grande reserva de cultura, percebida como ideal de formação humana – a nossa *paidéia* –, projeto que a cultura hoje, de modo geral, já perdeu. É lugar comum ainda lembrar que o professor de literatura é um professor de civilização. E, como consequência desse ideal de reserva, a literatura não se situa no território de sombras de uma tradição de cultura falida – algo feito para a fruição e enfeite: ela é conhecimento produzido historicamente, além de ocupar, na prática cultural, um lugar de privilégio como exercício de liberdade, de inquietação e de perplexidade. (GONÇALVES FILHO, 2000, p. 13).

Tal concepção se alinha bem à definida por Antonio Candido, entendendo que a literatura é uma manifestação cultural similar ao folclore, historicamente produzida. Compreender a literatura neste sentido mais amplo nos ajuda a acolher em sua definição as mais variadas obras baseadas na palavra escrita, não nos fechando somente na considerada “alta literatura”. Similar ao folclore, as tradições e a música, a literatura também pode ser considerada um modo de conhecimento, que “responde a necessidades sociais e individuais, além de ter uma função necessária, revolucionária na medida em que responde a necessidades específicas de conhecimento e de transformação do mundo” (GONÇALVES FILHO, 2000, p. 15).

Consideradas algumas tentativas de definição da literatura, necessariamente temos uma nova problemática a discutir, que dialoga intimamente com os objetivos do presente texto. Se a literatura “responde” a algo, quais são seus potenciais pedagógicos? O que ela pode nos ensinar? Há algum valor instrutivo intrínseco à literatura que podemos considerar, principalmente no que diz respeito aos mundos “pós-apocalípticos” presente nas obras citadas e que serão analisadas no presente projeto?

Similar às considerações teóricas sobre o que define a literatura, seu valor de instrução e ensinamento para nós, leitores, é igualmente objeto de extenso debate que remonta ao século XIX, quando a literatura passou cada vez mais a ser considerada como exemplo de instrução moral e cívica para os cidadãos, principalmente as chamadas “literaturas nacionais”. A referida discussão, é certo, estende-se até a contemporaneidade; com a ascensão dos novos paradigmas nos modos de pensar a ciência e as humanidades, principalmente a partir dos anos 1960, também a literatura e seu papel foi objeto de reflexão.

De fato, um ramo importante dos estudos literários é justamente aquele que busca compreender como a literatura atinge e interage com seu público leitor, daí decorrendo as teorias e correntes de pensamento que buscam nela elementos para uma formação humana, enfatizando seus aspectos pedagógicos e didáticos para a vida. A ideia de que a “boa” literatura deve, precisamente, “ensinar”, remonta mesmo à Antiguidade greco-romana.

[...] para usar o termo de Horácio, ela [a literatura] deve não só ser deleitosa (*dulce*) mas também útil (*utile*). E, assim, um poema, peça ou romance é julgado, por vezes, segundo promove ou não um aperfeiçoamento moral ou intelectual. Esta *concepção didática* da literatura foi largamente defendida desde o Renascimento ao século XVIII e ainda em boa parte do século XIX. Por exemplo, a catarse que o público supostamente experimenta quando assiste a uma tragédia era apreciada pelo seu efeito moral, e a exibição das fraquezas e loucuras humanas na comédia e na sátira era considerada um meio [...] de libertar o público de fraquezas semelhantes pelo riso. (DANZIGER; JOHNSON, 1974, p. 232-233).

Além dessa concepção de literatura, que a vê como uma plataforma para a instrução intelectual e moral, também outras correntes declaram que seu objetivo é incitar à ação, isto é, a literatura deve fornecer os recursos intelectuais necessários para que haja uma interferência na sociedade por parte do público leitor.

Argumentam alguns que uma peça teatral ou romance deveria dramatizar certos problemas, usualmente de natureza social ou política, de forma tão vigorosa que nos sentíssemos impelidos a sair a campo e a fazer algo de construtivo para aliviar as condições existentes. (DANZIGER; JOHNSON, 1974, p. 235).

Vê-se, nesta visão, uma concepção pragmática da literatura. Determinadas obras literárias, ao longo da história, certamente foram decisivas ao influenciar movimentos e ações práticas, mobilizando problemas e preocupações sociais para níveis políticos. No entanto, tal “chamada à ação” não encerra suas supostas funções pedagógicas. Segundo os mesmos autores, essa função pragmática possui grandes limitações quando utilizada para definir conclusivamente a competência da literatura, pois faz valorizar somente obras que possuem propagandas ou divulgam ideias particulares, “com a qual tenta doutrinar o público” (DANZINGER; JOHNSON, 1974, p. 235), em muito lembrando as discussões – principalmente no âmbito marxista tradicional – sobre o que seria uma literatura válida e digna de ser apreciada, em contraponto a uma literatura “alienante”, alçada que muitas vezes a própria ficção científica é/foi relegada.

Nesse sentido, primeiro precisamos considerar quais são os supostos potenciais pedagógicos da literatura, seu valor e seu papel na sociedade. A discussão aqui elencada não

visará fornecer um encerramento do assunto, mas promover pontos de vista a partir de autores como Antonio Candido (1989, 1999), George Steiner (1988), Michele Pétit (2008), além de outros que trazem contrapontos importantes para algumas das conclusões mais básicas e simples sobre a função da literatura: a “humanização”. De fato, torna-se reconhecidamente um lugar-comum considerar, hoje, que a literatura é capaz de “edificar, de promover o melhoramento do sujeito, de sua conduta ética no mundo” (CECHINEL, 2017, p. 188), muito embora pontos de vista divergentes também demonstram que não há nada intrínseco a ela que possa potencializar tais características e capacitar a “humanização”. Começemos a discussão, pois, considerando as visões mais requintadas sobre as funções da literatura, em debates que remontam ainda aos anos 1960-1980.

O crítico literário brasileiro Antonio Candido reconhece que a literatura absorve valores da sociedade e os expressa por meio da arte da palavra, considerando quais devem se sobressair e quais servem como exemplos negativos. Em seus dois famosos ensaios, “Direitos humanos e literatura”⁴⁶ e “A literatura e a formação do homem”, o autor procura nos fazer compreender em que medida a literatura pode nos *ensinar*, nos trazer conhecimentos e mesmo chamar-nos à ação prática. De início, Candido aborda a literatura em três pontos essenciais, trazendo definições que são posteriormente aprofundadas pelo autor:

[...] (1) ela é uma construção de objetos autônomos como estrutura e significado; (2) ela é uma forma de expressão, isto é, manifesta emoções e a visão do mundo dos indivíduos e dos grupos; (3) ela é uma forma de conhecimento, inclusive como incorporação difusa e inconsciente. (CANDIDO, 1989, p. 114).

Através da interconexão entre essas três definições, Candido compreende que a literatura atua na formação humana, na medida em que o público, mesmo em nível inconsciente, é quem absorve os elementos nela presentes, isto é: a abrangência da experiência humana por meio da palavra escrita. No entanto, o autor chama a atenção para não cairmos nas visões já ultrapassadas sobre as funções da literatura, que remontam ao século XIX: a de que ela, para ser valorizada, precisa necessariamente nos instruir naquilo que é idealmente o “belo”, o “verdadeiro” e o “bom”. A problemática encontrada pelo autor nesta visão específica das “funções didáticas” da literatura, analisando com influência considerável da crítica marxista, reside no fato de que, normalmente, os significados de “belo” e “verdadeiro” são impostos pelas classes elitistas e fazem parte de seu ideário, “definidos conforme os interesses dos grupos dominantes, para reforço de sua concepção de vida” (CANDIDO, 1999, p. 84).

⁴⁶ Esse texto de Antonio Candido também já foi publicado como “O Direito à Literatura”.

Muito embora remonte desde autores da Antiguidade, a visão de que a literatura essencialmente precisa nos elevar e edificar foi significativamente acentuada durante o século XIX. Analisando as justificativas históricas, carregadas de ideologias nacionalistas emergentes, para o surgimento dos primeiros cursos de literatura inglesa nas universidades britânicas, George Steiner aponta autores e visões a eles relacionadas que ajudaram a pavimentar a interpretação ainda moderna de que a literatura necessitaria de uma função potencializadora de nossa própria “humanidade”:

Henry Sidgwick fez um comentário típico. Ele quer que estudemos literatura inglesa para que assim nossas opiniões e simpatias possam ser ampliadas e expandidas pela “compreensão de ideias nobres, sutis e profundas, sentimentos refinados e elevados”; além disso, vê na literatura a “fonte essencial de uma cultura verdadeiramente humanizante” – creio ser essa a frase-chave. E essa elevada pretensão estendeu-se desde a ideia que Matthew Arnold tem da poesia como substituto vital para o dogma religioso até a definição que o dr. Leavis fez do estudo da literatura inglesa como a “humanidade essencial”. Mais uma vez devemos notar o remanescente do ponto de vista renascentista e do século XVIII sobre o papel dos clássicos. (STEINER, 1988, p. 78).

Tal visão tradicional e histórica das funções da literatura é passível de crítica por parte de Antonio Candido, muito embora o autor brasileiro não deixa de considerar que sim: a literatura possui funções formativas que ajudam em nossa vivência. Pelo fato de ela conter, por meio da palavra escrita ou impressa, a variedade da experiência humana perante uma variedade de temas – amor, dor, tragédia, fé, conflito –, a literatura possui um aspecto formativo que contribuiria, de fato, para nossa “humanização”. Como coloca o autor, longe “de ser um apêndice da instrução moral e cívica (esta apoteose do óbvio, novamente em grande voga), ela age com o impacto indiscriminado da própria vida e educa como ela -, com altos e baixos, sombras e luzes” (CANDIDO, 1999, p. 84), possuindo uma “poderosa força indiscriminada de iniciação na vida, com uma variada complexidade nem sempre desejada pelos educadores” (1999, p. 85).

Isso nos faz compreender que, para Candido, a literatura não deve *somente* nos ensinar a diferenciar o bom do mal, o justo do injusto, enfim: funções *moralizantes* não são elementos que a constituem e a definem, embora possam estar presentes em quantidades generosas. Antes, sua força está em impactar nossa percepção sobre o mundo, ampliando nossa compreensão *tanto do bem quanto do mal*, do alto e do baixo; em suma, a literatura nos faz ter contato com tudo aquilo que é humano – ela nos humaniza – contribuindo, portanto, para a humanização do sujeito, tornando-o um ser mais consciencioso e bem encarregado em relação à vida e suas conturbações cotidianas. Na compreensão conclusiva do próprio autor,

Entendo aqui por *humanização* (já que tenho falado tanto nela) o processo que confirma no homem aqueles traços que reputamos essenciais, como o exercício da reflexão, a aquisição do saber, a boa disposição para com o próximo, o afinamento das emoções, a capacidade de penetrar nos problemas da vida, o senso da beleza, a percepção da complexidade do mundo e dos seres, o cultivo do humor. A literatura desenvolve em nós a quota de humanidade na medida em que nos torna mais compreensivos e abertos para a natureza, a sociedade, o semelhante. (CANDIDO, 1989, p. 116).

É interessante perceber como as visões e funções da literatura atribuídas por Antonio Candido ganham um amplo eco em diversos outros autores que se debruçaram sobre o tema da literatura e suas (possíveis) funções para a vida. O texto do crítico literário brasileiro, no entanto, não deixou também de ser debatido por pares, como é próprio do campo da teoria. Trinta anos após a publicação original do autor, Celdon Fritzen (2019) faz uma tentativa de atualização das considerações de Candido para a contemporaneidade.

Como expõe Fritzen (2019), comentando algumas das constatações feitas por Antonio Candido,

Sem desconsiderar o valor das obras menores, o autor aponta para a diferença qualitativa que as grandes obras possuiriam por sua capacidade de criar formas pertinentes, gerando maior potência estética e, portanto, sendo mais eficazmente humanizadoras. Em suma, o que humaniza é a forma, a qual, por sua vez, também é critério de valor das obras. (FRITZEN, 2019, p. 81-82).

Trazendo a discussão para o presente, Fritzen aponta como hoje a problemática das formas literárias e seus potenciais humanizadores perdeu lugar para questões mercadológicas. De forma mais específica, no artigo que busca atualizar as considerações de Candido, Fritzen escreve que as divisões colocadas pelo autor entre cultura popular e cultura erudita, quando considera que o contato democrático com a alta literatura garantiria aos membros das classes populares acesso aos elementos da cultura erudita, com objetivos emancipatórios e como exercício da cidadania – finalidades humanizadoras, portanto –, seria na contemporaneidade encoberto pela prevalência da cultura de massas. A “alta literatura”, isto é, os grandes clássicos e seu aspecto emancipador, seriam ofuscados “pelas críticas ao caráter opressor que exerceria sobre as culturas minoritárias” (FRITZEN, 2019, p. 83). Essas considerações, mais próprias do campo da teoria literária, nos servem principalmente para mostrar o caráter ambivalente da literatura, com a existência de diversos elementos contrastantes no que se referem a seus valores, funções e potenciais.

Torna-se até mesmo um lugar-comum considerar que o exercício de apreciar e refletir a literatura nos “humaniza” e nos torna seres humanos melhores, mais generosos, compreensivos e empáticos para com o próximo, com os problemas sociais e com os outros seres vivos. Em consonância com tal função, também encontramos visões que atribuem à literatura a capacidade de dar novos sentidos à experiência humana, dando novos significados ao mundo e sua complexidade. Segundo Michèle Petit, “a leitura pode ser, em todas as idades, justamente um caminho privilegiado para se construir, se pensar, dar um sentido à própria experiência, à própria vida; para dar voz a seu sofrimento, dar forma a seus desejos e sonhos” (2008, p. 72).

Algumas dessas visões, inclusive, vão de encontro aos postulados que colocam a literatura como um meio para a ação prática na vida, as chamadas teorias pragmáticas, segundo a qual a literatura deveria influenciar a tomada de atitudes por parte do sujeito que age sobre o “mundo real”. Nesse viés, “a leitura poderia ser a chave para uma série de transformações, em diferentes âmbitos, contribuindo sobretudo para uma recomposição das representações, das identidades e das relações de pertencimento” (PETIT, 2008, p. 103), promovendo assim o “prelúdio para uma cidadania ativa” (2008, p. 103).

Continuamos absortos na questão. Considerando o pressuposto de que o contato com a literatura nos “humaniza”, o quê, afinal, ela é capaz de nos ensinar? Segundo Gonçalves Filho, “sua força é nos provocar a buscar o conhecimento do mundo ou pelo menos seus vagos e fugidios sentidos” (2000, p. 32). Ou seja, a literatura pode ter a função de nos trazer não *o saber* definitivo, mas sim saberes e significados sobre o mundo, expandindo nossos horizontes de experiência através do texto. O fenômeno literário pode ser plenamente capaz de nos dotar de novos sentidos e conhecimentos que modelam nossa própria interpretação da realidade, embora, como bem lembra o crítico Antonio Candido e outros, esses novos sentidos não são necessariamente valores morais que, acriticamente, são absorvidos pelo leitor e expostos em sua vida prática. Não raro, inclusive, a literatura serve como um “vórtice” que difunde e espalha ideologias e dogmatismos, servindo para radicalizar sujeitos em vez de “humanizá-los”. A experiência da leitura e do leitor, nesse sentido, são predominantes para a interpretação.

Na colocação de Gonçalves Filho,

Vejo a literatura mais como uma instância cultural que facilita a configuração, por parte do usuário, de variados tipos de reação, desde a alienação escandalosa ao engajamento radical, do refinamento intelectual ao dogmatismo paralisante das catequeses políticas – em síntese: ao mergulho na loucura ou ao repouso na sabedoria. (GONÇALVES FILHO, 2000, p. 34).

As interpretações acadêmicas que lidam com as funções da literatura perante o público são agrupadas nas chamadas teorias da recepção. O que mais observamos, de modo geral, é que, embora a ampla maioria dos autores próprios da área reconheça que a literatura não tem a pretensão intrínseca de “nos tornar pessoas melhores”, ela ainda assim é muito bem considerada no quesito de nos fazer transcender o cotidiano, nos levar para mundos/situações/dramas outros que têm o poder de nos fazer abdicar da realidade, para então retornar a ela com novos conhecimentos e uma expansão da experiência adquirida por meio da leitura. Assim, a literatura expressaria “o desejo humano de durar e de romper, por meio da palavra esculpida, com as rotinas asfixiantes de sua vida” (GONÇALVES FILHO, 2000, p. 77). Percebemos, inclusive, como a literatura pode ser bem categorizada como uma forma de arte – como já expressei anteriormente –, uma vez que os sentidos atribuídos à arte e suas funções para nossas vidas em muito se assemelham às discussões sobre a recepção e os potenciais pedagógicos (ou utilitários) da literatura.

Apesar da ampla discussão, concordamos, sobretudo, que a literatura auxilia na produção de sentidos sobre o mundo, que nos levam a reavaliá-lo e reinterpretá-lo sob novos prismas depois do contato com o universo literário. É necessário lembrar que também estamos de acordo que os sentidos que a literatura produz em nossas vidas e nossa interpretação da realidade não possuem valores morais ontológicos que obrigatoriamente nos tornariam pessoas melhores, pois esse sentido “pode nos levar à sabedoria ou à loucura, ajudar o homem em seu processo civilizatório em oposição à barbárie ou ‘estetizar’ essa barbárie, mas é sempre um ensino” (GONÇALVES FILHO, 2000, p. 90).

Estudando mais algumas “funções” ou “potenciais” atribuídos à literatura, é fácil perceber como algumas respostas se repetem em diferentes autores. Uma delas, ainda não contemplada aqui, diz respeito à forma como o contato com textos literários faz-nos repensar nossa própria identidade, reconhecendo que tal contato nos põe em diálogo com outras experiências e cenários e nos faz pensar como nosso próprio “eu” lida com o mundo real à nossa volta. Nas palavras de Valdir Prigol,

[...] percebemos que cada livro nos coloca em experiência com o outro e isso nos ajuda a nos vermos, nos narrarmos, nos expressarmos, nos encontrarmos, ou, em outras palavras, a partir da experiência com os sujeitos do texto, parece que nos tornamos um pouco mais autores de nossas vidas. (PRIGOL, 2010, p. 19-20).

Como se vê, tal “função” atribuída à literatura e à leitura é de caráter subjetivo, demonstrando como o contato com o texto atua em nossa própria percepção e consciência do

mundo, se afastando radicalmente das interpretações pragmáticas. De fato, conforme primorosamente colocado pelo autor, a literatura é um meio de projeção de nós mesmos. Similar à produção cinematográfica, porém apelando principalmente para nossa imaginação e subjetividade e não ao suporte visual-imagético dos filmes, o contato com textos literários, seus personagens, cenários e narrativas podem auxiliar na criação de conexões entre o “eu” o “Outro” – sejam esses outros personagens, dramas, tragédias, superações, experiências. Tal conexão ocorre tanto através do contato direto com o texto como no momento póstumo à leitura, considerando que o texto em si possa produzir leitores mais empáticos e sensibilizados com a diversidade do mundo à sua volta (postulado que também requer novas considerações).

Desse modo, segundo o mesmo autor, o contato com a literatura se apresenta

[...] como uma possibilidade de ser outra coisa além de si mesmo, ou, pelo menos, de encontro do leitor com outros modos para narrar a sua vida. É através da apropriação de processos de narratização que as personagens do livro inventam outros “eus” para viverem nossas vidas. E é essa mesma possibilidade que o livro oferece ao leitor: ao fazer experiência com sujeitos que se tornaram (ou que empreenderam o gesto de) outros a partir da literatura, o leitor pode transformar-se em outra coisa além do que é. (PRIGOL, 2010, p. 27).

De fato, um dos potenciais da literatura em nossa formação jaz justamente em possibilitar a vivência de outras experiências possíveis exclusivamente através das narrativas escritas. Numa visão mais romântica, podemos assim considerar o contato com a literatura como um ato de “liberdade”, contribuindo para a educação individual e moldando nossa postura e conduta perante o mundo. É nessa linha de raciocínio que segue o educador Jadir de Moraes Pessoa, reconhecendo que a literatura é uma forma privilegiada de acessar outros tempos e mentalidades que não estão presentes na vida concreta do leitor. Desse modo, a literatura nos humaniza na medida em que afeta nosso saber e amplia nossa vivência, pela palavra escrita que seja.

Um romance pode aglutinar várias histórias, pode levar os personagens e até o próprio leitor a várias épocas diferentes, e até mesmo transitar de uma à outra sem nada dos nossos rigores sequenciais. Uma história pode se iniciar num tempo supostamente presente, ir ao passado e voltar ou até por lá terminar. Esses movimentos, aliás, compõem muito bem a magia das grandes obras. O mais importante, entretanto, são os sentidos que essa liberdade evoca, tratados aqui como elementos constitutivos do processo de humanização – possibilitar ao homem ir a tempos e lugares permanentemente negados pelos condicionamentos da história. (PESSOA, 2016, p. 33).

O mesmo autor entende que a literatura possui uma função educativa, imprescindível em nossa formação humana, pois ela representa a “possibilidade de outros espaços formativos

do humano” (PESSOA, 2016, p. 21), que não limitados somente à educação escolar, à família, à religião, às instituições. Como podemos observar, a visão de Pessoa em muito dialoga com as funções da literatura até então expostas neste trabalho. O que mais chama a atenção nas visões de Pessoa – algo visto em outros autores, porém mais refinado em sua discussão – é justamente a relação estabelecida entre “educação” e “literatura”, isto é: a possibilidade da literatura nos “educar”, ser ela própria um suporte educacional para nossas vidas.

Nessa visão, “a literatura tem a ver com educação no sentido de formar o cidadão como ser portador de valores, cômico dos seus direitos e dos seus deveres, que se compreende como parte da natureza e não seu algoz” (PESSOA, 2013, p. 188). Em outras palavras, essa perspectiva mantém que a literatura promove uma melhor compreensão do mundo e auxilia no posicionamento do sujeito perante ele. Com o conhecimento, o saber, a ampliação dos horizontes de experiência alcançados pela leitura, o indivíduo poderia alcançar sua própria “maioridade” e firmar-se enquanto alguém consciente de seu papel no mundo.

É importante frisar que a ampla maioria dos autores selecionados para a presente discussão não caem na tentação ingênua de garantir que a literatura torna necessariamente o mundo melhor, “mais fácil” de ser enfrentado pelas peripécias do cotidiano. Antes, a literatura é muito melhor interpretada como um meio de atribuição de sentidos para o mundo; sentidos que serão absorvidos e utilizados (ou não) pelo leitor a depender de seu próprio contexto social e cultural, isto é, a forma como o texto chega até ele e é remodelado, discussão central para as teorias da recepção. Assim, a “literatura não tem por função facilitar ou pacificar, pelo menos quando se fala em literatura para valer, e não nessa literatura de escape, escamoteadora, de consumo rápido, que pode até emocionar, mas até essa emoção é evasiva” (PERISSÉ, 2014, p. 82). Mas ela nos traz, de fato, aprendizados, nos oferece um rol de sentidos para atribuímos ao mundo à nossa volta, contribuindo para nossa formação.

Alimentar-se de narrativa, e de poesia, é exercitar-se como ser do *logos*, da palavra humana e humanizadora. Pois a literatura liberta-nos de dois extremos: da abstração bizantina e do imediatismo irrefletido. A abstração nos separa dos problemas, leva-nos a falar com frieza e pedantismo sobre o calor da vida. Já o imediatismo nos funde e nos confunde com o cotidiano, perdemos o distanciamento necessário para avaliá-lo, problematizá-lo, pois somos engolfados e arrastados pelo *mare magnum* da complexidade, pelos mais diversos imbrólios, sem ter a menor consciência do que realmente está acontecendo. Se a abstração exagerada nos idiotiza, o imediatismo nos embrutece. Em ambos os casos perdemos de vista quem somos, de onde viemos, para onde vamos. Perda de sentido. (PERISSÉ, 2014, p. 80-81).

Considerá-la em seu poder “humanizador” é comum. Desde o século XIX, é atribuída à “alta literatura” – em específico às consideradas dignamente “nacionais”, que expressam

costumes e a história de uma nação – tal poder de transcendência do cotidiano e de elevação do ser humano a níveis superiores de compreensão, entendimento, empatia, consideração. Em suma, similar à arte, à teologia, ao papel impingido à ciência na modernidade, a literatura seria por excelência o meio através do qual o homem poderia ter contato com a totalidade da experiência humana, tornando-se “mais humano”. A consideração, claro, requer uma devida contravenção. A primeira delas seria perguntarmo-nos, afinal, o que significa “humanizar-nos”, essa característica que a literatura, em tese, contribuiria.

O contato com o texto literário possui uma pluralidade de sentidos que, embora possam ter sido ali definidos pelos próprios autores, ao fim cabe à experiência e subjetividade do leitor aceitar, negar ou modificar os sentidos colocados à palavra escrita. Problematicando as visões mais tradicionais, segundo à qual a literatura é uma atividade da elite cultural e poderia, em tese, nos fazer se entrosar com pessoas de status social mais elevado, mais civilizadas, o crítico literário americano Jonathan Culler expõe:

[...] a literatura não pode ser reduzida a essa função social conservadora: dificilmente ela é a fornecedora de “valores familiares” mas torna sedutores todos os times de crimes, da revolta de Satã contra Deus no *Paraíso Perdido* de Milton ao assassinato de uma velha cometido por Raskolnikov no *Crime e Castigo* de Dostoiévski. (CULLER, 1999, p. 46-47).

Ora, conforme visto, entendemos que humanizar envolve levar o leitor em contato com outros valores, ideias, condutas, situações, que são parte da vivência humana e capazes de serem absorvidas por ele, embora não necessariamente utilizadas no dia-a-dia como ação prática. Por outro lado, não é tão unânime o fato de a literatura ser considerada com tal áurea transcendental, humanizadora que seja. Em particular, George Steiner (1988) é quem demonstra como essa visão possui precedentes históricos nos séculos XVIII e XIX, quando, influenciados pela formação clássica, as literaturas “modernas” passaram a ser consideradas portas de acesso para o espírito de um povo, de uma nação, de uma mentalidade em comum.

Segundo o autor, nesse período histórico, especificamente no caso europeu, “o estudo do passado literário era uma parte vital da afirmação de identidade nacional” (STEINER, 1988, p. 77), influenciando mesmo teorias, como as de Taine e dos positivistas, segundo as quais o gênio racial de um povo seria acessado por meio de sua literatura produzida. Segundo colocações de Celdon Fritzen, principalmente após a Revolução Francesa, a literatura se tornou objeto de ensino formal, no objetivo de unificar a linguagem e garantir coesão a ideias como “povo” e “cidadão”. Assim, por meio da literatura, “divulgava-se um modelo de fala e de escrita

fornecido pelos grandes escritores do país, o que, é claro, restringia as divergências em relação ao padrão oficial que o Estado buscava estabelecer” (FRITZEN, 2008, p. 148). Além disso, demonstrando como a literatura pode possuir funções e potenciais dependentes dos contextos históricos específicos, Culler afirma que, nas colônias do Império Britânico durante o século XIX – auge do imperialismo –, ela se transformou em matéria de ensino, na função de “dar aos nativos uma apreciação da grandeza da Inglaterra e de envolvê-los como participantes agradecidos num empreendimento civilizador histórico” (1999, p. 42).

Embora autores da Antiguidade Clássica greco-romana já consideravam a literatura como um meio de edificar ou aprimorar no homem suas qualidades positivas (outra vez, qualidades dependentes dos contextos históricos e das classes dirigentes), a modernidade ressuscitou a noção de que a literatura deveria ter o dever de refinar valores civilizacionais e de boa conduta.

Supunha-se que o estudo de literatura acarretaria uma quase necessária implicação de força moral. Julgou-se evidente por si mesmo que o ensino e o estudo dos grandes poetas e prosadores enriqueceria, não só o gosto ou o estilo, mas também o sentimento moral; que desenvolveria a capacidade crítica do homem, assim como o levaria a opor-se à barbárie. (STEINER, 1988, p. 78).

Steiner, assim, faz uma polida crítica às perspectivas mais comuns, ainda vigentes em seu tempo, de que a literatura tem como característica constitutiva a humanização do ser humano, seu melhoramento como pessoa e cidadão. Precisando fugir com a família para os Estados Unidos contra a perseguição nazista, Steiner coloca no século XX – e em específico na experiência do Holocausto – o maior contraponto às visões ainda transcendentais ou ontológicas sobre a função e o valor da literatura. Reconhecendo, por exemplo, a ampla tradição cultural e literária da Alemanha, responsável por trazer-nos clássicos como Goethe e Schiller, o crítico literário não esquece que essa mesma cultura produziu e endossou a ascensão do nazismo e os campos de extermínio. “Quando a barbárie chegou à Europa do século XX, as faculdades de artes em mais de uma universidade ofereceram pouquíssima resistência moral, e isso não foi um acaso trivial ou local” (STEINER, 1988, p. 81). Consideramos a forma como determinados livros – a exemplo de *Mein Kampf*, lançado em 1925 –, pôde literalmente estetizar a barbárie nazista posterior, para usar o termo de Gonçalves Filho (2000).

Valores literários e requintes de hedionda desumanidade coexistiam na mesma comunidade, na mesma sensibilidade individual; e, no entanto, não escolhemos a saída mais fácil para dizer que “o homem que fez essas coisas em um campo de concentração simplesmente disse estar lendo Rilke. Não o estava lendo bem”. Julgo

que isso é uma evasão. Na verdade pode tê-lo lido muito bem. (STEINER, 1988, p. 81).

Indo além em sua argumentação, Steiner não deixa de considerar mesmo os perigos da capacidade imaginativa, condição ímpar da literatura que afeta o eventual leitor. Para ele, a absorção de ideias presentes na literatura pode até mesmo afetar negativamente a relação do leitor com a vida real, fazendo-o desconsiderar a experiência do “mundo” em prol da ficção, do romance e da poesia. “Uma vez que aprendemos a dar credibilidade psicológica e moral ao imaginário, à personagem da peça ou do romance [...] talvez encontremos mais dificuldade em identificar o mundo real, de levar a sério o mundo da experiência real” (STEINER, 1988, p. 81), numa acepção que reconhece a literatura como um estado de alienação, antes do que de humanização.

Essas prêdicas, é claro, não são necessariamente as endossadas pelo autor em sua integralidade, mas expostas como meios para discussão, a fim de compreendermos que, se a literatura possui algum valor ou utilidade para nossa vida “útil”, a resposta sobre o que seria tal utilidade não é tão consensual como pode parecer a princípio. Apesar disso, não nos enganemos: o próprio Steiner reconhece que sim, a literatura possui valores, ensinamentos, conhecimentos. Similar às considerações do crítico brasileiro Antonio Candido, tais valores/ensinamentos não podem ser vistos como baluartes de condutas e pensamentos morais que nos guiarão, antes: o rol da experiência humana mostrado por meio da palavra escrita tem muito mais a capacidade de nos fazer indagar, refletir, desconstruir nossos saberes e, quem sabe, reconstruí-los em novos moldes, não necessariamente elevados ou inferiores.

A grande discussão, é certo, envolve agora não somente o tópico das teorias da recepção – como as obras chegam ao leitor, como eles podem absorvê-las –, mas também as características intrínsecas dos próprios textos literários, e qual o papel que o contato com eles pode trazer para o público. cremos que a literatura, e em especial a literatura pós-apocalíptica, pode ser aqui melhor compreendida não como uma literatura que “humaniza”, que nos torna seres melhores, mais elevados em valores e no campo ético, mas sim como uma literatura que nos põe em crise, nos faz questionar o mundo não necessariamente numa forma de melhorá-lo (embora isso possa ser presente), mas visualizá-lo em moldes outros que não o de nosso cotidiano. Essas características, como vimos, também fazem parte das funções da literatura: levar-nos ao contato com o estranho, com o inusitado, o singular.

Em contrapartida às interpretações que a colocam num pedestal civilizatório, reconhecemos que a importância (e as atribuições) da literatura reside muito mais em nos

desorientar do que civilizar. Isso não significa que ela não possua por atributos a humanização, o desenvolvimento da empatia, a abertura para outras visões de mundo que possa expandir a nossa própria; significa, isso sim, que a literatura – tal como as artes no geral – é uma fonte de confronto e desestabilização perante nossas ideias e visões pré-estabelecidas. Nessa perspectiva,

[...] constitutivo da literatura parece ser [...] o impulso destrutivo, o esvaziamento que ela provoca por meio de uma linguagem intransitiva, o efeito desregulador, a capacidade de colocar em crise, de desestabilizar, de abrir espaços, de comprometer os sentidos anteriores ao momento da leitura, sem a obrigação de preencher nada no lugar. Em vista disso, sustenta-se aqui o argumento de que, embora por vezes a literatura de fato possibilite o choque com o outro, abrindo o “eu” à alteridade e ampliando a leitura de mundo e a sensibilidade, o outro da teoria não é uma personagem, um comportamento, ou mesmo uma visão de mundo dissonante; o outro da teoria é a obra, a singularidade da obra. (CECHINEL, 2017, p. 188).

Sobretudo, o encontro com o texto literário é um grande formador de experiências capazes de atribuir sentidos ao mundo, mesmo que, por contravenção, o sentido do texto possa ter como função “desestabilizar” os sentidos já concretos presentes no mundo do leitor no momento anterior à leitura. Quando fala sobre suas primeiras experiências com a leitura, o escritor argentino Alberto Manguel escreve sobre a forma em que os textos literários, de certo modo, prediziam sua própria realidade e ajudavam-no a compreendê-la, o que nos demonstra, desse modo, que os sentidos e as funções pedagógicas da literatura são na verdade definidos pela própria formação do leitor individual e subjetivo:

A experiência veio a mim primeiramente por meio dos livros. Mais tarde, quando me deparava com algum acontecimento, circunstância ou tipo semelhante àquele sobre o qual havia lido, isso me causava o sentimento um tanto surpreendente mas desapontador de *déjà vu*, porque imaginava que aquilo que estava acontecendo agora já havia me acontecido em palavras. (MANGUEL, 1997, p. 20).

O sentido atribuído à literatura por Manguel nos ajuda a considerá-la como uma *experiência*, conceito que é trabalhado pelo pedagogo espanhol Jorge Larrosa Bondía. Fundamentando-se em outros escritores que também trabalharam com a mesma noção, mas em sentidos diferentes, a exemplo de Walter Benjamin (que será visto em momento posterior nessa mesma dissertação), Larrosa entende o conceito de experiência como aquilo “que nos passa, o que nos acontece, o que nos toca. Não o que se passa, não o que acontece, ou o que toca. A cada dia se passam muitas coisas, porém, ao mesmo tempo, quase nada nos acontece” (BONDÍA, 2002, p. 21). Tzvetan Todorov escreveu um fragmento similar ao de Manguel, demonstrando nele como o contato com o literário enriqueceu seu senso de experiência perante o mundo:

[...] não posso dispensar as palavras dos poetas, as narrativas dos romancistas. Elas me permitem dar forma aos sentimentos que experimento, ordenar o fluxo de pequenos eventos que constituem minha vida. Elas me fazem sonhar, tremer de inquietude ou me desesperar. (TODOROV, 2009, p. 75-76).

Quando consideramos as colocações de Larrosa em harmonia à discussão sobre literatura e o contato afetivo com textos literários, podemos compreender a literatura como um exemplo primoroso de *experiência*, isto é, como algo marcante na vida do indivíduo que não se limita à mera absorção de informações, pois se “a experiência é cada vez mais rara, por falta de tempo” (BONDÍA, 2002, p. 23), quando um hipotético leitor – ou um real, no caso de Manguel ou Todorov – permite-se o contato com o texto literário, ele está abrindo-se à capacidade de dar novos significados ao mundo ao seu redor em razão do contato *experiente* com o âmbito literário.

Para Larrosa, a fluidez do mundo moderno e a rápida veiculação de informações nos tornam mais pobres em experiências, mas mais ricos em informações projetadas de forma acrítica vindas de diferentes focos. Assim, em suas ponderações algo poéticas, para que a *experiência* de fato aconteça, é necessário

[...] um gesto de interrupção, um gesto que é quase impossível nos tempos que correm: requer parar para pensar, parar para olhar, parar para escutar, pensar mais devagar, olhar mais devagar, e escutar mais devagar; parar para sentir, sentir mais devagar, demorar-se nos detalhes, suspender a opinião, suspender o juízo, suspender a vontade, suspender o automatismo da ação, cultivar a atenção e a delicadeza, abrir os olhos e os ouvidos, falar sobre o que nos acontece, aprender a lentidão, escutar aos outros, cultivar a arte do encontro, calar muito, ter paciência e dar-se tempo e espaço. (BONDÍA, 2002, p. 24).

Fixemo-nos, novamente, à literatura pós-apocalíptica. Concluir, de forma simples, que o mero contato com ela, enquanto *experiência*, seria o necessário para que um leitor tomasse ações práticas na vida no objetivo de evitar o colapso da civilização; preocupar-se com mudanças climáticas; criar empatia em relação aos animais não-humanos que também vivem sobre o mesmo planeta; solidificar melhores laços sociais e afetivos com seus semelhantes; seriam hipóteses que necessariamente implicariam anos de estudos de campo e coleta de experiências subjetivas de leitores. Essa literatura – como qualquer outra, da biografia à autoajuda – pode inclusive ser um fator de alienação da realidade, a depender da leitura que é realizada. Concordamos, contudo, com as colocações de Todorov, quando escreve que verdades desagradáveis “têm mais chances de ganhar voz e ser ouvidas numa obra literária do que numa

obra filosófica ou científica” (TODOROV, 2009, p. 80), justamente por conter na obra literária certa predileção em abarcar a totalidade da experiência humana em situações limítrofes.

O que defendemos, no entanto, é que, se entendermos o contato com textos literários como uma experiência, no sentido atribuído por Larrosa, e uma oportunidade de desestabilização de sentidos pré-concebidos sobre o mundo, a literatura pós-apocalíptica é um instrumento para desconcertar, perturbar e desordenar nossas visões pessoais. Para os propósitos da presente dissertação, mantemos que as visões que são desestabilizadas, desajustadas, desorientadas, quando do contato com esse tipo de texto, dizem respeito às ideias de formação humana, educação, identidade individual e cultural, experiências, e o próprio conceito e as funções da literatura e dos livros (que de fato aparecem nas obras pós-apocalípticas escolhidas para essa dissertação).

Ora, imaginar o nosso próprio mundo, *após* o seu fim, é por si só um exercício singular de comprometer sentidos e valores até então dados como garantidos. Pode a literatura pós-apocalíptica nos tornar pessoas mais conscientes, mais cientes da separação entre cultura humana e mundo natural, que tanto prejudica os dois universos? A questão é que não sabemos. A recepção do livro e sua narrativa dependerá, sobretudo, da experiência da leitura, que pode gerar autonomia, ação, independência, como também alienação e dependência, pois a “referência ao mundo não é tanto uma propriedade das obras literárias quanto uma função que lhes é conferida pela interpretação” (CULLER, 1999, p. 38).

No entanto, os mundos pós-apocalípticos de fato podem nos “martelar o crânio”, na expressão de Franz Kafka (1883-1924). Numa carta escrita pelo autor, Kafka pôde sintetizar bem o sentido que nós mesmos atribuímos à literatura pós-apocalíptica, ou seja: ela não existe para nos tornar pessoas melhores, mas para nos perturbar antes de tudo. Na citação da carta, citada por George Steiner, Kafka escreveu:

Se o livro que lemos não nos desperta como se fosse um punho nos martelando o crânio, para que lê-lo então? Para que nos faça feliz? Meu Deus, também seríamos felizes se não tivéssemos livros, e livros que nos façam felizes poderíamos, se necessário, escrevê-los nós mesmos. Mas o que temos de ter são aqueles livros que se abatem sobre nós como o infortúnio, e nos causam profunda perturbação, como a morte de alguém a quem amamos mais do que a nós mesmos, como o suicídio. Um livro deve ser uma picareta a quebrar o mar congelado em nosso interior. (STEINER, 1988, p. 88).

4 CIVILIZAÇÃO, BARBÁRIE E IDENTIDADES NO MUNDO PÓS-APOCALÍPTICO DE JACK LONDON

Com meu cavalo, os cães e o pônei, parti novamente. (LONDON, 2019, p. 74).

Como a discussão até então demonstrou, ainda que não seja uma visão homogênea a de que a literatura pode nos tornar “pessoas melhores”, mais “empáticas”, ainda assim é inegável que sua presunção em criar/imaginar novos mundos pode servir como uma abertura para outros horizontes e cenários diferentes do nosso cotidiano. O contato com a literatura pode muito bem projetar o que o educador brasileiro Paulo Freire (1921-1997) chamou de inédito-viável, isto é, “os projetos e os atos das possibilidades humanas” (FREIRE, 2008, p. 231), as prováveis alternativas e perspectivas para novos mundos possíveis – ou novas visões de mundo em nível pessoal –, o “dever e o gosto de mudarmos a nós mesmos dialeticamente mudando o mundo e sendo por este mudado” (2008, p. 231).

Nesse sentido, o presente capítulo tem por objetivo explorar e compreender de que modo o autor Jack London, em sua ficção pós-apocalíptica *A Morte Escarlata*, explorou esse novo mundo após uma catástrofe destruir a civilização. Assim, num primeiro momento, faremos uma breve análise biográfica do autor e de alguns de seus contos escritos entre fins do século XIX e início do século XX, verificando como o autor retratou sociedades tradicionais indígenas (cujas características se repetirão no mundo pós-apocalíptico inventado em sua ficção). Num segundo momento, analisaremos de que modo o autor tratou elementos de formação humana em sua novela pós-apocalíptica, em particular a noção de identidade, educação e linguagem.

Reconhecendo que os autores de ficção científica conseguem imaginar cenários e contextos em que nossas tecnologias cotidianas são extrapoladas em níveis ainda inimagináveis, os autores de ficção pós-apocalípticas, por sua vez, são os poucos a imaginar cenários em que todo esse progresso tecnológico é perdido, retornado à “escala zero”, desfazendo os sentidos até então garantidos sobre o mundo moderno e suas conquistas. Nas ficções pós-apocalípticas encontramos exemplos claros de tecnologias modernas, como trens e aviões, deixando de existir e dando lugar, novamente, a modelos tradicionais, como o transporte a longa distância feito por animais, os sinais de fumaça utilizados para comunicação, os instrumentos de madeira e pedra substituindo armamentos de fogo. Em suma, nessas ficções podemos vislumbrar um gradual retorno do saber técnico e manual, para fins de sobrevivência e adaptação, refletindo uma espécie de reconexão essencial entre a humanidade e suas habilidades práticas – utilizadas pelo *homo sapiens* ao longo de milhares de anos -, pois, no

mundo pós-apocalíptico, a busca por uma tentativa de existência mais harmoniosa e sustentável com a natureza torna-se um imperativo.

Jack London foi um primoroso exemplo de um autor que, desde seus contos menos conhecidos às novelas mais populares, tratou dessa relação entre humanidade, natureza e saberes técnicos e/ou tradicionais. Nascido John Griffith Chaney, na Califórnia em 1876, e falecido em 1916, London teve uma vida marcada por empreendimentos aventureiros e excessos, o de alcoolismo sobressaindo-se. Durante sua vida, trabalhou como pescador, operário, marinheiro e patrulheiro marítimo; viveu e absorveu parte da “corrida do ouro” do final do século XIX, se mudando para o Alasca em busca do mineral. Na escrita-de-si que realizou em seus artigos, referindo-se à sua vida errante antes de se assentar como escritor, escreveu:

[Eu] Era um capitalista. Possuía um barco e uma tripulação completa de piratas de água doce. [...]. Este degrau foi o último que subi no mundos dos negócios [pois seu barco fora roubado] [...] Desde então fui implacavelmente explorado por outros capitalistas. [...]. Fui marinheiro, estivador e grumete. Trabalhei em fábricas de enlatados, indústria e lavanderias. Cortei grama, limpei tapetes e lavei janelas. [...] O excesso de trabalho me deixou doente. (LONDON apud VERÇOZA, 2018, p. 405).

Apesar do fracasso na busca por ouro, a experiência de London influenciou sua literatura, comumente retratando personagens em busca de riquezas, comunidades tradicionais dos Estados Unidos, aventureiros do Alasca, animais, dentre outros elementos. Particularmente, foi a novela *The Call of the Wild – O chamado selvagem* (LONDON, 2022), publicada em 1903, que garantiu certa fama e notoriedade ao autor californiano.

Não coincidentemente, temos em *The Call of the Wild* um personagem principal não-humano, o cão Buck, cachorro que é vendido como um cão de trenó no Alasca. Somente nesse elemento primordial da narrativa, já podemos perceber que o autor explora temas como a natureza e a civilização, ao dar protagonismo a um personagem não-humano num mundo dominado pela cobiça envolvendo a ambição dos homens por ouro. Além disso, para fornecer um aspecto geral da obra de Jack London, mais famoso por suas novelas e histórias curtas do que romances longos, podemos considerar que nelas “fundem-se exploradores do Alasca e marinheiros a literatos e filósofos, e transparece a influência de autores como Nietzsche e Marx” (PAES, 1998, p. 63). Sobre o contexto histórico em que viveu o autor,

A conjuntura em que London estava inserido (fim do século XIX e início do XX) foi marcada nos Estados Unidos pela abrupta intensificação da industrialização e urbanização. A própria trajetória pessoal do autor expressa esse processo: nasceu na

fazenda, mas foi criado na periferia da cidade. London era parte da multidão de expropriados da terra. (VIÇOZA, 2018, p. 406).

Apesar de não ser um teórico marxista, a influência de Marx em Jack London é considerável. Não raro o autor trabalhou ideias envolvendo a teoria política marxista disfarçada de narrativas e romances, como foi o caso em *The Iron Heel – O tacão de ferro* (LONDON, 2011), publicada em 1908. Nessa distopia, cujo conceito já vimos anteriormente neste trabalho, temos um personagem principal que lidera uma revolta socialista contra uma oligarquia corporativa que domina os Estados Unidos do século XXI; trata-se, pois, de uma base na qual Jack London pôde explorar temas caros a ele, como a desigualdade social, a luta de classes e a exploração da classe operária.

Antes de entrarmos em nossa fonte primária principal, pretendemos explorar como temas envolvendo saberes e comunidades tradicionais apareceram em outras produções de Jack London. De fato, o caráter “aventureiro” ganha prioridade em suas obras, o que não significa que, dele, não podemos extrair conceitos e temáticas envolvendo concepções de “educação”, “identidade”, entre outros. Exemplo significativo, nesse sentido, é o conto *A história de Keesh*, publicado originalmente em 1904, que trata sobre um personagem esquimó vivendo numa aldeia tradicional do Norte gelado, à beira do Oceano polar. É importante salientar que as visões de Jack London em relação às comunidades tradicionais e saberes “primitivos” não foram estáticas ao longo de sua literatura, podendo variar de acordo com o período da escrita e da experiência pessoal do autor. No entanto, para a presente análise, escolhemos intencionalmente algumas produções na qual London retrata de forma majoritariamente negativa essas comunidades ou membros pertencentes a ela, para assim compreendermos qual conceito de civilização e barbárie está presente, ao menos em parte, em suas produções. Desse modo, num segundo momento, veremos como essas visões também estão presentes na novela que será nossa análise principal, *A Morte Escarlata*.

É importante, sobretudo, considerar como podemos definir os conceitos de civilização e barbárie que dão título a essa sessão. Quando nos debruçamos sobre alguns contos de Jack London, percebemos como sua noção de “civilização” está atrelada à noção de “homem branco”, por sua vez conectada a valores considerados superiores pelo ponto de vista Ocidental de fins do século XIX, tais como “honradez”, “civildade”, “inteligência superior”, entre outros. No pensamento europeu e norte-americano do início do século, esse conceito de civilização foi utilizado como principal panorama relacional para sustentar a identidade do civilizado em relação ao “bárbaro” e “primitivo”. Como aponta Jaime Pinsky,

Já no século XIX, os cientistas sociais estabeleceram uma linha divisória entre as sociedades contemporâneas “civilizadas” – as chamadas *sociedades complexas* – e as “pré-civilizadas”, as chamadas *simples* ou *primitivas*. O pressuposto implícito nessa concepção era o de que todos os grupos sociais haviam passado por etapas mais primitivas. Alguns teriam evoluído até chegar ao ponto em que os europeus (e as nações “civilizadas” pelos europeus) se encontravam. Outros continuariam marcando passado, permanecendo no mesmo estado durante séculos e séculos (seriam as tribos africanas e americanas, entre outros grupos). A ideia era a de que a um primarismo tecnológico corresponderiam uma organização social incipiente, um sistema de crenças baseado em superstições infantis e uma arte ingênua, o tempo todo tomado pela preocupação angustiante da sobrevivência. (PINSKY, 2018, p. 32).

Nesse sentido, os horizontes interpretativos no qual Jack London esteve imerso perpassa essa visão do século XIX. Quando os personagens de seus contos são não-brancos, em geral de descendência indígena, normalmente são retratados como figuras que, de algum modo, conseguiram ou sozinhos superar as limitações de suas respectivas aldeias ou povo, considerados atrasados e rudes, ou puderam absorver e internalizar valores, atitudes e comportamentos “civilizados” graças à influência dos brancos, como será demonstrado brevemente nos dois contos que analisaremos antes de nossa fonte principal.

Ainda, é possível perceber que a noção de “civilização” presente nas narrativas de Jack London é baseada num sentido iluminista, eurocêntrico, na qual

[...] ser *civilizado* era ser bom, urbano, culto e educado. Para os iluministas, a civilização era uma característica cultural que se contrapunha à ideia de *barbárie*, de violência, de selvageria. Além disso, ser civilizado era um ideal que todos os povos deveriam almejar, mas que poucos tinham alcançado. (SILVA; SILVA, 2009, p. 59).

De todos os possíveis conceitos úteis para se trabalhar a noção de “civilização”, esse sentido histórico é o mais comum encontrado na obra de Jack London. Se ser civilizado representa ser educado, culto, diplomático, a contraposição desse conceito é, necessariamente, ser bárbaro, violento, “àqueles que consideramos rudes e incultos, normalmente pessoas cujos valores fogem aos padrões das elites urbanas ocidentais” (SILVA; SILVA, 2009, p. 59). Nesse sentido, num ponto de vista histórico, a ideia de bárbaro, selvagem, imprudente, irracional, foi associada pelos europeus principalmente aos povos indígenas americanos, africanos e da região do Pacífico, visões que contribuíram para sustentar políticas de colonização, imperialismo, escravidão e extermínio. Veremos, pois, em algumas produções de London e em nossa fonte principal, como o autor tratou esses dois conceitos incrementados em seus contos e novelas publicadas entre o final do século XIX e o início do século XX.

No curto conto de Keesh em particular, de 1904, Jack London teceu a narrativa de um esquimó que, diferentemente de sua aldeia, usou certo raciocínio lógico e desenvolveu uma

inteligência superior, assim garantindo melhor probabilidade de sucesso na caça solitária contra o urso polar, conseguindo uma maior quantidade de recursos alimentícios para a aldeia que faz parte. Sobre o protagonista do conto, a narrativa coloca:

Ele viveu há tanto tempo que somente os velhos se recordam de seu tempo, de seu nome e de sua história, e que aprenderam dos velhos antes deles e que os futuros velhos repetirão, contando o que ouviram aos seus filhos e aos filhos de seus filhos, até o final dos tempos. (LONDON, 1998, p. 64).

Logo no início, London dá ênfase num aspecto que chamamos de “tradição oral”, ou seja, a transmissão de conhecimentos, histórias, crenças, costumes e valores de geração para geração por meio da linguagem falada, em vez de registros escritos. Num dos conselhos entre os esquimós da aldeia, o protagonista Keesh põe-se a lembrar de seu pai, um velho caçador que teria conseguido derrotar o urso polar e garantido a alimentação da comunidade por muito tempo:

[...] sei que meu pai, Bok, era um grande caçador. Dizem que Bok trazia para casa mais carne que quaisquer dos dois melhores caçadores, que ele, com suas próprias mãos, dividia as porções e, com seus próprios olhos, vigiava para que a velha mais pobre e o homem mais idoso recebessem partes iguais. (LONDON, 1998, p. 65).

O conto sobre a história de Kesh mostra ao leitor as preocupações de Jack London com os saberes tradicionais em relação ao mundo natural, à dinâmica dos animais e da natureza, para melhor prover a aldeia de recursos alimentícios que seriam fundamentais para a sobrevivência da mesma. Na narrativa, a aldeia fica fascinada e ao mesmo tempo suspeita com o personagem principal, uma vez que Keesh, quando sai para caçar sozinho, é extremamente prolífico em trazer a maior quantidade de carne para a aldeia, um feito invejado por seus conterrâneos. Assim, reside o grande mistério que dá o tom da narrativa: qual seria o segredo de Keesh? Usaria ele de feitiçarias sobrenaturais para obter maior sucesso em suas caçadas?

Ao final da narrativa, Keesh revela aos outros caçadores da aldeia seu método de caça, baseado unicamente em sua engenhosidade. Seu método era enrolar um pedaço pontiagudo de osso de baleia em gordura. Ao consumir a gordura, o urso polar – objeto do caçador por sua carne – consome também o osso pontiagudo, que lentamente lhe perfura os órgãos internos. Assim, as perfurações causadas pelo pedaço de osso consumido contribuem para a fraqueza do urso, facilitando sua derrota perante a lança do caçador que anseia por sua carne. Ao final da narrativa, o narrador enfatiza:

E essa é a história de Keesh, que viveu há muito tempo à beira do oceano polar. Porque exercitou a arte da inteligência, subiu do mais miserável iglu à liderança de sua aldeia; e por todos os anos em que viveu, contam, sua tribo foi próspera, e nenhuma viúva e nenhum fraco chorou alto de noite porque não havia carne. (LONDON, 1998, p. 71).

O conto *A história de Keesh* é só um exemplo breve de como London explorou a necessidade de inventividade humana frente a desafios impostos pela natureza. Nesse caso particular, a necessidade de alimento para garantir a prosperidade de uma tribo de esquimós isolada, que necessitava da alimentação provida da carne de ursos polares para sobreviver. No referido conto, a aldeia da qual Keesh faz parte possuía crenças coletivas baseadas em ideias consideradas por London “supersticiosas”, não raro seus demais membros acusando Keesh de utilizar técnicas com base na feitiçaria e magia para obter seus ganhos na caça. Ao revelar seu método aos outros membros e assim tomar a liderança da aldeia, Keesh mostrou como utilizou somente de sua própria criatividade e inventividade para superar os desafios da aldeia em arranjar recursos. Nas entrelinhas, Jack London demonstra como o personagem principal conseguiu utilizar sua astúcia e destreza para assim “superar” o pensamento supersticioso e “atrasado”, presente na mentalidade de todo o resto da aldeia.

Tal visão de London, ao considerar comunidades tradicionais como ultrapassadas, irracionais, insensatas, bárbaras, está presente também em outras produções menores do mesmo autor. No pequeno conto *A sabedoria da trilha*, de 1899, ele nos traz um protagonista indígena norte-americano, com um diferencial, pois Sitka Charley teria convivido com os brancos durante boa parte de sua vida, fator determinante para que pudesse desenvolver um senso aprimorado de civilidade, honra, coragem, conhecimento da lei e da ordem. O conto fala sobre este indígena que faz seu papel de guia para uma pequena comitiva de homens brancos que buscam atravessar as montanhas geladas do Alasca em direção ao rio Yukon, destino famoso no final do século XIX para aventureiros em busca de ouro.

Em relação à visão de London, fica claro como o autor, por meio de seu protagonista indígena, despreza as sociedades tradicionais e as considera como atrasadas, concepções que influenciaram políticas de realocações forçadas e extermínios contra os povos indígenas. Frente à civilidade e honradez do homem branco, lemos no conto:

A mente indígena é lenta para generalizar e muitos fatos, repetidos continuamente, são necessários para que ela alcance o entendimento. Sitka Charley, quando criança, foi jogado ao convívio frequente com os homens brancos e, adulto, escolheu dividir sua sorte com eles, exilando-se, de uma vez por todas, de sua própria gente. (LONDON, 1998, p. 72).

A “honra e a lei” aparecem como os dois principais conceitos que tornaram possível esta evolução do personagem indígena para o mundo do homem branco; é dito que, ao ter absorvido esses dois conceitos, Sitka Charley passou a desprezar seu próprio povo por compreender que tal nível de civilização jamais seria alcançado por eles. “Homens assim situados, além do território da honra e da lei, não são confiáveis” (LONDON, 1998, p. 72). Similar ao conto exemplificado na argumentação anterior, no qual somente o jovem Keesh consegue superar os obstáculos de sua aldeia ao conseguir alimentos graças à sua astúcia individual e ao abandono do pensamento mítico-sobrenatural, no conto sobre o guia indígena também fica muito bem exposta a visão de Jack London perante comunidades tradicionais que, embora não raro apareçam em sua literatura, ainda assim é com conotações negativas, como um verdadeiro contra-exemplo do que seriam atitudes civilizadas, prezadas pelo autor.

Ainda sobre a narrativa da trilha, London, por meio de seu protagonista Sitka, considera com desprezo as atitudes dos outros dois personagens indígenas que acompanham o principal:

Os dois índios mostravam-se visivelmente irritados por ter de juntar pedaços secos de galhos de árvore e toda espécie rasteira. Eles eram fracos e frequentemente interrompiam o trabalho, esbarrando em si próprios quando se curvavam, com movimentos vertiginosos, ou cambaleando no meio da operação, com os joelhos tremendo feito castanholas. Após cada viagem, eles descansavam por um instante, como se estivessem doentes ou mortalmente esgotados. (LONDON, 1998, p. 73).

Não por coincidência, a narrativa da trilha encerra-se com a execução dos dois indígenas pelo rifle de Sitka Charley, sob o crime de abandono da comitiva, tendo deixado um homem branco na neve para morrer. Ou seja, a lei, a ordem e a honradez do homem branco pôde prevalecer frente aos costumes rudes, grosseiros e bárbaros dos indígenas, o personagem principal sendo o único redimido de tal imagem negativa por ter, justamente, se apropriado e absorvido estes valores que de outro modo não teria conhecimento. Embora normalmente personagens indígenas ou membros de comunidades tradicionais apareçam em algumas produções de Jack London⁴⁷, não raro como protagonistas, ainda assim a imagem negativa do autor frente a essas sociedades prevalece em muitas de suas visões expressas por meio da ficção. A maneira como London trata essas outras sociedades e modos de vida, consideradas rudes e primitivas, reflete uma perspectiva de civilização decididamente eurocêntrica, acostumada a

⁴⁷ O autor já se aventurou até mesmo em ficções “pré-históricas”, como na novela *Before Adam*, “Antes de Adão”, de 1907 (1999), cujo personagem é um hominídeo que teria vivido milhares de anos atrás.

desvalorizar práticas e tradições de comunidades indígenas e tradicionais em prol de uma visão considerada “civilizada”.

Imaginemos, pois, se o próprio Jack London trabalhasse tais visões em sua literatura não mais tratando dos povos indígenas ou comunidades tradicionais históricas, mas a partir do próprio homem branco, “civilizado”, porém após sua regressão coletiva à barbárie e à selvageria. Ainda, podemos realocar o contexto de fundo da narrativa: de comunidades esquimós que vivem na beira do oceano Polar, ou de povos indígenas que cruzam as montanhas geladas do Alasca, para uma grande metrópole moderna, em específico a cidade de São Francisco, Califórnia. Em *The Scarlet Plague*, novela publicada em 1912, o autor realizou um verdadeiro exercício de especulação futurista, explorando as consequências póstumas de uma pandemia global que teria atingido a humanidade e a tornado uma espécie em extinção a partir do ano de 2013. Segundo Robert Yeates (2021), a primeira publicação ocorreu na Inglaterra em 1912, na *London Magazine* e em forma serializada, só sendo publicada em formato de livro, na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos, em 1915.

Na novela, Jack London examina a ideia de que, sob certas circunstâncias extremas e de nível global, mesmo a mais poderosa civilização moderna, com seu domínio da natureza e da ciência, pode regredir a níveis “bárbaros”, “selvagens”, “primitivos”, “rudes”, num processo literal de involução humana, indo de um nível avançado e superior (a civilização branca moderna) a um estágio inferior dominado novamente pelo barbarismo. De fato, a narrativa de London pode bem se encaixar no tema da “volta às cavernas”, ou seja: ficções que trabalham com a fragilidade da civilização moderna, civilização esta que, por qualquer grande evento de escala global, como guerras, desastres epidêmicos ou ambientais, acaba regredindo a modos de vida selvagens, trocando as metrópoles e prédios por cavernas ou pequenas comunidades, trocando também a economia de mercado pela caça-e-coleta de alimentos.

A visão de “civilização” e “barbárie”, presente em London, bem como sua noção e distinção do que seria um estágio avançado de evolução, é uma faceta de um pensamento imperialista que distingue conceitos de superioridade e inferioridade cultural com base em critérios eurocêntricos. Nessa visão, a civilização seria o ponto máximo em que a humanidade (vulgo os países colonizadores) teriam adquirido o domínio da ciência, da indústria, aprimorado o controle da energia para a construção de locomotivas e dirigíveis; um estágio inferior, “bárbaro”, nesse sentido, seria representado por comunidades primitivas cujas ferramentas seriam feitas de paus e pedras, dominadas pelo pensamento supersticioso. No tempo em que viveu Jack London, durante o início do século XX, os avanços tecnológicos e científicos eram vistos como marcadores definitivos de uma sociedade mais desenvolvida, ao passo que o modo

de vida tradicional, vivido por alguns povos indígenas tanto da América como em outras regiões do mundo (a exemplo da Austrália, África e ilhas da Oceania), era associado a um estágio primitivo.

Desse modo, a experiência que London especulou na novela citada é justamente a contravenção desses dois conceitos, invertendo a lógica e explorando, por meio da ficção, o cenário no qual a própria civilização moderna, vulgo superior e avançada em termos civilizacionais, técnicos, científicos, sucumbe à barbárie dos povos “selvagens”. É necessário destacar que as visões negativas que London impingiu aos povos tradicionais, como os indígenas norte-americanos, e que é refletida em sua novela pós-apocalíptica quando se refere ao próprio homem branco e sua regressão à selvageria após o fim da civilização, é baseada em muitos estereótipos que os associa à violência e ao primitivismo. No contexto da novela analisada, supõe-se que a região norte da Califórnia é a única restante com traços de seres humanos, e “que os americanos brancos, em particular, são os únicos habitantes do mundo que sobreviveram” (YEATES, 2021, p. 31, tradução nossa)⁴⁸.

Dito isso, as próximas sessões da presente dissertação irão focar na análise da novela *A Morte Escarlata*. Para tal fim, utilizamos a edição da editora Escotilha, que publicou a obra no Brasil em 2019⁴⁹. O escritor norte-americano está longe de ter sido o primeiro autor de ficções pós-apocalípticas que trabalharam o “fim do mundo” pelas consequências de uma praga universal, circunstância que já havia sido explorada pela ficção de Mary Shelley ainda durante a primeira metade do século XIX. No entanto, a pequena novela de London alcançou uma fama relativamente maior que *The Last Man* de Shelley; com uma narrativa baseada nas memórias de um protagonista já idoso, que testemunhou o surgimento da peste e agora conta a seus netos e bisnetos crescidos no mundo “pós-fim do mundo”, a narrativa do autor americano é relativamente mais concisa do que a de Shelley, mas não menos capaz de suscitar importantes visões e representações de uma miríade de temas que são particularmente caros para os objetivos da presente dissertação.

Desse modo, as próximas sessões foram estruturadas da seguinte forma: num primeiro momento, realizaremos um breve resumo geral da narrativa presente na novela, no intuito de levantar aspectos de seu enredo e a forma como London trabalhou a ideia de fim do mundo e

⁴⁸ “[...] white Americans in particular are the only inhabitants of the world to have survived.” (YEATES, 2021, p. 31)

⁴⁹ Apesar do nome oficial *The Scarlet Plague* ter sido utilizado a partir de 1912 quando da primeira publicação, segundo Yeates (2021) em 1910 o primeiro rascunho da novela apresentado por London a George P. Brett, presidente da editora American Macmillan Company, chamava-se *The Scarlet Death*, nome então adotado na tradução direta do título pela editora brasileira em 2019.

recomeço, ou seja, o mundo surgido das cinzas da civilização moderna que foi gradualmente extinta pelas consequências da peste escarlata. Após, para os objetivos de nosso trabalho, daremos especial ênfase na forma como Jack London trabalhou questões envolvendo a linguagem, a educação e a identidade, todas relativas à formação humana. Assim, poderemos analisar e discutir como o autor trabalhou o recomeço do mundo não somente nas questões sociais e políticas – isto é, qual nova forma de governo ou sociedade teria surgido após o fim do mundo como o conhecemos? –, mas também nos tópicos primordiais da própria convivência humana e sua relação com o mundo, tais como a educação e a identidade.

4.1 “A MORTE ESCARLATE”

Nós, que dominávamos o planeta, sua terra, seu mar e seu céu, e que éramos como nossos próprios deuses, agora vivemos como selvagens junto aos cursos fluviais dessa região da Califórnia. (LONDON, 2019, p. 90).

Em 1906, um dos mais destrutivos terremotos da América do Norte atingiu a cidade de São Francisco, Califórnia. Neste evento, “a magnitude da destruição e a perda de vidas causadas pelo terremoto e pelos incêndios fazem deste acontecimento uma das catástrofes naturais mais significativas da história dos Estados Unidos” (YEATS, 2021, p. 35, tradução nossa)⁵⁰. Jack London e sua então esposa, Charmian, vivendo num rancho próximo às regiões atingidas, deslocaram-se pouco tempo após a catástrofe e visitaram os locais destruídos, ainda testemunhando o avanço das chamas incontroláveis causadas pelos incêndios. Trabalhando na época como jornalista, London escreveu artigos relatando a forma como o fogo e o caos se instauraram na cidade de São Francisco nos dias póstumos ao terremoto, possuindo paralelos com o modo em que exploraria, na sua ficção anos depois, o fim da civilização.

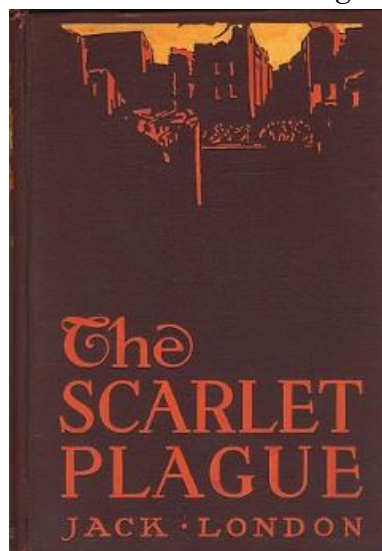
Pode-se argumentar [...] que os termos especificamente apocalípticos em que London interpretou a visão de sua cidade natal, São Francisco, em ruínas, deram origem a uma tendência geral na sua ficção a partir de 1906 para contos fantásticos de possíveis catástrofes futuras. Ao invés de simplesmente recriar as cenas mórbidas do terremoto e do incêndio, seus retratos ficcionais da cidade americana em ruínas forneceram a London cenários para histórias criativas de mundos transformados, lugares férteis para o humor e a sátira, de um modo não permitido pelas restrições do jornalismo e suas exigências de narrar de forma precisa e acurada uma tragédia da vida real. (YEATS, 2021, p. 36, tradução nossa)⁵¹.

⁵⁰ “Indeed, the magnitude of destruction and the loss of life caused by the earthquake and fires make the event one of the most significant natural disasters in the history of the United States.” (YEATES, 2021, p. 35)

⁵¹ “It could be argued [...] that the specifically apocalyptic terms in which London interpreted the sight of his hometown of San Francisco in ruins gave rise to a general tendency in his fiction from 1906 onwards towards fantastic tales of possible future catastrophes. Rather than simply recreating the morbid scenes of the earthquake and fire, his fictional portrayals of the American city in ruins provided London with settings for creative stories of

A capa da primeira edição da obra, quando publicada em formato de livro em 1915, de fato mostra, ao fundo, o desenho de uma metrópole em ruínas (figura 1). O personagem que London criou para narrar *A Morte Escarlate* é Granser, um idoso que testemunhou o surgimento da peste - quando ainda era um cultuado professor de Literatura chamado James Howard Smith –, e desse modo pôde contar sobre ela a seus netos e outras crianças, durante caminhadas pelos cenários abandonados de São Francisco, uma metrópole cada vez mais coberta pela vegetação e por animais selvagens. Por meio de sua narrativa, ficamos sabendo que, embora a peste escarlate de 2013 tenha sido fatal para a humanidade, ela não foi a única que teria acometido o planeta durante o século XX e XXI, sendo na verdade o resultado final de uma série de epidemias e pandemias ocorridas ao longo das décadas.

Figura 1 – capa da edição de 1915 de *The Scarlet Plague*, ilustrada por Gordon Grant.



Fonte: página da obra na Wikipédia.⁵²

A narrativa de Granser dirigida aos jovens é de caráter extremamente didático, explicando-lhes de forma simples o que são bactérias e germes, estes pequenos microrganismos cuja mente rude e “primitiva” das crianças nascidas após o fim da civilização dificilmente poderia conceber. Por meio de seu papel como contador de histórias e relator do passado, o velho narrador fala sobre outros episódios do século XX que também teriam sido marcados por episódios de pestes e pandemias, nos demonstrando alguns prognósticos fictícios feitos por Jack

worlds transformed, places fertile for humour and satire, in a way not permitted by the sombre restraints of journalism with its requirement to accurately and concisely chronicle a real-life tragedy.” (YEATES, 2021, p. 36).

⁵² Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/The_Scarlet_Plague. Acesso em 07 de jun. 2024.

London para o século passado. As crianças que compõem a principal audiência de Granser reagem de maneiras diversas perante às histórias do velho narrador:

Hare-Lip, cujo avô paterno é o agressivo e animalesco Chofer (um homem nomeado por sua antiga profissão, o que estabelece o conflito de classe entre ele e Smith), responde de forma mais negativa aos contos de Smith, zombando de seu vocabulário desatualizado e da noção de educação; o prático Hoo-Hoo tende a interrompê-lo por confusão e para fazer perguntas; e o imaginativo Edwin frequentemente ajuda seu avô nas explicações. (YEATS, 2021, p. 29, tradução nossa)⁵³.

Segundo Granser/professor Smtih, o século XX foi marcado por diversas epidemias, citando o caso de uma doença misteriosa surgida em 1947 que atacava bebês de até dez meses, sendo que “os bacteriologistas levaram onze anos para descobrir como matar esse germe, em particular, e salvar os bebês” (LONDON, 2019, p. 35). Em 1984, uma doença conhecida como Peste Pantoblast surgiu primeiramente no Brasil, matando milhões de pessoas no mundo todo, até novamente os bacteriologistas conseguirem um soro para eliminar o germe. Importante destacar que, entre 1900 e 1904, a própria São Francisco de London foi afetada por episódios epidêmicos de pestes virais (DODDS, 2021).

Uma outra grande preocupação de Jack London na narrativa, expressa sempre por meio do relato do velho Granser aos seus netos, se refere à superpopulação mundial, um dos fatores-chave utilizados pelo autor para explicar a rápida difusão das doenças, assim como a evolução dos meios de transporte, que poderiam levá-la facilmente a qualquer parte do globo. No relato do velho narrador,

Apesar de todas essas doenças e de todas as doenças novas que continuaram a surgir, havia cada vez mais homens no mundo. Porque era fácil conseguir comida. Quanto mais fácil conseguir comida, mais homens haviam; quanto mais homens havia, mais densamente aglomerados eles viviam na terra; e quanto mais apinhados viviam, mais tipos de germes se transformavam em doenças. (LONDON, 2019, p. 35).

London até mesmo cria personagens fictícios que realizaram previsões para futuras pandemias que poderiam acometer a população do globo terrestre. Ele nos fala sobre Soldervetszky, um cientista que ainda em 1929 teria dito aos bacteriologistas que eles “não

⁵³ “Hare-Lip, whose paternal grandfather is the aggressive and animalistic Chauffeur (a man named for his former profession, setting up the class conflict between him and Smith), responds most negatively to Smith’s tales, sneering at his outdated vocabulary and at the mere notion of education; the practical Hoo-Hoo tends to interrupt out of confusion and to ask questions; and the sensitive and imaginative Edwin frequently comes to his grandfather’s aid in explanation.” (YEATES, 2021, p. 29).

tinham garantia nenhuma contra alguma nova doença, mil vezes mais mortal que qualquer uma já conhecida, surgindo e matando milhões, até bilhões de pessoas” (LONDON, 2019, p. 35).

Ao longo do relato sobre o processo no qual a morte escarlata se abateu sobre o mundo, o narrador faz questão de rememorar as grandes conquistas do mundo moderno, como o avanço dos meios de transporte e de comunicação, assim como o crescimento das grandes metrópoles norte-americanas. Desse modo, podemos perceber certa atitude de melancolia do personagem pela civilização moderna que ruiu pelas consequências da peste, ao mesmo tempo que também responsabiliza esses mesmos avanços modernos pela fácil difusão da doença. Quando narra sobre as primeiras notícias e relatos da vinda da peste, podemos perceber um rol de situações que envolvem a apatia generalizada da população, a indiferença, e mesmo a manipulação e ocultação das informações, circunstâncias que podem nos lembrar episódios envolvendo a crise da Covid-19. Nas palavras do narrador,

Naquela época, nos falávamos por meio do ar, a milhares e milhares de milhas. E chegou a notícia de que uma doença estranha havia irrompido em Nova York. Havia dezessete milhões de pessoas morando naquela cidade nobre dos Estados Unidos. Ninguém deu importância à notícia. Era insignificante. Tinham ocorrido apenas algumas mortes. Parecia, no entanto, que as pessoas haviam morrido bem depressa e que um dos primeiros sinais da doença era a vermelhidão no rosto e no corpo inteiro. Em vinte e quatro horas, veio o relato do primeiro caso em Chicago. E, no mesmo dia, foi publicamente divulgado que Londres, a maior cidade do mundo depois de Chicago, vinha secretamente lutando contra a peste havia duas semanas, censurando os relatos de notícias; ou seja, não permitindo que fosse revelado ao restante do mundo que Londres tinha a peste. (LONDON, 2019, p. 40).

A peste inventada por London literalmente ganhou seu nome pelos sintomas físicos que deixava em seus pacientes, mantendo-os com uma coloração avermelhada e crises convulsivas. A indiferença coletiva, nos estágios iniciais da pandemia, é sentida também pelo protagonista, que diz que “estávamos certos de que os bacteriologistas encontrariam um meio de dominar esse germe, da mesma forma que o haviam feito no passado” (LONDON, 2019, p. 40). Com efeito, a confiança extrema depositada no papel da ciência moderna é inútil frente ao poderio da peste escarlata.

A novela de London desmente o otimismo baseado na ciência moderna. Poderíamos pensar que a ciência pode nos proteger de doenças antigas, mas a realidade é outra. Tal como os médicos na Índia aprenderam que a quarentena e o saneamento reforçado não eram suficientes para se proteger contra a peste, também a confiante sociedade de London do início do século XXI é quase completamente destruída pela doença. (DODDS, 2021, p. 102, tradução nossa)⁵⁴.

⁵⁴ “London’s novel belies the optimism based on modern science. We might think that science can protect us from ancient diseases, but the reality is otherwise. Just as doctors in India learned that quarantine and heightened

Quando relata a primeira morte ocorrida em sua cidade, São Francisco, por conta da doença, o caos subsequente não demorou a implodir e em pouco tempo todo o país se encontrou em situação emergencial.

A Morte Escarlate irrompeu em São Francisco. A primeira morte ocorreu numa manhã de segunda-feira. Até quinta-feira, as pessoas estavam morrendo como moscas, em Oakland e São Francisco. Morriam pra todo lado; em suas camas, no trabalho, caminhando pela rua. Foi na terça que eu vi a minha primeira morte, a srta. Collbran, uma de minhas alunas. Tinha subitamente ficado escarlate. Parei de falar e só conseguia olhar para ela, pois o primeiro temor da peste já estava em todos nós, pois sabíamos que havia chegado. (LONDON, 2019, p. 44).

Ao longo da narrativa que passa às crianças, Granser evoca o caos que tomou conta do país ao longo das semanas, conforme as autoridades perderam poder frente à peste escarlate que se alastrava. Aliás, não somente por conta da doença, mas pela situação anárquica que ela trouxe ao país, onde se testemunhou saques, depredações, incêndios, fome, assassinatos, entre outros malefícios. Nos dizeres de Granser,

Chicago e a cidade de Nova York estavam um caos. E o que aconteceu com elas estava acontecendo em todas as cidades grandes. Um terço da polícia de Nova York estava morta. O chefe de polícia também, assim como o prefeito. A lei e a ordem haviam cessado. Corpos se espalhavam pelo chão, sem serem enterrados. Todas as ferrovias e embarcações que transportavam comida e coisas do gênero para dentro da cidade haviam sido interrompidas, e turbas de pobres famintos estavam saqueando as lojas e os galpões. Assassinatos, roubos e bebedeiras aconteciam por toda parte. As pessoas já fugiam da cidade aos milhões; primeiro, os ricos, em seus carros motorizados e dirigíveis; depois, a população em massa, a pé, levando com ela a peste; elas próprias famintas e saqueando os fazendeiros e todas as cidades e vilas pelo caminho. (LONDON, 2019, p. 47).

Podemos perceber como Jack London deu ênfase na forma não-homogênea em que diferentes grupos e classes sociais lidaram com a morte escarlate. De fato, como normalmente ocorre, os grupos privilegiados tiveram reações e atitudes diferentes da grande maioria da população, que teria sobrevivido somente com base nos saques de fazendas e cidades. Ao evocar lembranças dos estágios iniciais da peste, quando Granser ainda respondia por outro nome e identidade – ele fora o professor James Howard Smith, da Universidade da Califórnia –, suas recordações revelam nuances nas respostas das classes sociais diante do caos instaurado, proporcionando uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais exploradas na novela.

sanitation were not enough to protect against the plague, so London's confident early-twenty-first-century society is almost completely destroyed by disease." (DODDS, 2021, p. 102)

Sobre o destino dos mais ricos, o narrador enfatiza que utilizaram principalmente de dirigíveis para evitar o contato e eventual contágio, ainda que de forma infrutífera, pois qualquer tentativa de escapar da peste não obtinha sucesso. Assim, com uma ironia própria do autor, mesmo membros das classes com mais recursos e privilégios não conseguiram garantir sua própria proteção, o que nos demonstra a fragilidade generalizada em que se encontrou a civilização humana moderna, independentemente do status social. Contando sobre as tentativas de fugas dos ricos utilizando dirigíveis, o narrador nos traz as seguintes informações:

Centenas desses dirigíveis fugiram para o Havaí e não somente levaram a peste, mas descobriram que a peste já estava lá, antes deles. Soubemos disso por meio das mensagens, até que toda a ordem em São Francisco desapareceu e não havia mais telefonistas em seus postos, para receber ou enviá-las. Foi impressionante, estarrecedora essa perda de comunicação com o mundo. Foi exatamente como se o mundo tivesse cessado, depois sumido. Por sessenta anos, aquele mundo não existiu mais para mim. Eu sei que devem existir lugares como Nova York, Europa, Ásia e África; mas nem uma palavra foi ouvida desses locais em sessenta anos. Com a chegada da Morte Escarlate, o mundo desmoronou de forma irrecuperável. Dez mil anos de cultura e civilização passaram num piscar de olhos, se ‘extingiram como espuma’. (LONDON, 2019, p. 50).

Enfatizamos de forma particular a última sentença do narrador, “Dez mil anos de cultura e civilização passaram num piscar de olhos, se ‘extingiram como espuma’”. De fato, a doença escarlate é a catalisadora do fim da humanidade e da civilização como a conhecemos, fazendo-a literalmente se “degenerar” para um estágio primitivo, sem mais meios de transporte modernos e de comunicação, sem leis e Estados, sem governos e nações. É com um misto de melancolia e fatalismo que o velho Granser narra a seus descendentes como era a sociedade de outrora, trazendo-lhes ainda muitas outras características que faziam parte do mundo moderno, mas que se tornam incompreensíveis para os jovens selvagens, nascidos décadas após o cataclismo final. Por meio da memória de Granser, podemos perceber certa crítica social que envolve as visões de London, principalmente no que diz respeito às classes mais pobres e desassistidas de seu tempo. Tal visão fica mais clara quando o narrador se lembra do caos que acometeu as cidades justamente por conta das pessoas pobres terem se voltado contra as chamadas “elites”:

[...] eu sabia o motivo de as pessoas em fuga estarem tão furtivas e empalidecidas. Em meio à nossa civilização, em nossas favelas e comunidades pobres, nós geramos uma raça de bárbaros, incivilizados; e agora, no meio de toda aquela calamidade, eles se voltavam contra nós como as bestas selvagens que eram e nos destruíam. E também destruíam a si mesmos. (LONDON, 2019, p. 56).

Percebe-se o paradoxo de como, em meio à civilização que está ruindo, aquelas classes mais marginalizadas e colocadas em condições precárias atuam como uma força tão destrutiva contra a civilização como a própria peste escarlata. Respondendo de forma agressiva à crise da peste, os grupos até então marginalizados são tratados como "bestas selvagens" nos termos do narrador. Nisso, o próprio conceito de civilização pode ser colocado em julgamento, uma vez que suas contradições ficam claras assim que a sociedade começa a ruir e adentrar no caos, revelando essa "raça de bárbaros" até então marginalizada: comunidades pobres que eram subjugadas pelas classes altas.

Como veremos nas sessões seguintes, o mundo pós-peste escarlata foi reconfigurado numa inversão dos papéis atribuídos às classes sociais. Não houve uma reestruturação definitiva da humanidade, mas a sociedade – ao menos aquela conhecida pelo narrador – se remodelou em um formato tribal. Aqueles que outrora faziam parte das classes trabalhadoras tornaram-se os novos líderes dos clãs formados na sociedade pós-apocalíptica. Por outro lado, membros das elites, que careciam quase completamente de verdadeiras habilidades manuais para situações de desastres, tornaram-se uma classe subserviente, de servos e escravizados, constantemente humilhados por líderes que outrora foram seus empregados. Nesse sentido, podemos concluir que o mundo pós-apocalíptico descrito por Jack London representa um cenário com uma inversão extrema de papéis sociais. Por outro lado, como também analisaremos, normas atribuídas ao papel subserviente das mulheres, por exemplo, tiveram continuidade no mundo pós-apocalíptico, independentemente da classe social que ocupavam no mundo antes do fim.

Por fim, é importante lembrar que o narrador, quando fala sobre o mundo antes da peste e todo o processo pelo qual testemunhou o fim da civilização, está narrando sobre um mundo em que sua própria identidade era outra. Com efeito, sendo 2013 o ano da peste na novela, Granser revela que mais de sessenta anos teriam se passado desde então. No mundo de outrora, ele se chamava James Howard Smith, e era um professor de literatura na Universidade da Califórnia. Durante o caos, o professor Smith conseguiu fugir da cidade junto com outros membros do corpo docente, muitos utilizando cavalos e pôneis na fuga para as montanhas. Assim, na sociedade dividida em clãs que se seguiu após o fim da civilização moderna, como os conceitos inerentes à formação humana – identidade, educação, linguagem, entre outros – foram reformulados? De que modo esses conceitos passaram por novas definições, para se adaptar à uma sociedade que, na visão do autor, estaria novamente num estágio primitivo?

4.2 AS NOVAS IDENTIDADES NO MUNDO PÓS-APOCALÍPTICO

Desde o surgimento e desenvolvimento dos chamados Estudos Culturais⁵⁵, disciplina que surgiu na Grã-Bretanha dos anos 1950 e posteriormente se desenvolveu nos Estados Unidos, como aponta Maria Elisa Cevalco (2003), o tema da identidade ganhou um grande protagonismo dentro dos estudos abarcados pelas Ciências Humanas e pela crítica literária. Em suma, estudar a identidade e suas transformações no âmbito da cultura – abrangendo a história, e geografia, a política, e as manifestações culturais, como as artes plásticas e a literatura –, significa procurar compreender como o sujeito constantemente se situa no mundo, construindo e remodelando a concepção de identidade que ele faz de si mesmo e dos outros. De uma forma ainda mais específica, é caro aos estudiosos da identidade estudar como ela é remodelada e refeita principalmente em populações e/ou indivíduos em contextos de crises, tais como conflitos armados, conturbações econômicas e políticas, ou entre classes sociais e sociedades marginalizadas, que vivem num incessante estado de instabilidade e riscos de vida.

O conceito de identidade merece uma discussão mais aprofundada. Dentre algumas tentativas de síntese do referido conceito,

Tanto para a Antropologia quanto para a Psicologia, a identidade é um sistema de representações que permite a construção do “eu”, ou seja, que permite que o indivíduo se torne semelhante a si mesmo e diferente dos outros. Tal sistema possui representações do passado, de condutas atuais e de projetos para o futuro. Da identidade pessoal, passamos para a identidade cultural, que seria a partilha de uma mesma essência entre diferentes indivíduos. (SILVA; SILVA, 2009, p. 202).

É importante destacar – e os autores assim reconhecem – que tanto a identidade pessoal como a noção de uma identidade coletiva são incessantemente construídas por meio de diversos elementos manejados por indivíduos ou grupos sociais, elementos que irão definir seus próprios critérios identitários na relação com o Outro. Assim, símbolos nacionais, canções folclóricas, vestimentas, modos de conduta, dentre outros fatores, são utilizados como parâmetros para reafirmar a identidade social de um grupo ou indivíduo, criando assim sua devida alteridade. Como já referido, o campo dos Estudos Culturais dá privilégio ao estudo das identidades, dessa vez sob uma perspectiva crítica, pois, nesta área de estudos, é enfatizado como o processo de construção de uma identidade não é formado como um corpo orgânico de elementos

⁵⁵ Compreendemos os Estudos Culturais como um campo de estudos interdisciplinar, concretizado principalmente no mundo anglófono em fins do século XX, que tem como característica o estudo da cultura, da sociedade, da linguagem e das manifestações culturais dos povos, sob a perspectiva da cultura popular, da crítica ao colonialismo, e da visão pós-colonialista (SILVA e SILVA, 2009).

harmoniosos entre si, “essenciais”, mas antes dependentes da existência de outros grupos que não fazem parte dos critérios identitários pré-estabelecidos, criando assim identidades baseadas na comparação com o “outro”. Segundo os autores,

[...] precisamos considerar que toda identidade é uma construção histórica: ela não existe sozinha, nem de forma absoluta, e é sempre construída em comparação com outras identidades, pois sempre nos identificamos como o que somos para nos distinguir de outras pessoas. A identidade feminina, por exemplo, se constrói ante a identidade masculina, a identidade dos negros ante a identidade dos brancos etc. (SILVA; SILVA, 2009, p. 204).

Assim, afirmar que “a identidade não existe sem a diferença” (SILVA; SILVA, 2009, p. 204) significa reconhecer como ela é firmada em contraste com a alteridade, ou seja, com a relação daquilo que é diferente ou diverso dela. Ainda, para os autores adeptos dos Estudos Culturais, é particularmente importante compreender o caráter maleável da identidade, principalmente em contextos emergenciais. Com efeito, em contextos de crises de valores ou mesmo de conflitos civis ou étnicos, a reafirmação das identidades individuais e coletivas é um recurso propício para o necessário sentimento de união e coesão entre grupos. Esse fenômeno é entendido por Kathryn Woodward (2007) como “identidades em conflito”, e foi particularmente mobilizado pelos autores dos Estudos Culturais no objetivo de compreender as mudanças e manifestações identitárias em circunstâncias instáveis envolvendo contextos de conflitos e descolonização.

Mesmo que o passado que as identidades atuais reconstroem seja, sempre, apenas imaginado, ele proporciona alguma certeza em um clima que é de mudança, fluidez e crescente incerteza. As identidades em conflito estão localizadas no interior de mudanças sociais, políticas e econômicas, mudanças para as quais elas contribuem. As identidades que são construídas pela cultura são contestadas sob formas particulares no mundo contemporâneo – num mundo que se pode chamar de pós-colonial. Este é um período histórico caracterizado, entretanto, pelo colapso das velhas certezas e pela produção de novas formas de posicionamento. (WOODWARD, 2007, p. 25).

Contextos de crise, de um modo geral, contribuem para a (re)emergência de identidades, uma vez que sua construção tem a capacidade de situar o sujeito no mundo, enquanto alguém único e diferente do outro. Consideraremos, na presente sessão, o contexto pós-apocalíptico do mundo criado por Jack London como um exímio contexto de crise, no qual as identidades, conseqüentemente, entram em conflito. Esse conflito é bem percebido pelo protagonista Granser, dado seus dados biográficos: foi um renomado professor universitário antes da peste escarlata, um homem culto; além de ter testemunhado e sobrevivido ao colapso

da sociedade, continua vivo décadas após os eventos, tendo testemunhado o gradual retorno dos seres humanos à “noite primitiva”, ou seja, a modos de vida considerados por ele como próprios de povos selvagens e incivilizados, invertendo a lógica evolucionista do século XIX e vendo a civilização moderna ruir para dar lugar a sociedades tribais guerreiras e supersticiosas.

As identidades em conflito, aqui, ocorrem portanto em dois vieses: no coletivo, Granser compreende e se lamenta pela humanidade ter perdido seu conhecimento e suas conquistas – a lógica, o uso da razão, a evolução da ciência, os meios de transporte, a eletricidade –, modificando sua identidade geral de uma sociedade tecnológica para uma sociedade tribal. No entanto, o conflito identitário mais perceptível ainda ocorre em nível individual, pois a própria crise pessoal que passa o protagonista é um exemplo primoroso de sua identidade ficando suspensa e se modificando. De um outrora renomado acadêmico para um velho enrugado vestido em couros de animais peludos para se proteger do frio, Granser reafirma, nega ou legitima constantemente sua própria identidade em comparação com seus netos, que possuem modos e condutas com os quais diverge e recrimina muitas vezes.

Dentre as muitas cenas que o narrador vivencia e o fazem agir com um misto de tristeza e antipatia pelas crianças, estão aquelas em que elas apresentam comportamentos considerados por ele como típicos dos primitivos e selvagens. Isto é, comportamentos que demonstram a Granser que a humanidade está, cada vez mais, realizando uma evolução reversa, voltando à alvorada dos tempos de caçadores e coletores, deixando para trás toda a civilização e suas conquistas. Numa das cenas, ao encontrar um crânio humano durante a trilha que o velho percorre junto com os jovens, o narrador de súbito percebe que um de seus netos, Edwin, começa a arrancar os dentes das mandíbulas com o cabo de uma faca de caça. Nas palavras do menino, “Vou fazer um cordão com eles” (LONDON, 2019, p. 21).

A cena estarrecedora, inédita para Granser, dá lugar a um monólogo reflexivo sobre a involução humana à barbárie, em que, pelas reflexões do narrador, o leitor se depara com o lamento do ancião:

Vocês são realmente selvagens. Já se iniciou o hábito de usar dentes humanos. Em outra geração, vocês vão perfurar seus narizes e orelhas, e usar ornamentos de osso e conchas. Eu sei. A raça humana está fadada a retroceder cada vez mais, novamente mergulhando na noite primitiva, e aqui começa sua escalada sangrenta rumo à civilização. (LONDON, 2019, p. 22).

Na narrativa, o autor parece-nos propor uma concepção de tempo histórico cíclico, em que a humanidade entraria num *loop* de desenvolvimento, passando outra vez pelo estágio primitivo, para dar reinício à civilização nos milênios que se sucederiam à peste escarlata.

Granser, nesse sentido, é um ancião que sente um misto de melancolia por poder testemunhar o período inicial desse processo – como um profeta que, sabendo o passado, antevê o futuro e tem conhecimento dos passos sangrentos que ainda serão dados pela humanidade, caso ela ainda prevaleça.

Quando formos mais numerosos e carecer-nos de espaço, passaremos a matar uns aos outros. Então, suponho que vocês também usarão nacos de escalpo humano em suas cinturas, como você, Edwin, o mais afável dos meus netos, já começou a fazer com esse rabo de porco abominável. Jogue isso fora, garoto. Jogue isso fora. (LONDON, 2019, p. 22).

Assim, em um nível coletivo, pode-se perceber como o narrador reflete e lamenta sobre essa gradual mudança identitária em relação à humanidade. Cabe-nos agora questionar, por outro lado, como essa mudança dos paradigmas identitários dos humanos modernos para caçadores-e-coletores também afetaram o próprio protagonista em âmbito individual.

Os netos selvagens de Granser são os principais parâmetros, na novela, nos quais o protagonista utiliza para reafirmar sua noção de identidade pessoal. Isso implica reconhecer que a identidade é construída com base na relação com o outro – outros modos de vida, outros comportamentos, outras vestimentas, outros contextos. Nos dizeres de Woodward,

A identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica relativamente a outras identidades (na afirmação das identidades nacionais, por exemplo, os sistemas representacionais que marcam a diferença podem incluir um uniforme, uma bandeira nacional ou mesmo os cigarros que são fumados). (WOODWARD, 2007, p. 14).

Se as crianças nascidas no mundo pós-pestes escuras são selvagens, indomáveis, supersticiosas a ponto de arrancar dentes de um crânio para a construção de um item de proteção pessoal, Granser pode dar vazão, na narrativa que conta a elas, sobre sua própria trajetória pessoal enquanto um acadêmico civilizado, erudito – um homem de cultura. A selvageria das crianças, nesse sentido, é o principal parâmetro de relação com a qual a identidade do protagonista é manejada na novela. No mundo antes da peste, conforme ele mesmo relata a seus netos, Granser chamava-se James Howard Smith, e fora um professor de literatura na Universidade da Califórnia. Segundo seu relato,

[...] minhas aulas eram muito populares; ou seja, muitos dos rapazes e moças gostavam de me ouvir falar sobre os livros que outros homens haviam escrito. Eu era muito feliz e tinha coisas maravilhosas para comer. E minhas mãos eram suaves, pois eu não precisava trabalhar com elas, e meu corpo estava sempre todo limpo e trajado com as roupas mais macias... (LONDON, 2019, p. 30).

Nos trechos em que narra sobre sua vida anterior à peste, podemos vislumbrar como o fim da civilização levou também ao fim de sua própria identidade anterior, o que nos faz mobilizar um outro ponto importante das constatações vindas dos Estudos Culturais: a maleabilidade da identidade, sua capacidade de reformulação e transformação. Além disso, a evocação de memórias por parte de Granser, que remetem à sua vida antes do “fim do mundo”, pode ser compreendida como a convocação de elementos do passado que fundamentam e justificam sua percepção de mudança de identidade, no presente; como escreveu Jorge Luis Borges (1987, p. 42), nós “somos feitos, em boa parte, de nossa memória”.

Ao mesmo tempo que precisa se conformar em relação à situação da humanidade no presente, Granser constantemente relembra os tempos áureos da civilização norte-americana e de sua própria trajetória como um homem civilizado e respeitado de seu tempo. Na discussão envolvendo os Estudos Culturais, “essa redescoberta do passado é parte do processo de construção da identidade que está ocorrendo neste exato momento e que, ao que parece, é caracterizado por conflito, contestação e uma possível crise” (WOODWARD, 2007, p. 12). De fato, não são raros os momentos em que Granser chama a atenção dos meninos que o acompanham devido a seus hábitos rudes, como no trecho em que os repreende pelos seus modos, ao mesmo tempo que observa sua própria roupa feita com pele de cabra e sente uma espécie de desgosto por sua identidade, enquanto relembra sua posição social elevada na sociedade de outrora:

Ele observou sua vestimenta de pele de cabra com aversão.

- Naquela época, nós não usávamos esse tipo de coisa. Até os escravos tinham roupas melhores. E éramos bem limpos. Lavávamos nossos rostos e nossas mãos com frequência, todos os dias. Vocês, meninos, nunca lavam as mãos, a menos que caiam na água ou quando vão nadar. (LONDON, 2019, p. 30).

Granser, assim, está falando a partir de uma situação limítrofe entre o civilizado e o selvagem, o culto e o irracional. Sendo a barbárie representada pelas crianças que o acompanham, o velho narrador utiliza da mobilização de suas memórias do mundo civilizado para reafirmar uma identidade que lhe seria, no passado, vantajosa frente à sociedade. Entendendo-se como um ancião inútil neste novo mundo, lhe resta na capacidade de transmitir e contar histórias os últimos subterfúgios no qual se ampara para não cair no desespero. Essa situação – o atributo de maleabilidade da própria identidade, que pode se adaptar conforme a conjuntura –, é bem expressa por Woodward:

Consideremos as diferentes “identidades” envolvidas em diferentes ocasiões, tais como participar de uma entrevista de emprego ou de uma reunião de pais na escola, ir a uma festa ou a um jogo de futebol, ou ir a um centro comercial. Em todas essas situações, podemos nos sentir, literalmente, como sendo a mesma pessoa, mas nós somos, na verdade, diferentemente posicionados pelas diferentes expectativas e restrições sociais envolvidas em cada uma dessas diferentes situações, representando-nos, diante dos outros, de forma diferente em cada um desses contextos. (WOODWARD, 2007, p. 30).

Conforme destacado, um dos principais meios pelo qual as identidades individuais e/ou coletivas são reafirmadas ou refeitas, como no exemplo da citação, é por meio do recurso ao passado, um passado coletivo em casos de grupos sociais, e individual no caso de sujeitos mobilizando suas próprias concepções identitárias. Ambos os casos aparecem na novela de London; Granser é, por definição, o homem moderno que se vê diante de uma sociedade pós-apocalíptica baseada na caça e na liderança tribal, e a humanidade, outrora a espécie dominante e senhora da criação, agora é uma espécie isolada, organizando-se em poucas comunidades e procurando, cada uma, manter sua sobrevivência.

Seguindo a ocorrência de diálogos que cotejam passado e presente entre o velho Granser e seus netos, as crianças selvagens demonstram um comportamento curioso em relação aos conceitos e as práticas do mundo anterior ao fim da civilização, muitos dos quais incapazes de serem compreendidos em suas cadeias simbólicas de significados neste novo mundo. Um deles, em específico, é referente à antiga profissão de “professor” de Granser. Como o diálogo mostrará, custa às crianças entender o significado de uma função que não tenha conotações utilitárias voltadas para a sobrevivência ou lazer momentâneo. Na resposta de Granser, ele aproveita para lhes falar sobre a divisão de classes sociais, numa tentativa de tentar lhes fazer compreender como era socialmente organizado o mundo durante a vigência da civilização moderna:

- Você só fazia isso? Só falava, falava, falava? – perguntou Hoo-Hoo. – Quem caçava sua carne para você? E ordenhava suas cabras? E pescava seus peixes?
 - Pergunta sensata, Hoo-Hoo, pergunta sensata. Como eu lhes disse, obter comida, àquela época, era fácil. Nós éramos muito espertos. Poucos homens obtinham alimento para muitos. Os outros homens faziam outras coisas. Como você diz, eu falava. Eu falava o tempo todo e, por isso, a comida me era dada; muita comida, comida boa, comida linda, comida que não experimento há sessenta anos e talvez não coma nunca mais. Às vezes, eu acho que a realização mais maravilhosa de nossa civilização foi a comida; sua abundância inconcebível, sua infinita variedade, sua iguaria maravilhosa. Oh, meus netos, a vida era vida, naquela época, quando nós tínhamos coisas tão maravilhosas para comer. (LONDON, 2019, p. 29).

Ao longo do mesmo diálogo, os netos de Granser continuam a apresentar um comportamento ao mesmo tempo curioso e incompreensível sobre o passado; como poderiam

os homens sobreviver somente falando, sem conseguir conquistar sua própria comida e alimentação? Nisto reside a deixa para que Granser lhe explique sobre a divisão de classes outrora predominante no sistema econômico capitalista:

- Eu não lhes disse que nós, a classe dominante, éramos donos de toda a terra, todas as florestas, tudo? Qualquer trabalhador encarregado de obter a comida que não o fizesse, nós puníamos e deixávamos morrer de fome. E bem poucos faziam isso. Eles preferiam arranjar a comida para nós, fazer roupas para nós e preparar-nos regalos e deleites aos milhares. (LONDON, 2019, p. 30).

Na mesma conversa:

- Os que obtinham nossa comida eram chamados *homens livres*. Isso era piada. Nós, das classes dominantes, éramos donos da terra toda, de todos os maquinários, tudo. Esses provedores de comida eram nossos escravos. Nós pegávamos quase toda a comida que eles obtinham e os deixávamos com apenas um pouquinho, para que pudessem comer, e trabalhar, e nos trazer mais comida...
- Eu iria para a floresta pra pegar minha própria comida – Hare-Lip anunciou. – E se algum homem tentasse tirar de mim, eu mataria. (LONDON, 2019, p. 29).

Assim, para além das transformações de identidade em nível individual, as reflexões que Granser compartilha com seus netos também nos mostram muito sobre como a própria humanidade remanescente se remodelou após a peste escarlate destruir a civilização moderna. Desse modo, ficamos sabendo como os humanos sobreviventes, com a falta dos transportes e de toda a tecnologia moderna, precisaram se reintegrarem em pequenas comunidades que logo se tornaram clãs, dominadas não mais por membros que outrora teriam pertencido às classes dominantes – o próprio Granser sendo um hábil exemplo –, mas por membros vindos das classes trabalhadoras, pessoas mais pobres e consideradas mais rudes e violentas pelo narrador, daí terem um controle sob seus clãs baseado num carisma autoritário e agressivo.

O próprio Granser e seus netos pertencem a esses clãs, muitos dos quais vieram de diferentes tribos, todas concentradas nos arredores de São Francisco. Conforme fica perceptível, o nome de cada clã citado pelo narrador diz respeito ou à alguma profissão que havia existido no mundo antes da peste, ou à forma como chamavam o local em que, nos dias de Granser, estava instalada a tribo. Em momentos de maior lucidez, analisando os discursos de Granser/Professor Smith, também é possível perceber quando o narrador e protagonista da novela relembra sua identidade *atual*, adaptado às condições pós-apocalípticas onde seus talentos de professor de outrora já não são mais necessários – se não para ser um bom contador de histórias para as crianças –, e ele reconhece-se como um velho vestido em trapos.

Ora, em momentos assim, Granser está conformando-se com os novos significados simbólicos e sociais surgidos no mundo pós-apocalíptico, onde pessoas como ele, dotadas de saber intelectual mas com pouco ou nenhum saber manual, estariam fadadas a serem parasitas nesta nova sociedade. Desse modo, a “identidade em crise” de Granser, em nível individual e subjetivo, é tensionada entre momentos em que relembra sua majestosa função e papel na sociedade moderna de outrora, com momentos em que a realidade lhe cai por terra e ele percebe que os significados e os valores presentes no “velho mundo” já não fazem mais parte do mundo pós-civilização. Nesse viés, os novos valores advindos da sociedade pós-apocalíptica, rompendo definitivamente com a civilização moderna, fazem com que Granser enxergue-se como um velho ancião, inútil no ponto de vista manual, servindo somente para acompanhar as crianças em seus passeios em trilhas.

Continuando suas reflexões compartilhadas com as crianças, o narrador expõe:

Às vezes, a lembrança do passado me acomete de forma muito forte e eu me esqueço de que sou um homem sujo, vestido de pele de cabra, vagueando com meus netos selvagens, que são pastores de cabra, na vastidão primitiva. “Os sistemas passageiros se extinguíram como espuma”, e também se extinguiu a nossa gloriosa civilização. Eu sou Granser, um velho cansado. Pertencço à tribo de Santa Rosa. Ingressei nessa tribo ao me casar. Meus filhos e filhas se casaram com os Chofer, os Sacramento e os Palo-Alto. Você, Hare-Lip, é dos chofer. Você, Edwin, é dos Sacramento. E você, Hoo-Hoo, é dos Palo-Alto. Sua tribo foi batizada com o nome de uma cidade próxima da localização de uma grande instituição de aprendizado. Chamava-se Universidade de Stanford. Sim, agora me lembro. Está perfeitamente claro. (LONDON, 2019, p. 33).

Um interessante exemplo dessas mudanças identitárias, dessa vez em estância social e coletiva, recai justamente quando Granser narra sobre a ascensão da tribo dos Chofer, o surgimento dela e as circunstâncias específicas em que ela foi governada por seu primeiro líder, chamado Bill, já falecido na época do relato de Granser. De fato, ao explicar sobre os Chofer, temos uma ilustração clara de como o mundo pós-apocalíptico criado por Jack London foi baseado num cenário de inversão e mesmo sátira social contra a modernidade, pois, como veremos, os membros das classes dominantes de outrora se tornaram subservientes, e os rudes e agressivos, membros das classes trabalhadoras, se tornaram os novos líderes. Essa situação, presente no novo mundo, é um exemplo de novas relações sociais estabelecidas e significativamente diferentes daquelas existentes no mundo civilizado antes da peste.

Todas as práticas de significação que produzem significados envolvem relações de poder, incluindo o poder para definir quem é incluído e quem é excluído. A cultura molda a identidade ao dar sentido à experiência e ao tornar possível optar, entre as várias identidades possíveis, por um modo específico de subjetividade. (WOODWARD, 2007, p. 18-19).

Nesse sentido, quando Granser narra às crianças sobre a história de Bill, o primeiro chofer, temos ali um microcosmo das mudanças individuais e sociais e dos novos valores e significados perpetuados no mundo pós-apocalíptico. As transformações sociais e individuais expostas pela narrativa de Granser servem como uma importante reflexão a respeito da natureza transitória do próprio conceito de “identidade”, principalmente em contextos de mudanças drásticas e crises. De todas as pequenas tribos surgidas nos arredores de São Francisco, a dos Chofer recebe uma atenção especial na narrativa de Granser, pois nessa tribo misturou-se membros das antigas classes trabalhadoras e subservientes com as classes dominantes. O próprio nome da tribo é uma alusão à profissão anterior de seu primeiro líder, ao emprego que o mesmo exercia antes do “fim do mundo”.

Através do relato, ficamos sabendo:

- O primeiro Chofer foi Bill, um sujeito comum, como eu já disse – explanou o idoso –, mas sua esposa era uma dama, uma grade dama. Antes da Morte Escarlata, ela foi esposa de Van Warden. Ele foi presidente do Conselho dos Magnatas Industriais e um dos doze homens que regiam os Estados Unidos. Ele valia um bilhão e oitocentos milhões de dólares, moedas como essa que você tem em seu saquinho, Edwin. Então, veio a Morte Escarlata e sua esposa passou a ser esposa de Bill, o primeiro Chofer. Ele também costumava bater nela. Eu mesmo vi. (LONDON, 2019, p. 21).

As transformações da identidade social e individual no contexto de “fim de mundo” criado por London, assim, perpassam por uma remodelação significativa. A matriarca da família de Bill, chamada Vesta Van Warden, fora no passado esposa de John Van Warden, um dos grandes magnatas industriais dos Estados Unidos no mundo antes da peste escarlata. Sua posição, agora, como a esposa/serva de um líder tribal, personifica este aspecto intrigante das mudanças sociais, tendo transitado de uma condição de prestígio na sociedade moderna (que já não existe mais), para o papel de uma esposa subserviente a um líder violento. Em trechos como esse, podemos perceber críticas sociais de caráter político e econômico presentes na narrativa de London. Nas palavras de Ben Dodds,

London é bem conhecido pelo seu interesse no socialismo, e alguns procuraram ler *The Scarlet Plague* como uma fantasia sobre a destruição do capitalismo. Certamente, a sociedade às vésperas da peste que Granser descreve a seus netos parece representar a versão imaginada por London do capitalismo extremo. A América é governada por doze homens muito ricos, chamados Conselho dos Magnatas Industriais, de onde os presidentes são escolhidos. O imaginado início do século XXI em London parece ser

uma época de extrema desigualdade de riqueza, em que uma elite privilegiada é servida por escravos. (DODDS, 2021, p. 100, tradução nossa)⁵⁶.

Os valores outrora atribuídos ao status econômico e a posição do indivíduo na classe social – as representações, significações sociais e relações de poder –, já não ditam mais as expectativas de cada um, uma vez que foram refeitos no mundo pós-civilização. Importante ressaltar que, no mundo de antes, Bill fora o chofer da senhorita Van Warden, ou seja: seu motorista particular, exemplo de um membro da classe trabalhadora numa posição subalterna em relação às elites.

Particularmente, quando Granser narra sobre a trajetória de Bill, suas visões e suas etapas até a formação da tribo dos Chofer, vemos que as consequências da peste escarlata criaram um vácuo nos valores e nas estruturas sociais e econômicas do mundo, conflagrando novas bases e circunstâncias a partir da qual as identidades individuais e coletivas são reconstruídas, onde os membros mais fortes das classes trabalhadoras se tornaram líderes tribais. Neste novo mundo, selvagem e indomesticável – indo na contramão das aspirações do homem moderno, que utilizou o poder da ciência para compreender e manipular a natureza –, a sobrevivência humana depende muito mais da força física e das habilidades manuais, de modo que são esses os novos valores que conferem prestígio na sociedade pós-apocalíptica. Quando o narrador rememora um dos primeiros encontros que teve com Vesta Van Warden, suas descrições da cena nos mostram como a personagem teve sua identidade completamente alterada para este “novo mundo”, tornando-se uma ajudante de cozinha em meio a tribo que faz parte:

Fui com ele até seu acampamento e lá que eu a vi, Vesta, aquela mulher única. Foi glorioso e... penoso. Lá estava ela, Vesta Van Warden, a jovem esposa de John Van Warden, trajada de trapos, com as mãos marcadas e calejadas, debruçada sobre a fogueira do acampamento, fazendo trabalho de ajudante de cozinha; ela, Vesta, que nascera da mais pura linhagem da nobreza abastada que o mundo já conheceria. (LONDON, 2019, p. 79).

O mundo que é apresentado por Jack London na novela, assim, não serve como um palco para aventuras apocalípticas (dado que tais elementos são quase ausentes na narrativa), mas como um relato onde as fundações da identidade humana, além de conceitos como

⁵⁶ “London is well known for his interest in socialism, and some have sought to read *The Scarlet Plague* as a fantasy about the destruction of capitalism. Certainly, society on the eve of the Red Death which Granser describes to his grandsons seems to represent London’s imagined version of extreme capitalism. America is ruled by twelve very wealthy men called the Board of Industrial Magnates from whom the presidents are chosen. London’s imagined early twenty-first century appears to be an age of extreme wealth inequality in which a privileged elite is served by slaves.” (DODDS, 2021, p. 100)

formação, educação e linguagem, são testados e reconstruídos em resposta às reconfigurações da sociedade após o cataclismo. É interessante realizarmos o cotejo das narrativas, comparando a situação em que as personagens vivem no mundo pós-apocalíptico, com as condições em que viviam outrora, antes da peste destruir a civilização. Quando busca contextualizar sobre a história de Vesta Van Warden, Granser dá continuidade ao relato:

E lá estava ela, fervendo sopa de peixe numa panela coberta de fuligem, seus olhos gloriosos inflamados pela fumaça ácida da fogueira. Sua história foi triste. Ela fora uma das sobreviventes em um milhão, como eu havia sido, como o Chofer havia sido. No cume iminente da Alameda Hills, com vista para a baía de São Francisco, Van Warden havia construído um vasto palácio de verão. Era cercado por um parque de mil acres. Quando a peste irrompeu, Van Warden a enviou para lá. Guardas armados patrulhavam as cercanias do parque, e nada entrava, nem mantimentos, nem mesmo correspondência, que antes não fosse fumigado. Ainda assim, a peste entrou, matando os guardas em seus postos, os serviçais em suas tarefas, varrendo um exército inteiro de criados. Ou, ao menos, todos aqueles que não fugiram para morrer em outro lugar. Dessa forma, Vesta se viu como a única pessoa vivendo no palácio que se tornara um ossuário. (LONDON, 2019, p. 80).

Quando o narrador fala sobre Bill, o primeiro líder dos Chofer, que no mundo anterior havia trabalhado para os Van Warden, ele explicita sua indignação pelo fato de o líder ter sido um sujeito arrogante, violento e agressivo, e mesmo assim ter sobrevivido e prosperado no mundo pós-peste.

Ele era um homem violento, injusto. Por que os germes da peste o pouparam, eu nunca consegui entender. A despeito de nossos conceitos metafísicos sobre a justiça absoluta, parecia que não há justiça no universo. Por que ele sobreviveu? Um homem perverso, um monstro moral, uma mancha no rosto da natureza, um trapaceiro implacável e bestial também. Ele só sabia falar de carros motorizados, maquinário, gasolina, oficinas mecânicas e, especialmente e com grande deleite, de seus furtos e sórdidos trambiques nas pessoas que o haviam empregado, na época anterior à chegada da peste. E, ainda assim, ele foi poupado quando centenas de milhões, sim, bilhões de homens melhores foram destruídos. (LONDON, 2019, p. 78-79).

Nesse sentido, similar à figura de Vesta, as transformações passadas pelo chofer Bill no mundo pós-apocalíptico evidenciam mudanças em suas identidades pessoais, ocasionadas pelo fim do mundo conhecido e pela ascensão desse novo recomeço, em que dominaria a lei do mais forte. Quando relembra as vezes em que encontrou o primeiro líder dos Chofer, no passado, Granser enfatiza os discursos e falas que ouviu do personagem, entre os quais se destacam as frases “Você teve sua época, antes da peste [...] Mas agora é minha época, e é das boas, pois eu não trocaria por nada” (LONDON, 2019, p. 84). Em suma, a fala de Bill destaca a ruptura definitiva com o passado e a civilização moderna, juntamente com seus valores. A mudança, neste sentido, também se dá nas relações de poder, uma vez que a afirmação do líder

sugere que a supremacia da força é o que triunfará em detrimento das antigas hierarquias sociais – o mundo em que ele era um simples motorista, servo das classes dominantes.

Em termos gerais, a sociedade pós-apocalíptica criou novos sistemas simbólicos de representações, que se projetam nas novas relações de poder entre novos chefes e subordinados, entre homens e mulheres, entre idosos e crianças. “Os sistemas simbólicos fornecem novas formas de se dar à experiência das divisões e desigualdades sociais e aos meios pelos quais alguns grupos são excluídos e estigmatizados. As identidades são contestadas” (WOODWARD, 2007, p. 19). Nas breves conversas que tivera com Vesta, na tribo dos Chofer, Granser enfatiza o modo como o líder Bill ridicularizava os conceitos considerados civilizados, tratando-os com desprezo, escárnio e indiferença.

Naquela primeira noite, quando eu descobri o acampamento, Vesta e eu tivemos uma ótima conversa sobre as coisas do nosso mundo desaparecido. Falamos de arte, de livros e de poesia; e Chofer ouvia e sorria, debochando. Ele ficou entediado e zangado por nossa conversa, que ele não compreendia, e finalmente disse: ‘E essa é a Vesta Van Warden, um dia, esposa de Van Warden, o magnata; uma beldade importante e metida, que agora é minha mulher. É, professor Smith, os tempos mudaram, os tempos mudaram. Vem cá, mulher, tire os meus sapatos e venha bem contente. Eu quero que o professor Smith veja como você é bem treinada’. (LONDON, 2019, p. 84).

Os valores culturais e as relações de poder, nesse sentido, também perpassam por mudanças radicais, assim como a própria noção de identidade. Bill, um sujeito rude e em posição de liderança, manifesta uma clara aversão à simples menção de expressões artísticas e intelectuais, evidenciado por sua demonstração de raiva enquanto Granser conversava com Vesta. Assim, o fim da civilização moderna em Jack London trouxe também a decadência desses aspectos que faziam parte dela, como a arte, a literatura, a poesia. No mundo pós-apocalíptico, as habilidades práticas, brutais e utilitárias ganham precedência sobre qualquer forma de expressão artística que remonte ao “velho mundo”, uma realidade que Granser, melancolicamente, pode cada vez mais perceber em seus netos e seus comportamentos selvagens.

De fato, como o próprio Bill fala ao narrador, “Os tempos mudaram”. Ninguém melhor do que o próprio Granser – outrora professor Smith – para testemunhar esse choque entre o passado “civilizado” da humanidade e o presente brutal e primitivo, onde os seres humanos decaíram para um estágio selvagem. Não raro o personagem se vê lamentando essas mudanças – “o idoso já estava balbuciando sobre o desrespeito pelos idosos e a reversão à crueldade de todos os seres humanos que decaíram da alta cultura para condições primitivas” (LONDON, 2019, p. 26) –, mas vez ou outra podemos encontrar vestígios de resignação do próprio Granser,

entendendo que não haverá retorno para o passado glorioso da modernidade, mas somente uma nova etapa evolutiva que passará por toda a barbárie, por impérios e conquistas, até novamente chegar ao nível de sofisticação cultural e civilizacional presente no período anterior à peste.

Assim, as identidades individuais foram transformadas – o professor Smith virou Granser, seus netos nascidos no mundo pós-apocalíptico possuem costumes “primitivos”, o chofer Bill se tornou um líder tribal, e a primeira-dama, Vesta Van Warden, uma esposa subserviente e auxiliar de cozinha. Socialmente, a própria humanidade restante também se transformou, modificando valores, governabilidade, práticas cotidianas (como a volta da caça-e-coleta, por exemplo).

A peste criada por Jack London serviu como catalisadora para essa redefinição da identidade humana, inclusive redefinindo a relação dos seres humanos com a natureza; esta última não só passou a crescer de forma mais vigorante, como também invadiu as metrópoles agora arruinadas, voltando para espaços que haviam sido utilizados pelo homem moderno. Assim como ocorrem transformações na forma como entendemos o conceito de identidade, em seu âmbito individual e coletivo, também ocorrem outras mudanças radicais no mundo pós-apocalíptico de London. Duas dessas mudanças, que analisaremos na sessão seguinte, dizem respeito a fatores primordiais da condição e formação humana: a linguagem e a educação. Vimos, anteriormente, algumas conceituações da palavra educação, entendendo que ela não é meramente a prática institucionalizada em sala de aula, mas toda atividade que envolve a ampliação do repertório cultural por parte do ser, ou seja, o saber em si, podendo ser o saber histórico, natural, científico, tradicional, entre outros. Ainda, a educação pode ocorrer numa amplitude de espaços e lugares, não sendo limitada às instituições oficiais como escolas e universidades. Assim, de que modo a educação, suas práticas e seus significados são alterados dentro do mundo pós-apocalíptico de Jack London?

Da mesma forma, a linguagem é outro fator importante; o autor californiano fez questão de demonstrar como a linguagem é um elemento que separa, em sua visão, a civilização da barbárie, uma vez que ela, assim como a identidade, também sofre modificações frente às novas condições do mundo após o fim da civilização.

4.3 LINGUAGEM, EDUCAÇÃO E O FUTURO DA HUMANIDADE

O uso da linguagem é comumente citado como um instrumento que define os seres humanos; referindo-se ao homem, a linguagem seria sua “abrupta separação do mundo do animal” (STEINER, 1988, p. 55), individualidade própria da espécie que cristalizaria sua

identidade individual e coletiva, tanto perante outras espécies animais, como perante outros seres humanos; a linguagem seria algo que “lhe é próprio e que é parte necessária de seu mundo e da sua convivência com os outros seres humanos” (ORLANDI, 2007, p. 7). Podemos considerar certa liberdade poética impingida por alguns autores quando se referem ao poder da linguagem e da fala para o gênero humano. Nas palavras de George Steiner,

Se o homem falante fez do animal seu servo ou inimigo mudo – os animais do campo e da floresta não mais compreendem nossas palavras quando gritamos por socorro –, o controle da palavra pelo homem bateu à porta dos deuses. Mais do que o fogo, a cujo poder de iluminar ou de consumir, de espalhar-se ou de contrair-se assemelha-se de forma tão estranha, a fala é o cerne das relações amotinadas do homem para com os deuses. Por meio dela, ele imita ou desafia as prerrogativas deles. (STEINER, 1988, p. 56).

A referência realizada pelo crítico literário remete à mitologia greco-romana e à poesia antiga, especialmente Homero e sua capacidade de retratar a interação entre os homens e os deuses através dos poemas *Ilíada* e *Odisseia*. No entanto, para além do referencial clássico, o autor está discutindo sobretudo o poder da linguagem na sociedade e seus usos pelos seres humanos. Historicamente, os usos da linguagem fomentaram discursos de identidade, uma vez que ela foi utilizada para demarcar fronteiras socioculturais entre diferentes povos. Nesse sentido, desde as primeiras utilizações do conceito de “bárbaro” pelos gregos às práticas imperialistas dos séculos XIX e XX⁵⁷, a linguagem é um fator determinante para refletir relações de poder existentes.

Aproximando-nos mais do período de escrita da novela de London, as diversas sociedades com modos de vidas tradicionais que viviam na África, Ásia e América, a exemplo dos povos indígenas brasileiros e norte-americanos, foram os principais alvos das visões etnocêntricas do mundo ocidental. Compreendemos o etnocentrismo como visões de mundo no qual indivíduos ou grupos julgam e atribuem valor “à cultura do outro a partir de sua própria cultura. Tal situação dá margem a vários equívocos, preconceitos e hierarquias, que levam o indivíduo a considerar a sua cultura a melhor ou superior” (SILVA; SILVA, 2009, p. 127). Nessa visão, pelo ponto de vista do homem ocidental, por exemplo, o indígena, por seus costumes e mesmo sua linguagem diferente, seria visto como “um antropófago preguiçoso, sem fé, sem rei, sem lei, e exatamente por isso devia mudar seu comportamento e adotar o trabalho, a religiosidade e o sistema político vigentes na cultura do colonizador” (2009, p. 128). Sobre tudo, o pensamento etnocêntrico é também um demarcador de identidades individuais e coletivas; de

⁵⁷ Na concepção greco-romana, um bárbaro seria um não-falante do idioma dominante, um estrangeiro cujo entendimento seria dificultoso por sua inabilidade de adaptar-se aos costumes padrões.

modo mais específico, a linguagem e suas diferenças é uma das formas de expressão desse sentimento discriminatório, no qual a língua do outro seria grosseira e primitiva, em contraste com a linguagem do colonizador ou do povo civilizado, possuidor de boas maneiras, belas artes, linguagem refinada e literatura.

Na discussão elencada na obra, os usos e as modificações sofridas na linguagem com a passagem da civilização à barbárie é um elemento que muito preocupa o narrador, Granser, na medida em que o personagem, imbuído das visões presentes no mundo Ocidental durante o século XIX e início do século XX (período de escrita da obra), percebe não somente nos comportamentos, mas nas mudanças da linguagem cotidiana, os fatores que gradualmente fazem a humanidade restante regredir para um estado de barbárie e selvageria.

Sendo um exímio narrador, com toda a carga de sua profissão de professor no mundo antes do fim, não é raro Granser se ver interrompido pelos meninos durante suas falas, muitas vezes em decorrência da incompreensão destes em relação aos termos e às palavras utilizadas pelo ancião. “Por que você fala tanta coisa sem sentido?” (LONDON, 2019, p. 14), o jovem Edwin o interrompe, quando Granser começa a explicar sobre o consumo de caranguejos e chama o crustáceo de “iguaria saborosa”, um conceito incompreensível para seus netos, cuja única relação com a comida é baseada na subsistência. Na verdade, conforme a narrativa coloca,

O menino não disse essas exatas palavras, mas algo remotamente semelhante; foram frases mais guturais, explosivas e com poucos qualificativos. Seu discurso mostrava pouca semelhança ao do velho, e a fala desse último se aproximava a um inglês que passara por um banho corrosivo. (LONDON, 2019, p. 14).

De fato, tal passagem, por curta que seja, é uma das primeiras a indicar ao leitor que, junto com a identidade, a linguagem sofreu alterações após o fim da civilização. Na visão de Granser, a linguagem decaiu proporcionalmente à própria decadência da humanidade e seu mergulho no estado de natureza; percebemos, assim, como o autor utiliza a linguagem como uma importante barreira a separar o civilizado do bárbaro. Apesar de toda sua debilitação pela idade e posição, o velho Granser é o único a guardar alguns resquícios de civilidade e fragmentos da cultura do mundo anterior, em comparação com seus netos já nascidos nas circunstâncias pós-apocalípticas.

No ponto de vista das crianças, os discursos de Granser são vistos como um falatório inútil, cheio de repertórios linguísticos complexos e, portanto, incompreensíveis para uma mente ainda na infância – não só física, mas na infância do desenvolvimento cultural.

O velho seguia tagarelando, ignorado pelos meninos, que já estavam bem acostumados ao seu falatório e àquele vocabulário, além de desconhecerem boa parte das palavras que ele usava. Era notável que, nesses monólogos desconexos, o seu inglês parecesse reavivar em melhor elaboração e fraseologia. Mas, quando ele falava diretamente com os meninos, o idioma decaía vastamente, fundindo-se aos vocábulos mais simples e rudes usados por eles. (LONDON, 2019, p. 18).

Neste ponto, as sutis mudanças na fala de Granser, quando seu idioma se funde aos vocábulos mais rudes utilizados pelos meninos, é mais um elemento que molda sua identidade individual, a linguagem sendo, para o autor, um claro delimitador dos níveis de civilidade e cultura de um indivíduo ou comunidade. A decadência do idioma do narrador é entendido como um símbolo desta decadência cultural coletiva pela qual a humanidade sobrevivente passa após a peste destruir a civilização e suas façanhas. No contexto pós-apocalíptico no qual a humanidade adentrou, a linguagem torna-se um marcador distintivo importante entre o passado (a modernidade) e o novo (o mundo renascido em sociedades tradicionais e primitivas).

Assim, de um professor de literatura com uma riqueza linguística e cultural intrínseca, para um velho andarilho contador de histórias, vestido com pele de animais, as mudanças pela qual o personagem Granser passa é um microcosmo das mudanças sociais mais gerais. A linguagem na narrativa de London, ainda que vistoriada em breves passagens somente, é um elemento simbólico crucial na representação da condição (e formação) humana no mundo pós-apocalíptico do autor. Percebemos como, na visão de London, os atributos que em outros pequenos contos e fragmentos o autor utiliza para tecer uma visão negativa sobre os povos indígenas americanos, em *A Morte Escarlata* são redirecionados para o homem branco, porém no momento em que este decai para um estado selvagem. Ainda sobre as novas configurações da linguagem no mundo pós-apocalíptico, a narrativa nos mostra sinais desta “decadência” observada na fala dos meninos e do próprio Granser:

Eles falavam em monossílabos e frases curtas e convulsivas, que mais pareciam uma fala inarticulada que um idioma. Ainda assim, em meio a ela, havia vislumbres de construção gramatical e surgiam vestígios de conjugação de alguma cultura superior. Até o discurso de Granser estava tão corrompido que, se fosse literalmente escrito, quase não faria sentido ao leitor. Isso, no entanto, era quando ele falava com os meninos. (LONDON, 2019, p. 22).

Até então, vimos como a identidade – individual ou coletiva – sofre significativas mudanças dentro do cenário pós-apocalíptico de Jack London, e tal mudança também passa por ramificações em vários outros elementos que constituem a formação humana, como a questão da linguagem e do idioma. Trataremos agora sobre outro conceito atrelado à formação humana, que também parece ser caro ao autor, uma vez que seu próprio personagem em *A Morte*

Escarlate fora um civilizado professor universitário no passado. Trata-se do conceito de educação, a forma como ele é trabalhado e como ele aparece na narrativa de Jack London.

Torna-se pertinente explorarmos como a noção de “educação” aparece na novela, pois o autor, de fato, a explorou, a começar pela escolha em tornar o personagem principal um professor de literatura com uma especial predileção pela narrativa sobre os fatos passados. No início da narrativa sobre a chegada da peste, ocorrida há mais de 60 anos, Hare-Lip, uma das crianças que acompanha Granser, questiona o velho narrador sobre a forma como ele chama a peste, “escarlate”. É preciso a Granser, pois, explicar que se trata de um tom de vermelho; Hare-Lip o retruca, dizendo que seu pai, filho de Bill (o primeiro líder dos Chofer), chamava pura e simplesmente de “morte vermelha”. A breve conversa dá gancho para o assunto relacionado à educação surgir na narrativa:

- Seu pai é um sujeito comum, descendente de um sujeito comum – Granser respondeu, inflamado. – Eu não sei do começo dos Chofer? Seu avô era chofer, um serviçal e sem educação. Ele trabalhava para outras pessoas. Mas sua avó era de boa linhagem, só que os filhos não puxaram a ela. E eu não me lembro de quando os conheci, pescando no lago Temescal?
- O que é *educação*? – perguntou Edwin.
- Chamar vermelho de escarlate – zombou Hare-Lip, depois voltou a atacar Granser. – Meu pai falou e ele soube do pai dele, antes de bater as botas, que sua esposa era de Santa Rosa e ela certamente não era nada importante. Ele disse que sua esposa era *entregadora de pratos*, antes da Morte Escarlate, se bem que eu não sei o que é *entregadora de pratos*. (LONDON, 2019, p. 20, grifo do autor).

As considerações de Granser e a resposta provocativa de Hare-Lip nos trazem os primeiros indícios de como a educação é percebida no mundo pós-apocalíptico da novela. Sendo um personagem que, no mundo de outrora, fizera parte das camadas elitistas e mais abastadas da população, Granser trata com desdém os ditos “sujeitos comuns”, membros da sociedade que não tiveram acesso às oportunidades educacionais e, portanto, não tiveram ascensão social nenhum. Porém, é certo que trata-se de outro tempo, uma vez que, no presente de Granser e os jovens, os sujeitos comuns são os novos líderes, que governam os clãs com mão-de-ferro. Discussões envolvendo o papel de determinadas profissões, que em maior ou menor grau exigem um nível sofisticado de escolaridade (como cientistas), são comuns ao longo das reflexões que Granser compartilha com os meninos.

Quando lamenta sobre a perda de conhecimentos científicos em detrimento de conhecimentos do cotidiano e manuais – muito mais necessários para a sobrevivência a curto prazo –, Granser novamente relata o caso de Bill, o primeiro Chofer, e se lastima pelo fato de que grandes homens da ciência não sobreviveram à doença, sujeitos que em sua visão seriam capazes de manter vivo o conhecimento adquirido pela humanidade:

Lamentavelmente, nós caímos bem fundo. Se ao menos um físico ou um químico tivesse sobrevivido! Mas não era para ser e nós nos esquecemos de tudo. Chofer começou a trabalhar com ferro. Ele fez uma forja que até hoje nós utilizamos. Mas ele era um homem preguiçoso e, quando morreu, levou com ele tudo que sabia sobre os metais e o maquinário. O que eu poderia saber sobre essas coisas? Eu era um estudioso clássico, não um químico. Os outros homens que sobreviveram não tinham estudo. Chofer só realizou duas coisas, a fermentação de bebida forte e o cultivo de tabaco. Foi quando estava bêbado, uma vez, que ele matou Vesta. Creio firmemente que ele tenha matado Vesta numa cruel crise de bebedeira, embora sempre tenha sustentado que ela havia caído no lago e se afogado. (LONDON, 2019, p. 91).

Granser percebe, assim, que a educação, formadora de pessoas, é um elemento essencial para o desenvolvimento da sociedade, daí lamentar sua perda no mundo pós-apocalíptico em que se viu inserido. Por outro lado, o personagem pouco percebe, na verdade, que novas concepções da palavra educação estão também surgindo, baseada no contato mais próximo com a natureza e com a preferência de conhecimentos manuais, como a caça, frente ao conhecimento científico. Com efeito, Granser trata com tristeza o que entende como a volta de um pensamento mítico sobre a realidade, quando percebe que os jovens que o acompanham interpretam a realidade com atributos por nós denominados “mágicos” ou “sobrenaturais”.

A identidade de “professor” do narrador, é certo, não é de todo perdida, uma vez que ao longo de toda a novela Granser aparece ensinando aos jovens que o acompanham termos e práticas que eram usuais do mundo civilizado, mas que foram perdidas com o retorno ao estado selvagem da humanidade. A começar por suas tentativas de transmitir aos jovens uma mera noção do que significava uma “universidade” nos tempos da civilização. A chamada Universidade da Califórnia, no tempo da novela, se resume a algumas casas antigas de pedra sem utilização, porém em determinado ponto o narrador tenta explicar aos meninos o que aquilo significou no passado:

- Lembra-se de quando seu pai o ensinou a nadar? – O menino assentiu. – Bem, na Universidade da Califórnia (esse é o nome que dávamos ao prédio), nós ensinávamos os jovens, rapazes e moças, a pensar, da mesma forma que os ensinei agora, com areia, pedrinhas e cascas, a saberem quantas pessoas viviam naquela época. Os jovens que nós ensinávamos se chamavam alunos. Nós tínhamos salas grandes, onde lecionávamos. Eu falava com eles, quarenta ou cinquenta deles de uma só vez, da mesma maneira que agora estou falando com vocês. Eu lhes falava sobre os livros que outros homens haviam escrito, antes da época deles, e às vezes até na mesma época que eles... (LONDON, 2019, p. 28-29).

Como um centro do saber, uma instituição oficial dedicada a transmitir o conhecimento e a tradição, a universidade da novela se resumir a um monte de casas de pedra em ruínas é uma simbologia forte sobre a queda da civilização moderna e seus valores, incluindo principalmente

a educação moderna. O narrador associa o conceito a um centro material – a Universidade da Califórnia –, e lamenta, em outras passagens, o gradual retorno do pensamento mítico e supersticioso, que a ciência moderna esforçou-se para combater. Suas reflexões sobre esse retorno do pensamento sobrenatural como principal meio para compreender a realidade é mais evidente quando fala de um personagem que não está presente na narrativa, mas é citado: trata-se do jovem Vesgo, que se tornara um “doutor” (espécie de curandeiro), e julga utilizar um objeto mágico chamado Clava da Morte, supostamente um item com poderes sobrenaturais enviado para as pessoas quando alguém as deseja a morte, reverenciado por muitos integrantes das tribos de São Francisco.

Na fala de Granser,

Vejam o jovem Vesgo, bancando o doutor, vendendo amuletos para doenças, para prover boa caça, trocando promessas de clima bom por carne e peles, enviando a clava da morte, encenando mil aberrações. No entanto, eu alerto; ao dizer que pode fazer essas coisas, ele mente. Eu, professor Smith, professor James Howard Smith, digo que ele mente. Eu já disse isso na cara dele. Por que ele não me enviou a clava da morte? Porque sabe que comigo não adianta. Mas você, Hare-Lip, de tão mergulhado que está na superstição trevosa, se despertasse esta noite e encontrasse a clava da morte ao seu lado, você certamente morreria. E você morreria não pelos poderes da clava, mas porque você é um selvagem com a mente sombria e enevoada de um selvagem. (LONDON, 2019, p. 92).

Nesse sermão dirigido aos jovens, Granser mobiliza sua identidade de outrora – o professor James Howard Smith –, pois se coloca como um homem da ciência, o único a enfrentar a superstição que está tomando conta da atmosfera mental dos clãs. O conflito entre racionalidade e superstição fica bem evidenciado; a sociedade pós-apocalíptica de Jack London, assim, sucumbe ao sobrenatural, ao medo e à ignorância, pois deixa de lado qualquer mínima condição para se desenvolver um pensamento científico e racional, próprio da modernidade. Contra tal obscurantismo, dominado pela “mente sombria e enevoada” dos selvagens nascidos depois do fim, Granser ainda tenta discursar sobre conhecimentos científicos que podem ser adquiridos no cotidiano dos jovens, embora sem grandes esperanças de que a modernidade possa renascer, ao menos não em milênios, embora “tudo que foi perdido tem de ser descoberto outra vez” (LONDON, 2019, p. 92).

[...] honestamente, eu repito certas coisas das quais vocês precisam se lembrar e dizer aos seus filhos. Vocês têm que dizer a eles que, quando a água é aquecida pelo fogo, ali reside algo maravilhoso chamado vapor, que é mais forte que mil homens e pode fazer todo o trabalho por eles. Há outras coisas muito úteis. No raio, reside outro servente igualmente forte do homem, que há muito foi seu escravo e que, algum dia, voltará a ser. (LONDON, 2019, p. 92).

Entendendo a história como cíclica, Granser fala sobre como, futuramente, uma nova revolução industrial poderia ser novamente encaminhada pela civilização futura. O domínio de elementos da natureza é uma característica da ciência moderna e suas ambições; o protagonista não tem ilusões de que não será o responsável pela retomada desses conhecimentos, mas entende que eles virão em seu próprio tempo e repetirão a sangrenta “escalada rumo à civilização” pela qual a humanidade passará novamente. Uma ilustração evidente, nesse sentido, é sobre a pólvora, uma descoberta que será mortal quando a humanidade, outra vez, reinventar as armas de fogo.

“É o que nos permite matar de forma certa, a longas distâncias”, ele explica aos jovens, acostumados que são em utilizar lanças, arcos e flechas para a caça. “Certas coisas que são encontradas no solo, quando misturadas nas proporções certas, resultarão em pólvora. Eu me esqueci que coisas são, ou talvez nunca tenha sabido. Mas eu gostaria de saber.” (LONDON, 2019, p. 93). Ao declarar tais palavras, Granser ainda destaca que usaria esse conhecimento para matar Vesgo, um dos personagens responsáveis pela volta da superstição no mundo pós-apocalíptico. De qualquer forma, ele entende que a (re)descoberta da pólvora será só mais uma de várias outras etapas que os humanos passarão, caso a civilização volte a prosperar nos milênios seguintes. Suas perspectivas para o futuro, nesse sentido, são sombrias:

- A pólvora virá. Nada há como evitar. A mesma velha história, repetidamente. Os homens vão aumentar, os homens vão brigar. A pólvora vai permitir que os homens matem milhões de outros homens e, somente assim, pelo fogo e pelo sangue, uma nova civilização, em algum dia remoto, será evoluída. E qual o proveito? Da mesma forma que a velha civilização passou, a nova passará. Pode levar cinquenta mil anos para construir, mas vai passar. Todas as coisas passam. Só permanecem a força cósmica e a matéria, eternamente em fluxo, eternamente agindo e reagindo, e formando os tipos eternos: o padre, o soldado, o rei. [...] Alguns irão lutar, outros irão governar, alguns irão rezar; e todo o restante irá labutar e sofrer amargamente, enquanto suas carcaças ensanguentadas são novamente criadas, repetidamente, sem fim, na incrível beleza e espanto do estado civilizado. Mesmo que eu destruísse aqueles livros guardados na caverna, independentemente de ficarem ou perecerem, todas as antigas verdades que eles contêm serão descobertas, suas velhas mentiras vividas e repassadas. (LONDON, 2019, p. 94).

Por fim, Granser também está trabalhando sobre o conceito de educação quando fala sobre um tema primordial na história da humanidade e sua escalada rumo à civilização: o alfabeto e a escrita. Nessa sociedade pós-apocalíptica, Granser foi o único sobrevivente a ter guardado livros do mundo anterior à peste, mantendo-os protegidos numa caverna como um último guardião do conhecimento perdido.

O alfabeto e a utilização da escrita são, de fato, ferramentas fundamentais para a preservação do conhecimento. A sociedade pós-apocalíptica da novela, nesse sentido, sofre de

uma espécie de amnésia e esquecimento intencional em relação a todo o conhecimento do mundo anterior, daí permitirem a difusão da superstição, do sobrenatural, da hierarquia baseada na força física e na violência, e não em leis e ordens com base em conceitos iluministas. Ora, é sobre isso que Granser continuamente reflete próximo ao encerramento da novela. Ficamos sabendo que, quando de sua fuga da peste e no decorrer dos anos, o narrador conseguiu salvar uma boa quantidade de livros e guardá-los como um tesouro, porém a completa ausência de uma base educacional “tradicional”, baseada na alfabetização e no letramento, torna o acesso e a compreensão deles inviáveis. Assim, tudo o que conecta essa sociedade pós-apocalíptica ao passado e seus conhecimentos está nas memórias de Granser e nas páginas dos livros que ele pôde guardar; a primeira irá desaparecer quando, provavelmente em um futuro não muito distante, o personagem falecer, já o letramento e a capacidade de decifrar as palavras poderão voltar, no futuro distante. Isso, ao menos, é o que Granser coloca, perto do fim de sua conversa com os jovens:

Algo bem diferente é o alfabeto. É ele que me permite saber o significado dos grandes feitos, enquanto vocês, meninos, sabem apenas a escrita rudimentar por desenhos. Naquela caverna seca, na colina Telegraph, onde vocês frequentemente me veem quando a tribo está junto ao mar, eu guardei muitos livros. Neles há grande sabedoria. Também com eles, eu coloquei a chave do alfabeto, para que aquele que saiba escrever com desenhos saiba também os códigos. Algum dia, os homens voltarão a ler; então, se nenhum acidente ocorrer em minha caverna, eles saberão que o professor James Howard Smith, um dia, viveu e guardou-lhes o conhecimento dos antigos. (LONDON, 2019, p. 92-93).

A morte escarlate criada por Jack London traz o definitivo reinício na civilização como a conhecemos. Conforme visto, em contextos e circunstâncias limítrofes entre cultura – o mundo “humano” formado por sociedades, leis, cidades, modos de vida, tradições – e natureza – o mundo culturalmente construído como aquele que seria o “oposto” da civilização, lar das florestas, do selvagem, dos animais, do primitivo –, os critérios e conceitos vinculados à ideia de formação humana não desaparecem, mas sofrem transformações para uma devida adaptação aos novos modos de vida impostos pelo mundo pós-apocalíptico, onde as fronteiras entre cultura e natureza já não são tão rígidas, mas tênues e quebradiças. Nesse mundo, testemunhamos o homem “moderno” voltar a práticas e hábitos considerados “primitivos”, próprios de povos e sociedades que estariam à margem da evolução, como os povos indígenas americanos, os polinésios, os africanos, entre outros. De um outrora cultuado acadêmico, que prezava pela civilização e pela literatura, o protagonista de London torna-se um velho homem que acompanha os meninos selvagens - “bárbaros trajados de peles, [que] viraram rumo à trilha que levava à floresta, seguindo o caminho no rastro das cabras” (LONDON, 2019, p. 95).

Foi quase 40 anos após a publicação da novela de Jack London que outro autor, também baseado na Califórnia, escreveu uma ficção em que visualizou um experimento pós-apocalíptico no qual a humanidade, subitamente, se torna uma espécie extinta do planeta pela consequência de um vírus mortal; o autor preocupou-se principalmente nas consequências a curto e longo prazo que esse evento inédito teria para a Terra. George R. Stewart (1895-1980), com a obra *Só a Terra Permanece* (*Earth Abides*), publicada em 1949, pôde criar uma ficção em que a humanidade, em pequena escala, tem a chance de recomeçar a civilização, em outros modos de vida que não a modernidade. A tradução da obra no Brasil surgiu pela Editora GRD na década de 1990. No entanto, é válido lembrar que, em 1951, esse romance escrito por um professor de literatura inglesa venceu prêmios como o International Fantasy Award, uma competição literária que existiu nos Estados Unidos nos anos 1950 e contou, entre seus ganhadores de anos póstumos, com nomes como J.R.R. Tolkien e Arthur C. Clarke.

Só a Terra Permanece é, sobretudo, uma espécie de extrapolação das ideias já contidas na obra de Jack London, agora refinadas por um autor que, durante boa parte de sua vida adulta, de fato lecionou literatura na Universidade da Califórnia em Berkeley (similar à Granser antes da peste escarlate, na ficção de London). George Rippey Stewart não só pareceu ter referenciado Jack London em sua obra, ao trazer um protagonista levemente similar, de fundo acadêmico, para testemunhar o declínio da civilização e suas consequências póstumas, como deu um passo adiante na questão de explorar o mundo natural sem a presença humana. O contexto, claro, já havia sido explorado na novela de London, porém Stewart pareceu suscitá-lo ainda mais, tornando a relação entre cultura e natureza um aspecto muito mais central em sua narrativa. É o único livro do autor considerado uma “ficção científica”, embora sua abordagem seja muito mais realista e, como London, Stewart não trabalha conceitos futurísticos ou tecnologias ainda inexistentes, mas baseia-se unicamente na existente durante o período de escrita da obra, no final dos anos 1940.

5 EXPERIÊNCIAS E EDUCAÇÃO NO NOVO MUNDO DE GEORGE R. STEWART

Na carreira do escritor e professor de literatura George Rippey Stewart, nascido em Sewickley, Pensilvânia, em 1895, e falecido na Califórnia em 1980, encontramos, ainda antes de sua ficção mais famosa que será abordada nessa sessão, outras obras que já tratavam precocemente do tema relacionado à natureza e a relação dela com o ser humano. Na obra *Storm*, de 1941, Stewart tornou um elemento da natureza como a própria protagonista do romance: uma tempestade extratropical apelidada de Maria, nascida no Oceano Pacífico e que, em questão de poucos dias, se aproxima da Costa Oeste dos Estados Unidos. Nesse romance, o autor se preocupou em demonstrar como o evento climático afetou a vida dos personagens humanos presentes na narrativa. Os capítulos da obra são divididos pelos dias em que a tempestade dura, se desenvolve e termina, desde sua formação no Pacífico, seu ataque às montanhas californianas e seu declínio na região central dos Estados Unidos⁵⁸. De fato, incluída em pequenos capítulos menores que tratam do cotidiano de um meteorologista que descobre e nomeia a tempestade, a maior parte dos capítulos de *Storm* centra-se em descrever fenômenos naturais e atmosféricos no Pacífico que dão origem à tempestade, demonstrando a ênfase dada num elemento não-humano em detrimento do humano (STEWART, 1941).

A obra, além de ser uma incursão precoce na ficção do autor que trata elementos naturais e seus impactos na humanidade (como veremos ocorrer em larga escala na obra *Só a Terra Permanece*), também é “frequentemente citada como inspiração para os meteorologistas da Marinha dos EUA ao atribuir nomes femininos às tempestades tropicais do Pacífico durante a Segunda Guerra Mundial em memória de seus entes queridos em casa”⁵⁹. Com efeito, ela é considerada a obra-chave na própria tradição contemporânea de nomear furacões e ciclones com nomes femininos, graças a essa personagem não-humana criada por Stewart, “Maria”. Para além dessa obra, o romancista também já se aventurou pelos meandros da ficção histórica, sempre considerando o papel de elementos não-humanos – animais, clima, geografia – como centrais em sua narrativa. Isso aparece particularmente bem em *Ordeal by Hunger*, escrita em 1936, no qual o autor explora um evento histórico norte-americano e sua relação com as questões ambientais e geográficas.

Ordeal by Hunger se dedica a explorar, de forma romanceada, a história da caravana Donner, grupo de colonos americanos que, do Centro-Oeste, migraram para a Califórnia em

⁵⁸ Informações coletadas em HEIDORN, Keith C. George Stewart's *Storm*: Remembering a classic. **The Weather Doctor**, 2006. Disponível em: <http://www.heidorn.info/keith/weather/arts/storm.htm>. Acesso em 10 de abr. 2024.

⁵⁹ Idem, ibidem.

1846⁶⁰. Embora o protagonismo aqui seja centrado na caravana – o elemento humano, portanto –, a versão da história conforme contada por Stewart não deixa de trazer referências sobre como os elementos naturais – a cadeia de montanhas, a nevasca, os grandes lagos, os desertos – formam as principais condições adversas ao sucesso da empreitada levada a cabo pelos pioneiros do Oeste. O prefácio da obra já traz um exemplo precoce de tal condição, ao descrever as planícies e os aspectos geográficos que fizeram parte da rota traçada pela caravana Donner em 1846:

Para observar a cena desta história, o leitor deve, por um momento, imaginar-se retrocedendo muitos anos no tempo e no espaço, algumas centenas de quilômetros acima de um local próximo ao centro do estado de Nevada. Posicionado ali em um ponto de observação, voltado para o norte e abençoado com uma visão mais do que humana, ele vê abaixo dele o extremo oeste dos Estados Unidos da América. Só que ainda não faz parte dos Estados Unidos. Sobre ela o México ainda reivindica a soberania nominal, logo encerrada pelo processo de guerra já iniciado; na verdade, é a terra das tribos indígenas e o refúgio de alguns caçadores brancos. O ano é 1846; o mês, julho. (STEWART, 1936, p. 19, tradução nossa)⁶¹.

Para além da obra que nos dedicaremos neste capítulo, George R. Stewart ainda possui outra menção honrosa no campo da ficção que envolve a relação entre seres humanos e o mundo natural. Trata-se de *Fire*, publicada em 1948, uma espécie de sequência natural de *Storm*, publicada um ano antes da ficção *Só a Terra Permanece*. Nesta obra, no lugar de uma tempestade, o elemento não-humano destacado na narrativa é um incêndio florestal californiano, de modo que cada capítulo constitui-se em um dia de vida do incêndio, seu início, desenvolvimento e final, bem como as consequências dele na vida dos humanos.

Fire introduz em seus primeiros parágrafos este elemento-não humano representado por uma nuvem de tempestade carregada de eletricidade, que lentamente se aproxima para descarregar relâmpagos e que eventualmente provocarão incêndios florestais. Nas frases iniciais, Stewart faz o leitor imaginar-se na perspectiva de uma tempestade em formação:

⁶⁰ Na história da caravana Donner, um grupo de aproximadamente 90 pioneiros, seguindo um atalho para a Califórnia, acabaram sendo capturados por uma nevasca na região de Sierra Nevada, vendo-se presos nas montanhas por meses, sem suprimentos, enfrentando doenças e fome. Relatos trazem que o grupo recorreu mesmo ao canibalismo, e menos da metade dos membros originais sobreviveu.

⁶¹ “To observe the scene of this story the reader must for a moment imagine himself taken backward many years in time and raised in space some hundreds of miles above a spot near the centre of the state of Nevada. Poised there at an aerie point of vantage, facing toward the north and blessed with more than human eyesight, he sees laid out beneath him the far west of the United States of America. Only it is not yet part of the United States. Over it Mexico still claims a nominal sovereignty, soon to be ended by process of the war already begun ; actually it is the land of Indian tribes and the haunt of a few white trappers. The year is 1846; the month, July.” (STEWART, 1936, p. 19)

De repente, iluminada por relâmpagos, a nuvem de tempestade acumulada foi para o norte, através do topo das montanhas. Com despreocupação celestial, os relâmpagos explosivos caíram aqui ou ali – para quebrar um abeto em Donner Peak, derrubar um poste telegráfico em Blue Canyon, brincar em volta de um tanque de água em Emigrant Gap e deixar uma criança histérica, brilhar contra o granito em Cisco Butte, dividir um carvalho em um prado sem nome e matar o cervo que está embaixo dele. (STEWART, 1948a, p. 3, tradução nossa)⁶².

Em *Fire*, desse modo, Stewart explorou as consequências de um incêndio florestal tornando esse evento o protagonista, mantendo os personagens humanos como coadjuvantes. Em *Só a Terra Permanece*, de 1949, veremos como essa prática continuou a ser implementada na narrativa de Stewart, porém em escalas maiores e com maior protagonismo humano, uma vez que se trata de sua única ficção pós-apocalíptica. Na obra que analisaremos neste capítulo, Stewart faz um verdadeiro experimento ao imaginar a Terra sem a civilização humana como poder dominante; importante lembrar, assim, que temas envolvendo as etapas e o desenvolvimento histórico da civilização também foram importantes para ele ainda antes da escrita de *Só a Terra Permanece*, chegando a trabalhá-los em alguns de seus livros de não-ficção, como é o caso de *Man: An Autobiography*, cuja primeira edição data de 1946.

Nesse livro, Stewart concentrou-se em escrever uma espécie de história da humanidade em primeira pessoa, das origens do mamífero humano ao seu desenvolvimento em cidades, civilizações, leis, escrita, além da relação histórica estabelecida entre ele e a natureza. A perspectiva escolhida é a do próprio homem, que se refere a si mesmo na primeira pessoa como o representante de toda uma espécie. Ainda, a obra destaca-se por enfatizar uma discussão que novamente seria elencada quando da composição de *Só a Terra Permanece*: o papel do indivíduo e das ações individuais como força motriz da história. Além disso, o papel da civilização, seu desenvolvimento e hipotético eventual fim – tema central do romance que nos dedicaremos – também é brevemente explorado nos trechos finais de *Man: An Autobiography*, quando o narrador fala prováveis profecias e perspectivas para o futuro. Tais visões, em certos pontos, podem nos prover a perspectiva do próprio Stewart concernente ao seu pensamento em relação ao “fim do ser humano” e da civilização como a conhecemos.

Em *Man: An Autobiography*, próximo dos trechos finais, o ser humano narrador nos fala sobre suas “profecias” em relação ao futuro da civilização. Em específico, o personagem dessa obra não parece realmente crédulo de que o ser humano encontrará o fim de sua espécie

⁶² “Suddenly ablaze with lightnings, the piled-up thundercloud swept northward across the tops of the mountains. With celestial unconcern the blasting strokes fell here or there - to splinter a snag-top fir on Donner Peak, bring down a telegraph-pole at Blue Canyon, play round a water-tank at Emigrant Gap and send a child into hysterics, flash ineffectively against bare granite on Cisco Butte, split an oak-tree by a nameless meadow and kill the buck standing beneath.” (STEWART, 1948a, p. 3).

tão cedo, mesmo considerando as consequências ainda muito recentes e nefastas da Segunda Guerra Mundial. Nas reflexões postas no livro, que parecem mesmo antever os temores que fariam parte do cotidiano ocidental durante a Guerra Fria e a corrida armamentista, lemos:

Vamos [...] imaginar a pior guerra possível - o mundo dividido em duas forças hostis, bem equipadas, e se destruindo mutuamente com bombas atômicas. Mesmo assim, para destruir o Homem, as bombas teriam que ser direcionadas a todas as pequenas aldeias nas grandes florestas, a cada oásis do deserto e atol oceânico, a cada vilarejo esquimó ao longo da borda do gelo polar. Acho que todos os indivíduos capazes de fabricar e lançar bombas atômicas seriam destruídos primeiro, e a destruição em massa cessaria necessariamente, deixando muitos desses assentamentos periféricos ainda ilesos. Só posso supor minha aniquilação pela guerra imaginando algum novo Calígula, conscientemente desejoso de acabar com toda a raça. (STEWART, 1948b, p. 243, tradução nossa)⁶³.

O Homem, protagonista e narrador, não parece convicto de que a civilização será destruída no futuro, embora entenda-a num conceito mais amplo do que sociedades específicas (como os romanos, os gregos, os sumérios, entre outros, esses sim reconhecidos no livro como sociedades que eventualmente encontram seu fim). Para o narrador, se “considerarmos a civilização como o conjunto de coisas tais como a agricultura, o trabalho com metais e as tradições sociais – então a civilização nunca pereceu, e na verdade nenhuma parte importante dela aparentemente jamais se perdeu” (STEWART, 1948b, p. 244, tradução nossa)⁶⁴. É importante notarmos como, nessa obra em específico, o conceito de civilização trabalhado por Stewart transcende os exemplos históricos dos grandes impérios e das sociedades organizadas, sendo definido como o conjunto de práticas e conhecimentos acumulados ao longo do tempo, como a capacidade de trabalhar a agricultura, a criação de instrumentos, a arte, as tradições, entre outros elementos presentes em diferentes culturas.

A civilização, nesse sentido, sobreviveria, na medida em que é conceituada como práticas, tradições e conhecimentos passados de geração em geração, e não necessariamente pelo esplendor de impérios e cidades exuberantes e magníficas, que marcaram diversas culturas do passado e que, com o tempo, transformaram-se em ruínas. Qual cenário teríamos, no entanto,

⁶³ “Let us [...] imagine the worst war as yet possible - the world divided into two hostile forces, well matched, and hammering each other to pieces with atomic bombs. Even so, to destroy Man, bombs would have to be directed at all tiny hamlets in the great forests, at every desert oasis and oceanic atoll, at every Eskimo village along the edge of the polar ice. I think that all the individuals capable of making and launching atomic bombs would be destroyed first, and that wholesale destruction would then necessarily cease, leaving many of these outlying settlements still unharmed. I can assume my annihilation through war only by imagining some new Caligula, consciously desiring of ending the whole world.” (STEWART, 1948b, p. 243).

⁶⁴ “But if we consider civilization to be the mass of such things as agriculture, metal-working, and social-traditions - then civilization has never perished, and in fact no important part of it has ever apparently been lost.” (STEWART, 1948b, p. 244).

caso não sobrassem repertórios ou fundamentos para que esses mesmos conhecimentos, que caracterizariam a civilização e a sociedade humana, pudessem ser repassados às novas gerações?

Tal é a premissa de *Só a Terra Permanece*⁶⁵, considerada a única ficção científica de George R. Stewart, publicada em 1949, sendo uma obra extremamente realista e, definitivamente, “experimental”, uma vez que ela trabalha com curiosidades primordiais do próprio autor: imaginar um mundo em que a civilização, suas práticas, valores e tradições, deixassem de existir, mas a humanidade, em pequena escala, continuasse. Para montar esse cenário pós-apocalíptico, Stewart não destruiu o mundo por meio de bombas atômicas⁶⁶, mas sim com a capacidade mortal e altamente contagiosa de pequenos microrganismos: os vírus. Por meio de um vírus desconhecido e mortal, a civilização é destruída, a doença dizimando os Estados Unidos e implicitamente o resto do mundo. O romance de Stewart possui alguns paralelos com ficções científicas pós-apocalípticas dos anos 1950:

Esses textos adotam o que hoje são reconhecidos como os tropos centrais do romance pós-apocalíptico: sobreviventes solitários navegam por um mundo pouco complexo em termos de estória; a sociedade se reconstrói, mas de forma diferente; ou pequenos grupos lutam para manter meios de pertencer ao mundo que já não mais existe. (BELLAMY, 2021, p. 34-35, tradução nossa)⁶⁷.

O fim do mundo, em *Só a Terra Permanece*, não vem pelos estrondos nucleares das armas atômicas, mas pela incursão de uma doença que, graças ao desenvolvimento dos meios de transporte como o avião, se alastra rapidamente. A referência a Jack London, portanto, é clara, embora Stewart utilize seu romance também para explorar a fundo como o planeta Terra, o mundo natural, os vegetais, as várias espécies animais e os diferentes ecossistemas, se sobressaíram (ou não) com a ausência do ser humano enquanto espécie dominante.

5.1 “SÓ A TERRA PERMANECE”

⁶⁵ A inspiração para o título vem do versículo bíblico presente em Eclesiastes 1:4, “Gerações nascem e gerações morrem, mas só a Terra permanece para sempre”.

⁶⁶ Essa situação, no entanto, é encontrada em romances quase contemporâneos ao de Stewart, como *Alas, Babylon* (1959), de Pat Frank, e *On The Beach* (1957), de Nevil Shute, ambos lidando com as consequências trágicas de um mundo devastado por bombas após uma guerra atômica devastar países como os Estados Unidos, no caso da obra de Frank, e a Austrália, na obra de Nevil Shute.

⁶⁷ “These texts adopt what are now recognized as the central tropes of the post-apocalyptic novel: sole survivors navigate a less complex storyworld; society rebuilds, but with a difference; or small groups struggle to maintain ways of belonging to a world that no longer exists. post-apocalyptic novel: sole survivors navigate a less complex storyworld; society rebuilds, but with a difference; or small groups struggle to maintain ways of belonging to a world that no longer exists.” (BELLAMY, 2021, p. 34-35).

Segundo considerações do próprio autor em entrevista concedida a estudantes do campus da Universidade da Califórnia em Berkeley no início dos anos 1970, boa parte dos cenários, das viagens e lugares que são retratados na obra *Só a Terra Permanece* são frutos de percursos e caminhos feitos pelo próprio Stewart ao longo das rodovias norte-americanas, poucos anos antes do lançamento do romance em 1949. Nesta obra, também conforme colocações do mesmo, uma característica marcante de sua escrita está muito bem presente: a criação de um microcosmo, isto é,

[...] tentar expressar o todo de uma forma menor. Meus livros são cuidadosamente planejados, você percebe. Eles são praticamente microcosmos em si mesmos. Você começa com algo, desenvolve para outro algo, e chega ao final. Há muito disso em *Storm* e em *Earth Abides*. (STEWART, 1972, p. 49, tradução nossa)⁶⁸.

Nesse sentido, em *Só a Terra Permanece*, um acontecimento abrupto pega seu protagonista, o estudante e geólogo Isherwood “Ish” Williams⁶⁹, de surpresa: a repentina desapareção da civilização humana, causada pelas consequências de um vírus mortal e de origem desconhecida. Após passar um tempo nas montanhas californianas, em pesquisas para sua tese de doutorado na área de ecologia referente às “relações passadas e presentes, entre homens, plantas e animais da região” (STEWART, 1990, p. 4), Ish descobre, ao retornar gradualmente à civilização, que ela já não mais existia do modo como ele a conhecia. Esse fator inicial é o ponto de partida de uma jornada solitária empreendida pelo protagonista, de costa a costa dos Estados Unidos, que lhe permite vislumbrar diversos cadáveres pelas ruas e cidades abandonadas. Nas manchetes de jornais já velhos e jogados pelas ruas desertas, Ish descobre:

Os Estados Unidos, de costa a costa, tinham sido assolados por uma doença nova e desconhecida, com incrível facilidade para alastrar-se e com uma enorme taxa de casos fatais. A estimativa para várias cidades, pouco mais do que uma adivinhação, era que o número de casos fatais já chegaram a 25 ou 35 por cento. Ele leu que não havia notícias sobre o que acontecera em Boston, Atlanta e Nova Orleans, o que indicava que os serviços de informação destas cidades já tinham deixado de funcionar. Correndo rapidamente os olhos pelo resto do jornal, teve várias impressões – uma confusão que ele mal podia colocar numa ordem lógica. Os sintomas da moléstia eram os de um super-sarampo. Ninguém sabia em que parte do globo se originara; com o

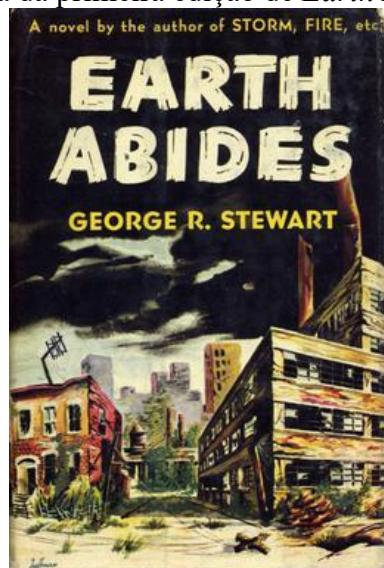
⁶⁸ “I have a great sense of what i sometimes call microcosm, that is, of trying to express the whole thing in a small way. My books are very carefully plotted, you notice. They're fairly much microcosms in themselves. You start with something, and build up to something, and go to the end. That was in *Storm* and *Earth Abides*, a lot of them.” (STEWART, 1972, p. 49).

⁶⁹ Segundo M. Keith Booker (2001), no romance, o próprio nome de Ish é uma referência a Ishi, um nativo americano conhecido na história da Califórnia por ser, nos primeiros anos do século XX, o último membro vivo de uma tribo destruída pela modernização do Estado.

auxílio dos aviões, surgira simultaneamente em quase todos os centros civilizados, inutilizando todas as tentativas de quarentena. (STEWART, 1990, p. 13).

Ao longo da narrativa, o “microcosmo” referido por Stewart acontece quando Isherwood reúne uma pequena comunidade de sobreviventes em San Lupo Drive (local fictício), São Francisco, comunidade que com o tempo é apelidada de A Tribo. Assim, no interior dessa pequena comunidade, a passagem dos anos, a nova relação estabelecida com o mundo natural e entre outros seres humanos sobreviventes dá o tom de boa parte da narrativa, demonstrando como a humanidade lida, em nível local, com as consequências do fim da civilização moderna, além das tentativas infrutíferas de reergue-la das cinzas por parte do protagonista. Na arte apresentada na capa da primeira edição (figura 2), percebemos um cenário urbano abandonado e tomado pela relva crescente, representando a própria dinâmica ecológica que se reconstrói sem interferência humana no novo mundo criado por Stewart.

Figura 2 – capa da primeira edição de *Earth Abides*, de 1949.



Fonte: página da obra na Wikipédia.⁷⁰

Assim, embora durante a primeira parte do romance o protagonista, vislumbrando uma civilização decaída, sinta “uma curiosa sensação de ser um espectador, como se estivesse assistindo ao último ato de um grande drama” (STEWART, 1990, p. 16), na segunda parte ele ajuda a estabelecer a pequena comunidade de sobreviventes, onde o eventual leitor pode acompanhar uma fração mínima da humanidade se remodelando e se reconstruindo, literalmente tendo a chance de um novo começo para popular (ou não) o planeta Terra.

⁷⁰ Disponível em: https://en.wikipedia.org/wiki/Earth_Abides. Acesso em 07 de jun. 2024.

Stewart revelou que sua principal pergunta de pesquisa para a composição de *Só a Terra Permanece* foi, basicamente, indagar o que aconteceria no planeta se a humanidade, de forma brusca, desaparecesse. Para isso, conforme relato do mesmo, profissionais de diversas áreas foram entrevistados ou se envolveram em conversas com o autor durante seus anos lecionando na Califórnia; as respostas advindas de tal pesquisa, ao fim, resultaram numa narrativa realista sobre o destino de diversos elementos – água encanada, represas, energia elétrica, entre outros – com a desapareição do homem. Relatando sobre as origens e experiências que o levaram à escrita do romance, Stewart declara o perfil dessas pessoas que pôde encontrar e entrevistar:

A maioria dessas pessoas eram muito habilidosas, mas geralmente não eram muito imaginativas. Eles sabiam o que eles sabiam, e quando você os pedia para projetar isso para o futuro, era algo muito assustador para eles. Eles nunca tinham pensado em coisas assim, você sabe: “O que aconteceria se não houvesse nenhum homem por perto?” (STEWART, 1972, p. 179, tradução nossa)⁷¹.

É visível como, em diversas passagens da ficção pós-apocalíptica de George R. Stewart, os conhecimentos adquiridos por meio das entrevistas relatadas pelo autor foram utilizados, em particular quando Stewart narra o destino de empreendimentos como usinas elétricas e geradores de energia, sem o manuseio do ser humano. Em sua entrevista, ao relembrar uma conversa com um técnico da PG&E⁷², questionado sobre a possibilidade futura de a humanidade não estar mais presente para o manuseio das centrais de eletricidade, o autor traz a perspectiva do funcionário entrevistado:

Ele deu um longo suspiro, e disse: “Bem, seria desse modo: funcionaria ainda por mais um mês. Algumas partes durariam mais”. Ele sabia disso tão bem que ele pôde contar. Então disse: “Não iria desligar tudo de uma só vez, Bang! Mas isso aconteceria em diferentes sessões, o desligamento. Cada sessão que deixasse de funcionar daria mais poder àquelas que sobrassem. Uma parte disso continuaria funcionando por um tempo, até que no final tudo fosse desativado”. (STEWART, 1972, p. 180, tradução nossa)⁷³.

⁷¹ “Most of these people were very skilled people, but they were generally not very imaginative people. They knew what they knew, and when you asked them to project this into the future, it was very startling to them. They had never thought of things like that, you know, “What would happen if there weren’t any men around?” (STEWART, 1972, p. 179).

⁷² Pacific Gas & Electric Company (PG&E) é a empresa responsável por prover gás natural e serviços de eletricidade em residências e empresas na parte norte e central da Califórnia.

⁷³ “He gave a long breath, and said, “Well, it would be about this way: it would run for about a month. Parts of it for longer”. He knew it so well he could tell. Then he said, “It wouldn’t all go out at once, Bang! It would go out in different sections, shut off. Every section that shut off would give more power to the ones that were left. Parts of it would keep going for quite a while, until at the end it would fade out.” (STEWART, 1972, p. 180).

Conforme colocado na mesma entrevista, as perspectivas sombrias para com o futuro da humanidade ainda não eram tão presentes nas discussões e visões coletivas como foram a partir dos anos 1950, após o lançamento da obra. Tal fato, é claro, foi desencadeado pelas novas ameaças nucleares decorrentes tanto do fim da Segunda Guerra Mundial e seu saldo de milhões de mortos, como pelo uso de bombas atômicas – um novo poderio bélico americano e soviético que poderia, em pouco tempo, levar a um inverno nuclear no mundo. O autor reconhece isso, inclusive justificando sua opção por destruir a civilização através de um vírus e não por meios nucleares como fizeram autores de ficção científica contemporâneos a ele:

Bem, é claro que eu tive a ideia [para o livro] muito antes da bomba atômica. E eu não quis a bomba atômica em minha história, por razões óbvias, pois ela iria simplesmente destruir tudo, os animais junto com todo o resto. E essa história não é sobre isso. (STEWART, 1972, p. 181, tradução nossa)⁷⁴.

Neste ponto elencado por Stewart, jaz o eixo principal da novela analisada nesta sessão: a relação entre seres humanos e o mundo natural, e as continuidades e rupturas do mundo “natural” *sem* a presença dos seres humanos. A obra, contudo, se difere de boa parte das outras ficções pós-apocalípticas escritas durante os anos 1950, justamente por não referenciar diretamente os medos nucleares e a ameaça da bomba atômica presente em outros autores.

[...] o trabalho de Stewart é um trabalho dos primeiros anos da Guerra Fria na sua preocupação com as possibilidades de um holocausto generalizado que exterminaria a maior parte da raça humana. Não é, contudo, um trabalho típico do período, na medida em que não atribui este holocausto às rivalidades políticas entre os americanos e os soviéticos. Na verdade, a visão de Stewart está inteiramente centrada na América do Norte, e não há qualquer menção ao resto do mundo, a não ser vagas sugestões de que a praga provavelmente também o atingiu. Neste sentido, o trabalho de Stewart é atípico da ficção da Guerra Fria, que, numa medida sem precedentes na literatura americana, tende a lidar de forma central (e por razões óbvias) com as relações entre os Estados Unidos e o resto do mundo. (BOOKER, 2001, p. 66, tradução nossa)⁷⁵.

Assim, ao invés da relação entre a nação americana e a soviética, por exemplo, Stewart explorou a relação entre o ser humano e o mundo natural; um cenário pós-apocalíptico de

⁷⁴ “Well, of course i had got the idea a long time before the atomic bomb. And i didn't want the atomic bomb in my story, for obvious reasons, because this would just blow everything up, the animals along with everything else. This isn't that story, my story.” (STEWART, 1972, p. 181).

⁷⁵ “Stewart's work is a representative work of the early-Cold War years in its concern about the possibility of a widespread holocaust that would wipe out most of the human race. It is not, however, typical of the period in that it does not attribute this holocaust to political rivalries between the Americans and the Soviets. In fact, Stewart's vision is entirely centered on North America, and there is no mention of the rest of the world at all other than vague hints that the plague has probably struck there as well. In this sense, Stewart's work is atypical of Cold War fiction, which, to an extent unprecedented in American literature, tends to deal in central ways (and for obvious reasons) with relationships between the United States and the rest of the world.” (BOOKER, 2001, p. 66).

origem nuclear poderia frustrar tais planos, caso fosse abordado de maneira minimamente realista tal qual Stewart procura fazer em relação ao vírus. É conveniente pensarmos em *Só a Terra Permanece* como um romance reflexivo – um experimento literário intentado em abordar as consequências do fim da civilização num microcosmos humano, *através* de um cenário pós-apocalíptico. Desse modo, a ausência de aventuras, ação, lutas e conflitos físicos, comum em narrativas pós-apocalípticas modernas, justifica-se pelo objetivo do autor em ter dado ênfase em considerações muito mais primordiais em relação à nossa espécie, indagando-se, por exemplo, o significado de civilização, as relações ecológicas entre humanos e natureza, as relações sociais num mundo agora sem ordem e sem governos, a criação de novas leis e formas de gerir a pequena sociedade emergente, o papel da cultura, da arte, da literatura, para manter a tradição, os saberes e a identidade humana ainda vivos num mundo pós-sociedade moderna.

Em relação ao enredo do romance, possuímos Isherwood Williams, um jovem doutorando que, ao descer de seu período de isolamento e pesquisas nas montanhas, descobre a humanidade em acelerado processo de declínio por conta de uma pandemia de extensão global. Segundo descobre por meio de jornais velhos em cidadezinhas abandonadas ao longo das rodovias americanas, os bacteriologistas colocavam três principais hipóteses para o surgimento do vírus: o confinamento de animais doentes; um vírus produzido por mutação; e, por fim, a “aparentemente ideia mais aceita” (STEWART, 1990, p. 14), a de que o vírus havia escapado ou intencionalmente sido retirado de algum laboratório, onde era resguardado visando uma futura guerra bacteriológica. O contágio dava-se por meio de partículas de poeira no ar, e “o isolamento do indivíduo, ou fosse o que fosse, não parecia adiantar” (1990, p. 14).

O herói solitário, desse modo, realiza uma viagem da Califórnia para Nova York, encontrando na estrada uma cadela que chama de Princesa – reflexo da expressão milenar de que o cão é o melhor amigo da raça humana, e seria portanto o último a abandoná-la. Toda a suposta ação e combate contra o vírus – isto é, as tentativas infrutíferas de vencê-lo – só são descobertas por Ish através de manchetes de jornais desatualizados, onde descobre a situação de caos e pânico que aos poucos foi instaurada na América com a pandemia. “A civilização recuara, mas levava consigo os seus feridos e enfrentara o inimigo. Médicos e enfermeiras tinham ficado em seus postos e milhares de pessoas se tinham alistado como ajudantes” (STEWART, 1990, p. 14).

Em diversas passagens, a narrativa de Ish sofre eventuais interrupções do autor para informar detalhes sobre o destino de outras espécies animais com a ausência do ser humano. Sobre o destino dos cães, agora soltos pelas ruas em grupos ou isolados dentro das casas de donos que foram vítimas da doença, Stewart aponta que, lentamente, eles voltariam a condições

selvagens pré-domesticação, organizando-se como lobos em busca de alimento, agora abundante devido à proliferação de corpos humanos pelas ruas: “Gradualmente, a fome quebrando longos séculos de civilização, eles se aproximavam dos lugares onde estavam os cadáveres” (STEWART, 1990, p. 26). Cães de raça presos em residências ou canis, por sua vez, sofriam as mazelas da desnutrição e da fome, vindo a perecer. Já os gatos voltaram a ser selvagens, num mundo onde a “caçada aos ratos tornou-se uma necessidade, não um divertimento” (1990, p. 30).

Na jornada de Ish, um discreto momento da narrativa nos convida à reflexão sobre a relação entre a civilização Ocidental e os povos indígenas norte-americanos. Stewart menciona brevemente o fato histórico de o mundo indígena ter sido literalmente destruído pela civilização europeia que invadiu as Américas, processo histórico que pode nos trazer um importante paralelo entre o fim de nossa própria civilização e o fim dos modos de vida e cultura dos povos que já viviam no continente. Quando, num parque nacional, Ish encontra uma rocha com algumas perfurações feitas por mãos humanas há centenas de anos, reconhece ali um indício de povos que já sofreram seus “declínios” em outras temporalidades: “O mundo desses índios se foi, pensou ele. E agora o nosso mundo, que se seguiu ao deles, também se acaba. Sou o único que restou” (STEWART, 1990, p. 27).

5.2 UM RECOMEÇO PARA A HUMANIDADE

Durante boa parte do romance, Isherwood procura manter-se fixo na noção de que é uma espécie de observador passivo do fim do mundo, situação que se prolonga pelo menos durante alguns anos, mesmo após o estabelecimento de uma comunidade de sobreviventes pelo protagonista na região fictícia de San Lupo Drive, São Francisco. “Ele era – fora – era (pois bem, pouco importava) um estudioso, e tal pessoa é necessariamente orientada mais para observar do que para participar” (STEWART, 1990, p. 16). Essa carapaça identitária do protagonista começa a sofrer problematizações pelo próprio Isherwood, após constatar que os sobreviventes do grupo que criou, chamado por eles de A Tribo, viviam basicamente dos restos da civilização moderna deixada para trás, obtendo comidas e ferramentas através da incursão em supermercados, lojas, comércios, agora abandonados. Dentre os membros de destaque dessa comunidade, está a figura de Em, personagem feminina de ascendência negra que se torna o par de Ish no mundo pós-apocalíptico relativamente pacato criado por Stewart.

Ish e Em tornam-se os principais líderes; com esta personagem feminina, podemos perceber como Stewart parece considerar que o racismo norte-americano dos anos 1940-1950,

apesar de ainda presente na narrativa, sofre algumas problematizações. Ora, o autor escreveu sua obra num período ainda conturbado da história americana – o *American way of life* coexistindo com a segregação racial nos Estados sulistas, as leis Jim Crow –, e as passeatas pelos direitos civis e igualdade não ocorreriam senão a partir de 1955, seis anos após o lançamento do romance. A personagem Em, desse modo, representa para Isherwood a completa irracionalidade do racismo que, se vigorava nos Estados Unidos até antes do vírus, agora era um valor que já não faria mais sentido.

Essa situação é refletida quando Em decide revelar sua ascendência para Isherwood, expondo a situação para ele ainda que de forma contida e discreta. No diálogo entre os dois, a mulher coloca:

- A princípio não tinha importância, é claro. Nenhum homem liga para isso, na ocasião. Mas a gente da minha mãe nunca teve muita sorte na vida. Talvez que, quando as coisas recomeçarem, não seja assim. Mas, principalmente, achei que não era justo para com você. (STEWART, 1990, p. 116).

A fala de Em demonstra uma preocupação com a continuidade de práticas de violência e discriminação mesmo após o fim da civilização, não deixando, no entanto, de manter uma esperança de que nesse recomeço as coisas “não sejam assim”. Ish, por sua vez, compreende o lado da personagem, manifestando em sua réplica a compreensão de que o mundo, a partir de então, já não é o mesmo do período pré-pandemia:

- Oh, querida, tudo desmoronou e Nova Iorque está deserta desde Spuyten Duyvil até Battery e não há governo em Washington. Os senadores e os juizes e os governadores estão todos mortos e apodrecendo e os perseguidores dos judeus e dos negros lhes fazem companhia. Nós dois somos apenas pobres criaturas, recolhendo as sobras da civilização, sem saber se serão formigas ou os ratos ou outra coisa qualquer que darão cabo de nós. Talvez que daqui a mil anos as pessoas possam dar-se ao luxo de fazer conjecturas e de preocupar-se novamente com essas coisas. Mas duvido. (STEWART, 1990, p. 117).

Nesse sentido, como podemos extrair da réplica de Ish, alguns valores e preconceitos próprios do Velho Mundo – isto é, a civilização moderna – precisam deixar de existir, para assim permitir um novo recomeço. Contudo, jaz nesse equilíbrio boa parte das preocupações do protagonista, conforme mais sobreviventes juntam-se à comunidade estabelecida por ele e Em. Algumas ações primordiais, próprias do gênero humano, por exemplo, tornam-se necessárias para esse reinício da humanidade, uma delas sendo o ato de se situar no tempo. O nascimento dos bebês – que aos poucos vai ocorrendo conforme A Tribo se estabelece –, a previsão de chuvas torrenciais ou das temporadas de caça de alguns animais que poderiam

oferecer riscos, entre outros detalhes, são dependentes de uma forma de marcar e se localizar no tempo; o calendário tradicional, nesse mundo pós-fim do mundo, não tem validade. Para Ish, “tempo era história, e história era tradição, e tradição era civilização. Se a gente perdia a noção da continuidade do tempo, perdia algo que jamais poderia ser recuperado” (STEWART, 1990, p. 119). Aqui parece haver uma preocupação de Ish em sua identidade de “acadêmico”, pois, se as sociedades tradicionais, que não usavam a escrita e não desenvolveram tecnologias consideradas sofisticadas pelo ponto de vista Ocidental, eram sociedades que se baseavam em tempos cíclicos, ou então num “eterno presente” – o tempo dos mitos e das lendas, trazidos para o presente para serem imitados –, a civilização moderna baseava-se numa noção de tempo contínuo, herança da tradição judaico-cristã. Nas considerações de Mircea Eliade,

[...] por paradoxal que pareça, aquilo a que poderíamos chamar a ‘história’ das sociedades primitivas reduz-se exclusivamente aos acontecimentos mítico que tiveram lugar *in illo tempore* e que não deixaram de se repetir desde então até os nossos dias. Tudo quanto aos olhos do homem moderno é verdadeiramente “histórico”, quer dizer, único e irreversível, é considerado pelo primitivo como destituído de importância, porque não tem precedente mítico-histórico. (ELIADE, 2016, p. 321).

Ish, no entanto, é um protagonista ainda imbuído dos valores epistêmicos da civilização moderna, de modo que uma de suas preocupações, após a estabilidade da comunidade de sobreviventes, é encontrar formas de marcar racionalmente o tempo, formas que relembrem minimamente relógios e calendários do mundo moderno. Ish e Em optam por retomar marcações em rochas ou árvores para se situarem durante a passagem dos dias, dos meses e dos anos, numa atitude de rompimento com o passado ao revitalizarem formas de marcações de sociedades tradicionais⁷⁶. Na fala de Ish para sua então companheira, “quando acharmos que chegamos a um novo ano, gravaremos a data nalguma rocha e, a cada ano novo, faremos a mesma coisa” (STEWART, 1990, p. 122). Por mais simples que pareça, a atitude leva Ish a compreender que romperam definitivamente com uma das marcas da civilização ocidental, a noção de um tempo baseado em datas de um calendário organizado. Tanto o protagonista como Em entendem que estão vivendo durante um período de transição na história da humanidade: o fim definitivo da civilização e o começo de novos modos de vida que, ao longo das décadas, se parecerá mais e mais com os modos de vida dos povos tradicionais ameríndios.

⁷⁶ Importante lembrar que civilizações do passado, baseadas em sociedades tradicionais ou não, tinham conhecimentos precisos a respeito dos solstícios, dos ciclos da natureza e das estações do ano, como evidenciam o exemplo de Stonehenge, dos incas e dos maias.

“Este é o momento zero e estamos entre duas eras. Agora começa a nova vida. Agora começamos o Ano Um” (1990, p. 122), reflete Isherwood.

Se o tempo é história, e situar-se nele é compreender-se como parte da história, as novas formas de entendê-lo e organizá-lo feitas por Isherwood e os membros de sua comunidade representam essa ruptura com a qual o protagonista começa a compreender que vivem. A vida, então, não se torna mais orientada para o futuro e suas potenciais realizações científicas e tecnologias, que iriam promover a utopia terrena por meio da ciência e da razão, mas orientada para o presente, sendo o protagonista o único personagem a reportar-se ao passado – ao mundo moderno – quando necessita de orientação para suas ações. Não por coincidência, a narrativa deixa claro que Isherwood utiliza uma rocha outrora decorada pela arte indígena, para marcar com seu martelo o número “1”, decretando o primeiro ano nesse novo mundo renascido.

Ao mesmo tempo que hesita em se desvencilhar dos princípios que o guiavam no mundo moderno, Ish também é o único membro da comunidade a compreender e problematizar o fato de seu grupo não estar realmente parecendo recomeçar a humanidade e a civilização, mas buscam sobreviver com os restos sobrados do mundo antes de seu fim. Ish constata que a Tribo não iria prosperar por mais muitos anos, se continuassem a depender de saques a supermercados abandonados, incapazes de produzir novas formas de arte, literatura, ou mesmo manter viva a tradição e os conhecimentos da humanidade que estão se apagando com esse recomeço.

Com sua formação acadêmica, sendo um ávido estudante de história e filosofia, Ish tem a oportunidade de ver a sociedade humana “reduzida em seu tamanho até ter atingido a simplicidade de uma experiência de laboratório” (STEWART, 1990, p. 161), disso decorrendo boa parte de suas preocupações em relação à aparente estagnação cultural e falta de progresso que percebe após alguns anos vivendo nesse mundo pós-apocalíptico. Ish se mostra cada vez mais “preocupado porque A Tribo não se desenvolvera artisticamente, ainda vivendo à sombra do passado, ouvindo discos antigos nos gramofones a manivela e olhando velhos livros de pintura” (1990, p. 138). Percebemos, assim, que no romance, Stewart utiliza o “fim do mundo” (isto é, da modernidade) para explorar questões concretas e realistas sobre o destino da cultura, dos conhecimentos, dos laços sociais e da identidade individual em possíveis cenários pós-apocalípticos. Numa reunião com membros da comunidade, Ish expressa bem seu ponto de vista a respeito da falta de capacidade coletiva da Tribo em criar e desenvolver uma cultura que relembre, minimamente, a da sociedade moderna que acabou:

[...] Vegetamos todos estes anos, nada fazendo para produzir nossa comunidade e não tentando fazer com que a civilização voltasse de alguma forma, em relação às coisas materiais. Isto é um ponto importante, mas não é o único. A civilização não constava apenas de instrumentos e de como fabricá-los e de como fazê-los funcionar. Era tudo uma espécie de organização social, também – toda a espécie de regulamento e de leis e de modos de vida entre o povo e entre grupos de pessoas. A família... é só o que nos restou daquela organização! Isto é natural, creio eu. A família... é só o que nos restou daquela organização! Isto é natural, creio eu. Mas a família não basta, quando há outras pessoas. [...] Não temos leis. Não somos uma democracia, nem uma monarquia, nem uma ditadura, nem nada. (STEWART, 1990, p. 153).

Por mais que o protagonista seja alvo de grande admiração pelos outros membros da Tribo, seus discursos sobre retomar a civilização acabam sendo em vão. Em muitos trechos, Ish é considerado pelo narrador como o “último americano”, não por ser o único sobrevivente, mas porque “é o último que se lembra da vida moderna – isto é, pré-apocalíptica. Enquanto outros personagens parecem prontos para esquecer essa vida, [Isherwood] Williams é assombrado pelos resquícios da modernidade” (BELLAMY, 2021, p. 37, tradução nossa)⁷⁷. Alguns dos membros, quando procuram se manifestar a respeito de sua fala, associam civilização com tecnologias e entretenimento, principalmente o rádio e o cinema – “Sim, aqueles é que eram bons tempos. Você acha que talvez possamos descobrir alguns daqueles filmes para mostrá-los às crianças?” (STEWART, 1990, p. 154), pergunta Ezra, um dos membros da comunidade, após Ish expor suas preocupações –, afastando-se da ideia original exposta pelo protagonista, isto é: a civilização é uma organização social, com regulamentos, leis, e modos de vida próprios de um povo, incluindo sua produção artística e cultural. “Estou satisfeito por morar num lugar onde não há leis. Agora a gente pode fazer o que quiser. Pode sair e estacionar o carro onde bem entender” (1990, p. 154), Ezra responde frente às preocupações de Ish. Tal fala expressa, em boa parte, as condições que o protagonista encontra em seu microcosmo da humanidade: uma sociedade estagnada, fadada ao desaparecimento dentro de poucas gerações, por não ter desenvolvido experiências significativas que pudessem torná-los capazes de reerguer a civilização, seus conhecimentos e valores, até mesmo um senso de moralidade coletiva similar como existira durante a vigência da modernidade.

De fato, na sociedade aparentemente utópica desenvolvida pela Tribo, outros modos de vida substituíram as rotinas cotidianas dos membros que também viveram suas vidas no mundo anterior ao fim. Keith M. Booker (2001) destaca que a sociedade pós-apocalíptica de Stewart é, em suma, uma sociedade pós-capitalista, não direcionada para o socialismo (uma vez

⁷⁷ “[...] he is the last one who remembers modern—that is, pre-apocalyptic—life. While other characters seem ready to forget that life, Williams is haunted by modernity’s remainders.” (BELLAMY, 2021, p. 37).

que essa forma de governo também necessita da modernidade para poder ser pensada), mas para uma utopia similar a um Jardim do Éden:

Na sua nova vida, não há distinção entre trabalho e lazer, nem desigualdade de classes, nem regras que obriguem os indivíduos a conformar-se com horários pré-existent, dividindo as suas vidas em segmentos nitidamente diferenciados, baseados em horários rígidos. (BOOKER, 2001, p. 68, tradução nossa)⁷⁸.

Por outro lado, nas reflexões que fazem parte dos pensamentos de Ish, o protagonista nos traz as seguintes problematizações:

Embora houvesse gado, embora houvesse bastante comida, que aconteceria quando a munição para as armas acabasse? Quando não houvesse mais fósforos? Na realidade, talvez não fosse preciso esperar até que a munição se esgotasse. A pólvora se deteriora com o tempo. Três ou quatro gerações... e tudo o que restasse podia ser apenas alguns primitivos lamurientos que teriam perdido a civilização e, entretanto, por outro lado não teriam aprendido, aquelas milhares de habilidades básicas que permitiam aos selvagens viver com algum grau de estabilidade e conforto. Possivelmente – e talvez fosse isto o melhor – dentro de três ou quatro gerações a raça não poderia sobreviver de modo algum, não seria capaz de suportar as transições entre uma vida de parasitismo, incriativa, e algum novo plano de vida no qual ficasse permanentemente, ou de onde poderia mais uma vez recomeçar um lento avanço. (STEWART, 1990, p. 286-287).

O protagonista ainda está com sua mentalidade imbuída dos valores modernos, da racionalidade, da ciência e da lógica. Na verdade, somente ao final da narrativa, com um Ish já idoso e em seu leito de morte, é possível compreender que o mesmo resigna-se em relação ao destino da humanidade sobrevivente, entendendo finalmente que esse destino não seria o retorno triunfal de todo o conhecimento e as conquistas humanas adquiridas com o domínio da Natureza, mas um literal recomeço, uma situação edênica. Disso, podemos considerar “Só a Terra” permanece um pós-apocalipse com traços utópicos, pois se por um lado os membros sobreviventes enfrentam dificuldades em relação à busca de mantimentos, alimentação, caça, o surgimento de novas doenças, entre outros, no quesito organizacional, o grupo relativamente pequeno que faz parte da Tribo vive de uma forma igualitária e sem divisões de classe, sendo somente o protagonista aquele que almeja pelo retorno do passado.

Essa comunidade é altamente igualitária, embora todos os membros dela tendam a olhar para Ish, sendo o único intelectual entre eles, em busca de uma certa liderança. Na verdade, Ish parece ser o único membro do grupo que realmente pensa no futuro, tentando traçar um rumo que os ajude a restaurar a civilização o mais rápido possível.

⁷⁸ “In their new life, there is no distinction between work and play, no class inequality, no rules that force individuals to conform to preexisting schedules, dividing their lives into sharply differentiated segments based on rigid timetables.” (BOOKER, 2001, p. 68).

Ao fim, porém, esse plano falha, embora de uma forma que apresente este fracasso como uma espécie de sucesso. Todos os movimentos em direção à restauração das antigas estruturas da civilização são apresentados como quedas das condições edênicas dessa comunidade pós-holocausto. (BOOKER, 2001, p. 68, tradução nossa)⁷⁹.

Uma das formas que a narrativa demonstra esse retorno a condições primitivas, ora edênicas e utópicas, ora condenada pelo protagonista, é o gradual retorno do pensamento mítico entre os jovens nascidos após o fim da civilização, com o surgimento de novas formas de interpretar e lidar com o desconhecido, fornecendo explicações para fenômenos naturais. Ora, nesse ponto George R. Stewart pensou de maneira similar a Jack London: com o fim da racionalidade moderna, o palco para o retorno de um pensamento não baseado em evidências, mas sim em crenças e aspectos sobrenaturais-mitológicos, seria preparado. Se, na novela de London, o autor expressou isso por meio da citação da figura de Vesgo e seu hipotético poder de vida e morte com um objeto mítico, a “Clava da Morte”, na obra de Stewart são as crianças e os mais jovens da comunidade que atribuem uma áurea sagrada e profana a outro objeto, também uma ferramenta que acompanhou o protagonista desde o início do livro: trata-se de um simples martelo que, ainda antes de saber sobre o vírus, Ish havia levado consigo quando saiu de seu retiro individual de estudos nas montanhas da Califórnia.

A ferramenta o acompanhou desde suas primeiras viagens solitárias até a fundação da Tribo e o estabelecimento da comunidade, de modo que agora, com a nova sociedade já contando quase duas décadas de existência, os jovens passam a associar a ferramenta do protagonista a um totem, como “alguma coisa estranha e mística do passado distante” (STEWART, 1990, p. 213).

Sobre a ferramenta, o martelo era “usado em ocasiões importantes; ficava sobre a lareira, sozinho. De um modo geral, ninguém tocava nele, a não ser Ish. [...] As crianças tinham chegado a considerá-lo um instrumento de poder, perigoso para quem o tocasse” (STEWART, 1990, p. 213-214). Nessas passagens, percebemos em Stewart a influência de estudos antropológicos do século XIX e XX sobre sociedades tribais – ditas primitivas –, principalmente

⁷⁹ “This community is highly egalitarian, though all of the members of the community tend to look to Ish, as the only intellectual among them, for a certain amount of leadership. Indeed, Ish seems to be the only member of the group who really thinks about the future, trying to plot a course that will help them to restore civilization as soon as possible. Ultimately, however, this plan fails, though in a way that presents this failure as a sort of success. Indeed, all movements toward a restoration of the former structures of civilization are presented as falls from the edenic condition of the post-holocaust community.” (BOOKER, 2001, p. 68).

referente a seus sistemas de crenças e proibições. De modo particular, o martelo de Ish torna-se o totem da comunidade⁸⁰.

Valendo-se de estudos e conceitos utilizados a partir do século XIX, o fundador da Psicanálise Sigmund Freud (1856-1939), em seu ensaio “Totem e tabu”, de 1912, buscou, primeiramente, trazer uma elaboração da palavra totem e de sua utilização no interior de sociedades tradicionais. No início do ensaio, baseando-se na bibliografia antropológica cada vez mais concretizada sobre o tema, Freud redireciona seu interesse para os aborígenes australianos e seus sistemas de crenças e condutas, demonstrando que, ao mesmo tempo que não possuiriam algo como uma religião organizada (similar ao Cristianismo ou Islamismo), o pensamento religioso destes povos em muito era influenciado pela reverência, respeito e temor aos totens, que podiam ser representados tanto por objetos sagrados, animais, ou ancestrais. Nas considerações do autor austríaco,

No lugar de todas as instituições sociais e religiosas faltantes, encontramos nos australianos o sistema do totemismo. As tribos australianas se dividem em estirpes menores ou clãs, cada um dos quais denominado de acordo com seu totem. Bem, mas o que é o totem? Geralmente um animal, que pode ser comestível e inofensivo ou perigoso e temido, mais raramente uma planta ou uma força da natureza (chuva, água), e que se encontra numa relação especial com toda a estirpe. (FREUD, 2013, p. 38-39).

A ferramenta relativamente simples de Ish torna-se o totem da Tribo. A fascinação que as crianças desenvolvem em relação ao objeto contribuem para impingir-lo de uma aura sagrada e proibida que pode caracterizar um totem, como um símbolo mágico-religioso no qual todos os membros do grupo deverão temer, reverenciar ou simplesmente respeitar pelo bom funcionamento da comunidade. Nas considerações de Freud sobre as comunidades australianas, “os membros do clã totêmico se encontram sob a obrigação sagrada, suscetível de punição automática, de não matar (destruir) seu totem e de se abster de sua carne (ou de qualquer outro usufruto que ele ofereça)” (FREUD, 2013, p. 39). Stewart, desse modo, utiliza essa recorrência de um pensamento “primitivo” para demonstrar como o próprio protagonista vem sendo um

⁸⁰ De acordo com Freud (2013), a palavra “totem”, embora utilizada desde fins do século XVIII, foi amplamente usada nos estudos antropológicos sobre sociedades tradicionais a partir do século XIX; os sistemas de crença totêmicos, ainda segundo o autor, foram encontrados não só entre aborígenes australianos, como também entre os indígenas americanos, nos povos do arquipélago oceânico, nas Índias Orientais e em grande parte da África. É importante lembrar que a aplicação genérica do termo a diversas culturas diferentes umas das outras foi uma visão própria do período de desenvolvimento da ciência hoje conhecida como Antropologia, de início intentada em entender a lógica presente no interior das sociedades ditas primitivas em comparação com as sociedades civilizadas.

dos responsáveis pelo retorno de tal pensamento, logo quem anseia pelo retorno dos conhecimentos perdidos da humanidade após o fim da civilização.

Com o fim dela, Stewart mostra como a noção de racionalidade moderna – necessariamente associado à modernidade Ocidental - também começa a se desgastar e se esvaír com o tempo; o autor coloca em evidência o fato de que, frente a mudanças radicais e abruptas na sociedade, como o “fim do mundo”, recorrer a um sistema de crenças primordiais e míticas parece auxiliar na interpretação e dotação de sentidos ao novo mundo renascido, principalmente por parte das crianças que não tiveram conhecimento da civilização moderna se não pelas construções, objetos e ruínas deixadas para trás. Nesse sentido, as reflexões que chegam à mente de Ish são reveladoras sobre como, face ao desconhecido, a humanidade ficaria novamente à mercê do “mítico”:

Agora, mais certamente do que antes, Ish sabia que tinha a oportunidade de ser o fundador de uma religião para todo um povo. As crianças provavelmente acreditariam no que ele lhes dissesse na escola. Ish poderia fazer com que se lembrasse do que ele dissesse, insistindo e repetindo. Poderia dizer-lhes que Deus criou o mundo em seis dias e achou-o bom. Eles acreditariam. Poderiam dizer-lhes que uma lenda índia afirmava que o mundo era obra do Velho Coiote. Elas acreditariam. (STEWART, 1990, p. 215-216).

Por dar valor à honestidade e ao ceticismo, Ish compreende que quaisquer falas suas poderiam, com o tempo, serem transformadas em uma religião, ele sendo o primeiro profeta ou Messias. Não é esse seu objetivo, embora o pensamento o deixe inquieto, mais pela situação vulnerável que se encontra a humanidade do que pela oportunidade de tornar-se um fundador de uma futura religião organizada.

Pensar em elementos da narrativa que nos trazem a ideia de um recomeço implica, também, em considerar as modificações da identidade humana frente aos desafios impostos pelo cenário pós-apocalíptico, exercício reflexivo que também exploramos na novela de Jack London. Stewart, por sua vez, trata essa questão ao longo de boa parte de seu romance; elencamos, assim, algumas passagens já próximas ao final, quando Ish rememora conceitos do “Velho Mundo” que já não possuem mais validade, tampouco continuam dotados de significado. Um destes conceitos diz respeito à nação e nacionalidade – ser um *americano*, conforme o próprio protagonista coloca.

Com efeito, com a passagem das décadas, o envelhecimento do personagem principal e as mudanças nos modos de vida que, cada vez mais debilitado, ele consegue perceber, a própria palavra “Americano” passa a ganhar conotações míticas – o termo começa a ser usado para se referir a uma suposta raça lendária que teria habitado aquele continente numa era

fabulosa do passado. Os “americanos”, como um de seus descendentes caçador-coletor se refere quando dialoga com o próprio Ish, seriam o povo do passado que fez “as casas e as pontes e as coisinhas redondas que nós transformamos em cabeças de flechas” (STEWART, 1990, p. 310), isto é, as moedas, ainda encontradas aos milhares. O conceito de Estado-Nação simplesmente deixa de fazer sentido e existir. Nas reflexões do protagonista,

Ser americano fora uma grande coisa, nos Velhos Tempos. A gente tivera profunda consciência de pertencer a uma grande nação. Não apenas uma questão de orgulho, mas também uma profunda sensação de confiança e de segurança, na vida, uma camaradagem de milhões. (STEWART, 1990, p. 228).

Compreendemos que o conceito de Estado-Nação, assim como vários outros explorados e remodelados nos mundos pós-apocalípticos, é intrínseco à modernidade, uma vez que, historicamente, os Estados Nacionais unificaram-se principalmente entre fins do século XVI e durante o século XVII. Para além dos Estados europeus, também foram consideradas como nações os territórios americanos de colonização europeia, a exemplo dos Estados Unidos após a Independência, no final do século XVIII. Numa definição concisa da noção de Estado-Nação,

Ele abarca a ideia de que determinada população de um território seja reconhecida como pertencente a um poder soberano, unificada por uma língua e uma cultura dominantes impostas a todos os habitantes do território e consideradas as únicas nacionais. Isso a despeito de existirem ou não outras línguas e outras culturas nas fronteiras da Nação. (SILVA; SILVA, 2009, p. 309).

Na visão moderna, com efeito, “a soberania do Estado opera de forma integral, terminante e homogênea sobre cada centímetro quadrado de um território legalmente demarcado” (ANDERSON, 2008, p. 48). De fato, sendo um conceito próprio da modernidade, a ideia de Estado-Nação é mais um elemento que passa por uma definitiva contravenção no mundo pós-apocalíptico da ficção; Stewart é, nesse sentido, um autor que explora de forma interessante o modo como o sentimento de pertencimento a uma nação territorialmente bem definida vai se esvaindo do imaginário do protagonista, uma vez que os grupos humanos após o fim do mundo não mais se desenvolvem como se pertencessem a uma nação. Nas páginas de abertura do romance, antes do início da narrativa, Stewart escreveu, introduzindo o contexto da obra: “... e o Governo dos Estados Unidos fica, assim, suspenso... Foram estas as palavras ouvidas por uma nação. Mas Isherwood Williams, sozinho nas montanhas, não soube disto.” (STEWART, 1990, sem página, grifo do autor).

Nos diálogos finais que encerram o romance, quando encontra seus bisnetos usando cabelos compridos e roupas híbridas – misturas de jeans surrados com peles de animais caçados –, Ish compreende que está testemunhando o definitivo reinício da humanidade, não mais pautada pelos critérios de nação e nacionalidade vigentes antes do vírus. Suas tentativas de manter os valores e as práticas do mundo “civilizado” – isto é, do mundo moderno – foram infrutíferas, pois a Tribo “não queria a civilização” (STEWART, 1990, p. 286). Já idoso, a figura do protagonista é agora vista como uma espécie de ancestral reverenciado, respeitado e cuidado, possuindo um encanto lendário por parte de seus descendentes caçadores e coletores.

Exemplar, nesse sentido, é o diálogo travado entre um Ish idoso e um jovem caçador de cabelos longos, um de seus vários descendentes, mais de 50 anos após o “fim do mundo”. Quando estão discutindo sobre o significado das moedas – na verdade um misterioso item de ferro para os caçadores desse novo mundo, com efígies de rostos que podem representar outros ancestrais míticos –, o caçador é questionado se sabe de quem são os rostos que aparecem nestes curiosos objetos que servem tão bem para se tornarem pontas de flechas e de lanças. Frente à questão posta por Ish, ele responde: “Esses, achamos nós, assim como você, Ish, sabe muito bem... esses eram os Antigos que vieram antes dos nossos Antigos!” (STEWART, 1990, p. 309). Desse modo, objetos comuns e banais do mundo civilizado, como as moedas, passam por ressignificações quando são encontrados e dotados de novos sentidos dentro do novo universo cultural mítico que se forma nos descendentes de Ish. A caça e a coleta se tornam o principal meio de subsistência – Ish sente-se feliz com isso, entendendo afinal que será inevitável o recomeço, e não a manutenção da civilização que acabara.

Neste quadro de mitos e lendas de uma era mítica do passado, os americanos se tornaram sinônimos de um povo que habitou aquele continente em tempos remotos, e os Antigos – isto é, seres de caráter sobrenatural que teriam criado os próprios americanos – seriam os responsáveis pela existência do mundo natural, “feito os morros e o sol e os próprios americanos” (STEWART, 1990, p. 310). Nos trechos finais de *Só a Terra Permanece*, algumas digressões na narrativa feitas pelo autor dão a entender que, futuramente, no local onde Ish vivera com a Tribo, se formaram pessoas que “atiram com o arco, habilmente [...] Gostam de reuniões e de debates. Suas mulheres caminham orgulhosamente. O símbolo de seu deus é um martelo, mas eles não o reverenciam muito...” (1990, p. 320), numa direta referência a Ish e à ferramenta simples que teria levado consigo desde o início de sua jornada.

Stewart trouxe importantes contextos e situações em que debate o conceito de civilização e o de educação, principalmente se referindo ao papel que a última deveria ter para manter a civilização em funcionamento. Isto é, a educação, o letramento, a literatura, a

escolaridade, a apreciação e a produção de arte: todos esses elementos são associados por Ish à civilização, e a forma como esses atributos de formação humana aparecem na narrativa será o tema da sessão seguinte da presente dissertação.

5.3 EXPERIÊNCIA E EDUCAÇÃO APÓS O FIM DO MUNDO

O escritor alemão Walter Benjamin (1892-1940), dentre várias características e temas de abordagem em seus ensaios que o tornaram uma referência fundamental em diversos estudos da modernidade, trabalhou com a ideia de experiência, numa acepção levemente diferente da de Jorge Larrosa (capítulo 3). Compreendemos a noção de “experiência” em Walter Benjamin como o conjunto de tradições, conhecimentos, narrativas, histórias e saberes, passados de gerações para gerações através da cultura. Segundo a visão de Benjamin, se referindo especificamente ao contexto anterior à eclosão da Primeira Grande Guerra (1914-1918),

Sabia-se exatamente o significado de experiência: ela sempre fora comunicada aos jovens. De forma concisa, com a autoridade da velhice; de forma prolixa, com a sua loquacidade, em histórias; muitas vezes como narrativas de países longínquos, diante da lareira, contadas a pais e netos. (BENJAMIN, 1994, p. 114).

De modo geral, Benjamin trata o significado com uma aura positiva, enfatizando que a experiência seria a responsável pelo enriquecimento cultural da sociedade. Um marco definitivo para essa mudança é encontrado pelo autor a partir da eclosão da Grande Guerra, em 1914. A vivência da guerra, não só na Europa mas em partes da África e Oriente Médio, transformou de modo radical os horizontes de expectativas dos mais jovens, que voltaram da guerra após a difícil vida nas trincheiras. Ocorreu, segundo Benjamin, uma deficiência na aquisição de experiências, por conta do trauma coletivo representado pela guerra. “Que foi feito de tudo isso?” (BENJAMIN, 1994, p. 114), passa a se perguntar o autor alemão.

Walter Benjamin entende que o trauma da Grande Guerra causou uma abrupta interrupção da experiência. O autor assim conclui ao ter constatado, em seus escritos, o modo como as gerações que lutaram no conflito voltaram da guerra transformadas, afligidas e abaladas pela vivência do confronto. Ocorreu, segundo Benjamin, uma perda de experiência:

No final da guerra, observou-se que os combatentes voltavam mudos do campo de batalha não mais ricos, e sim mais pobres em experiência comunicável. E o que se difundiu dez anos depois, na enxurrada de livros sobre a guerra, nada tinha em comum com uma experiência transmitida de boca em boca. [...] Porque nunca houve experiências mais radicalmente desmoralizadas que a experiência estratégica pela guerra de trincheiras, a experiência econômica pela inflação, a experiência do corpo

pela guerra de material e a experiência ética pelos governantes. (BENJAMIN, 1994, p. 198).

O autor trata a circunstância da Grande Guerra – chamada posteriormente de Primeira Guerra Mundial – como o mais devastador evento histórico de sua época, ao menos até o momento em que os nazistas invadiram a Polônia e desencadearam o segundo conflito em 1939. No entanto, no mesmo ensaio, ao mesmo tempo que entende que a experiência da guerra tornou sombria a perspectiva para com o futuro e fez com que o conceito de experiência e a formação humana que dele decorre sofressem mudanças, Walter Benjamin não deixa de compreender que novas formas de experiência estavam surgindo no mundo pós-guerra, principalmente expressões artísticas novas e descentralizadas, a exemplo da obra admirada pelo autor, o desenho *Angelus Novus* do artista Paul Klee, de 1920⁸¹.

Experimentaremos, pois, levar a situação discutida por Walter Benjamin para as narrativas pós-apocalípticas. Na obra de Stewart, o “Grande Cataclisma” (sic) é como é chamada a pandemia viral que marca o fim da civilização. Como é próprio do gênero, a circunstância pós-apocalíptica não marca o fim definitivo da raça humana, mas propõe novas formas de sociabilidades e relações que, em tese, só são possíveis após a ideia de mundo de outrora deixar de existir, para dar lugar a um recomeço. Não só relações de seres humanos com seus semelhantes acabam sendo modificadas nos contextos pós-apocalípticos, mas também com os animais e elementos da natureza. Nesse sentido, o conceito de experiência, conforme mobilizado por Walter Benjamin, pode nos ajudar a compreender as rupturas e continuidades referentes às passagens do velho mundo – a civilização moderna – e o novo mundo – a humanidade procurando recomeçar do zero.

Como veremos de modo mais específico nessa sessão, a “experiência” do mundo moderno que deixou de existir não tem validade no contexto pós-apocalíptico criado por Stewart. Ish, o protagonista, é justamente o indivíduo mais hesitante e melancólico, pois custalhe anos para aceitar que os saberes adquiridos durante a modernidade já não serão mais utilizados. O protagonista procura ensinar às crianças nascidas após o fim do mundo o letramento, as artes, algumas noções de Ciência, Matemática, Geografia e História, porém sem sucessos duradouros. Ocorre que, com o tempo, Ish percebe que novas concepções de experiência e educação surgem nesse novo mundo renascido, concepções no qual os saberes escolarizados e racionais – a própria lógica da racionalidade científica moderna, que busca

⁸¹ A obra *Angelus Novus*, na visão de Benjamin, é uma figura que representa a catástrofe do passado e a chegada inevitável do futuro; ao mesmo tempo que representa destruições e ruínas, expressando bem o sentimento no período após a guerra, a figura do artista Paul Klee aguarda a chegada do progresso da modernidade.

compreender e dominar a Natureza –, não são mais prezados na nova sociedade, dando lugares a outras formas de conhecimentos e saberes; outras experiências de educação, portanto.

Como já discutido em momento anterior da presente dissertação, falar sobre o conceito de educação não implica necessariamente falar sobre escolarização, mas antes sobre práticas e significados impostos ao mundo por grupos de pessoas, práticas que buscam dar sentidos a esse mesmo mundo. Numa história atribuída a Benjamin Franklin e discutida por Brandão (2001), no qual o político norte-americano, considerado um dos *founding fathers* do país, teria o costume de divulgá-la, Franklin traz uma resposta de um líder indígena após uma proposta do recém-formado governo americano de ofertar vagas aos nativos numa escola dos colonizadores, onde receberiam instruções e aprendizados próprios da cultura dos brancos. No trecho citado por Brandão, que traz qual seria a resposta do líder indígena perante a proposta, podemos ler:

Nós estamos convencidos, portanto, que os senhores desejam o bem para nós e agradecemos de todo o coração.

Mas aqueles que são sábios reconhecem que diferentes nações têm concepções diferentes das coisas e, sendo assim, os senhores não ficarão ofendidos ao saber que a vossa ideia de educação não é a mesma que a nossa.

...Muitos dos nossos bravos guerreiros foram formados nas escolas do Norte e aprenderam toda a vossa ciência. Mas, quando eles voltavam para nós, eles eram maus corredores, ignorantes da vida da floresta e incapazes de suportarem o frio e a fome. Não sabiam como caçar o veado, matar o inimigo e construir uma cabana, e falavam a nossa língua muito mal. Eles eram, portanto, totalmente inúteis. Não serviam como guerreiros, como caçadores ou como conselheiros.

Ficamos extremamente agradecidos pela vossa oferta e, embora não possamos aceitá-la, para mostrar a nossa gratidão oferecemos aos nobres senhores de Virgínia que nos enviem alguns dos seus jovens, que lhes ensinaremos tudo o que sabemos e faremos, deles, homens. (BRANDÃO, 2001, p. 8-9).

Nesse trecho mobilizado por Brandão, há uma discussão sobre o conceito de educação, nos demonstrando como a forma que o entendemos é ainda limitada pelos parâmetros da sociedade moderna, não incluindo o ponto de vista indígena, que é utilizado nessa resposta como um contraponto ao modelo “civilizado” de educar. O mesmo autor, que utilizaremos para ajudar no direcionamento da presente discussão, ainda considera que a associação entre educação – aqui considerada uma experiência cultural presente em praticamente todas as sociedades e povos – e o processo de escolarização – isto é, métodos teóricos e pedagógicos a serem aplicados, uniformemente, às crianças e jovens em espaços objetivados para esse fim, como a escola e as demais instituições de ensino – é uma criação propriamente da civilização moderna, quando a sociedade, em teoria, chegaria num ponto de desenvolvimento em que precisaria se preocupar com questões como a divisão social do trabalho, dos focos de poder social formados a partir dela e, portanto, do próprio conhecimento e seus processos de

transmissão, daí a sociedade criar “os espaços, sistemas, tempos, regras de prática, tipos de profissionais e categorias de educandos” (BRANDÃO, 2001, p. 16), a escola física e as instituições de ensino sendo mera projeção desse nível de complexidade e divisão social alcançados pela sociedade.

Dentre sociedades tradicionais, com pouca ou nenhuma utilização da escrita, o conceito de educação assume novos modelos, completamente divergentes em relação à escolarização moderna e “civilizada”. Com efeito, desde os primeiros estudos antropológicos sobre sociedades tradicionais presentes na África, nas ilhas do Pacífico, na Ásia e América, certas práticas que podem ser consideradas como processos educativos aparecem na literatura antropológica. Brandão cita os estudos do antropólogo Alfred Radcliffe-Brown sobre os nativos do arquipélago da Indonésia, onde parte do processo educativo das crianças nascidas nas aldeias envolvia “aprenderem aos poucos a caçar, a fabricar o arco e flecha e assim por diante” (BRANDÃO, 2001, p. 17). Para além de uma educação prática, voltada às habilidades manuais, também possuíam a aquisição e o desenvolvimento de sentimentos e capacidades emocionais como parte de sua formação humana, pois estas “regulam a conduta dos membros da tribo e constituem o corpo de suas regras sociais de moralidade” (2001, p. 17).

Esse exemplo de formação humana ocorrendo no interior de sociedades tradicionais é projetado também nos contextos pós-apocalípticos da literatura. Tanto Jack London como George R. Stewart trabalharam a noção de educação após o fim do mundo civilizado, bem como discutiram os supostos destinos que ela e suas vertentes – alfabetização, letramento, linguagem, literatura, escola, arte – teriam nesse contexto de volta à “selvageria”, na visão do homem branco. Na visão indígena e de outras sociedades tradicionais, por outro lado, existem exemplos de educação e formação humana muito mais similares aos que se estabelecem nos mundos pós-apocalípticos desses autores, isto é, uma educação voltada para conhecimentos sobre a natureza, o temor/respeito aos seus ciclos, saberes sobre os animais, as plantas e vegetais, rochas e mudanças do clima. Um paralelo interessante pode ser feito entre a educação no mundo pós-apocalíptico, vista em Jack London e George R. Stewart, e aquela presente nas sociedades tradicionais:

Nas aldeias dos grupos tribais mais simples, todas as relações entre a criança e natureza, guiadas de mais longe ou mais perto pela presença de adultos conhecedores, são situações de aprendizagem. A criança vê, entende, imita e aprende com a sabedoria que existe no próprio gesto de fazer a coisa. (BRANDÃO, 2001, p. 18).

Desse modo, tanto em sociedades tradicionais como nos mundos pós-apocalípticos aqui explorados, a formação e a educação das crianças ocorre por meio principalmente da experimentação; de modo mais específico, por meio de experiências de contato com a natureza, de contato com os membros mais velhos e experientes; contato com os animais, com atividades recreativas e úteis – caça, a confecção de arcos, flechas e lanças –, ações recreativas como corridas para pegar determinados animais selvagens, entre outras novas situações de aprendizagem, como coloca Brandão (2001). Com efeito, apesar das lamúrias de seus protagonistas – Granser na novela de Jack London e Ish no romance de Stewart – em perceberem como o arcabouço de conhecimentos científicos adquiridos durante a civilização está encontrando seu definitivo final, ambos os personagens custam a compreender que novos conceitos de experiência e formação humana estão sendo construídos nesse mundo renascido, conceitos que se adaptam para as necessidades dos grupos humanos envolvendo sua sobrevivência e subsistência, daí abstrações como “aritmética”, “álgebra”, “arte”, “literatura”, “saber histórico”, dentre outros, serem relegadas a segundo plano ou até mesmo esquecidas em prol de outras experiências vivenciadas e valorizadas pelas gerações de crianças nascidas após o fim da civilização.

Neste ponto podemos considerar, novamente, as contribuições do autor indígena brasileiro Ailton Krenak, pois é ele quem advoga não necessariamente por uma mudança radical dos paradigmas educacionais de nosso sistema, mas contempla possibilidades outras que também deveriam abarcar o tema da educação. De fato, Krenak realiza uma contranarrativa ao modelo educacional que vivemos, que nos ensina que somos seres completamente separados da “ideia” de natureza que aprendemos desde a infância. Para Krenak, um dos grandes pontos críticos da educação moderna é considerar a natureza e seus elementos – os rios, as montanhas, as chuvas, as árvores, os animais – como um grande objeto de alteridade em relação ao ser humano, um grande “Outro” da questão, sistema que perpetua preconceitos contra essa mesma natureza e justifica práticas de dominação e exploração para com ela. Na crítica de Krenak,

A ideia de nós, os humanos, nos descolarmos da terra, vivendo numa abstração civilizatório, é absurda. Ela suprime a diversidade, nega a pluralidade das formas de vida, de existência e de hábitos. Oferece o mesmo cardápio, o mesmo figurino e, se possível, a mesma língua para todo mundo. (KRENAK, 2020a, p. 22-23).

Na perspectiva do autor indígena, poderíamos mesmo apontar que essa alienação entre o ser humano e a natureza, sustentada pelos sistemas de ensino e pela tradição ocidental que constantemente marcou essa diferenciação entre o mundo cultural e o natural, é uma das razões

pela qual o fim da civilização moderna ocorre, dentro das ficções pós-apocalípticas. Nas duas obras que estamos abordando nessa dissertação, a humanidade mostra-se incapaz de compreender e conter pandemias virais que, em pouco tempo, destroem a civilização. Nesse sentido, estamos testemunhando elementos da natureza – um microrganismo – exercendo uma influência devastadora sobre a civilização humana, revelando a fragilidade dessa separação histórica e culturalmente construída entre o mundo humano e o mundo natural. Nas considerações do mesmo autor,

[...] excluímos da vida, localmente, as formas de organização que não estão integradas ao mundo da mercadoria, pondo em risco todas as outras formas de viver – pelo menos as que fomos animados a pensar como possíveis, em que havia corresponsabilidade com os lugares onde vivemos e o respeito pelo direito à vida dos seres, e não só dessa abstração que nos permitimos construir como *uma* humanidade, que exclui todas as outras e todos os outros seres. (KRENAK, 2020a, p. 47).

Nas narrativas literárias elencadas nessa dissertação, mostra-se de fato necessário um cataclismo de alcance global para reformular completamente a noção de separação entre o mundo humano e o mundo natural, pois em ambas as ficções uma pandemia destrói a dominância humana no planeta e torna o ser humano alguém sujeito às leis da natureza – quer dizer, alguém sujeito a sentir de forma muito mais intensa as mudanças do clima, a intensidade das estações, o perigo exposto pelos animais selvagens, a possibilidade de falta de comida e recursos (no caso da caça e da agricultura não serem “reaprendidas” pelos humanos remanescentes). O fim da civilização, nesse sentido, é a oportunidade para um novo começo, e a ideia de formação humana e educação que começa a se fazer presente na sociedade pós-apocalíptica é muito mais similar aos processos educativos presentes em sociedades tradicionais, cujos métodos de ensino são baseados na experiência, nas tradições orais e na manutenção de elementos naturais para melhor prover o próprio grupo, como o conhecimento aprofundado da agricultura e dos sinais de mudanças do clima.

Com a contribuição de algumas considerações do sociólogo Émile Durkheim a respeito da educação nas sociedades sem escrita, Brandão traz uma interessante síntese de processos e situações de aprendizagem recorrentes nessas sociedades:

As meninas aprendem com as companheiras de idade, com as mães, as avós, as irmãs mais velhas, as velhas sábias da tribo, com esta ou aquela especialista em algum tipo de magia ou artesanato. Os meninos aprendem entre os jogos e brincadeiras de seus grupos de idade, aprendem com os pais, os irmãos-da-mãe, os avós, os guerreiros, com algum xamã (mago, feiticeiro), com os velhos em volta das fogueiras. Todos os agentes desta educação de aldeia criam de parte a parte as situações que, direta ou indiretamente, forçam iniciativas de aprendizagem e treinamento. Elas existem

misturadas com a vida em momentos de trabalho, de lazer, de camaradagem ou de amor. (BRANDÃO, 2001, p. 19).

Neste tipo de sociedade, segundo o mesmo autor, aqueles que ‘sabem’ “fazem, ensinam, vigiam, incentivam, demonstram, corrigem, punem e premiam. Os que não sabem espiam [...] o saber que ali existe, veem fazer e imitam, são instruídos com o exemplo” (BRANDÃO, 2001, p. 20). Assim, nas ficções que estamos analisando, por um lado podemos concluir que as sociedades desenvolvidas no mundo pós-apocalíptico são projeções de sociedades tradicionais. No ponto de vista de autores como Jack London, são involuções dos estágios de desenvolvimento do ser humano, uma espécie de retorno à selvageria e à barbárie do período paleolítico. Stewart não trata esse fato de maneira tão fatalista, já que em *Só a Terra Permanece* fica muito mais evidente a reflexão de que a humanidade, finalmente, poderia viver de uma forma utópica se dada tal oportunidade de recomeçar, com modos mais simples do que a complexa civilização moderna, obtendo agora maior contato entre um ser humano e outro, e cujas preocupações seriam somente a defesa da comunidade e a produção e cultivo de alimentos. Logo, a formação humana e a educação das crianças nascidas nesse novo mundo são similares às características presentes nas sociedades tradicionais.

Por outro lado, e com ainda maior evidência no romance de George R. Stewart, possuímos a imagem do protagonista que representaria o último baluarte dos valores modernos e do ideal de homem civilizado, culto, preocupado em manter valores e tradições da modernidade e perpetuá-los para as gerações seguintes nascidas no “Novo mundo” após o final da civilização. Logo, percebemos os embates, as pequenas vitórias e as frustrações do protagonista Ish quando o mesmo impõe a si a missão de civilizar as crianças e os jovens nascidos neste mundo renascido, por meio da escola e das aulas, dois termos cujo sentido foram já perdidos com o fim da civilização.

Utilizamos o termo endoculturação para compreender o “processo de aquisição pessoal de saber-crença-e-hábito de uma cultura, que funciona sobre educandos como uma situação pedagógica” (BRANDÃO, 2001, p. 23), isto é, endoculturação significa o processo através do qual o indivíduo, desde seu nascimento à sua morte, apreende comportamentos, conhecimentos, hábitos e saberes próprios de sua cultura, por meio de suas relações pessoais, familiares, pela observação, experimentação e convívio. É, pois, um processo intrínseco de formação humana, abrangendo sua educação, tanto dentro como fora do ambiente escolar. Na sociedade pós-apocalíptica de caráter semi-utópico criada por George R. Stewart, a endoculturação dos jovens já não envolve o mesmo tipo de formação que seu protagonista, Ish, teve quando jovem, referente à escola e ao mundo acadêmico, mas sim novas formas de

socialização, entretenimento e lazer, baseadas justamente na recreação e em atividades ao ar livre, muitas vezes de caráter violento e aventureiro, como a caça e a corrida para afugentar grandes e médios animais dos arredores da comunidade. Cria-se, nessas experiências das crianças, as situações de aprendizagem necessárias para esse recomeço do mundo.

Ish, contudo, continua culpando-se por se ver como o representante dos saberes e conhecimentos acumulados pelo mundo moderno, os mesmos que parecem estar se perdendo com o passar das décadas, conforme A Tribo aumenta em população. As preocupações do protagonista são similares às de Granser, o velho narrador da novela de Jack London: a percepção de que todos os valores e as conquistas da humanidade no mundo moderno foram em vão, uma vez que tudo irá cair no esquecimento conforme as últimas gerações que vivenciaram a civilização antes de seu fim perecerem. Nesse sentido, é importante considerarmos como Ish conceitua a ideia de civilização, para então entendermos como sua compreensão de educação é associada a ela, e como a própria educação prática que ele testemunha nas crianças nascidas nesse novo mundo se diferenciava de suas visões.

Sendo um acadêmico, não à toa na finalização de seu processo de doutoramento, quando descobre que o vírus exterminou parte da humanidade, Ish possui um entendimento da palavra civilização muito similar ao que o próprio Stewart trabalha em sua obra de não-ficção, *Man: An Autobiography*, lançada poucos anos antes e discutida anteriormente. Mais do que entender civilização somente como um conjunto de tecnologias e instituições complexas – o Estado, a religião, o exército, a divisão social do trabalho –, ela é, tanto no romance como na obra ensaística, compreendida como a capacidade humana para o trabalho criativo e sistemático, disso decorrendo a prática da agricultura, as tradições, a invenção da matemática, as práticas artísticas, a compreensão da História, entre outras características.

Isso fica evidente num dos momentos de estupor do personagem, quando, por meio do narrador, o conceito é melhor compreendido:

[...] sentiu que a civilização dependia não somente do homem, mas também destas outras coisas que tinham caminhado com ele, assim como parentes, amigos e companheiros. Se São Francisco saudara o sol como irmão, não poderíamos, também nós, dizer: “Ó Irmão Trigo! Ó, Irmã Salsa!”? Ish sorriu. Sim, poderíamos continuar. “Ó Vovó Roda! Ó, Primo Compasso! Ó, Amigo Teorema Binômio!” Todas as descobertas das ciências e da filosofia poderiam também ser imaginadas como estando ombro a ombro com o homem, embora o fato de expressar isto por palavras fizesse tudo parecer um tanto ridículo. (STEWART, 1990, p. 118).

Assim, para a civilização emergir, é necessário essa relação de interdependência entre os seres humanos, sua capacidade inventiva individual e coletiva, e um sábio usufruto do mundo

natural, para assim desenvolver a agricultura, a sedentarização, e mesmo uma nova moralidade. Nessa acepção, civilização não é necessariamente sinônimo de grandes cidades e projetos arquitetônicos faraônicos, mas sim de conhecimento, seu aprimoramento e sua reprodução para as gerações futuras. No romance, a Biblioteca que pertencera à Universidade da Califórnia é o principal símbolo físico remanescente da civilização humana, frequentemente visitada por Ish ao longo dos anos pós-apocalípticos. Os livros são associados ao conhecimento e à sabedoria, logo, são instrumentos primordiais para qualquer tentativa de preservar a cultura humana milenar e sua civilização, embora, em primeiro lugar, “era preciso que houvesse pessoas que soubessem ler, que soubessem usar os livros” (STEWART, 1990, p. 118).

A visão de Ish associando o conhecimento presente nos livros com o legado da cultura e da civilização humana, que se perdia conforme ocorria a passagem dos anos no contexto pós-apocalíptico, fica mais clara quando o personagem está prestes a se tornar pai, o que necessariamente o faz preocupar-se com o futuro de um modo que não havia até então considerado. Confrontado com o iminente desafio da paternidade no mundo pós-fim do mundo, jaz ali o germe da ideia que o protagonista desenvolvera ao longo do tempo: a criação de uma escola no sentido moderno e tradicional da palavra, para ensinar os conhecimentos básicos da humanidade às novas gerações nascidas após o fim da civilização. Quando visita a Biblioteca universitária durante a espera do nascimento do filho, considera:

Aqui estava estocada a sabedoria com a qual a civilização fora construída e poderia ser reconstruída. Agora que ele sabia que ia ser pai, de repente teve uma nova atitude, uma sensação em relação ao futuro. A criança não deveria crescer para ser um parasita, aproveitando-se dos outros para sempre. E não iria precisar disto! Tudo estava aqui. Todo o conhecimento! (STEWART, 1990, p. 117-118).

Percebemos, cada vez mais, como o ideal de formação humana do protagonista ainda continua enviesado pelos valores da civilização moderna, no qual os livros – a palavra escrita por excelência – constituiriam o modelo ideal para a educação, e sua absorção pelos jovens, o modelo ideal para exercê-la. Por representar esse baluarte da modernidade, é o protagonista quem consegue enxergar mais longe, podendo pressagiar o futuro com sua visão expandida e treinada de acadêmico e observador, enquanto convive em meio às pessoas “comuns” que raramente entendem suas preocupações referentes ao futuro.

Dos vários descendentes de Ish, Joey é o filho com quem é mais apegado, justamente um dos únicos que foi alfabetizado e desenvolveu um apreço especial pela leitura, vindo a conhecer, graças ao pai, a biblioteca da Universidade em ruínas. As preocupações com o futuro e com a preservação do conhecimento acumulado da humanidade levam o protagonista a passar

por diversos momentos reflexivos, encarando um problema que “deixara perplexos os filósofos, desde o tempo em que pela primeira vez tiveram consciência de problemas” (STEWART, 1990, p. 161), ou seja: o que seria necessário para tirar A Tribo do parasitismo e transformá-los tanto em guardiões da cultura humana, como em novos precursores dela? Como fazê-los produzir novas formas de arte, de literatura, de educação?

Sentindo que não podia, que “não devia ser apenas o observador e o estudioso” (STEWART, 1990, p. 162), a principal atitude do protagonista consiste em encontrar uma antiga construção com uma lousa, juntar algumas mesas e cadeiras e assim formalizar uma escola, aos moldes do modelo tradicional existente antes do fim do mundo. Assim, as aulas de alfabetização, aritmética, desenho artístico, História e Geografia, que passa a ministrar à maneira antiga para as crianças e os mais jovens da comunidade, são suas esperanças de que os conhecimentos milenares serão preservados dali a gerações. Seu trabalho seria o de “ensinar os jovens a ler e escrever, assim como um pouco de aritmética, fazendo com que a Tribo tivesse uma ligação com as aptidões básicas da civilização” (1990, p. 208).

Com efeito, Ish só muito tardiamente começa a levar em conta a extrema diferença de mundos em que ele próprio vivera e fora educado, antes do vírus, e o mundo após o fim da civilização, o único mundo conhecido pelas crianças nascidas na nova geração. Tanto os significantes como os significados da maioria dos conceitos apresentados em suas tentativas de aulas são abstratos ou simplesmente não fazem sentido para os alunos, pois estes, Ish sabia, prefeririam “estar lá fora, correndo pelos morros, brincando de escapar-do-touro, pescando” (STEWART, 1990, p. 208). Nas aulas de artes e desenho, com o objetivo de capacitar dons artísticos para futuras obras de arte que fizessem parte da cultura daquela humanidade em ascensão, Ish acaba se frustrando pela extrema facilidade com que as crianças se dispersam de seus objetivos:

Fazer um traço com a faca ao longo do quadrado de aço e obter assim uma linha reta – isto era fácil e pouco interessante. Seguir o contorno de um círculo – isto era assaz difícil, mas monótono. E os desenhos, depois de terminados (até mesmo Ish reconhecia) pareciam más imitações dos antigos trabalhos feitos à máquina. (STEWART, 1990, p. 208).

A lacuna geracional no campo da educação e das expectativas entre os nascidos antes e após o vírus é significativa. As tentativas de transmitir conhecimentos por meio da escolarização, num contexto radicalmente diferente, para jovens que nasceram nesse novo mundo renascido, mostra-se extremamente dificultosa e complexa. Nas aulas, também os livros didáticos do mundo antes do fim são utilizados, sendo uma das consequência disso a perda dos

referenciais presentes no material de estudo. Exemplo claro de tal situação se dá nas tentativas de Ish em ensinar matemática e aritmética às crianças:

Procurou fazer aplicações práticas de aritmética e achou isto extremamente difícil. “Se A construir uma cerca de nove metros...” dizia o livro antigo. Mas agora ninguém fazia cercas e Ish viu que tinha que explicar por que as pessoas antigamente construíam – uma coisa muito mais complicada do que se pensaria até que fosse feita a tentativa. Ele pensou em estimular de novo a escola progressiva, arranjando uma loja onde os alunos poderiam comprar e vender, e ter um livro-caixa. Mas isto não era prático, pois agora não havia mais lojistas. Ele teria que começar com uma exposição de economia antiga. (STEWART, 1990, p. 211).

Nas aulas de Geografia, “o horizonte das crianças se limitava a alguns quilômetros à volta delas. Que lhes interessava o formato da Europa com todas as suas penínsulas? Que lhes interessavam as ilhas do mar?” (STEWART, 1990, p. 211). Para lhes ensinar sobre a capacidade inventiva da humanidade, as derrotas e as conquistas pela qual o ser humano passou em sua evolução e desenvolvimento, utilizou as aulas de História, onde ensinava que o homem, “através de inúmeros erros e tolices e crueldade finalmente tinha conseguido realizações espetaculares, antes que o fim chegasse para ele. As crianças se mostravam levemente interessadas” (1990, p. 211). Há um esvaziamento dos sentidos da educação no mundo pós-apocalíptico, se entendermos “educação” no sentido “escolarizante” da palavra. Ao fim de tudo, Joey é o personagem no qual Ish depositava suas principais esperanças, principalmente pelo gosto pela leitura e pelo fascínio com os livros que ele observou no filho. No entanto, uma epidemia viral acaba atacando a Tribo, provocando o falecimento de Joey; com essa morte, se esvai todas as esperanças de Ish em realizar esse projeto de escolarização. Somente então ele aceita que a civilização, como ele a conhecia, não irá retornar, pois novos significados de formação humana e educação foram desenvolvidos.

Com o passar das décadas, a Tribo é expandida. As crianças que Ish outrora procurou educar num remendado processo de escolarização tornam-se adultos que aprendem a manejar arcos, flechas, lanças, a encontrar animais pelos rastros. Os filhos de seus filhos, por sua vez, vestem-se com couro de animais caçados, para se protegerem do frio; eles mantêm os cabelos longos, abaixo dos ombros. Quando um de seus descendentes caçador-coletor encontra um Ish já idoso e abatido, o protagonista percebe que na mão ele “trazia um arco forte e num dos ombros uma aljava com as penas das setas aparecendo” (STEWART, 1990, p. 307), as moedas encontradas nas ruínas das cidades sendo utilizadas para fabricar, manualmente, as pontas das flechas e lanças.

Com efeito, o diálogo entre os dois representantes de duas gerações diferentes ocorre ao final do romance. Nele, Ish compreende definitivamente que suas tentativas de educar e escolarizar os jovens, anos atrás, eram ausentes de sentido nesse novo mundo, pois os referenciais para recomeçar a difusão humana ao longo do planeta partiam de novos parâmetros. O protagonista, ao perguntar a seu descendente o motivo de não utilizarem mais o rifle para a caça, por exemplo, recebe como resposta um vislumbre das novas práticas e modos de vida das sociedades tradicionais que estavam formadas nos arredores de São Francisco:

[...] usamos o arco porque é seguro e nunca se recusa a arremessar a flecha e, além do mais... – O rapaz endireitou-se orgulhosamente. – Além do mais, é uma questão de força e de habilidade atirar com o arco; qualquer pessoa, pelo que dizem, podia atirar com um rifle, como você, Ish, sabe muito bem. (STEWART, 1990, p. 308).

O próprio inglês deste descendente é diferente daquele falado por Ish, outro elemento que nos mostra como até mesmo a linguagem está se ramificando de forma distinta neste período de recomeço da humanidade. Uma esperança para Ish, contudo, reside na resposta que recebe de seu descendente, quando o protagonista lhe pergunta se ele seria feliz.

Ish ouve a réplica: “Sim, sou feliz. As coisas são como são e faço parte delas” (STEWART, 1990, p. 312). Assim, nesse recomeço do mundo, a ideia de uma vida orientada para o futuro – também uma prédica da modernidade, na qual o futuro se torna o local por excelência das realizações humanas e da utopia – encontra seu fim. Nesse recomeço pós-fim do mundo, “não há nem passado nem futuro, nada aquém ou além do tempo presente” (HARTOG, 2020, p. 169). Em substituição a essa perspectiva, os povos que herdarão a Terra – ao menos aqueles cuja descendência remonta ao próprio Ish –, guiam-se por um modo de vida equilibrado com a natureza e uma nova relação com a passagem do tempo, não mais guiada pelo porvir mas pela vida prática no presente. Modos de vida – diga-se de passagem – que teriam sido comuns no passado, numa suposta aurora dos tempos, antes da civilização. Na reflexão de Pinsky,

Há toda uma sabedoria desenvolvida ao longo de milênios, que nós, urbanos, jogamos fora pela janela do nosso confortável apartamento. A natureza foi dominada pelos humanos como grupo, não como indivíduos isolados. O poder que sentimos na qualidade de reis dos animais nos dá a falsa sensação de que cada um de nós é capaz de perpetrar as proezas que apenas alguns conseguem realizar. Como, por exemplo, sobreviver num bosque. (PINSKY, 2018, p. 57).

A modernidade, na obra de Stewart, retrocede, e a história mostra-se cíclica, assim como no mundo pós-apocalíptico criado por Jack London. A grande catástrofe é o fim, mas

também é o recomeço. Ao final da obra, fica-se com a impressão que George R. Stewart buscou construir e analisar a hipótese sobre como seria a Terra se os humanos necessitassem recomeçar a civilização do zero, bem disfarçada no formato de uma narrativa com personagens, enredos e situações. Na tentativa de responder essa hipótese dentro desse microcosmo criado pelo autor, valendo-se do poder da literatura em criar experiências, Stewart – assim como London – trabalhou com conceitos fundamentais da formação humana, mostrando-nos como a ideia de educação e a noção de experiência podem ser retrabalhadas em contextos de fins e recomeços do mundo. As novas relações criadas com o mundo natural, nesse sentido, servem-nos até mesmo como alerta para a forma como nós, nesse século XXI, lidamos ou omitimos problemas socioambientais, sendo digna de ponderação a reflexão mobilizada pelo autor:

Nos tempos da civilização, os homens realmente se tinham sentido os senhores da criação. Tudo fora bom ou mau, em relação ao homem. [...] Mas agora a Natureza se tornara tão avassaladora que qualquer tentativa de controlá-la estava fora de cogitação. A gente vivia como parte dela, não como poder dominante. (STEWART, 1990, p. 281).

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ailton Krenak escreve:

Quando eu falo em adiar o fim do mundo, não é a este mundo em colapso que estou me referindo. Esse tem um esquema tão violento que eu queria mais é que ele desaparecesse à meia noite de hoje e que amanhã a gente acordasse em um novo. (KRENAK, 2022, p. 40).

O autor indígena brasileiro está chamando a atenção para o agir humano, muitas vezes omissos e indiferentes, frente ao contexto de crise socioambiental pelo qual a humanidade está passando, de forma ainda mais acirrada nesse século XXI, onde a “gente não fez outra coisa nos últimos tempos senão despencar” (KRENAK, 2020a, p. 30). Nossa época já não é famosa somente pela proliferação de discursos que falam sobre futuros eventos catastróficos de amplitudes apocalípticas, mas sim por notícias cotidianas que nos mostram a realidade das mudanças climáticas e das crises socioambientais decorrentes dela, fazendo efervescer tanto o lado empático como o lado perverso das pessoas⁸². Sobretudo, Krenak (2020b) nos lembra que quem entra em crise por conta de fatores como vírus e desastres, por exemplo, são os povos humanos, e não a natureza – essa continua “seguindo”, com chances de recuperar certa parte de seu equilíbrio ecológico, caso a humanidade deixe de existir. Similar à vegetação ao redor de Chernobyl.

A ficção científica e futurista, principalmente de cunho pós-apocalíptico, no entanto, nos oferece visões do fim do mundo que se por um lado parece-nos uma literatura ingênua frente aos desastres ecológicos e humanitários reais da sociedade, por outro nos mostra a emergência de uma consciência que expressa a “ruína de nossa civilização global em virtude mesmo de sua hegemonia incontestada, uma queda que poderá arrastar consigo parcelas consideráveis da população humana” (DANOWSKI; CASTRO, 2014, p. 12). A ficção pós-apocalíptica é também prolífica em produzir, a cada ano, novas histórias que constantemente atualizam as causas do colapso civilizacional, a barreira entre realidade e ficção se atenuando a cada década nesse segundo milênio.

⁸² Nas enchentes do Rio Grande do Sul de 2024, tornou-se notório casos de criminosos que se aproveitaram da fragilidade coletiva para realizarem diversas atividades ilegais como saques, tráfico e assassinatos. Cf: MENDES, Leticia. **Crimes nas ruas, desaparecidos e atenção aos abrigos: os desafios da segurança pública durante as enchentes no RS**. GauchaZH. Notícia veiculada em 12/5/2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2024/05/crimes-nas-ruas-desaparecidos-e-atencao-aos-abrigos-os-desafios-da-seguranca-publica-durante-as-enchentes-no-rs-clw13uxfv00r3011hz1ueqjk9.html>. Acesso em 22 de mai. 2024.

Apocalipses nucleares, embora ainda vigorando, hoje coexistem com pós-apocalipses de cunho climático⁸³, como a recente obra do cientista James Lawrence Powell (2022), intitulada *2084*, no qual narra, em formato de entrevistas fictícias, as consequências das tragédias climáticas que atingiram o mundo durante o século XXI, incluindo a submersão de Nova York e a completa transformação da floresta amazônica numa região árida. Dos historiadores da ciência Erik M. Conway e Naomi Oreskes (2014), surgiu a ficção especulativa *The Collapse of Western Civilization: a view from the future*. A breve narrativa se apresenta como o relatório de um historiador chinês do ano 2393, analisando todo o contexto de colapso – do clima, dos mercados, dos combustíveis fósseis – que teve palco nos séculos anteriores (ou seja, nosso próprio tempo presente). Ainda, nos últimos tempos, autores indígenas americanos – representantes de povos que, na maioria das vezes, são retratados de forma negativa nos pós-apocalipses analisados nessa dissertação – também começaram a transpor para o mundo da ficção as ansiedades envolvendo as crises que marcam nossa contemporaneidade.

O autor canadense de origem indígena no povo Anishinaabe, Waubgeshig Rice, foi um dos pioneiros a retratar ficções sobre colapsos da civilização pelo ponto de vista dos nativos americanos. Sua obra de 2018, *Moon of the Crusted Snow*, examina justamente o cotidiano tensionado no interior de uma comunidade indígena canadense ao receberem homens brancos em busca de abrigo e alimentos, quando trazem notícias sobre um colapso social e energético no mundo fora da reserva indígena. Com o abrupto e misterioso fim da energia elétrica, Rice (2018) mostra como a comunidade indígena reage, de início, de uma forma mais bem preparada do que as pessoas das cidades ao evento apocalíptico, ainda que sofram consequências póstumas com a aceitação de refugiados dentro da reserva.

Já na obra da escritora também canadense e membra da nação indígena méti, Cherie Dimaline, *The Marrow Thieves* (2017), um contexto apocalíptico de crise socioambiental faz com que as pessoas percam a habilidade de sonhar; os povos indígenas, nesse sentido, são perseguidos para terem sua medula óssea retirada, pois se mantêm como os únicos ainda capazes de tal habilidade – o sonho. Nesse ponto, é interessante traçar um paralelo sobre como a ideia da autora indígena canadense vai de encontro às falas de Krenak, quando este pondera sobre como o sonho é valorizado pelas comunidades indígenas, indicando buscar neles “as orientações para as nossas escolhas do dia a dia” (KRENAK, 2020a, p. 52). Do líder indígena

⁸³ Importante destacar que ficções pós-apocalípticas que tratam mudanças climáticas já existem desde o surgimento do gênero, como a própria Mary Shelley demonstrou com sua obra “O Último Homem” de 1826, vista no capítulo 2 desta dissertação.

Davi Kopenawa veio a frase “Os brancos não sabem sonhar, é por isso que destroem a floresta desse jeito” (KOPENAWA; ALBERT, 2015, p. 531).

Tal como outras ficções escritas por indígenas que dialogam com a ficção pós-apocalíptica, essas obras projetam a ideia de que os “povos indígenas já sofreram transformações ambientais abruptas e prejudiciais devido ao colonialismo e outras formas de dominação” (WHYTE, 2018, p. 4, tradução nossa)⁸⁴. Com efeito,

Se a América indígena dos séculos XVI e XVII, representou, para os Humanos que a invadiram, um mundo sem homens – fosse porque eles a despovoaram objetivamente, fosse porque os homens que eles encontraram ali não se enquadravam na categoria dos “Humanos” –, os índios, sobreviventes, os Terranos de pleno direito daquele Novo Mundo, se viram, reciprocamente, como homens sem mundo, náufragos, refugiados, inquilinos precários de um mundo a que eles não mais podiam pertencer, pois ele não mais lhes pertencia. (DANOWSKI; CASTRO, 2014, p. 139).

Há muitas formas de se trabalhar como ideias que associamos à educação e formação humana aparecem na cultura. A presente dissertação, nesse sentido, foi resultado de uma tentativa de vincular esses conceitos às narrativas literárias, em específico às que trabalham não com o fim de mundo historicamente concreto de inúmeras sociedades indígenas das américas ou o fim de mundo de populações que passaram por situações de desastres socioambientais fatais, mas com o fim da civilização moderna como um todo, conforme explorado dentro da literatura moderna. Os autores escolhidos foram escritores que escreveram suas ficções durante o século XX, período em que o mundo moderno – das invenções, da tecnologia, da difusão dos meios de comunicação e transporte – estava já bem florescido.

Desde a primeira metade do século XIX, autores que se aventuraram na literatura pós-apocalíptica compuseram narrativas em que os sonhos da utopia são abalados e destruídos, substituídos por imagens de um futuro decadente, arruinado, minado por doenças diversas, destruições nucleares, mudanças climáticas devastadoras, e sobretudo escassez de seres humanos, que perdem seu posto de espécie dominante do planeta. A dissertação buscou demonstrar como o fim do mundo presente nessas narrativas não representa o completo fim da existência humana no planeta, mas são “leituras de mundo”, percepções e representações críticas da realidade, que tratam o fim de determinadas formas e/ou modos de mundo, formas de ser-e-estar no mundo, apresentando novos recomeços. É com esse prisma que sofisticamos nossa análise e discutimos como os recomeços do mundo implicam também recomeços no conceito de história, educação, identidade e experiência. Para explorar esses conceitos,

⁸⁴ “[...] the idea that Indigenous peoples have already endured harmful and rapid environmental transformations due to colonialism and other forms of domination.” (WHYTE, 2018, p. 4).

trabalhamos com o gênero da ficção científica e suas visões do futuro, principalmente na literatura utópica, distópica e principalmente pós-apocalíptica.

A interpretação mais comum encontrada nos autores trabalhados sobre as funções da literatura em nossas vidas são aquelas que a impingem com valores e potenciais tais como a humanização e a alteridade. Se a literatura nos ajuda a nos tornar mais “humanos”, também significa que ela melhor nos faz compreender o ser humano em todas as suas complexidades e vivências, não necessariamente agindo para nos tornar pessoas melhores ou mais empáticas. Sobretudo, é a experiência da leitura no momento de contato com o texto literário que poderá definir a interpretação e o sentido das narrativas, bem como sua pretensa relação ou alienação em relação ao mundo do leitor. A literatura pós-apocalíptica, nesse sentido, não tem intrinsecamente a função de nos manter mais envolvidos com projetos ambientais que evitarão o futuro colapso da civilização, mas pode ser uma ideia para adiar o fim do mundo⁸⁵, sabendo que, hoje, até mesmo autores de origem indígena exploram esse tipo de literatura. O próprio título da obra do indígena Davi Kopenawa e do antropólogo Bruce Albert (2015), *A queda do céu*, é por si mesmo “inspirado por um mito que conta o cataclismo que acabou com a primeira humanidade e que, para os Yanomami, pode prefigurar o destino de nosso mundo” (p. 547).

A literatura pós-apocalíptica de Jack London e George R. Stewart foram marcadas por formas de pensar o recomeço da humanidade que em muito lembram as sociedades tradicionais, ainda que os autores, em diversos momentos de suas narrativas, tenham menosprezado esse modo de vida que envolve uma relação mais próxima entre ser humano e natureza. As duas obras mantêm a ideia de que o homem acadêmico é o único detentor do conhecimento civilizatório, com atitudes de desprezo pela cultura popular e indígena, embora observamos resquícios de redenção dessa ideia ao final da obra de Stewart. Os autores trataram o retorno do saber por meio da tradição oral e da experiência prática com a natureza, e não mais pela alfabetização e escrita; novas formas de viver a espiritualidade e o fim da religião tradicional (ainda que vistas com ressalvas e ressentimentos pelos autores, que se lamentam pelo retorno desse “primitivismo”); a necessidade premente de aquisição de saberes e conhecimentos manuais e práticos para a vivência cotidiana, no que diz respeito à caça, ao cultivo da agricultura, à sabedoria do clima para prever chuvas torrenciais, períodos de seca ou tempestades; e, por fim, uma outra relação com o mundo natural, não mais baseada na dominância, mas no temor/respeito dos ciclos ecológicos do planeta. De fato, em ambas as

⁸⁵ Slavoj Žižek (1996), a partir da crítica marxista, diria que o fim do mundo é uma ideia para adiar o fim do capitalismo, esse mesmo “sistema” de mundo que Krenak (2022) já considera em colapso e violento.

narrativas, a Terra permanece; os animais antes domesticados voltam para seu estado de natureza, tornando-se agressivos em busca de alimentação; as florestas e vegetações, outrora controladas, invadem as cidades e ocupam novamente esses espaços, mostrando que, em questão de cem anos, o próprio Central Park em Nova York se tornará “uma floresta densa, mal sabendo que um dia o homem ali esteve” (STEWART, 1990, p. 68).

O principal eixo da pesquisa, nesse sentido, foi demonstrar o que ocorre com a formação humana no mundo pós-fim do mundo. Tal como as paisagens pós-apocalípticas, que vagamente relembram estruturas familiares do mundo antes do fim, agora invadidas por animais, florestas ou bandos de saqueadores, a educação, a linguagem e a identidade humana também são transformadas. De uma civilização moderna, que dominava a tecnologia e a natureza, para sociedades que lembram modos de organização tribal, baseada em lideranças guerreiras e carismáticas, com pouco ou nenhum uso da escrita, a identidade e seu caráter relacional e mutável foi um conceito-chave na interpretação das obras. Não só ela, mas também a ideia de educação, ao percebermos como ela é transmitida aos jovens nesse novo mundo, e também as tentativas (falhas) de fazê-la retornar aos moldes modernos.

De fato, no mundo pós-apocalíptico, a ideia de “moderno” e “modernidade” deixam de fazer referência ao presente ou ao futuro, se tornando uma alusão abstrata a um passado esquecido, anterior ao colapso. A noção de experiência, nesse sentido, também passa por transformações: novas situações de aprendizagem surgem após o fim do mundo *não* ter sido adiado, em que crianças e jovens desenvolvem vivências mais significativas e úteis para o novo mundo. Muitas dessas mudanças são vistas com resistência pelos protagonistas das narrativas, os mais hesitantes em reconhecerem que o mundo moderno – o mundo *deles* – acabou.

Ao invés de antecipar o luto pelo fim do mundo – pelo fim do *nosso* mundo –, as reflexões do autor indígena Ailton Krenak, representando povos que já enfrentaram seus fins de mundo em diversas épocas e ocasiões, ajudam a realizar uma reflexão sobre a humanidade e o futuro. Em contextos de crises climáticas e socioambientais, o autor fala sobre as possibilidades de descobrirmos novos “paraquedas”, ou seja, “outras visões da vida não limitada” (KRENAK, 2020a, p. 66):

Já caímos em diferentes escalas e em diferentes lugares do mundo. Mas temos muito medo do que vai acontecer quando a gente cair. Sentimos insegurança, uma paranoia da queda porque as outras possibilidades que se abrem exigem implodir essa casa que herdamos, que confortavelmente carregamos em grande estilo, mas passamos o tempo inteiro morrendo de medo. Então, talvez o que a gente tenha de fazer é descobrir um paraquedas. (KRENAK, 2020a, p. 62-63).

REFERÊNCIAS

- ALKON, Paul K. **Origins of Futuristic Fiction**. Athens and London: The University of Georgia Press, 1987.
- ALLEN, L. David. **No mundo da ficção científica**. São Paulo: Summus Editorial, 1974.
- ALMEIDA, Saori. **Episódio final de *The Last of Us* bate recordes de audiência e do HBO Max**. Jovem Nerd. Disponível em: <https://jovemnerd.com.br/noticias/series-e-tv/the-last-of-us-finale-audiencia-recordes>. Notícia veiculada em 14/3/2023. Acesso em 11 de mai. 2024.
- ANDERSON, Benedict R. **Comunidades imaginadas: reflexões sobre a origem e a difusão do nacionalismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.
- ANDRADE, Gabriel. **Cientistas batem o martelo: Terra não entrou em nova era geológica**. UOL. Notícia veiculada em 07/3/2024. Disponível em: <https://gizmodo.uol.com.br/cientistas-terra-nao-entrou-era-geologica-antropoceno/>. Acesso em 14 de mai. 2024.
- ANDRADE, Julia Pinheiro. **Cidade cantada: experiência estética e educação**. 2007. 200 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.
- ARISTÓTELES. **Retórica**. 2. ed. Lisboa: Imprensa Nacional-Casa da Moeda. 2005.
- ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. São Paulo: Rocco, 2017.
- BACON, Francis. **Novum Organum; Nova Atlântida**. Vida e obra. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2005.
- BALLARD, J.G. **The drowned world**. London: Millenium, 1999.
- BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade e holocausto**. Rio de Janeiro: Zahar, 1998.
- BELLAMY, Brent Ryan. **Remainders of the American century: post-apocalyptic novels in the age of US decline**. Connecticut Wesleyan University Press, 2021.
- BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. 7. ed. São Paulo: Brasiliense, 1994.
- BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das Letras, 1986.
- BONDÍA, Jorge Larrosa. Notas sobre a experiência e o saber de experiência. **Revista Brasileira de Educação**, 2002, n. 19, p. 20-28.
- BOOKER, M. Keith. **Monsters, Mushroom Clouds, and the Cold War: American Science Fiction and the Roots of Postmodernism, 1946-1964**. Westport, CT: Greenwood Press, 2001.
- BORGES, Jorge Luis. **Cinco visões pessoais**. 2. ed. Brasília: Universidade de Brasília, 1987.

BORGES, Valdeci Rezende. História e Literatura: algumas considerações. **Revista de Teoria da História Ano 1**, Goiás, n. 3, jun. 2010. p. 94-109.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **O que é educação**. São Paulo: Brasiliense, 2001.

BUELL, Lawrence. **The Future of Environmental Criticism: Environmental Crisis and Literary Imagination**. Malden, MA: Blackwell Publishers, 2005.

CALLENBACH, Ernest. **Ecotopia: the notebooks and reports of William Weston**. New York: Bantam Books, 1977.

CALVINO, Italo. **Por que ler os clássicos**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

CANDIDO, Antonio. A literatura e a formação do homem. **Remate de Males**: Revista do Departamento de Teoria Literária, São Paulo, n. esp., p. 81-89, 1999.

_____. Direitos humanos e literatura. In: FESTER, A.C. Ribeiro (Org.). **Direitos humanos e....** São Paulo: Editora Brasiliense, 1989. p. 107-126.

_____. **Literatura e sociedade**: estudos de teoria e história literária. 6. ed. São Paulo: Ed. Nacional, 1980.

CASTRO, Eduardo Viveiros. O recado da mata. In: KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. p. 11-41.

CASTRO, Eduardo Viveiros. Posfácio - Perguntas inquietantes. In: KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020. p. 73-84.

CECHINEL, André. O caráter destrutivo da literatura. In: CECHINEL, André; SALES, Cristiano (Org.). **O que significa ensinar literatura?** Florianópolis: EdUFSC; Criciúma: Edunes, 2017. p. 185-206.

CEVASCO, Maria Elisa. **Dez lições sobre estudos culturais**. São Paulo: Boitempo editorial, 2003.

CLAEYS, Gregory. The origins of dystopia: Wells, Huxley and Orwell. In: _____ (Org.). **The Cambridge Companion to Utopian Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 107-131.

_____. **Utopia**: a história de uma ideia. São Paulo: Edições Sesc, 2013.

CLARKE, Arthur C. **2001: uma odisseia no espaço**. São Paulo: Aleph, 2013.

_____. **O fim da infância**. São Paulo: Aleph, 2015.

CONCEIÇÃO, Verônica Alves dos Santos; PORTO, Cristiane de Magalhães; COUTO, Edvaldo Souza. Frankenstein: quando a ficção científica questiona a ciência. **Ciência & Educação**, Bauru, v. 26, p. 1-16, 2020.

CORREIA, Flavia. **Elon Musk pretende colonizar Marte: o que sabemos até agora.** Olhar Digital. Disponível em: <https://olhardigital.com.br/2022/11/11/ciencia-e-espaco/elon-musk-pretende-colonizar-marte-o-que-sabemos-ate-agora/>. Notícia veiculada em 11/11/2022. Acesso em 15 de jun. 2023.

CULLER, Jonathan. **Teoria Literária: Uma Introdução.** São Paulo: Beca Produções Culturais Ltda, 1999.

CURTIS, Claire P. **Postapocalyptic Fiction and the Social Contract: We'll Not Go Home Again.** Pennsylvania: Lexington Books, 2010.

D'AGORD, Marta Regina de Leão; LANG, Charles Elias; TRISKA, Vitor Hugo Couto. A psicopatologia da pandemia: literatura, ciência, política. **Revista Latinoamericana de Psicopatologia Fundamental**, São Paulo, v. 23, n. 3, p. 597-619, set. 2020.

DANOWSKI, Déborah; CASTRO, Eduardo Viveiros. **Há um mundo por vir? Ensaio sobre os medos e os fins.** Florianópolis: Cultura e Barbárie: Instituto Socioambiental, 2014.

DANTAS, Carolina; GARCIA, Mariana. **Onda de calor na Europa: entenda as causas e a relação com a crise do clima e o aquecimento dos polos.** Portal G1. Notícia veiculada em 19/7/2022. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/aquecimento-global/noticia/2022/07/19/onda-de-calor-na-europa-entenda-as-causas-a-influencia-das-mudancas-do-clima-e-a-relacao-com-o-aquecimento-dos-polos.ghtml>. Acesso em 21 de jul. 2022.

DANZIGER, Marlies K.; JOHNSON, W. Stacy. **Introdução ao estudo crítico da literatura.** São Paulo: Cultrix/Editora da Universidade de São Paulo, 1974.

DARWIN, Charles. **A origem das espécies.** São Paulo: Edipro, 2018.

DEFOE, Daniel. **Robinson Crusoé.** Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.

DIMALINE, Cherie. **The Marrow Thieves.** Toronto: Cormorant Books Incorporated, 2017.

DODDS, Ben. **Myths and Memories of the Black Death.** London Palgrave Macmillan, 2021.

DUPAS, Gilberto. **O mito do progresso.** São Paulo: Editora UNESP, 2006.

ELIADE, Mircea. **Tratado de história das religiões.** 5. ed. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2016.

_____. **Mito e realidade.** São Paulo: Editora Perspectiva S.A. 1972

FITTING, Peter. Utopia, dystopia and science fiction. In: CLAEYS, Gregory (Org.). **The Cambridge Companion to Utopian Literature.** Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 135-153.

FREIRE, Ana Maria Araújo. Inédito viável. In: STRECK, Danilo R.; REDIN, Euclides; ZITKOSKI, Jaime Jose (Org.). **Dicionário Paulo Freire**. Belo Horizonte: Autentica Editora, 2008. p. 231-234.

FREUD, Sigmund. **Totem e tabu**. Tradução de Renato Zwick. Porto Alegre: L&PM, 2013.

FRITZEN, Celdon. "O direito à literatura" trinta anos depois. **Contexto**, Vitória, n. 35, p. 78-95, 2019.

_____. Literatura, leitura e educação. In: _____; MOREIRA, Janine (Org.). **Educação e arte: as linguagens artísticas na formação humana**. Campinas, SP: Papirus, 2008. p. 145-158.

GAONKAR, Dilip Parameshwar. On Alternative Modernities. In: GAONKAR, Dilip Parameshwar (Org.). **Alternative Modernities**. Durham & London: Duke University Press, 2001. p. 1 – 23.

GRECCO, Gabriela Lima. História e literatura: entre narrativas literárias e históricas, uma análise através do conceito de representação. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, v. 6, n. 11, p. 39-53., jul. 2014.

GONÇALVES FILHO, Antenor Antônio. **Educação e literatura**. Rio de Janeiro: DP&A, 2000.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. 11. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HARPER, Earl T.; SPECHT, Doug. Introduction: ... these unprecedented times. In: _____; _____ (Org.). **Imagining Apocalyptic Politics in the Anthropocene**. New York: Routledge, 2022. p. 1-14.

HARTOG, François. **Crer em história**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2020.

HARVEY, David. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HEIDORN, Keith C. George Stewart's Storm: Remembering a classic. **The Weather Doctor**, 2006. Disponível em: <http://www.heidorn.info/keith/weather/arts/storm.htm>. Acesso em 10 de abr. 2024.

HICKS, Heather J. **The Post-Apocalyptic Novel in the Twenty-First Century**. London: Palgrave Macmillan, 2016.

HIGGINS, David. **British Romanticism, Climate Change, and the Anthropocene**. London: Palgrave Macmillan, 2017.

HUXLEY, Aldous. **Admirável mundo novo**. 22. ed. São Paulo: Globo, 2014.

JAMERSON, Fredric. **Arqueologias do futuro: o desejo chamado utopia e outras ficções científicas**. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.

JEFFERIES, Richard. **After London; or, Wild England**. London, Paris, New York & Melbourne: Cassell & Company, 1886.

JOUBE, Vincent. **Por que estudar literatura?** São Paulo: Parábola, 2012.

KOPENAWA, Davi; ALBERT, Bruce. **A queda do céu: palavras de um xamã yanomami**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

KRENAK, Ailton. **A vida não é útil**. São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2020b.

_____. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020a.

_____. **Futuro ancestral**. São Paulo. São Paulo: Companhia das Letras, 2022.

_____. Ailton Krenak: o fim de um mundo desastro. [Entrevista concedida a Nathalia Cariatti]. **Revisa Trip**. Reportagem veiculada em 06/5/2020. Disponível em: <https://revistatrip.uol.com.br/trip-tv/ailton-krenak-o-fim-de-um-mundo-desastrado>. Acesso em 27 de mai. 2024.

LEVIN, Luciano. Tudo é ficção científica. **ComCiência** [online]. Campinas, n. 160, p. 1-5, 2014.

LOMAX, William. From the Ashes comes the Cuckoo: character and myth in postholocaust narratives.. In: YOKE, Carl B. (Org.). **Phoenix from the Ashes: The Literature of the Remade World**. New York/Westport/London: Greenwood Press, 1987. p. 65-73.

LONDON, Jack. **A Morte Escarlata**. São Paulo: Escotilha, 2019.

_____. A história de Keesh. In: PAES, José Paulo (Org.). **Para gostar de ler – volume 11 – Contos Universais**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 64-71.

_____. A sabedoria da trilha. In: PAES, José Paulo (Org.). **Para gostar de ler – volume 11 – Contos Universais**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 72-78.

_____. **Antes de Adão**. Porto Alegre: L&PM, 1999.

_____. **O chamado selvagem**. São Paulo: Editora Arqueiro, 2022.

_____. **O tacho de ferro**. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACHADO, Ida Lucia. COVID: As reações do ser humano face às pandemias segundo textos literários. **Revista Linguagem**, São Carlos, v. 35, fev. 2021, p. 197-212.

MACHADO, Ricardo. Um sopro do mundo animal e vegetal na literatura que desajusta nosso "eu" antropocêntrico. [Entrevista com Faustino Teixeira]. **Revista IHU ON-LINE**, n. 552, p. 14-32, jul. 2022. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/>. Acesso em 13 de mai. 2022.

MANGUEL, Alberto. **Uma história da leitura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

MATHESON, Richard. **Eu Sou a Lenda**. São Paulo: Aleph, 2015.

MCARTHY, Cormac. **A Estrada**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

McNEILL, J.R.; ENGELKE, Peter. **The Great Acceleration: An Environmental History of the Anthropocene since 1945**. Cambridge: Harvard University Press, 2014.

MENDES, Leticia. **Crimes nas ruas, desaparecidos e atenção aos abrigos: os desafios da segurança pública durante as enchentes no RS**. GauchaZH. Notícia veiculada em 12/5/2024. Disponível em: <https://gauchazh.clicrbs.com.br/seguranca/noticia/2024/05/crimes-nas-ruas-desaparecidos-e-atencao-aos-abrigos-os-desafios-da-seguranca-publica-durante-as-enchentes-no-rs-clw13uxfv00r3011hz1ueqjk9.html>. Acesso em 22 de mai. 2024.

MILLER JR, Walter M. **Um cântico para Leibowitz**. São Paulo: Aleph, 2014.

MITCHELL, J.A. **The Last American**. New York: Frederick A. Stokes & Brothers, 1889.

NEVES, Bárbara Maia. Apresentação. In: ROAS, David; GARCIA, Flavio; GAMA-KHALIL, Marisa Martins (Org.). **Ficções pós-apocalípticas nas vertentes do fantástico**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2021. p. 08-15.

ORESQUES, Naomi; CONWAY, Erik M. **The Collapse of Western Civilization: a view from the future**. New York: Columbia University Press, 2014.

ORLANDI, Eni Pulcinelli. **O que é linguística**. São Paulo: Brasiliense, 2007.

ORWELL, George. **1984**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

PAES, José Paulo. Jack London. In: _____ (Org.). **Para gostar de ler – volume 11 – Contos Universais**. 8ª ed. São Paulo: Editora Ática, 1998. p. 62-63.

PÁDUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. **Estudos Avançados**, n. 24, v. 68, p. 81-10, 2010.

PEIXOTO, Roberto. **Mudança climática tornou chuvas no RS mais intensas, aponta estudo**. G1. Notícia veiculada em 10/5/2024. Disponível em: <https://g1.globo.com/meio-ambiente/noticia/2024/05/10/mudanca-climatica-tornou-chuvas-no-rs-mais-intensas-aponta-estudo.ghtml>. Acesso em 13 de mai. 2024.

PERISSÉ, Gabriel. **Literatura & educação**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2014.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. O mundo como texto: leituras da História e da Literatura. **História da Educação**, Pelotas, n. 14, set. 2003, p. 31-45.

PESSOA, Jadir de Moraes. Literatura e formação humana. **EccoS Revista Científica**, n. 32, p. 179-196, set./dez. 2013.

_____. Trapaceiros e insurgentes: caminhos da pesquisa em literatura e educação. In: _____ (Org.). **Literatura e formação humana**. Campinas, SP: Mercado de Letras, 2016. p. 17-42.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura**: uma nova perspectiva. São Paulo: Ed. 34, 2008.

PIASSI, Luís Paulo de Carvalho. A ficção científica como elemento de problematização na educação em ciências. **Ciência & Educação**, Bauru, vol. 21, n. 3, p. 783-798, jul-set, 2015.

_____. **Contatos**: a ficção científica no ensino de ciências em um contexto sociocultural. 2007. 453 f. Tese (Doutorado) – Faculdade de Educação. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2007.

PINSKY, Jaime. **As primeiras civilizações**. 25. ed. São Paulo: Contexto, 2018.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2002.

POLEFRONE, Phillip R. Ecology without us: ecological succession and history in Earth Abides. **Extrapolation**, v. 59, n. 3, 2018, p. 255-280.

PORTAL G1. **Sem turistas e barcos, coloração da água dos canais de Veneza fica mais clara e nítida**. G1. Notícia veiculada em 18/3/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/turismo-e-viagem/noticia/2020/03/18/sem-turistas-e-barcos-coloracao-da-agua-dos-canais-de-veneza-fica-mais-clara-e-nitida.ghtml>. Acesso em 21 de jul. 2022.

POWELL, James Lawrence. **2084**. Rio de Janeiro: Sextante, 2022.

PRIGOL, Valdir. **Como encontrar-se e outras experiências através da leitura de textos literários**. Chapecó, SC: Argos, 2010.

PRUCHER, Jeff. **Brave New Worlds**: the Oxford dictionary of Science Fiction. Oxford; New York: Oxford University Press, 2007.

RABKIN, Eric S.; GREENBERG, Martin H.; OLANDER, Joseph D. (Org.). **The End of the World**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1983.

REDAÇÃO Galileu. **Stephen Hawking avisa que temos apenas 100 anos para deixar a Terra**. Galileu. Disponível em: <https://revistagalileu.globo.com/Ciencia/noticia/2017/05/stephen-hawking-avisa-que-temos-apenas-100-anos-para-deixar-terra.html>. Notícia veiculada em 04/5/2017. Acesso em 12 de dez. 2022.

ROAS, David; GARCIA, Flavio; GAMA-KHALIL, Marisa Martins (Org.). **Ficções pós-apocalípticas nas vertentes do fantástico**. Rio de Janeiro: Dialogarts, 2021.

ROBERTS, Adam. **A verdadeira história da ficção científica**: do preconceito à conquista das massas. Tradução de Mário Molina. São Paulo: Seoman, 2018.

ROCQUE, Lucia. R. Literatura e Imagens de Ficção Científica: perspectivas entre as ciências e as artes, relações possíveis para a formação de professores no ensino de ciências. In:

HARRIS, Leila Assumpção. (Org.). **A Voz e o Olhar do Outro**. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012. v. 4, p. 72-83.

ROUSSEAU, Jean-Jacques. **Emílio**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1992.

_____. **Emílio; ou, da educação**. 3. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1995.

SAVIANI, Demerval. **Pedagogia histórico-crítica**. 7. ed. Campinas: Autores Associados, 2000.

SEED, David. **Science Fiction: A Very Short Introduction**. Oxford: Oxford University Press, 2011.

SERVIGNE, Pablo; STEVENS, Raphaël. **Como tudo pode desmoronar**: pequeno manual de colapsologia para uso das gerações presentes. São Paulo: Editora Perspectiva S/A. 2024.

SHELLEY, Mary. **Frankenstein, ou o Prometeu Moderno**. Porto Alegre: L&PM, 2013.

_____. **O Último Homem**. São Paulo: Editora Landmark, 2007.

SILVA, Kalina Vanderlei; SILVA, Maciel Henrique. **Dicionário de conceitos históricos**. 2. ed. São Paulo: Contexto, 2009.

SISK, David W. Dystopia. In: HOROWITZ, Maryanne Cline (Org.). **New Dictionary of the History of Ideas**, v. 2. New York: Charles Scribner's Sons, 2005. p. 606-610.

SOLNIT, Rebecca. **A Paradise Built in Hell**: The Extraordinary Communities that arise in disaster. London: Penguin Group, 2009.

SONTAG, Susan. **Contra a interpretação**. Porto Alegre: L&PM, 1987.

STABLEFORD, Brian. Ecology and dystopia. In: CLAEYS, Gregory (Org.). **The Cambridge Companion to Utopian Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 259-281.

_____. Man-Made Catastrophes. In: RABKIN, Eric S.; GREENBERG, Martin H.; OLANDER, Joseph D. (Org.). **The End of the World**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1983. p. 97-138.

STEINER, George. **Linguagem e silêncio**: ensaios sobre a crise da palavra. Tradução de Gilda Stuart e Felipe Rajabally. São Paulo: Companhia das Letras, 1988.

STEWART, George R. **Só a Terra Permanece**. Tradução de Ligia Junqueira. São Paulo: G.R. DOREA, 1990.

_____. **A little of myself**. Interview by Suzanne Riess in 1971. Oral History Center, The Bancroft Library, University of California, Berkeley, 1972.

_____. **Fire**. New York: Random House, 1948a.

_____. **Man: An Autobiography**. London: Cassell and Company Limited, 1948b.

_____. **Ordeal by Hunger**. London: Jonathan Cape, 1936.

_____. **Storm**. New York: Random House, 1941.

SWIFT, Jonathan. **As viagens de Gulliver**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2010.

TARDE, Gabriel. **Fragmento de história futura**. Desterro: Cultura e Barbárie, 2013.

TAVARES, Bráulio. **O que é ficção científica**. São Paulo: Brasiliense, 1986.

TEIXEIRA, Faustino. Um sopro do mundo animal e vegetal na literatura que desajusta nosso "eu" antropocêntrico. [Entrevista concedida a Ricardo Machado]. **Revista IHU ON-LINE**, n. 552, p. 14-32, jul. 2022. Disponível em: <https://www.ihuonline.unisinos.br/>. Acesso em 13 de mai. 2022.

TERRA. **Fallout foi assistida por mais de 65 milhões de pessoas**. Disponível em: <https://www.terra.com.br/gameon/geek/fallout-foi-assistida-por-mais-de-65-milhoes-de-pessoas,b77b5141c58c117676b9dd0db5b5a7d02i8rmoy9.html>. Notícia veiculada em 30/4/2024. Acesso em 11 de mai. 2024.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo**. Rio de Janeiro: DIFEL, 2009.

TOYNBEE, Arnold Joseph. **Toynbee por ele mesmo**: colóquio entre Arnold J. Toynbee e G.R. Urban. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 1981.

VERÇOZA, Lúcio Vasconcellos. Trabalho, vagabundagem e anticapitalismo: ensaio sobre a sociologia inconformista de Jack London. **Estud. sociol.** Araraquara, v. 23, n. 44, p. 403-415, jan-jun 2018.

VIEIRA, Fatima. The concept of utopia. In: CLAEYS, Gregory (Org.). **The Cambridge Companion to Utopian Literature**. Cambridge: Cambridge University Press, 2010. p. 3-27.

VOLLBRECHT, Simone Caldas. **O som não se propaga no vácuo**: o silêncio da crítica sobre a ficção científica no Brasil. 2019. 61 f. Dissertação (Mestrado em Literatura e Crítica Literária) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2019.

WAGAR, Warren W. **Terminal visions**: the literature of Last Things. Bloomington: Indiana University Press, 1982.

WAUGBESHIG, Rice. **Moon of the Crusted Snow**. Toronto: ECW Press, 2018.

WEISMAN, Alan. Journey through a doomed land: exploring Chernobyl's still-deadly ruins. **Harper's Magazine**, p. 45-53, aug. 1994. Disponível em: <https://harpers.org/archive/1994/08/journey-through-a-doomed-land/>. Acesso em 21 de mai. 2022.

WEISMAN, Alan. **O mundo sem nós**. Tradução Paulo Anthero S. Barbosa. São Paulo: Editora Planeta do Brasil, 2007.

WELLS, H.G. **A Guerra dos Mundos**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2007.

_____. **A máquina do tempo**. Porto Alegre: L&PM, 2017.

WHYTE, Kyle P. Indigenous science (fiction) for the Anthropocene: Ancestral dystopias and fantasies of climate change. **Environment and Planning E: Nature and Space**, v. 1, n. 1-2, p. 224-242, 2018.

WILSON, David A. **A história do futuro**. Rio de Janeiro: Ediouro, 2002.

WOLFE, Gary K. The Remaking of Zero: Beginning at the End. In: RABKIN, Eric S.; GREENBERG, Martin H.; OLANDER, Joseph D. (Org.). **The End of the World**. Carbondale: Southern Illinois University Press, 1983.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 198-215, 1991.

WOODWARD, Kathryn. Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual. In: SILVA, Tomaz Tadeu (Org.). **Identidade e diferença: a perspectiva dos Estudos Culturais**. 7. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2007. p. 7-72.

YEATES, Robert. **American Cities in Post-Apocalyptic Science Fiction**. London: UCL Press, 2021.

YOKE, Carl B (Org.). **Phoenix from the Ashes: The Literature of the Remade World**. New York/Westport/London: Greenwood Press, 1987.

ZAMIÁTIN, Ievguêni. **Nós**. São Paulo: Aleph, 2017.

ZIZEK, Slavoj. O espectro da ideologia. In: _____ (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. p. 7-38.